

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

JUCIENE BATISTA FELIX ANDRADE

**MITOLOGIAS DO PROGRESSO NA CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE
CAMPINA (1920-1940)**

RECIFE
2014

JUCIENE BATISTA FELIX ANDRADE

**MITOLOGIAS DO PROGRESSO NA CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE
CAMPINA (1920-1940)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, com Área de concentração em História do Norte-Nordeste do Brasil, vinculado à Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Norte e Nordeste.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.

RECIFE
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

A553m Andrade, Juciene Batista Felix.
Mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940) / Juciene Batista Felix. – Recife: O autor, 2014.
207 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2014.
Inclui referências.

1. História. 2. Campina Grande – História – 1920-1940. 3. Cidades e vilas. 4. Desenvolvimento social. 5. Mitologia. 6. Cultura material. I. Rezende, Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

981.33 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2014-24)



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA JUCIENE BATISTA FÉLIX ANDRADE

Às 9h. do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Juciene Batista Félix Andrade** intitulada “**MITOLOGIAS DO PROGRESSO NA CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE CAMPINA (1920-1940)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “**APROVADA**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Paulo de Moraes Rezende (Orientador), Antônio Jorge de Siqueira, Flávio Weinstein Teixeira, Natália Conceição Silva Barros e Maria Thereza Didier de Moraes. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Prof^a. Dr^a. Natália Conceição Silva Barros

Prof^a. Dr^a. Maria Thereza Didier de Moraes

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Sandra Regina Albuquerque

Para Joel e Júlia, meus amores.

AGRADECIMENTOS

No percurso de uma pesquisa nos relacionamos, convivemos e aprendemos com muitas pessoas. E elas de alguma forma nos ajudaram a trilhar esse caminho. Enfim, a todos que de uma forma ou de outra, citados ou não, que fizeram e fazem parte deste percurso!

Agradeço ao PPGH e à Universidade Federal de Pernambuco por ter tido a oportunidade de vivenciar esta rica experiência do doutorado;

À Sandra, pela forma sempre terna, bem humorada e atenta com que nos tratou e nos alertou para os calendários e obrigações institucionais; seus *emails* não se resumiam às informações, mas era um constante incentivo a todos nós;

Aos professores Regina Beatriz, Isabel Guilen, Antônio Jorge Siqueira e Antônio Paulo Rezende com os quais cursamos algumas disciplinas e com ele aprendemos muito;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela oportunidade de receber um apoio à pesquisa através de uma bolsa que nos deu as condições necessárias para consecução do trabalho de pesquisa e aquisição de bibliografia;

Aos meus colegas e amigo da turma de 2009: Humberto, Juliana, Vanuza, Helder, Kyara, Giscard, Denis, Faustino foi sempre muito enriquecedor ter podido partilhar com vocês bons momentos durante as aulas e fora delas;

Às professoras Theresa Didier e Natália Barros que formaram a Banca de Qualificação e que generosamente abriram-me os olhos para novos caminhos na construção final do trabalho;

Ao meu orientador, o professor Antônio Paulo Rezende, um agradecimento todo especial pela oportunidade de ter sido a sua orientanda. A sua ternura e sensibilidades da história e da vida serão ensinamentos que estarão comigo. Muitíssimo obrigada por tudo!

Aos funcionários do Museu Histórico de Campina Grande, em especial, à Fátima e grande conhecedora da História de Campina Grande, pelas descobertas e indicação de material, bem como agradeço aos demais funcionários daquele espaço por sempre terem me acolhido nos dias de pesquisa;

Ao Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Campina Grande, agradeço de todo coração à D. Zélia que, com toda sua gentileza, nunca deixou de me oferecer o tão saboroso cafezinho quando estava digitalizando as plantas-baixas. Aos demais funcionários do APPMCG que sempre me receberam com toda gentileza;

Ao amigo Túlio Paz, que generosamente compartilhou comigo fotografias da antiga Campina Grande;

Ao professor Antônio Clarindo por ter-me aceito como sua aluna na disciplina “Cotidiano e Lazer na Cidade” – Programa de Pós- Graduação em História – UFCG; ao professor Severino Cabral por ter me incentivado com palavras positivas e ter-me fornecido sua tese antes de publicar; ao professor Gervácio Aranha que generosamente compartilhou alguns de seus textos; na oportunidade, também agradeço ao seu ex-bolsista Elton John;

Ao professor Iranilson Buriti pela amizade, incentivos e oportunidades;

A meu cunhado Romerino Andrade, por ter me auxiliado, em vários, com a digitalização das plantas-baixas no APPMCG, na biblioteca Átila Almeida (UEPB) e tomando de empréstimo livros que muitas vezes necessitei;

À minha amiga Jailma Lima, pela companhia e palavras de incentivo permanente; ao professor Helder Macedo pelo apoio constante à minha pesquisa desde a fase do Mestrado; aos demais professores do Departamento de História do CERES: Lourival Andrade, Almir Bueno, Helder Macedo, Muirakytan Macedo, Ubirathan Soares e Fábio Mafra pelo acolhimento enquanto professora substituta; aos queridos alunos do Curso de História, UFRN/Campus de Caicó, e Lucivânia pela torcida:

Às minhas amigas Fabiana, Laudilene, Aleksandra, Maíza, Lázia, Jossefrânia, Agatha, Olívia, Valéria, Raquel, longe ou perto, sempre estavam ali torcendo;

Aos meus pais Felix e Marilene por terem sempre sonhado para nós, desde pequenas; às minhas amadas irmãs, Lidiene, Fabrícia e Isabelle (e agora Iasmin também), por sempre incentivarem e acreditarem em mim e em meus sonhos; aos meus cunhados Jefferson, Francisco e Fernando que sempre estão por perto com uma palavra positiva;

Aos meus sogros, D. Albertina e João Viturino e cunhadas, Josivane e Ana de Fátima, pelas palavras de incentivo;

Ao meu companheiro de vida, Joel, meu amor, por sonhar comigo, pela sua generosidade infinita;

À vida, que me deu Ana Júlia, meu maior tesouro, minha linda menina!!!

RESUMO

Este trabalho de pesquisa objetiva fazer uma análise da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, entre as décadas de 1920 e 1940, da gestão do prefeito Cristiano Lauritzen à última de Vergniaud Wanderley, partindo do pressuposto de que é naquele período que se gesta a noção de “grandeza” que tem sido regularmente associada aquele espaço urbano. As (re)configurações discursivas que vão tomando a cidade como espaço de desejos e expectativas e que atraem forasteiros (brasileiros e estrangeiros), sobretudo ligados ao comércio e, em especial, ao comércio do algodão, irão fazer do “progresso” um campo semântico que se imprimiu por múltiplas formas. Embora a cidade, para o período aludido, tenha sido objeto de outras análises, nosso estudo se torna inovador ao enfrentar a problemática do “progresso”, em suas especificidades locais, e ao travar um diálogo com outras áreas, a exemplo do urbanismo e da arquitetura, o que resultou na exploração de fontes inéditas no campo da historiografia campinense, referimo-nos especialmente às plantas-baixas. Seguindo os passos desta caminhada, o trabalho encontra-se dividido em quatro etapas: a primeira trata de um diálogo com a historiografia e memórias que reforçam a dimensão mitológica da “grande Campina”; a seguir, enfrentamos a problemática do “progresso” que encantou políticos e jornalistas, vendo-o como um eco construtor de uma nova cidade, cujos desejos acabaram por transformar a “grandeza” numa espécie de mitologia consubstanciada através de uma memória topográfica; na sequência, o impacto no âmbito urbano quando o conceito se transforma em prática e arquiteturalmente se gesta uma nova estética (*Art Deco*), projetadas para o futuro, bem como um redimensionamento para o campo privado da casa de onde se percebe as novas sensibilidades voltadas para uma cultura material. Por fim, no âmbito da publicidade, enfoca-se a dimensão da cultura material através dos serviços e produtos oferecidos, apresentados como demonstração de uma cidade antenada com o “progresso”.

Palavras-chave: cidade; progresso; mitologias; cultura material; Campina Grande.

ABSTRACT

This research work aims to analyze the city of Campina Grande, the state of Paraíba, between the 1920s and 1940s, from the administration of mayor Cristiano Lauritzen to the last period of Vergniaud Wanderley administration, on the assumption that it is in that period that management is the notion of “greatness” that has been regularly associated with that urban space. The (re)configurations raging discursive taking the city as a space of desires and expectations and that attract outsiders (Brazilian and foreigners), mainly related to trade and, in particular, the cotton trade, will make “progress” a semantic field that was printed by multiple forms. Although the city for the period alluded to, which has been subject to further analysis, our study makes an innovative in addressing the problem of “progress” in their local specificities and to establish a dialogue with other areas, such as urban planning and architecture, which resulted in the exploitation of unpublished sources in the field of Campina Grande historiography, we refer especially to floor plans. Following the steps of this journey, the work is divided into four stages: the first is a dialogue with history and memories that reinforce the mythological dimension of “Great Campina”; then, it faces the problem of “progress” that charmed politicians and journalists, seeing it as a builder of a new eco city, whose desires eventually transform the “greatness” in a kind of mythology embodied through a topographic memory; as a result, the impact on urban issues when the concept becomes practical and architecturally gestated a new aesthetic (Art Deco), designed for the future, as well as a scaling for the private field of the house where one perceives the new sensibilities turned into a material culture. Finally, in advertising, it focuses on the dimension of material culture through the services and products offered, presented as a demonstration of a city in tune with the “progress”.

Keywords: city; progress; mythologies; material culture; Campina Grande.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Campina Grande, 1961	33
---	----

LISTA DE FIGURAS

Imagem nº 01 – Cristiano Lauritzen e família.....	49
Imagem nº 02 – Catter Pilar pertencente a João Suassuna	53
Imagem nº 03 – Antiga Rua dos Armazéns.....	56
Imagem nº 04 – Rua Marquês do Herval (1930).....	60
Imagem nº 05 – Rua Monsenhor Sales (1930)	69
Imagem nº 06 - Rua Monsenhor Sales – Atual	69
Imagem nº 07 – Asilo de Mendicidade Deus e Caridade	92
Imagem nº 08 – Feira de Campina Grande (1925).....	102
Imagem nº 09 – Posto de Serviços Automobilísticos (1938)	107
Imagem nº 10 – Projeto de Construção de fachada (1933)	108
Imagem nº 11 – Projeto de Reforma de fachada (1936).....	110
Imagem nº 12 – Projeto de Reforma de fachada (1939).....	110
Imagem nº 13 – Projeto de Reforma de fachada (1938).....	110
Imagem nº 14 – Prédio em verticalidade (1944)	114
Imagem nº 15 – Prédio em verticalidade (1946)	116
Imagem nº 16 – Planta-baixa APPMCG (1941).....	124
Imagem nº 17 – Planta-baixa construção de fachada (1936).....	126
Imagem nº 18 – Planta-baixa de construção de casa (1938)	126
Imagem nº 19 – Planta-baixa construção de casa (1938)	127
Imagem nº 20 – Planta-baixa construção casa (1938).....	129
Imagem nº 21 – Requerimento de instalação domiciliária de água e esgotos.....	132
Imagem nº 22 – Requerimento de construção de casa de Taipa (1938).....	135
Imagem nº 23 – Planta-baixa de instalação hidráulica (1939)	138
Imagem nº 24 – Planta-baixa de instalação hidráulica e imagem aproximada (1939).....	139
Imagem nº 25 – Projeto de Instalação Hidráulica (1938).....	142
Imagem nº 26 – Planta-baixa de casa (1938)	143
Imagem nº 27 – Planta de Instalação Hidráulica (1938)	143
Imagem nº 28 – Anúncio de venda de carro (Chevrolet/1925)	158
Imagem nº 29 – Publicidade de carro (1928)	160
Imagem nº 30 – Anuncio aproximado (1928)	160
Imagem nº 31 – Publicidade chassi caminhão Ford (1931)	161

Imagem nº 32 – Regulador Gesteira (1928)	165
Imagem nº 33 – Fluxo –Sedatina com Ícone (1931)	166
Imagem nº 34 – Fluxo – Sedatina Voronoff (1931)	166
Imagem nº 35 – Cafiaspirina/ <i>Bayer</i> (1931)	167
Imagem nº 36 – Mitigal/ <i>Bayer</i> (1931).....	170
Imagem nº 37 – Posto de Profilaxia Rural (1925).....	172
Imagem nº 38 – A Mimosa (1934)	183
Imagem nº 39 – Hanseática (1928).....	185
Imagem nº 40 – Diversos (1928)	185
Imagem nº 41 – Companhia de beneficiamento e prensagem de algodão (1934).....	188
Imagem nº 42 – <i>Stewart Motor Trucks</i> (1934)	188
Imagem nº 43 – Casa Brasil/Farmácia Oswaldo Cruz/ A Brasileira (1934)	188

LISTA DE SIGLAS

S.P. Saúde Pública

D.N.S.P. Departamento Nacional de Saúde Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – PREPARANDO O TERRENO: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS	29
1.1 Compondo uma história da cidade	29
1.2 Memórias: repertórios da grandeza	35
CAPÍTULO 2 – OS ECOS DO PROGRESSO (DES)CONSTRUINDO O ESPAÇO URBANO.....	55
2.1 Discursos e imagens da mitologia do progresso.....	55
2.2 A cidade agora é outra: as luzes do progresso.....	76
2.3 A água: fluxos do progresso	80
2.4 As ambiguidades do progresso: ser moderno é também ser piedoso	85
CAPÍTULO 3 – AS MITOLOGIAS DA APARÊNCIA (RE)ARQUITETURANDO UMA CIDADE.....	95
3.1 Novas economias estéticas: uma memória topográfica.....	95
3.2 A estética <i>Art Deco</i> ou estética futurista: rupturas do progresso?.....	103
3.3 A casa em estilo <i>Art Deco</i> “encarna” o discurso do progresso	116
3.4 O manejo do material: as novas sensibilidades	130
CAPÍTULO 4 – AS MITOLOGIAS DO CONSUMO ATRAVÉS DA (PUBLI)CIDADE.....	147
4.1 Diálogos cruzados: histórias da cultura material	147
4.2 Novas mercadorias na cidade	154
4.3 Uma economia da saúde	162
4.4 A construção de uma consciência sanitária	171
4.5 A publicidade e a sedução das aparências	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
FONTES E REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	205

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho de pesquisa, intitulado *As mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940)*, vai expor que a emergência de uma lógica de “grandeza” e seus desdobramentos, associada à cidade, se construiu na primeira metade do século XX, especificamente entre as décadas de 1920 e 1940, em consonância com todo um frenético ritmo de transformações e incorporações pelo qual passou a vivenciar a população campinense, tanto no espaço público quanto no privado. Neste sentido, o trabalho valeu-se de uma rica memória topográfica que vai reforçar aquilo que, no decurso do trabalho, nomeamos como espaço um mítico ou mitificado.

Embora alguns marcos históricos sejam anteriores, e tenham ajudado na construção desta mitologia (entendida, aqui, enquanto um conjunto de narrativas reforçadora de uma dada imagem do objeto), como é o caso da “chegada do trem” (1907) e do reconhecimento de Campina Grande como o mais importante empório algodoeiro do interior do Nordeste brasileiro (1910-1930), é só naquele período que se consolidou a sensação de relevância das transformações necessárias para fazer com que aquele espaço pudesse acompanhar o “progresso” de outras cidades.

Estes ecos de um tempo de “prosperidade” ainda são perceptíveis ao bom observador que, numa rápida caminhada pelas ruas centrais, enxerga as marcas de outro tempo entre fachadas, letreiros, casas, esquinas e ruelas. Reminiscências persistentes de uma cidade que, em nome do “novo” e da “novidade”, destruiu, com regularidade, aquilo que considerava “antigo” e “ultrapassado” e que, com isso, buscou gestar uma necessidade permanente de atualização aguçada pela sensibilidade para com a noção de mudança associada ao qualificativo da “grandeza”. Se a noção de “grandeza” passou a particularizar, histórico-culturalmente, a cidade de Campina Grande, sua singularidade foi fruto da composição de múltiplas mitologias. É do desejo de compreender esta composição, gestada em torno de uma memória, que o historiador se lança ao seu objeto como um “caçador de mitos”.¹

No livro *A Verdade das Mentiras*, do escritor peruano Mario Vargas Llosa, um conto nos chamou atenção. Trata-se de “Dublinenses”, onde o escritor James Joyce fez uma particular leitura da cidade de Dublin. É que muitos transeuntes/visitantes se decepcionam com a cidade que encontram e que é bastante diferente da descrita pelo escritor. Ao abordar este conto, o que Llosa deseja mostrar é que o objeto ganhou uma leitura específica e que foi

¹ COUTO, Mia. *A Confissão da Leoa*. 8. ed. Alfragide: Caminho, 2012.

idealizada/projetada pelos anseios/sonhos/ilusões dos homens. A Dublin “real” e a “imaginária” são parecidas, mas essa similitude constitui um engano “sutil e prolongado”. É que a distância entre as duas é infinita, pois as suas “essências” (como que um perfume?) são diferentes, já que “a cidade real carece daquela perfeição que somente a ilusão artística da vida – nunca a vida – pode alcançar e, também, dessa natureza acabada, esférica, que esse tumulto incessante e vertiginoso que é a vida verdadeira, a vida em construção, em elaboração, não pode ter.”²

Seguindo esta inspiração de Llosa, entendemos que, assim como a vida, a cidade é pulsante e se constitui numa construção muito complexa e que não se restringe ao que se pode vislumbrar à primeira vista, pois tanto podemos focá-la na perspectiva de uma “cidade personagem”, de Llosa/Joyce, ou, no âmbito das “cidades invisíveis”, de Calvino, quando se afirma que “a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes e esfoladuras”.³

Na obra *Mitologias*, uma das primeiras publicações de Roland Barthes, a ideia de mito foi retomada enquanto uma narrativa. Segundo o autor, não se constitui em uma fala ou imagem qualquer, são necessárias as condições especiais para que a linguagem se transforme em mito. Esta compreensão do mito é composta por um sistema de comunicação, uma mensagem, e ele não pode ser um objeto, um conceito ou uma ideia, mas um modo de significação, uma forma que possui limites históricos e condições de funcionamento. Ainda seguindo sua linha de pensamento, podemos afirmar que “tudo pode ser um mito”, pois, para o autor, o universo é imensamente sugestivo. É que “cada objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto a apropriação da sociedade, pois nenhuma lei, natural ou não, pode nos impedir de falar as coisas”.⁴

Alguns objetos podem ser elevados à categoria de mito e outros podem desaparecer com o tempo, e, dessa forma, ele não é eterno, pois carece de investimentos históricos para suas reatualizações. Segundo Barthes, é a história que transforma o “real” em discurso, e é ela, e só ela, que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Por isso, reforça o escritor francês: “longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito

² LLOSA, Mario Vargas. **A verdade das mentiras**. São Paulo: AXR, 2004. p. 55.

³ CALVINO, Italo. As cidades e a memória. In: _____. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14-15.

⁴ BARTHES, Roland. O que é o mito Hoje. In: _____. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003. p. 200.

é uma fala escolhida pela História: não poderia de modo algum surgir da “natureza” das coisas.”⁵

O mito pode ser uma fala escrita ou uma representação amparada no discurso escrito, em fotografias, no cinema, nas reportagens e visões de cronistas, na arquitetura, na técnica e na publicidade que pode servir de apoio à fala mítica. Seja qual for o caminho, há uma regularidade simbólica que dá corpo ao objeto e o particulariza, e é justamente nesta perspectiva que este trabalho enfrentou a problemática das narrativas e imagens sobre Campina Grande.

Ainda nos dias atuais, quando se fala em Campina Grande, ou se faz qualquer homenagem à cidade, é comum a convocatória de toda uma lógica que a associa a alguns títulos: a “Rainha da Borborema” e, principalmente, como a cidade que se tornou a “Capital do Trabalho”. Também, no cômputo das comemorações cívicas, dois símbolos da municipalidade reforçam uma especificidade campinense: a sua bandeira e o hino, de onde é possível se reportar a esse aspecto ufanista. Em ambos, produzidos na década de 1970, tem-se a incorporação das metáforas da técnica e do “progresso” aliadas a um longo passado histórico, voltado para o comércio, iniciado com os “tropeiros da Borborema”.

A bandeira do município (ver anexo 01) evoca esse espaço de memória e de “grandeza”. Consta na sua representação uma asna (ver anexo 02)⁶, ou banda, em ângulo, que equilibra a disposição de suas figuras (três espadas que significam a participação da cidade em três movimentos históricos: a Revolução Pernambucana, de 1817; a Confederação do Equador, de 1824; e a Revolução Praieira, de 1848).⁷ A bandeira foi confeccionada de acordo com os pressupostos da heráldica e colocou em disposição uma figura que lembra um compasso, em sua forma geométrica, como um instrumento de trabalho que retrata a operosidade que fez a cidade progredir. Seu lema é *SOLUM INTER PLURIMA* – “única entre muitas” – e indica a posição de Campina Grande pela peculiaridade da “grandeza”, posto no nome e também pela sua condição de cidade constituída como a mais importante do interior paraibano.

Já o hino oficial⁸, de composição de Fernando Silveira, evocou o “progresso” expandido pelo povo e Campina foi apresentada nas estrofes como uma “Canaã”, para onde

⁵ *Idem, ibidem.* p. 200.

⁶ Uma asna é uma estrutura em metal ou madeira em formato de V invertido.

⁷ **FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – Livro do Município de Campina Grande.** João Pessoa: UNIGRAF, 1984. p. 24.

⁸ Através da **Lei Municipal nº 85**, de 05 de outubro de 1973, foi instituído um concurso público, regulamentado pelos Decretos 61/73 e 60/74. Vale salientar, que também ocorreu uma propositura da então vereadora Maria Barbosa para a criação do hino campinense. Nesta ocasião, coube ao prefeito Evaldo Cruz oficializar o concurso.

convergir os “tropeiros”, os “forasteiros”, os “homens leais” e o “progresso”. Também reforçava a topografia de “fundo verde” que simbolizava a “grande campina” para onde os índios, aldeados pelo desbravador dos sertões paraibanos, Teodósio de Oliveira Ledo, foram conduzidos, em fins do século XVII, e chegou a ser, mais adiante, por outros ocupantes, a terra cananita como o lugar da fartura, a terra prometida, sobre a qual se destaca a seguinte estrofe: “o teu povo o progresso expande”.

Estas imagens e discursos também são reforçados a cada 11 de outubro, aniversário de sua emancipação política, sobretudo pela imprensa escrita e televisiva. Nestes dias, ouvimos com regularidade músicas que invocam a sua “história” como a “Canção Oficial do Município de Campina Grande”, que tem letra do advogado e político Raymundo Asfora, descendente da colônia árabe da cidade, e música do radialista e compositor Rosil Cavalcanti, pernambucano do Engenho Zabelê:

Estala, relho malvado! / Embora a burrama gema (Recordar, hoje é o meu lema) / Quero rever os antigos / Tropeiros da Borborema. (...) Riqueza da serra que tanto se expande! / E, se hoje se chama Campina Grande / És grande por que eles foram os primeiros. / Oh! Tropas de burros. / Oh! Velhos tropeiros.⁹

Se a história dos “tropeiros” e, depois de “forasteiros” que ali se estabeleceram, reforçam uma espacialidade de fluxo, outra canção reatualiza este lugar pela operacionalidade da memória no canto do ritmista Jackson do Pandeiro, em “Alô, alô, Campina Grande”, quando propagandeia que a sua fisionomia foi transformada: “Alô, alô, minha Campina Grande, quem te viu e quem te ver não te conhece mais, Campina Grande tá bonita, tá mudada, muito bem organizada, cheia de cartaz”.¹⁰

Diante destes exemplos, a nossa tese se propõe a pensar como essa identidade foi sendo investida de uma “essência de grandeza”, inventariada e fabricada a partir de um jogo de constituição de “lugares de memórias topográficas” e de edificação de mitos. O trabalho com o conceito de memória topográfica nos auxilia a pensarmos como este espaço foi sendo escrito/descrito/reforçado pela historiografia, jornais, pelo estilo arquitetural (*Art Deco*) e pela publicidade. Partindo deste lugar, acreditamos ser possível problematizar a emergência de uma noção de “grandeza” articulada à tentativa de incorporar os signos da modernidade por diferentes agentes políticos, por cronistas, médicos, historiadores, arquitetos e memorialistas que buscaram dar um novo corpo (escrito e fisionômico) à cidade.

⁹ Canção Oficial do Município de Campina Grande.

¹⁰ Lançada em 1977, esta música tem composição de Severino Ramos.

Contudo, é importante deixar claro que a nossa intenção não é reforçar ou naturalizar esta mitologia da “grandeza”, mas fazer um exercício arqueológico que exponha como os diferentes componentes foram sedimentando a singularização de uma identidade pautada pelo ufanismo da “grandeza” cujas repercussões se prolongaram até os nossos dias. Entretanto, a construção do nosso objeto nos levou a concentrar as análises, sem ser numa perspectiva fechada, entre as décadas de 1920 e 1940.

Inicia-se com a vinda da Missão Pearse, em 1921, demonstrando a importância internacional de Campina Grande como empório do comércio algodoeiro, de onde se reforçou a sua prosperidade, além de contar com um maquinário moderno no interior do Nordeste, e ser considerada “*the great interior cotton market in the north*”, redistribuindo toda mercadoria pelas estradas de ferro de Pernambuco e da Paraíba.¹¹ Este período coincidiu com o término da gestão do prefeito Cristiano Lauritzen, em 1923. E fechamos com o segundo governo do interventor Vergniaud Wanderley, (1940-1945)¹², quando da conclusão da reforma urbana da cidade, iniciada no seu primeiro governo (1935-1937). Se Cristiano Lauritzen incorpora a figura do “forasteiro”, que se inseriu nas teias políticas e econômicas, à semelhança de outros, principalmente nas primeiras décadas do século XX, será a partir de 1930, com os desdobramentos do novo governo, que passou a se projetar e propagar a necessidade de uma reforma urbana que consistisse, sobretudo, em harmonizar o espaço cidadão.

Esta reestruturação consistiu na implantação dos meios fios, na inserção de códigos disciplinares nas construções residenciais e comerciais, na adoção de uma estética modernizante com o estilo *Art Deco*, sobretudo, a partir de 1935, com o decreto lei 51¹³, assinado pelo prefeito Antônio Pereira Diniz, junto à obrigatoriedade do depósito de cópias das plantas-baixas¹⁴ e sua aprovação pela prefeitura da cidade. Por outro lado, se esta atuação foi tida, por alguns, como modernizadora, por outros, foi vista como autoritária na forma de

¹¹ PEARSE, Arno S. **Brazilian Cotton**: journey of the Journey of the International Cotton Mission through the Cotton States of São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Alagôas, Sergipe, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte. Manchester: International Federation of Master Cotton Spinner’s Manufacturer’s Association, 1921. p. 155-170.

¹² Sobre Vergniaud Wanderley, ver: DINOÁ, Ronaldo. **Campina Grande**: ontem e hoje. Campina Grande: [s. n.], 2004. p. 85-86.

¹³ De acordo com Bezerra de Sousa, “este decreto do prefeito Antônio Pereira Diniz foi encontrado em arquivo de Cristino Pimentel e não há referências sobre a fonte; provavelmente foi publicado em *O Rebate*, em janeiro de 1935”. Ver: SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 23, n.º 46, p. 67, 2003.

¹⁴ Esse sistema de depósito de plantas começou a ser adotado no início dos anos de 1930, antes não havia um controle regular das construções em Campina Grande.

imposição desse projeto. Como exemplos, citamos a demolição do Paço Municipal¹⁵, em 1942, e a reconfiguração do centro da cidade, fornecendo-lhe outra fisionomia¹⁶, transformando, por exemplo, o antigo Largo da Matriz na Avenida Floriano Peixoto.

Percorrer este espaço citadino e espreitá-lo de perto como um passante nos permite enxergar pequenos traços presentes ainda nos ecos das memórias que restam daquele tempo. Nomeamos essa memória no sentido plural, também como física e como “fragmentos de memórias” que estão incrustados nos escombros das antigas casas, ou nas tintas envelhecidas nas fachadas, ainda dos remanescentes frontões que lembram a moda de antigamente. Essa paisagem citadina está imbricada com vários tempos empilhados nas fachadas de suas casas, suas ruas, um discurso estético (que foi travestido de moderno) que antes fora futuro e hoje se transmuta em resquícios do passado, nos permitindo uma abordagem sobre sua memória topográfica.

Ao mesmo tempo, entendemos que foi também naquele momento (décadas de 1930 e 1940) que se iniciou uma produção historiográfica mais coesa, embora ainda pautada pela perspectiva memorialística e da crônica. É o caso de Epaminondas Câmara, que publicou a obra *Alicerces de Campina Grande*, em 1943¹⁷, e *Datas Campinenses*, em 1947¹⁸. O livro *Os Alicerces* é fruto da junção de vários artigos, publicados separadamente desde a década de 1930. A relevância desta obra, para o nosso trabalho, se justifica por se constituir uma imagem reforçadora da cidade pela mitologia dos “tropeiros”, dos “forasteiros” e do comércio, criando uma nova roupagem aos ecos do “progresso” sob a ótica da leitura de “grandeza”. É uma obra que tem coesão, em detrimento de outras similares que abordam a história de Campina Grande de forma muito fragmentada. Além disso, sua obra nos surpreende por desenvolver uma “teoria” do urbano ao tentar compreender as dinâmicas que levaram Campina Grande de uma “vila” pacata, na segunda metade do século XIX, a uma cidade de destaque no início do século XX.

¹⁵ O Paço Municipal foi construído em 1877 como “foro da justiça e da municipalidade”. Segundo Costa Lira e Lacerda Júnior, até o fim da década de 1930, esse espaço foi palco de atuação da jurisprudência. Advogados e promotores públicos atuaram nesse espaço: José Tavares Cavalcanti, Carlos Alencar Agra, Acácio de Figueiredo Agra, Argemiro de Figueiredo etc. Em 1942, sem alegação justificável, o interventor Vergniaud Wanderley decretou a demolição do Paço. LACERDA JÚNIOR, Jônatas A. de; LIRA, Agostinho Nunes da Costa. **Retratos de Campina Grande**: um século de imagens urbanas. Campina Grande: EDUFCG, 2002.

¹⁶ Utilizamos esse conceito inspirados em Walter Benjamin, que o entende como uma espécie de “especulação das imagens” no sentido etimológico da palavra: um exame minucioso de imagens prenes de história. Para Benjamin, a imagem é a categoria central da sua teoria sobre a cultura: “alegoria”. A fisionomia das cidades seria atribuída à cultura do cotidiano, as imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes. Ver mais sobre essa discussão em: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da MetrÓpole Moderna**. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 43.

¹⁷ CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico social do povoado e da vila. (1697 a 1864). 3. ed. Campina Grande: Caravela, 2006.

¹⁸ CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1998.

Por outro lado, se esta produção escrita deu corpo a uma história de Campina Grande, é preciso também acompanhar os ecos destas noções junto a uma parte desta população. Neste sentido, um trabalho de fundo memorialístico que retomou estas experiências foi *Memórias de Campina Grande*, de Ronaldo Dinoá.¹⁹ Este trabalho fez uma incursão pelos diferentes personagens que vivenciaram o momento de construção do discurso sobre a “grande Campina”. A despeito do lapso temporal (entre décadas de 1930 e 1990), o que os une é o encontro de experiências e a constatação do prolongamento daquelas projeções.

Embora a cidade de Campina Grande, sobretudo no que tange ao período objeto de nossa análise, já tenha sido explorada por vários ângulos, por uma historiografia mais recente, percebemos a carência em estudos que visem um enfrentamento articulado da emergência de uma mitologia da “grandeza” consubstanciada com os seus respectivos ecos: o forasteiro, o progresso, o cosmopolitismo, a técnica e sua transformação do espaço, estética e arquitetural, e as novas práticas de consumo.

Portanto, a nossa “paisagem de pesquisa”²⁰ se compõe também de um diálogo com autores que tomaram a cidade de Campina Grande como seu objeto de reflexão em dissertações, teses e outras produções e que trouxeram para o debate historiográfico local uma cidade pensada por diversos vieses, econômicos, políticos, sociais e culturais. Porém, um ponto parece ser comum às problemáticas em torno dessas pesquisas: a discussão sobre a experiência modernizante.

O historiador Gervácio Batista Aranha trouxe para reflexão a Parahyba do Norte, como era conhecida à cidade de João Pessoa até os anos 1920, e Campina Grande, analisando-as sob a perspectiva de como o conceito de modernidade não pode ser homogeneizado como uma experiência unívoca em todo país. Para tanto, enfoca a cidade para mostrar que os ritmos de modernização entre o sul do país e as pequenas cidades do interior “nortista” são experiências singulares, pois o fenômeno da modernidade adquiriu ritmos frenéticos em umas cidades e outras não, ou seja, a chegada da eletricidade, do telégrafo, do trem de ferro, abertura de estradas de rodagem, de construção de açudes causavam a sensação de pertencimento há um tempo e mundo modernos.²¹

Já a historiadora Silêde Cavalcanti seguiu um percurso diferente quando analisou como a cidade de Campina Grande experienciou o processo de republicanização e

¹⁹ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s. n.], 1993. volumes 01 e 02.

²⁰ CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35.

²¹ ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFPG, 2006. Para uma rica abordagem sobre a experiência ferroviária no Nordeste, ver: MELO, Josemir Camilo de. **Modernização e Mudanças**: o trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902). 2000. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife.

aburguesamento da sociedade tendo como temática central de sua problematização os diálogos com a família e o discurso moralizante governando o feminino. Além disso, a autora também enfatizou como a cidade foi construída pela presença dos “forasteiros”.²²

Em outro estudo, o historiador Fábio Gutemberg de Sousa enfocou as tensões e as múltiplas formas dos moradores viverem na cidade de Campina, entre os anos de 1920 a 1945. Ele buscou compreender como jornaleiros, operários, artistas, comerciantes, prostitutas viviam, trabalhavam, divertiam-se e como usavam os territórios da cidade num momento em que sua área central passou por um processo de reforma urbana. Dessa análise, o autor trabalhou com o conceito de polissemia das ações dos moradores da e na cidade.²³

Já Severino Cabral Filho analisou a discussão em torno do conceito de modernização através das imagens. Sua pesquisa iconográfica buscou pensar os agenciamentos políticos e os usos das imagens/fotografias na construção de um discurso modernizante para Campina Grande entre os anos de 1930 a 1950. Vale ressaltar que a reforma urbana ocorrida na cidade em meados de 1937 e 1945, a moderna emergência do sistema de abastecimento de esgotos e água tratada, o mundo do trabalho e o cotidiano dos campinenses se constituíram como os principais pontos de sua reflexão.²⁴

Em outra vertente, buscamos dialogar com autores locais da área da arquitetura. Neste sentido, destacamos o trabalho de Vinícius Dantas de Queiroz, em dissertação de mestrado intitulada *Quem não te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*, em sua pesquisa buscou pensar a cidade pelo viés ou perspectiva arquitetural. O primeiro trabalho permite que adentremos o perímetro citadino em seus momentos de remodelação espaço-arquitetural.²⁵ O estudo de Dantas de Queiroz perpassou o panorama construído pela reforma urbana, ocorrida na cidade no período os anos de 1935 e 1945, alicerçados em ideais de “higiene, circulação e embelezamento, pautado no mesmo lema positivo do ‘progresso’, modernidade e beleza”. Enfocando uma intensa análise em documentos que privilegiaram a leitura arquitetural, o autor tentou dar conta da emergência de

²² CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas**: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande, 1930-1950. 2000. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife.

²³ SOUSA, Fábio Gutemberg B. R. de. **Cartografias e Imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). 2001. Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas.

²⁴ CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia), UFPB, João Pessoa.

²⁵ QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). 2008. 244f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo.

novas sensibilidades, a exemplo, das novas formas de morar, de enxergar e sentir a cidade pela leitura do viés arquitetural.

Essa “nova historiografia” local tem por temática específica questões que envolvem um debate em torno do urbanismo ou do espaço citadino, mesmo que o foco mais pontual seja nos embates, ou nas reformas urbanas, ou no debate em torno dos comportamentos.

Nosso campo de diálogo também se situa no ambiente do urbano. Para essa reflexão, convocaremos alguns autores que nos permitam pensar numa produção histórica espacial urbana. Nas últimas décadas do século XX, os estudos sobre as cidades e sobre o mundo urbano ganharam um amplo destaque na produção historiográfica brasileira. Se os primeiros estudos estavam voltados para os grandes centros (Londres, Paris, São Paulo, Rio de Janeiro), as últimas renovações, de uma abordagem mais ampla sobre o espaço, têm dado um foco especial às múltiplas formas de experiências do urbano, sejam nos grandes centros, sejam nas pequenas cidades.

Neste sentido, há uma particular atenção sobre o consumo das noções de modernidade e modernismo no âmbito das cidades, em particular, em seus usos singulares da noção de “progresso” convocados pela perspectiva de tornar a cidade (objeto entendido como um corpo sociocultural) antenada com as mudanças em curso. Partindo desta perspectiva, nosso interesse maior neste trabalho será justamente o de analisar como essas noções foram vivenciadas e convocadas para legitimar a efetiva construção da ideia de “grandeza” associada à cidade de Campina Grande.

Muito já se discutiu acerca da temática do mundo urbano. Logo, se constrói uma história sobre o espaço citadino, mas também sobre as pessoas. O objeto cidade já foi alvo de olhares que enfocaram estudos sobre a dinâmica do trabalho, das disciplinas dos espaços, das resistências e experiências, enfim uma miríade de olhares tanto da história social quanto cultural.

Segundo Barbara Freitag, em as *Teorias da cidade*²⁶, a autora afirma que os pensadores da escola francesa enfatizaram, em suas obras, a dimensão da racionalidade e utopia direcionada para a ideia de “progresso”. Para tal afirmação, Freitag se apropriou dos três modelos de urbanismo defendidos pela historiadora Françoise Choay, em seu livro *Urbanismo: utopias e realidades*: o urbanismo culturalista, o progressista e o naturalista. O primeiro modelo, fazendo parte da escola alemã, fortalece mais a dimensão do tempo em

²⁶ FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. São Paulo: Papirus, 2006.

detrimento do espaço, o segundo modelo, o progressista²⁷, ignora a categoria de tempo em detrimento da dimensão espacial da cidade e o modelo naturalista procura enfatizar a natureza em face da cidade. Esses três modelos fazem parte das escolas alemã, francesa e anglo-saxônica. Além dessa análise, Françoise Choay historiciza o campo de saber do urbanismo surgido na sociedade industrial. Logo, em fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial originou um campo de saber que se diferenciou das artes urbanas anteriores por seu caráter mais reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica.²⁸

Para nosso trabalho nos inspiramos na escola francesa que parte da dimensão tecnocrática do urbanismo: o uso de novos materiais, a inclusão da energia elétrica, a circulação de veículos, a moderna eletrônica e a informática.²⁹ Nessa perspectiva, a dimensão do “progresso” é a chave de suas análises. É um pensamento orientado para a ideia de futuro e que promoverá o bem-estar para a humanidade. Nessa análise racional, a concepção do espaço no modelo progressista é aberta, rompido por vazios e verdes, exigência da higiene que entendia que quando o verde seria imprescindível para oferecer um quadro com momentos de lazer.

Na escola francesa passamos pela reflexão da temática cidade por quatro óticas distintas: a dos enciclopedistas, que em grande medida teorizavam sobre o surgimento das cidades e os “processos de urbanização em marcha acompanhando os processos de industrialização em marcha”³⁰, portanto, para se refletir sobre esses processos precisa-se levar em consideração crescimento/reordenação das cidades atrelado ao processo de desenvolvimento industrial.

Em continuidade com este diálogo, Georges Haussmann, prefeito da cidade de Paris, que a administrou entre os anos de 1853 a 1870. Nesses anos idos, empreendeu uma ampla reforma urbana que rearticulou todo traçado da cidade. Em verdade, Haussmann assimilou as ideias de Napoleão III, que passou seu exílio em Londres, trouxe para Paris as inspirações de uma cidade composta por grandes e largas avenidas (bulevares) e que se tornava um centro de um novo império. A singularidade desse projeto estava em perceber que “Napoleão III não tinha a intenção de remodelar Paris num sentido histórico, mas de acordo com as normas e as possibilidades da técnica moderna”.³¹ Portanto, pode-se perceber a ênfase na dimensão espacial das reformas.

²⁷ Os modelos progressista e naturalista fazem parte das escolas francesas e anglo-saxônicas, respectivamente.

²⁸ CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: utopias e realidades de uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 2.

²⁹ FREITAG, Barbara. *op. cit.* p. 46.

³⁰ FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. São Paulo: Papirus, 2006. p. 49.

³¹ *Idem, ibidem*. p. 56-57.

Desta feita, colocamos nosso objeto de estudo dentro dessa reflexão em torno das temáticas que surgiram mediante a chamada pulverização temática que emergiu com a chamada terceira geração dos Annales e o exercício realizado em torno do surgimento de uma história cultural. Segundo Roger Chartier, a história cultural, tal como a entendemos, tem por objeto principal identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social foi construída, pensada e dada a ler.³² Partindo dessa premissa, o que nos interessa é entendermos as representações do mundo social mediados por interesses de grupos que “as forjam”. Ainda segundo o autor supracitado, os discursos não são neutros: “produzem estratégias (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”³³

Porém, a análise dessa noção de “progresso”, e suas “mitologias”, requer uma abordagem que não restrita ao parâmetro tecnicista. É preciso haver uma costura entre o ideário da modernidade e seus múltiplos significados vivenciados. Convocando Antônio Paulo Rezende e sua análise no terceiro capítulo de seu livro *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade de Recife na década de vinte*, o autor problematizou o modernismo, a modernidade e seus significados. Em sua visão, se na periodização denominada como Média o homem era governado por uma profunda devoção às concepções teocêntricas, dogmatismos, no período que emerge em seguida, o Renascimento, traz a multiplicação de dúvidas, incertezas quanto aos caminhos a serem seguidos sem reticência.

O período denominado como de Renascença trouxe o homem como centro do próprio mundo e parâmetro para se produzir, estar e ser na cultura no mundo. No entanto, Rezende deixa claro que os tempos não se produzem no vazio, não há uma descontinuidade absoluta, ou seja, os tempos se entrelaçam, há restos de tempo em outros tempos.³⁴ Mesmo assim, sabendo que na produção temporal não existe possibilidade de ruptura total, que os tempos estão entrelaçados, historicamente o tempo moderno é constituído com a noção de novo na “perspectiva da sua genealogia e da sua invenção”.³⁵ Emerge o moderno com significado de novo, de oposição a um período passado que “iria marcar uma concepção de mundo instituída com o advento da sociedade capitalista, alicerçada na idéia de progresso.”³⁶ Ainda segundo o

³² CHARTIER, Roger. Introdução. In: _____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. p. 17.

³³ *Idem, ibidem*. p. 17.

³⁴ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Os Territórios do Modernismo: confrontos intelectuais. In: **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997. p. 107.

³⁵ *Idem, ibidem*.

³⁶ *Idem*.

autor, a ideia de progresso construída, no século das luzes, modificava a própria concepção de tempo que passava a avançar de forma linear.

Para compreensão melhor de toda essa discussão em torno da modernidade, modernismo e conseqüentemente da noção de “progresso”, Rezende convocou três autores que problematizaram essa questão: Henri Lefebvre, Jurgen Habermas e Marshal Berman. Henri Lefebvre em suas discussões visou inicialmente diferenciar modernidade de modernismo. Modernidade para este seria um momento de reflexão crítica sobre as transformações e contradições do mundo moderno enquanto modernismo “manifesta-se há dezenas de anos, talvez há séculos, na busca constante pelo novo, penetrada por crises, danos e catástrofes”³⁷. Para Lefebvre, o conceito de modernidade não poderia ser problematizado sem o conceito de modernismo, para tanto, buscou analisar a genealogia da palavra “moderno” como uma oposição à ideia de “antigo” cuja polêmica é acentuada com a “chegada do século XVIII e final do século XIX” quando há uma busca exacerbada pelo novo.³⁸

Para encaminhamentos deste nosso percurso, travamos um diálogo com as seguintes fontes documentais, que nos levaram a procedimentos metodológicos específicos. A primeira tipologia é composta por uma produção bibliográfica sobre a história da cidade de Campina Grande. Os autores que produziram ou que imprimiram um olhar sobre a cidade trataram de diversas temáticas, dentre elas o “surgimento” da cidade, a sua transformação em cidade conhecida como “entreposto comercial”, a sua atuação no ramo algodoeiro que veio a ser o carro chefe e que, a nosso ver, permitiu as transformações estruturais no espaço citadino isso antes da década de 1930. Essa bibliografia que enfatiza a história da cidade termina dando conta também da prosperidade advinda para a cidade trazida pelo intenso comércio algodoeiro entre Campina Grande e outras cidades. É composta em grande medida por monografias, livros memorialísticos, ou tradicionais na forma de contar a história, destacando-se, pela sua particularidade, os trabalhos do historiador Epaminondas Câmara e o do jornalista Ronaldo Dinoá, que nos permitiram a construção de um entrecruzamento da história/crônica com as histórias/memórias.

A segunda tipologia de fontes é composta matérias veiculadas pelos jornais da cidade, no período de 1920 a 1940, que ecoam as ressonâncias dos desejos de mudanças e os usos

³⁷ LEFEBVRE, Henri *apud* REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *op. cit.* p. 109.

³⁸ *Idem, ibidem.*

específicos da ideia de “progresso”.³⁹ Nos editoriais e crônicas temos o endosso da noção de excepcionalidade do espaço campinense e sua ambiguidade, em suas informações mais gerais, no cotidiano, nas cobranças, nos planos e na inserção da cidade perante o momento em que vivia o país.⁴⁰

A terceira tipologia constitui-se de um conjunto de plantas baixas, requerimentos, licenças, atas, ofícios guardados no Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Campina Grande, referentes aos anos 1930 a 1940, que nos conduziram a um trabalho sobre a memória topográfica.

Essa documentação é de grande relevância para os historiadores que se debruçam sobre as cidades, pois possibilita uma análise das reformas urbanas, da inserção de novos hábitos de habitabilidade pela ótica patrimonial e arquitetural. Estas edificações já estão bem escassas devido ao adiantado do século que nos encontramos e a falta de uma política pública de proteção ao patrimônio histórico e edificado⁴¹ na cidade. Neste sentido, o diálogo da história com a arquitetura torna-se fundamental pelo exercício de análise do campo estético e da sua arte projetiva como uma linguagem alegórica de representação discursiva do mundo tecendo mitologias estéticas.

Metodologicamente, a noção de “mito” é entendida aqui como a composição de uma narrativa cuja pulverização se dá com a modernidade (que por excelência, também constrói os seus mitos). Como um espaço em permanente mutação, com a reordenação constante de seu traçado urbano, a documentação analisada é de grande relevância para os historiadores e pesquisadores de outras áreas que se interessam por pensar a cidade. Através de sua análise, em consonância com a nossa problemática maior, ou seja, a percepção de como Campina Grande sendo investida como um espaço de excepcionalidade no interior do Nordeste brasileiro, ainda na primeira metade do século XX, este trabalho trilhará o seguinte itinerário:

No primeiro capítulo, intitulado **Preparando o terreno: histórias e memórias**, a proposta foi fundamentar a construção espaço-temporal do objeto de estudo. Partindo do historiador e cronista Epaminondas Câmara, buscamos explorar as noções históricas que vão construindo/alicerçando a ideia de uma cidade pautada pelo desejo de “grandeza” e pela

³⁹ **Correio de Campina** (1927); **O Século** (1928); **Brasil Novo** (1931); **A Batalha** (1934); **Jornal de Campina** (1936); **Voz da Borborema** (1937); **A Razão** (1939); **A Voz do Dia** (1945); **Formação** (1949); **Correio Campinense** (1949); **A Língua** (1950); **O Globo** (1952); **Gazeta da Borborema** (1957).

⁴⁰ Os temas mais frequentes nestes periódicos eram os mais variados: a instalação política do Estado Novo, em 1930, a falta de luz e de água na cidade, a seca, a mendicância, o espaço urbano, as questões políticas locais, estaduais e nacionais, o comunismo, integralismo e o sindicalismo.

⁴¹ Em semanas de andanças pela cidade me deparei com um enorme vácuo quase na região central. Naquele espaço existia uma casa remanescente do estilo *Art Deco* agora pelo tipo de intervenção feita deverá ser construído em seu lugar um edifício num estilo século XXI.

noção de um espaço de excepcionalidade. Tal perspectiva também é reforçada pelas memórias de personagens registradas pelo jornalista Ronaldo Dinoá. Seu trabalho constitui uma retomada de ecos de lembranças de personagens, cujas narrativas retomam as legendas do “progresso” e suas ambiguidades, do cosmopolitismo (os forasteiros, com destaque especial para o dinamarquês Cristiano Lauritzen e outros estrangeiros, os pernambucanos e norte-rio-grandenses) e da pujança que se traduzem numa rica memória topográfica e mitologia da “grandeza”.

Já no segundo capítulo, **Os ecos do progresso (des)construindo o espaço urbano**, a nossa análise volta-se para o conceito de “progresso”, sua ambiguidade e incorporação pelas crônicas veiculadas sobre a cidade de Campina Grande justamente no período em que se gesta a noção de “grandeza”. A ênfase é dada à técnica que impressiona pelas ações em curso e que vão mudando a fisionomia da cidade, como o seu traçado no perímetro urbano, saneamento, abastecimento d’água, campanhas de caridade, noções que, à luz de alguns cronistas, alguns anos atrás, seriam qual um sonho. Esta reflexão também nos leva a pensar nas limitações destes projetos.

No terceiro capítulo, **As mitologias da aparência (re)arquitetando uma cidade**, através de um diálogo com a arquitetura percebemos a incorporação de uma nova estética, a *Art Deco* ou do futurismo⁴². Sobressai um período de intenso controle e transformações dos espaços urbanos, a emergência de uma legislação urbana que vai exercer um controle sobre o tipo dos imóveis residenciais e comerciais a serem construídos no perímetro central da cidade. Privilegiamos, como fonte documental, as plantas-baixas compreendidas como mecanismos de controle da municipalidade que possuem incumbência de gerenciar uma padronização estética. Adentrando o universo da casa, buscamos incorporar as plantas-baixas hidráulicas, um rico material que nos permitiu numa abordagem sobre as novas sensibilidades no plano do privado, pois em torno do material, expostos nas plantas, temos a sua funcionalidade. Em grande medida, trata-se de documentos técnicos e muitos pedidos de licenças para aberturas de portas, janelas, construção de cozinhas, assoalhos, muros, implantação de aparelhos sanitários juntamente com adequação de serviços de esgotamento sanitário e implantação de

⁴²*Art Deco* é uma expressão francesa referente à arte decorativa, derivada do nome da *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes* realizada em Paris em 1925. Características como valorização de esquinas, divisão do edifício em três partes, verticalização, cores fortes são algumas dos pontos para reconhecermos este estilo arquitetônico. No Brasil, o *Art Deco* foi incorporada a partir dos 1920.

encanamentos nas casas para recepção de água potável⁴³, bem como documentação burocrática para abertura de firmas, indústrias e construção de praças.

O quarto capítulo, intitula-se **A mitologia do consumo através (publi)cidade**. Neste novo passo, a mitologia do progresso se desdobra nos jornais da cidade através de uma publicidade regular de produtos como: as promessas da farmacologia através de novos remédios, lojas de móveis e de ferramentas, tintas e vernizes, aviões, profissões, advocacia, produtos de consumo, maquinarias o que evidencia que a cidade estava atenta com o que se consumia nos principais centros. A economia do “progresso” também atingiu as formas de comportamento, as relações de intimidade e o estabelecimento de novas sensibilidades. Por fim, nas tramas desta sedução, um novo padrão de consumo, outra legenda que reatualizava a ideia de grandeza através da publicidade dos bens de consumo.

⁴³ Serviço este apenas disponível a partir dos anos de 1940 quando construção da adutora de Vaca Brava ficou pronta na cidade de São José da Mata a poucos quilômetros de Campina Grande.

CAPÍTULO 1

PREPARANDO O TERRENO: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

... no relato do caçador não existe o “era uma vez”. Porque tudo nasce ali, na vez de sua voz. Contar uma história é deitar sombras ao lume. Tudo o que a palavra revela é, nesse mesmo instante, consumido pelo silêncio. Só quem reza, em total entrega de alma, sabe desse acender e tombar da palavra nos abismos.

Mia Couto⁴⁴

1.1 Compendo uma história da cidade

Na obra *Os Alicerces de Campina Grande* (1943), o historiador Epaminondas Câmara chamou a atenção para uma questão que tem sido recorrente nas abordagens históricas sobre Campina Grande: a sua projeção como uma cidade *sui generis* no interior do Nordeste brasileiro. Particularmente, explora-se o lugar de uma cidade que, a despeito de ser localizada no interior de uma região vista como atrasada, rural, inóspita e distante⁴⁵, passou a ocupar, no início do século XX, um lugar de atração para pessoas dos arredores, de outros Estados (principalmente do Recife e interior de Pernambuco e do Rio Grande do Norte) e de outros países (Portugal, Arábia, Líbano, Itália, Japão e Alemanha)⁴⁶ que acabariam por projetar naquela ainda pequena cidade imagens de uma terra de promessa cujos ecos desta experiência foram se materializando por múltiplas formas.

Entretanto, pensar a cidade de Campina Grande por este ângulo nos remete, necessariamente, a uma retomada dos discursos que convocaram regularmente seus antecedentes históricos com o claro objetivo de demarcar a sua singularidade em relação a outros povoados da Paraíba (vide, por exemplo, uma rivalidade com os povoados de Travessia dos Milagres de São João do Cariri de Fora⁴⁷ e Areia⁴⁸); a sua particularidade comercial (a

⁴⁴ COUTO, Mia. **A confissão da Leoa**. 8. ed. Alfragide: Caminho, 2012. p. 99.

⁴⁵ Sobre as imagens que historicamente foram construídas sobre os sertões do Nordeste, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁴⁶ Sobre uma rápida alusão à presença de estrangeiros em Campina Grande, ver o primeiro capítulo de: QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 244f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo.

⁴⁷ CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do Povoado e da Vila (1697-1864)**. 3. ed. Campina Grande: Ed Caravela, 2006. p. 34.

produção de farinha e o comércio de cereais); e como um espaço de excepcionalidade pela localização estratégica do meio (como o ponto de encontro de quatro regiões: Cariri, Sertão, Seridó, Brejo). Ora, conforme bem expôs o historiador Epaminondas Câmara, em trabalho publicado na década de 1940, a especificidade de Campina Grande se traduz no seguinte:

A opulenta cidade nos nossos dias começou humildemente. Os fazendeiros, seus padrinhos virtuais, não a levaram em conta e a enjeitaram aos braços dos forasteiros pobres que não puderam dar a pobrezinha um bonito enxoval nem tiveram recursos para educá-la. Outros núcleos paraibanos tiveram melhor sorte como a capital sob o amparo do governo, dos frades, dos Duarte Gomes; Monte-Mor, Pilar e Areia, sob o fausto da aristocracia do açúcar; Patos, Pombal, Piancó, Sousa etc. acalentados pela burguesia pecuária, e Cajazeiras sob o pálio bendito dum poliglota.

Mas, apesar das vicissitudes, *Campina surgiu no cenário paraibano sob o signo do comércio*. Comércio acanhado é verdade, de traficantes de farinha e rapadura, mas que teve a força de atrair o tropeiro e o boiadeiro dos desertões, e com o tempo venceu o cariri e o sertão, o brejo, a província e o interior do nordeste. *O Comércio que hoje, nesta região brasileira, só teme confronto com os de Recife e Fortaleza.*⁴⁹

Os pontos destacados são importantes para se compreender os principais “pilares” sobre os quais se constituíram os “alicerces” de Campina: os “forasteiros”⁵⁰ e o “comércio”. Nas palavras de Epaminondas Câmara, os “forasteiros” são os aventureiros que, chegando à Campina, resistiram ao preconceito das antigas famílias e puderam se estabelecer, principalmente nos mais diferentes ramos econômicos.

Para Câmara, estes “forasteiros” (termo utilizado na época) teriam tomado parte significativa nos ecos de “progresso” que foram sendo gradativamente associado à cidade. Por outro lado, foi emergindo na historiografia local e dita mais tradicional⁵¹ a mitologia de uma cidade vocacionada para o comércio. É justamente a partir do paradigma do “comércio”

⁴⁸ A cidade de Areia, situada no brejo paraibano, destacava-se por ser um ambiente aristocrático. Era considerada como um centro comercial, mas distinguia-se de Campina Grande por possuir gente “fina, polida, de atitudes reservadas e gestos medidos; especializava-se no trajar com elegância e seguia os costumes da nobreza rural pernambucana”. Em Campina Grande, as pessoas não se preocupavam com as exigências da moda: “O campinense misturava-se com a gatinha e o preconceito de cor das três famílias antigas não teve influência no meio local”. *Idem, ibidem*. p. 56. As três famílias referidas por Câmara são: Oliveira Ledo, Nunes Viana e Alves Viana, “os troncos das três mais antigas e maiores famílias brancas que povoaram Campina Grande e adjacências”.

⁴⁹ CÂMARA, Epaminondas. **Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do Povoado e da Vila (1697-1864). 3. ed. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006. p. 14. As palavras “pilares”, “alicerces”, “forasteiros” fazem parte da primeira edição de 1943. *Os grifos são nossos*.

⁵⁰ Forasteiro era a denominação que recebia os quem vinham de fora do Estado da Paraíba.

⁵¹ CÂMARA, Epaminondas. **Alicerces de Campina Grande**: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864); **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998; SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese Histórica de Campina Grande (1670-1963)**; ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 1979; DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. volumes 01 e 02.

que se justifica o deslocamento de uma cidade “humilde”, até inícios do século XX, para uma *urbe* “opulenta” décadas depois quando se forjou uma regularidade discursiva⁵² que, pautada pelo signo da “grandeza”, ecoou em suportes enunciativos como jornais, historiografia e memórias. Esta entonação e fragmentos foram sedimentando a perspectiva de uma cidade cosmopolita e desenvolvida e que carregava, para si, todos os adjetivos que se aproximam da ideia de “grandeza”.⁵³

Epaminondas Câmara⁵⁴ nasceu na cidade de Esperança, em 1900, e faleceu em 1958. Ainda jovem, nos anos de 1920, como muitos outros “forasteiros”, se transferiu para Campina Grande onde foi trabalhar como contador no Banco Auxiliar do Povo, em 1928. Deixando seu emprego naquela instituição, em 1951, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fundou um escritório de Representações e Corretagens. Sem o sucesso desejado, retornou à Campina Grande e fundou, com o seu cunhado, uma loja atacadista de miudezas (Armazém Paraibano). Excessivamente religioso, fundou a revista *Idade Nova*, colaborou com várias edições do *Almanaque de Campina Grande* e foi membro da Academia Paraibana de Letras (1945). Dos seus escritos de cunho historiográficos e memorialísticos, deixou trabalhos relevantes para a história local, dos quais destacamos: *Alicerces de Campina Grande* (1943) e *Datas Campinenses* (1947). Estes trabalhos foram produzidos a partir da incursão em vários arquivos e por livros de assentos da paróquia, dos cadernos de anotações de família e do uso da história oral.

Partimos da leitura de Câmara, que articula uma história e uma teoria sobre a cidade, para justamente analisarmos a questão que reiteradamente ovaciona Campina Grande pela ênfase na “grandeza”, no “cosmopolitismo”⁵⁵ e como uma cidade que ficou antenada com os ecos do “progresso”.⁵⁶ A premissa é de que, nas abordagens históricas e memorialísticas sobre

⁵² FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 21-85.

⁵³ Severino Cabral Filho, em seu livro *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)* realizou uma reflexão onde ensaia a discussão acerca da construção da grandeza atribuída a Campina Grande por uma elite letrada que projetava essa imagem através das crônicas jornalísticas e imagens fotográficas. p. 26.

⁵⁴ Cristino Pimentel, em seu livro *Mais um mergulho na história campinense*, refere-se a Epaminondas Câmara como um historiador. p. 37. Num dos prefácios do livro *Alicerces de Campina Grande* publicado em 2006 há uma reflexão bastante extensa onde o autor constrói uma espécie de explicação sobre a obra aqui referenciada. Mas, também, menciona o que viria a ser a sua próxima publicação: *Datas Campinenses* (1947), quando se refere à Campina Grande como “cidade – progresso, cidade – mistério, da cidade dos excessos (...) cuja vida mercantil vem desempenhando tão relevante papel na economia paraibana, e se destaca por ser a mais intensa do interior nordestino”. Cf. p. 13.

⁵⁵ Para uma referência ao cosmopolitismo de Campina Grande, sugerimos a entrevista de Carmen Hamad viúva de Aristides Hamad ou Rachid Hamad, árabe, estabelecido em Campina entre os anos de 1930 a 1940, provavelmente. DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 01. p. 151-156.

⁵⁶ A noção de “progresso” está presente nas narrativas do livro de *Memórias*, de Ronaldo Dinoá. Os entrevistados referem-se em vários momentos que Campina Grande era uma cidade de promessa, de futuro, de

aquela cidade, tem sido recorrente a naturalização de um imaginário cuja subjetivação das pessoas que ali habitam, e suas narrativas, oriundas das reminiscências da memória, como uma espacialidade diferenciada e marcada por uma fase de apogeu⁵⁷: de uma pequena vila, que não possuía mais que três ruas, a uma cidade que foi se diferenciando pelo dinamismo comercial, em especial, o do algodão, e que, ao longo do tempo, se inseriu na lógica do consumo exacerbado dos signos da modernidade, ainda na primeira metade do século XX. Segundo Dantas de Queiroz, “o algodão se transformou no esteio da economia campinense e, conseqüentemente, contribuiu para sua elevação e consolidação como maior entreposto comercial do interior nordestino”.⁵⁸

Como uma terra de oportunidades, diferente das demais vilas ou cidades do interior do Estado, Campina Grande não ficou restrita ao controle de determinadas famílias tradicionais locais. Os “forasteiros”, distintos dos “pioneiros da civilização local, estavam sempre a construir casas e a abrir ruas em direção do poente, abandonando aos antigos o que ia ficando atrás”⁵⁹, a Rua do Oitão da Igreja e o largo da Matriz. Ainda segundo o autor de *Alicerces*, “eram dois grupamentos de moradias tão próximas quanto rivais. Lá em baixo as Barrocas de gente antiga, reservada, patriarcal. Cá em cima, o oitão e a frente da Igreja, e a rua onde se localizava a Matriz que do alto dava as costas a primeira rua da vila.”⁶⁰ Logo abaixo, destacamos um mapa, de onde é possível comparar o perímetro de sua emancipação política (mais antigo) e de 1961, cem anos depois.

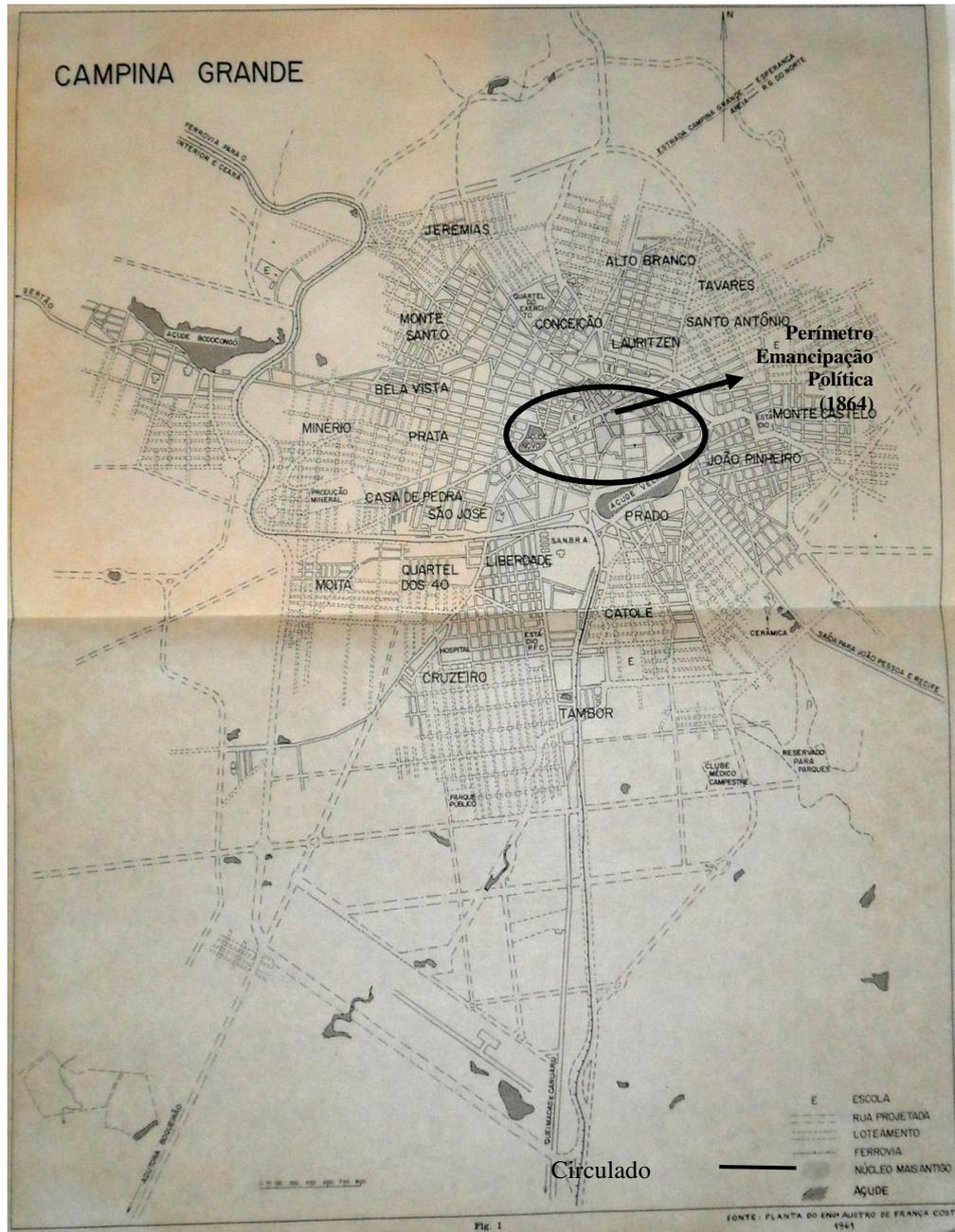
progresso. Percebemos como no imaginário dos depoentes o mito do progresso se consolidou como parte integrante da modernidade. Cf: DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 1.

⁵⁷ Essa discussão tangencia a maior parte dos trabalhos que tomam como objeto de reflexão a cidade de Campina Grande. A grandeza característica naturalizada na identidade da cidade é um dos nossos motes de reflexão. Entendemos que em torno desse conceito foram construídos repertórios memorialísticos, historiográficos, jornalísticos, arquiteturais/estéticos, propagandísticos que viabilizaram esse espaço no imaginário de sua população. Alguns autores contemporâneos mencionam esse ponto, mas não aprofundam por não ser objeto de suas análises. Ver: CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. 2006. Tese. (Doutorado em Sociologia), UFPB, João Pessoa; QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos. p. 33.

⁵⁸ QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos. p. 24-25.

⁵⁹ CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do Povoado e da Vila (1697-1864)**. 3. ed. Campina Grande: Ed Caravela, 2006. p. 29.

⁶⁰ *Idem, ibidem*. p. 30.



Mapa 01: Campina Grande – 1961. Fonte: CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua função como Capital Regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 25, nº 4, 1963. p. 7.

A área marcada em circulado ao centro representa a parte mais antiga da cidade de Campina Grande. Já a área que fica no seu entorno, dá-nos uma dimensão expansão que a cidade teve mudando profundamente a sua fisionomia com a constituição de novas áreas centrais e suburbanas, um século depois, no ano de celebração de seu centenário (1964).

Voltando a Câmara, é possível perceber que o repertório do autor buscou mostrar os começos da cidade de Campina Grande. A ênfase foi dada aos “forasteiros” e veio a reforçar que estes foram a “pedra angular” que principiou a presença do “progresso” na cidade. Mas, o

foco que o autor imprimiu na figura destes homens de fora só veio a ser um dos argumentos reforçadores de nossa tese: a grandeza associada à Campina Grande fora legitimada por homens que vieram de outras plagas. Esse mito, o dos forasteiros, reforça outro, o de que a cidade desde muito cedo foi um espaço de atração para os viajantes tropeiros e os feirantes.

Na perspectiva de Câmara, o trabalho com os primórdios veio em legitimação da tese de que a “opulenta cidade dos nossos dias começou humildemente”. Desta forma, descreveu:

Na presente brochura, porém, o leitor encontrará somente notas ríspidas, vagamente descritivas duma povoação sem base econômica, posto que desprezada dos latifundiários, e duma vila que pecou por atrasos de toda ordem. E que, até a metade do século passado, esta localidade era apenas um ponto de intercessão de almocreves, um pouso de boiadeiros, um agregado de casas de muro baixo, habitadas quase somente por forasteiros pobres de pouca ou nenhuma instrução, que nela demoravam enquanto as condições locais lhes permitissem arranjar o pão.⁶¹

Ao convocar este lugar específico para Campina Grande, Câmara acabou por elaborar, na nossa compreensão, uma “teoria do urbano”. Antenado com as discussões de início do século XX sobre o urbano, ele apresentou caminhos para a compreensão da mudança do espaço. De acordo com a sua tese sobre o urbano, Campina Grande vivenciou duas experiências distintas: num primeiro momento, o “centrifugismo rural”, e, num segundo, o “centripetismo urbano”.⁶² Por outras palavras, se houve uma recusa dos antigos fazendeiros em habitarem a cidade, nos anos posteriores à elevação da vila à cidade, com os novos impulsos e atrativos, ocorreu uma espécie de anacronismo. Segundo Câmara, “com esta atitude o anacrônico se transformou no progressista, e sua figura ressurgiu no meio local como elemento indispensável e necessário”.⁶³ Além deste redimensionamento acerca do fazendeiro, o historiador inseriu na sua reflexão outros importantes elementos para justificar como a cidade também “evoluiu” pela relação que manteve com o comércio e com os forasteiros.

Campina Grande até seu advento como cidade, em 1864, esteve fora do circuito de cidades representativas do interior da Província já que as mais importantes (relativamente à política e a economia) eram: São João do Cariri de Fora (antiga Travessia), Mamanguape e Areia que possuíam destaques político, comercial e cultural. De modo algum, desejamos proceder à revisão do período colonial e imperial onde a cidade se localiza, mas se faz

⁶¹ *Idem*, p. 14.

⁶² *Idem*, p. 74-75.

⁶³ *Idem*, p. 76.

necessário enfocar através do repertório daquele historiador ao afirmar que Campina Grande não nasceu sob o signo da riqueza, da opulência e da grandeza. Ao contrário disso, durante muitos anos fora deixada de lado pelos seus habitantes prósperos, que optaram por morar na zona rural tal pobreza urbana que a vila apresentava.⁶⁴ Queremos com isso repensar como esse lugar de grandeza é legitimado com naturalidade muito depois de sua emancipação política.

Outra questão apontada por Câmara, e que é uma desdobra da sua “teoria do urbano”, é o que ele nomeou como a “mística do anel”.⁶⁵ Ela foi um marco instaurador de uma nova lógica com a vinda e estabelecimento de alguns bacharéis na cidade, o que possibilitou, pelo poder das palavras e das novas ideias, a consecução de mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e urbanas. Retornando de seus estudos, sobretudo da Faculdade de Direito, do Recife, estes bacharéis, filhos dos fazendeiros que habitavam na zona rural, buscaram se acomodar na cidade. Com isso, os fazendeiros foram aos poucos voltando para a cidade. Assim, com as novas ideias e anseios, fazendeiros, bacharéis e forasteiros foram materializando na forma de discursos sobre o “novo” e em práticas políticas em projetos modernizadores – mesmo que os caminhos continuassem a ser os mais tradicionais e autoritários.

Antes de ser lançado em livro, intitulado *Os Alicerces de Campina Grande*, o autor publicou o mesmo em “46 folhetins sob o título Síntese Histórica de Campina Grande”, entre os meses de janeiro de 1938 a julho do mesmo ano. Ao ser editado, em 1943, com todos os textos reunidos, destacava-se como a primeira obra sistematizada sobre a história de Campina Grande. O nosso interesse pela obra se deveu pelo fato dela concatenar, em sua narrativa, uma “teoria do urbano” bem como foi a primeira a reunir um texto coeso sobre a história da cidade. Além disso, deu corpo às componentes que foram reforçadoras de um espaço de excepcionalidade. Neste caso, esta história também acabou por ser legitimadora de uma mitologia da “grandeza”.

1.2. Memórias: repertórios da grandeza

Por outro lado, uma abordagem que também é convocada para esta análise consiste nos escritos do jornalista campinense Ronaldo Dinoá (1944-2007) que, a partir de 1977,

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do Povoado e da Vila (1697-1864). 3. ed. Campina Grande: Ed Caravela, 2006. p. 75.

passou a publicar uma coluna semanal no suplemento “Tudo”, do jornal *Diário da Borborema*, órgão dos Diários Associados, em Campina Grande. Naquela coluna, Dinoá deu corpo a várias histórias sobre a cidade, narradas a partir de algumas “personalidades” cujas lembranças estão marcadas pela tradicional trilogia constituída pela promessa, apogeu e decadência de um espaço urbano.⁶⁶

O trabalho de Dinoá parte de uma constatação, de um eco de nostalgia que busca escavar dos fios da memória as imagens de uma “próspera” Campina. As colunas começaram a ser publicadas na década de 1970 e, posteriormente, foram reunidas numa obra intitulada *Memórias de Campina Grande*, em dois volumes, publicados em 1993. O autor afirmou na sua “Introdução” que “a publicação de um livro enfeixando a maioria das aludidas entrevistas, no afã de resgatar para as novas gerações a memória de minha cidade, era uma questão de honra”.⁶⁷

Obviamente, nem todos os personagens destacados na obra foram entrevistados. Observação que vem reforçar a ideia de que o período dos “grandes” homens, dos que fizeram a “grande” Campina, já havia passado há algumas décadas. Suas “histórias” vieram à tona a partir das “reminiscências” de alguns personagens selecionados, ainda vivos, ou de parentes, como cônjuges, filhos e irmãos. Tratando de um trabalho de cunho jornalístico, o autor não teve uma preocupação com o “formal ou estético” nem buscou problematizar as falas dos entrevistados. O prefaciador Ricardo Soares deu ênfase a Dinoá como um historiador do cotidiano, matéria prima angariada no exercício de lembrança de seus entrevistados de onde conseguiu dar um “mergulho na história” de Campina Grande.

Os dois volumes foram organizados obedecendo a uma cronologia que privilegiou uma abordagem desse espaço pela ótica da “evolução” e de seu crescimento. Assim, os eventos iniciais que figuram nos sumários dos dois volumes foram a “Luz Elétrica em Campina Grande (1925)”⁶⁸, no primeiro, e a “Chegada do Trem (1907)”⁶⁹, no segundo,

⁶⁶ Para uma abordagem sobre esta problemática na segunda metade do século XX, ver: LOPES, Stenio. **Campina, Luzes e Sombras**. Campina Grande: Grafset, 1989. p. 25. Para o autor, depois de seu período áureo, Campina Grande a partir da década de 1960 em diante, passou a viver das suas memórias de “prosperidade” e se tornou uma cidade ressentida, política e economicamente.

⁶⁷ DINOÁ, Ronaldo. Introdução. In: _____. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 1. p. 15.

⁶⁸ Camilo Barbosa da Silva aponta, em sua monografia, para a chegada da Energia Elétrica em Campina Grande como um dos benefícios advindos da pujança algodoeira.

⁶⁹ A chegada do trem em 1907 foi considerada outro marco inicial para a hegemonia comercial de Campina Grande e teria sua influência quadruplicada no crescimento do comércio, no aumento da população, na reorganização do espaço citadino. **Anuário de Campina Grande, 1925** apud SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder**. A construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). 1988. 58f. Monografia. Departamento de História e Geografia. UFPB, Campina Grande. p. 05. Quando o autor se refere à quadruplicação da influência, ele quer dizer que como

respectivamente. Somando-se a esses dois marcos, notamos que existem palavras que se repetem no universo imagético-discursivo de seus depoentes e que são relevantes para a nossa reflexão: os “forasteiros”, o “desenvolvimento”, o “comércio”, o “futuro”, a “promessa”, a “atração”, o “cosmopolitismo” e o “progresso”. Estas palavras ou estes enunciados discursivos dão corpo a um imaginário que sedimenta a ideia de Campina pelo crivo da “grandeza” e da prosperidade. Fizeram parte de uma rede discursiva que visou construir a ideia da “grande” Campina e esses ecos eram emitidos pela classe que comerciava com o algodão.⁷⁰

Campina Grande é uma cidade que se vangloria por ter sido um empório do “ouro branco”. Naquele cenário, a sua relevância para o mercado cotonicultor mundial pode ser percebido pelas informações que constam na chamada Missão Pearse, de 1921. Além de ser o empório que contava com um maquinário moderno no interior do Nordeste, era também “*the great interior cotton market in the north*”, redistribuindo toda mercadoria pelas estradas de ferro de Pernambuco e da Paraíba.⁷¹ No *Almanaque* do Estado da Paraíba, edição de 1922, encontra-se um longo comentário feito pelo bacharel Nelson Lustosa, organizador da publicação, sobre a referida “missão”.

O senhor Arno Pearse veio ao Brasil para conferir *in locu* a produção algodoeira e, como resultado de sua análise, produziu um relatório que foi publicado posteriormente em Londres. Contendo doze capítulos, sendo que o décimo é o capítulo que trata dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Deste relatório, algumas conclusões foram reconhecidas pela comissão e apresentadas na reunião da Federação Internacional do Algodão ocorrida em Paris, em 12 de outubro de 1921:

Campina Grande foi constituída sob o signo do “progresso”, a presença da estrada de ferro veio acelerar o comércio desta intensificando o comércio bem como “fornecendo-lhe infra-estrutura e rapidez”.

⁷⁰ Neste período, contava-se 17 bolandeiras, 563 descaroçadores e 2 usinas no Estado, em Campina Grande contava-se com 5 bolandeiras, 48 descaroçadores. Cf. SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. Algodão e modernização em Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete Queiroz de (org.). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União; Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000. p. 70. Também, observamos que é através da indústria algodoeira, da mecanização e de seu beneficiamento, que observamos uma mudança nos quadros do Estado. Segundo Diógenes Caldas, a aparelhagem do Estado era defasada, sendo ainda comum o uso da bolandeira e aponta que as máquinas de cilindro, sistema *Platt*, ainda não havia sido introduzidas. Além disso, cita que, em 1915, a falta de estradas carroçáveis e ferrovias dificultavam o escoamento do algodão para os mercados externos. Observa-se que à medida que a atenção do Estado era voltada para essa indústria com o incentivo de políticas públicas na construção de estradas de rodagens bem como no estímulo e assistência aos agricultores que lidam com a cultura algodoeira. Tudo isso significava a inserção de um olhar modernizador ou progressista em nível de políticas técnicas.

⁷¹ PEARSE, Arno S. **Brazilian Cotton**: journey of the Journey of the International Cotton Mission through the Cotton States of São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Alagôas, Sergipe, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte. Manchester: International Federation of Master Cotton Spinner’s Manufacturer’s Association, 1921. p. 155-170.

A directoria da Federação Internacional do Algodão, tendo recebido o relatório do secretário geral, da recente viagem da missão internacional algodoeira, do Brasil, é de opinião que dos diversos Estados visitados, São Paulo, Parahyba e Rio Grande do Norte são especialmente apropriados para a cultura do algodão. (...) A directoria é de opinião que a introdução dos descaroçadores de rólos nos Estados do nordeste brasileiro, contribuiria eficazmente para evitar a deterioração da fibra, melhorando a qualidade do algodão entregue as fábricas e obteria o aumento compensador nos preços.⁷²

A grande preocupação da comissão revelada no relatório era que as fibras do algodão comercializado e descaroçado nessa região fossem preservadas, pois com isso alcançaria alto valor no mercado internacional (preferencialmente os compradores das fábricas de Manchester, na Inglaterra). Ainda segundo informações do relatório, o algodão fornecido pelos Estados Unidos e África possuía uma fibra curta, o que fazia com que perdesse perdendo valor no mercado internacional. A ideia era incentivar investimentos do governo brasileiro em âmbito federal, municipal em prol da cultura algodoeira bem como o melhoramento e distribuições de sementes de um só tipo, uniformizando a produção. Assim, segundo o relatório:

A COMPANHIA PARAHYBANA DE PRENSAGEM E BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO” em Campina Grande. A empresa de exportação de algodão de Soc. Anonyma Wharton, Pedroza, é em grande parte interessado nesta preocupação. Apesar de Campina Grande não está no coração produtor de algodão, é um grande empório de algodão, onde uma parcela considerável do algodão Seridó é vendido e escoado por trem. Há pouca diferença entre as novas fábricas de descaroçamento que acabamos de descrever, exceto que no estabelecimento de Campina existe uma prensa de alta potência fardo dos Srs. David Bridge & Co., Ltd., de Castleton, Lancashire, produzindo fardos de uma densidade de 50-60 iBS . por cu . Ft . , Enquanto que as outras duas empresas não possuem prensas de fardos de alta densidade. A “Companhia Industrial de Algodão e Oleos” de Trajano de Medeiros não compra o algodão, mas apenas gins " em comissão" , que compra a semente de algodão para as suas próprias prensas de óleo. As outras duas preocupações comprar algodão em caroço”.⁷³

⁷² CABRAL, Nelson Lustosa (dir.). **Almanach Administrativo, Histórico, Mercantil, Industrial do Estado da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922. p. 248-249.

⁷³ *Idem, ibidem*. p. 221. Tradução livre baseada na seguinte passagem: “Há uma terceira empresa que possui uma fábrica de descaroçamento muito moderno, viz (sic), *There is a third firm which owns a very modern ginning factory, viz., (sic) “THE COMPANHIA PARAHYBANA DE PRENSAGEM E BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO” at Campina Grande. The cotton export firm f. Soc. Anonyma Wharton, Pedroza, is largely interested in this concern. Though Campina Grande is not in the heart of the cotton growing district, it is a large cotton emporium where a considerable portion of the Seridó cotton is sold and put on the railways. There is little*

O trecho acima enfatiza a importância da Companhia Parahybana de Prensagem e Beneficiamento de Algodão e sua preocupação em fornecer um fio de qualidade para o mercado externo. Como espaço que comerciava Campina Grande se destacava por despachar a produção da região do Seridó, de onde vinha à fibra Mocó⁷⁴. Também se destacava por possuir firmas descaroçadoras de alta densidade, ou seja, com capacidade de enfeixamento de fardos grandes possibilitando maiores exportações.

Os resultados desta missão, e a relevância que deu à Campina Grande, são importantes para compreendermos os ecos de memória sobre os quais Ronaldo Dinoá se debruçou em interação com os seus interlocutores. Por outras palavras, queremos afirmar que o jornalista deu grande ênfase em seu trabalho às narrativas que têm como pano de fundo o *boom* do comércio algodoeiro, embora outros pontos sejam também elencados.

O sumário de *Memórias de Campina Grande* foi organizado de forma a dar evidência aos seguintes temas: o ciclo algodoeiro, comércio, indústria, famílias, clubes de serviços, política, religião, educação, saúde, comunicação, artes, esporte, personalidades, diversões, gastronomia, tipos populares, boemia, damas da noite, entre outros.

Quanto às perguntas lançadas aos seus entrevistados, o jornalista visou proporcionar, ao leitor, uma visão que demarcasse um lugar especial para Campina Grande. As narrativas ajudaram-no a traçar o perfil da cidade que, como um personagem ilustre, teve o seu período áureo entre os anos 1920 e 1940. Das perguntas elencadas, quatro privilegiaram pontos importantes que permitiram a demarcação da problemática de nosso trabalho: 1- a identificação do entrevistado, quando e onde nasceu; 2 - Qual o trabalho exercido pelo entrevistado; 3 - Como era o comércio de Campina Grande antigamente e conseqüentemente a cidade; 4 - O que tinha possibilitado o desenvolvimento e o crescimento de Campina Grande.

Essas questões são importantes, pois nos ajudaram a entender como se constituiu uma imagem de Campina através das lembranças dos entrevistados sobre o período de 1920-1940 e seu comércio com o algodão⁷⁵ que possibilitou: a vinda de “forasteiros”, o intenso

difference between the new ginning factories just described, except that in the Campina establishment there is a high-power bale press of Messers. David Bridge & Co., Ltd., of Castleton, Lancashire, turning out bales of a density of from 50 to 60 lbs. per cu. Ft., whilst the other two Companies do not possess high density bale presses. The “Companhia Industrial de Algodão e Oleos” of Trajano de Medeiros does not buy cotton, but merely gins “on commission”; it buys cotton seed for its own oil presses. The other two concerns buy seed cotton”. A região Seridó referida neste relatório localiza-se entre os limites dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, onde foi produzida uma fibra de algodão especial, conhecida por Mocó e que possuía fibras longas e sedosas.

⁷⁴ FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980. p. 164-167.

⁷⁵ Antes dos anos de 1930, mais precisamente no último quartel do século XIX, o município de Campina Grande já comerciava com o algodão sendo um ponto para onde confluía o algodão vindo do interior (sertão nordestino)

trabalho no comércio e indústria algodoeira e o conseqüente aumento do mesmo, a transformação do espaço citadino de um pequeno burgo para uma cidade antenada com a noção de “progresso”, iniciado ainda na gestão do prefeito Cristiano Lauritzen e que ganhou força nas décadas seguintes, principalmente durante a fase inicial intervencionista do governo de Getúlio Vargas, na década de 1930.

Através dos depoimentos sobre Campina Grande, a perspectiva do autor era legitimá-la como um lugar que desde cedo abriu suas portas para acolher pessoas de fora que aqui se fizeram e abraçaram-na tornando-se campinenses de coração.⁷⁶ Chegando a esta constatação, a primeira entrevista emblemática posta no primeiro volume, é a “chegada da energia elétrica”.⁷⁷ A eletricidade é um dos signos da modernidade que trouxe muitos benefícios para o ambiente urbano incluindo mudanças nos comportamentos, novas sensibilidades e na introdução de elementos materiais que vieram facilitar a vida das pessoas.

e fazia comunicação com o porto do Recife, de onde se escoava a produção paraibana para o resto do Brasil e o exterior. Segundo Camilo Barbosa da Silva, as causas para que possa ser compreendido o começo do desenvolvimento da cultura algodoeira na região nordestina está ligada a fatores conjunturais situado na Guerra da Secessão (1861 a 1865) dos Estados Unidos então maior produtor de algodão internacional. “O Nordeste brasileiro atendeu a solicitação do comércio internacional, principalmente a indústria têxtil inglesa, ampliando sua área cultivada e encontrada – grande demanda internacional. A Paraíba tornou-se a época o estado de maior produção algodoeira do Brasil.” SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder.** A construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). 1988. 58f. Monografia. Departamento de História e Geografia. UFPB, Campina Grande. p. 04. O autor também enfatiza que o comércio algodoeiro no Estado impulsionou as demais atividades comerciais de Campina Grande. Para se ter uma ideia da importância atribuída ao comércio algodoeiro em Campina Grande, o **Almanach** para o ano de 1922 enfatiza essa temática através do debate em textos que debatem a importância do Estado da Paraíba na produção algodoeira nos anos 1920. A ênfase é dada ao uso do algodão produzido no Estado na indústria nacional de confecção de tecidos, no atestado da qualidade desse algodão sendo as credenciais emitidas pelos exigentes mercados ingleses, holandeses e norte-americanos e a exposição em feira internacional que ocorrida no Rio de Janeiro no mesmo ano e as 4 regiões produtoras. O texto tem um título sugestivo (A terra do “ouro branco”) e menciona: “O Estado da Parahyba é o principal productor de algodão do Brasil, tanto assim que quase todos os seus municípios cultivam algodão; é no seu sertão que começa a afamada região do Seridó, onde se cultiva a melhor fibra que o paiz possúe”. CABRAL, Nelson Lustora (dir). **Almanach Administrativo, Histórico, Mercantil, Industrial do Estado da Parahyba.** Parahyba: Imprensa Oficial, 1922. 6ª fase. 14º ano. p. 172-173. Este almanaque também traz informações sobre como a porcentagem do algodão paraibano é distribuída, sobre a 6ª Delegacia Federal do Serviço Regional do Algodão (p. 180). Acerca do relatório da Missão Inglesa (pelo senhor Arno Pearse) sobre as condições de produção do algodão brasileiro, inclui-se aí o algodão paraibano e seu comércio em Campina Grande (p. 246).

⁷⁶ A partir do depoimento do senhor José Celino, Dinoá enfatiza a múltiplas faces de Campina Grande, em suas palavras: “de milhares de tipos incomuns, de forasteiros que para aqui vieram e, facilmente, conseguiram êxito, ocupando os cargos mais importantes da comunidade. E de outros que também vieram de fora, lutaram e se estabeleceram, criando raízes e tornando-se tão campinenses como os daqui nascidos.” Ver: DINOÁ, Ronaldo. *op. cit.* v. 01. p. 129. Mas, além do trabalho de Dinoá, outros trabalhos pouco tocam nesse ponto que consideramos emblemático para se compreender como nos anos de 1930 a 1950, Campina Grande foi construída com a áurea da grandeza. Os forasteiros ou simplesmente “as gentes de fora” vinham em busca do futuro promissor que emanava de Campina Grande. Naquele período, a cidade experienciava o boom algodoeiro o que permitiu a uma dada camada da cidade, diga-se a dos comerciantes do algodão.

⁷⁷ Segundo Silva, “o abastecimento de energia elétrica começou muito exíguo e precário, mas favoreceu a prestação de serviços como: estabelecimento de crédito, pensões, hotéis, escritórios de representações, casas comerciais, etc.” Cf. SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder.** A construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). 1988. 58f. Monografia. Departamento de História e Geografia. UFPB, Campina Grande. p. 07.

Dito isso, no segundo volume da obra temos a “chegada do trem” como uma insígnia que traria o “progresso” à Campina Grande. Por suas palavras: “em 1907, inaugura-se entre nós, a estrada de ferro, fato que veio quadruplicar a influência desta cidade, intensificando-lhe o comércio, aumentando-lhe consideravelmente a população, determinando a construção ininterrupta de novas ruas, de edifícios modernos, particulares e públicos (...)”.⁷⁸ A chegada do trem em Campina Grande foi entendida como vital para seu desenvolvimento.

De igual modo, os dois volumes foram organizados para dar a impressão de que os eventos ocorridos e citados fossem entendidos como excepcionais, o pontapé inicial para que a cidade se deslanchasse. Campina Grande vai sendo apresentada, em cada depoimento, através de múltiplos olhares cujo filtro é o de Dinoá. Tomando como mote de análise os seus depoimentos, muitos retroagem até o período de 1920 a 1940, momento em que alguns narradores/personagens haviam chegado e que a situação “estratégica de Campina Grande no agrocomércio de algodão” favorecia à migração, principalmente depois da ligação da cidade com Recife através da estrada de ferro⁷⁹, bem como o escoamento da produção.

Segundo Gervácio Aranha, as ferrovias eram objetos de disputas acirradas de diversos grupos políticos e forças econômicas. No início do século XX, emergiu no cenário paraibano⁸⁰ algumas preocupações em torno do comércio da capital paraibana que temia a concorrência com Recife e apoiou o avanço da estrada de ferro, que viria para Campina Grande, pela cidade de Alagoa Grande. O grupo da capital paraibana temia que a construção de outro ramal, a exemplo do que passava pela cidade de Itabaiana, limítrofe com Pernambuco, enfraquecesse o comércio entre o interior da Paraíba e a Parahyba do Norte.

Segundo Aranha, os interessados nessa interconexão ferroviária eram os próprios comerciantes do Recife, “eram eles que mais tiravam proveito das correntes existentes com os vários sertões, de Pernambuco mesmo e dos estados vizinhos. E eles, através de sua corporação comercial, faziam pressão para que Pernambuco se mantivesse como o poderoso Leão do Norte.”⁸¹ Ainda segundo o autor, os interesses partiam da elite comercial produtora de Campina Grande e de toda a extensa área sertaneja.

O exemplo de Cristiano Lauritzen, renovado chefe político, comerciante e grande proprietário local que procurou justificar a vinda da estrada pela ponta de trilho de Itabaiana dando ênfase ao potencial econômico de Campina Grande. Em memorando encomendado

⁷⁸ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 2. p. 25.

⁷⁹ ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFPG, 2006. p. 236-241.

⁸⁰ ALMEIDA, Elpidio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1979. p. 341.

⁸¹ ARANHA, Gervácio Batista. *Ibidem*. p. 236-237.

pelo próprio Lauritzen, Campina Grande foi apresentada como “essa cidade edificada no planalto da Borborema, na convergência de três grandes estradas centrais dos sertões do Piauí, Rio Grande do Norte e Parahyba do Norte, não só porque já é um entreposto natural para permuta de mercadorias, gados e outros produtos, como, principalmente, por ser o ponto que se pode denominar estratégico para o abastecimento dos sertões do Norte (...)”.⁸²

Estabelecemos assim, que é nesse lastro de tempo que a cidade vai se cercando de um discurso acentuado pelo paradigma do “progresso” e que enfocava “valores burgueses de higiene, moralidade e funcionalidade”⁸³. É um momento de prosperidade⁸⁴, vivenciado através de seu comércio algodoeiro⁸⁵, e que foi marcado por novas experiências que culminaram em intensas reformas e mudanças no cotidiano da cidade.

Segundo Silêde Cavalcanti, Campina Grande teve o seu espaço redimensionado pela presença e contato com os “forasteiros” que aqui vieram se estabelecer. Estes passantes/forasteiros trouxeram uma prática de comércio que teve seus inícios com os chamados “Tropeiros da Borborema” que, em lombos de jumentos, traziam produtos agrícolas, peles, couros e gado vivo para vender e trocar na feira.⁸⁶ Ainda segundo Cavalcanti, o comércio algodoeiro foi outro ponto de onde partiu a pujança econômica que permitiu a Campina Grande em meados dos anos de 1920 e 1930 experimentasse a modernização e as suas ambiguidades no espaço citadino.

Para Cavalcanti, os “forasteiros”, o comércio com o algodão, a presença da estrada de ferro que permitia o escoamento dos fardos de algodão para o porto da cidade do Recife e de lá seguiam para o exterior, e o posterior transporte do algodão que passou a ser realizado por caminhões deram um novo vigor à cidade. A cidade foi sendo gestada “Grávida de modernidade, de ousadia, de despudor, de liberdade e de progresso”.⁸⁷ À semelhança de

⁸² QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. **Cristiano Lauritzen**. João Pessoa: União, 2000. p. 14. (Coleção Paraíba Nomes do Século).

⁸³ CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: o discurso Jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande (1930-1950)**. 2000. 213f. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife. p. 53.

⁸⁴ Essa prosperidade advém do intenso comércio do algodão. Segundo Camilo Barbosa da Silva, Campina Grande contava com 340 estabelecimentos que comerciavam com o algodão, “sendo 40 grandes e 300 pequenos, dos grandes 32 compradores de algodão”. *Idem, ibidem*. p. 08.

⁸⁵ Gervácio Aranha se refere à “estrada das boiadas que se tornou uma das principais rotas do algodão sertanejo em demanda do Recife”. Para os grupos dominantes de Campina Grande, a ponta de trilhos era encarada como meio de fortalecer a condição que a cidade vinha assumindo como importante entreposto comercial na rota entre o interior sertanejo e a praça recifense. Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006. p. 240.

⁸⁶ *Idem, ibidem*. p. 46. Sobre essa questão Cf. CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do Povoado e da Vila (1697-1864)**. 3. ed. Campina Grande: Ed Caravela, 2006.

⁸⁷ CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: o discurso Jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande (1930-1950)**. 2000. 213f. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife. p. 50.

outros escritos, a autora atribui o desenvolvimento da cidade ao fato de ser um “emporium comercial do algodão que assim se configurava desde 1910, quando começou a atrair grande quantidade da fibra produzida no interior da Paraíba e dos Estados circunvizinhos”.⁸⁸

Campina Grande foi uma praça de exportação de algodão que, nos anos de 1930, se sobressaiu no cenário nacional por ser exportadora para outros centros do Brasil e do exterior. Naquele momento de prosperidade, a cidade passou a ser vista como um lugar de atração e para seu espaço muitas pessoas chegaram vindo buscar novas oportunidades.

Nas lembranças dos depoentes de Dinoá, a cidade pululava, crescia e espalhava-se. Este é um ponto emblemático na construção de uma “grande” Campina: a noção de uma cidade cosmopolita, que era atração, que acolhia e misturava. Os que vinham de fora e procuravam se instalar aqui pela busca de um lugar que exercia atração e sedução no imaginário. Um “Eldorado do algodão” que, semelhante ao “ciclo da borracha” dos rincões amazônicos, exerceu seu intenso fascínio pelo comércio e a possibilidade de prosperidade. Mas, a quem interessava a construção dessa “grande” Campina?⁸⁹

Segundo Camilo Silva, o grupo comercial que dividia com os latifundiários a participação política do município na primeira metade do século XX era a dos comerciantes de algodão. Essa camada social⁹⁰ era composta por muitos comerciantes de origem humilde que enriqueceram devido a atividade algodoeira, e em parte, é através dela que emana o discurso de grandeza que constrói uma cidade que se alinhasse com o tamanho do prestígio daquela classe social. Segundo Rômulo de Araújo, “Campina Grande é resultado de atuação de sua burguesia comercial (...) é a ela que se deve a pujança campinense”.⁹¹

No primeiro volume, quando trata do evento da “chegada da Luz elétrica”, Ronaldo Dinoá entrevistou a D. Etelvina Soares, filha do português Tomás Pereira Soares, nascido no arquipélago dos Açores, Portugal, sobre o qual deu-nos algumas informações. Formado em engenharia eletrônica na Alemanha, ele foi colega de curso do também engenheiro Armando Brito, pernambucano e dono da Empresa de Força e Luz⁹², em Campina Grande. Em 1925, a

⁸⁸ *Idem, ibidem*. p. 50-51.

⁸⁹ Demóstenes Barbosa (natural de Pernambuco), Zumba Monteiro ou José Inácio Monteiro (natural de Timbaúba, Pernambuco), Luiz Soares (natural de Boa Vista, Paraíba), etc.

⁹⁰ Segundo Silva, o comércio de Campina Grande determinado da produção mercantil simples a partir do excedente rural da região é que possibilitou “o surgimento e fortalecimento de uma classe comercial que no século XX viria, ao lado dos latifundiários, participar da direção política do município”. p. 13.

⁹¹ SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder**. A construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). 1988. 58f. Monografia. Departamento de História e Geografia. UFPB, Campina Grande. p. 11.

⁹² Em 1925, a concessão de administração da energia elétrica ainda era particular. Segundo Severino Cabral Filho, em 1915, na administração de Cristiano Lauritzen, houve a tentativa de implantação da energia elétrica através de lançamento de edital e concorrência para instalação de empresas que trouxessem o benefício para

convite daquele, chegou a Campina Grande acompanhado de sua família para administrar a referida empresa. Nas lembranças de D. Etelvina, na época ainda uma menina, “o povo de Campina Grande sempre teve um tratamento carinhoso para com aqueles que aqui aportam principalmente os estrangeiros.”⁹³ Relembrando o momento de sua chegada, afirmou:

Quando nós chegamos em Campina Grande, no ano de 1925, segundo meu pai nos relatou certa vez, tomamos um choque muito grande, quer dizer, achamos a cidade pequena, ainda subdesenvolvida, com aqueles “pretinhos” nus pelas ruas. Você veja que gente tinha vindo de um lugar mais desenvolvido do que Campina Grande na época. Mas, depois as coisas foram mudando, Campina crescendo mais e mais, se desenvolvendo, até chegar ao ponto que hoje ostenta no país.⁹⁴

O depoimento aponta para um choque cultural quando da chegada da família do senhor Tomás Soares. Aqui, deparou-se com uma cidade “pequena” e “subdesenvolvida” e, em sua fala, ainda ecoa um toque de preconceito civilizatório. Por outro lado, ao mesmo tempo, nos permite perceber como a “grande” Campina ainda não fazia parte do imaginário das pessoas. Em 1925, Campina ainda era uma cidade eivada de problemas estruturantes e dentre eles a presença constante de mendigos em suas ruas.

Essa visão negativa se deve ao fato da senhora Etelvina ser de origem portuguesa e ter sentido o choque diante do novo. Na narrativa D. Etelvina afirmou que as “coisas” depois foram mudando, porém não forneceu maiores detalhes. De qualquer forma, a narrativa expressa a ideia que foi colocada no início do texto: de que essa terra atraía pessoas de fora e a última frase refere-se ao lugar ocupado por Campina Grande no cenário nacional advindo de seu comércio algodoeiro.

O “forasteiro”, conforme já vimos, foi uma peça fundamental na construção de uma “grande” Campina. Epaminondas Câmara referiu-se a estes como “audaciosos, aventureiros, rebeldes, progressistas e mercantilizados”, e naturalmente vocacionados para o empreendimento, que não se deixavam engessar e que constituíram “um fenômeno histórico que deve merecer a atenção dos entendidos. É que desde os primeiros anos, os forasteiros

Campina Grande. Ainda segundo o autor, “cinco anos depois da primeira e frustrada tentativa, um consórcio formado pelo engenheiro Joaquim de Brito, pelo Dr. André Bezerra de Rego Barros e pelo Sr. João da Costa Pinto finalmente fez brilhar a fada elétrica na cidade, graças a um motor de 100 CV e um gerador de 65 KW”. Para mais informações, cf: CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia), UFPB, João Pessoa.

⁹³ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 1. p. 24.

⁹⁴ *Ibidem*.

mostraram-se progressistas.”⁹⁵ Nos “alicerces” de uma grande Campina estiveram presentes os forasteiros, negociantes de farinhas e os tropeiros conduzindo gados.

Outro depoimento, que se refere à presença dos forasteiros na cidade, é o do comerciante Olavo Cavalcanti, nascido em 1914, rememora como “Campina Grande era uma cidade que estava despontando no cenário paraibano como promissora, então com este desenvolvimento, fui atraído para viver nela”.⁹⁶ Os depoimentos vão se somando e costurando um olhar sobre a cidade, um repertório que só veio a reforçar que o lugar de grandeza foi colado a ela. Entenda-se colagem como uma composição de elementos diversos sobre uma tela. Um exemplo do que chamamos de colagem são os dois volumes de Dinoá, pois o livro é a tela e os elementos que aparecem de diversas formas são os repertórios compostos pelo autor. Portanto, a operação de Dinoá possui seus “efeitos de realidade”, ou seja, ele visa dar a ideia de algo, nesse caso visa legitimar a noção de uma “grande” Campina.

O forasteiro Cícero Medeiros, nascido na cidade de Acari, interior do Estado do Rio Grande do Norte, chegou a Campina em meados de 1948. Das suas lembranças, ecoam o contato dos forasteiros com a cidade:

Eu acho que foi o seguinte: todo forasteiro que vinha e vem para Campina Grande se dá bem. Então, essa cidade atraiu um número de forasteiros de várias cidades do Nordeste, principalmente aquelas mais perto daqui. Quando aqui cheguei, *morava numa rua que tinha oito casas e apenas uma delas era de família de Campina Grande. Muitos forasteiros que aqui aportavam, vinham atraídos pelo clima e pela facilidade de seu comércio (...)*⁹⁷.

A ênfase dada à figura do forasteiro nas narrativas é para justificar como Campina Grande foi construída pelo trabalho dos que aqui chegavam. “Naturalmente”, na fala do depoente todo “forasteiro” conseguia prosperar na cidade. Notamos ainda que essa migração ocorria desde tempos passados⁹⁸ e ainda no tempo presente como rememorou o senhor Cícero. A cidade na sua lembrança era um corpo que atraía.

O senhor Cícero Medeiros acrescentou o porquê de sua vinda para essas terras. Acometido de uma enfermidade, foi aconselhado pelo médico a buscar a boa água de

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 29.

⁹⁶ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 2. p. 73.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 81. *Os grifos são nossos*.

⁹⁸ CÂMARA, Epaminondas. **Alicerces de Campina Grande**. Nesse livro, Câmara trata pontualmente da fundação da cidade de Campina Grande e trouxe informações sobre os “forasteiros”, conforme já vimos anteriormente.

Campina Grande abastecida por Vaca Brava⁹⁹, no município de Areia. Além disso, o clima mais frio da cidade foi outro fator que influenciou sua vinda para essas terras já que no sertão norte-rio-grandense o clima era mais quente. Mais a frente, mencionou como o comércio da cidade era privilegiado pela prosperidade da exportação do algodão, lembrando também que o algodão Mocó produzido na região do Seridó era escoado pela “praça” de Campina Grande.

Já o senhor Severino Guedes, nascido em Campina Grande, em 1918, depois de um período em Caruaru, regressou em 1933, para abrir uma firma com Abdallah Noujain. Quando perguntado quais fontes de riqueza se baseava o desenvolvimento de Campina Grande, respondeu:

Era, o comércio em geral, especialmente o algodão, que era sua principal fonte de riquezas. Em volta disso se gerava muitas outras fontes. Campina começou a crescer devido a esse comércio que, naquela época, teve um impulso muito grande por causa do algodão. Muitos comerciantes de outros centros se deslocaram para cá, em virtude dos grandes negócios que eram feitos aqui. Os árabes tinham uma visão muito grande de negócios, não hesitaram em vir para cá com suas famílias, formando a colônia árabe maior do estado, na época. Os árabes são pessoas que só permanecem em lugares onde tem vantagem. São realmente grandes comerciantes.¹⁰⁰

O comércio algodoeiro, a riqueza que este produziu, atribuiu à Campina Grande o lugar de grandeza e riqueza. Foi o algodão que polarizou o movimento de ida e vinda de mercadorias e pessoas. Um ponto derivado deste foi o crescimento do comércio atacadista viabilizado pelo algodão bem como um redimensionamento na infraestrutura da cidade, “mudando e moldando a fisionomia da cidade através de novas ruas e bairros, criando profissões diretamente ligadas às atividades algodoeiras (...) além de modificar o cotidiano da cidade”.¹⁰¹

Uma das perguntas feitas por Dinoá aos depoentes focalizava na ideia do que mais teria contribuído para o desenvolvimento de Campina Grande. Nas palavras de Severino Guedes: “Foi o seguinte. O homem que veio de fora. Campina sempre foi e será uma cidade cosmopolita.”¹⁰² A ideia do “forasteiro” estava ligada à noção de um cosmopolitismo na leitura que faziam da cidade, que agregava, em seu perímetro urbano, diferentes pessoas e

⁹⁹ A barragem de Vaca Brava localizava-se no município de Areia e foi construída no governo de Argemiro de Figueiredo quando este era interventor no Estado.

¹⁰⁰ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 2. p. 105.

¹⁰¹ SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder**. A construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). 1988. 58f. Monografia. Departamento de História e Geografia. UFPB, Campina Grande. p.15.

¹⁰² DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 1. p. 108.

culturas. Além disso, o forasteiro ganhou a atribuição de que trouxe o “progresso” para a cidade¹⁰³.

Os jornalistas Ronaldo Dinoá e William Tejo, em temporalidades diferentes, publicaram sobre a presença de estrangeiros em terras campinenses, mais especificamente portugueses e árabes. Essa informação vem a reforçar a nossa tese de que um dos pontos que se enfoca tanto por uma historiografia mais antiga como por matérias jornalísticas é que, para se construir a “grandeza” de Campina se fazia necessário reforço da noção de cosmopolitismo pela presença dos “forasteiros” e nessa incluí-se estrangeiros - é que o sentido dado ao “forasteiro” é diferente do dado ao estrangeiro, que vem de fora do país. O “forasteiro” é o estranho àquela terra, muitas vezes vindo das redondezas e de outros Estados, pobres, vinham para Campina Grande em busca de melhorar sua condição de vida. Já quem vinha de outro país, portugueses e árabes mais pontualmente, traziam consigo a ideia de que vindo do estrangeiro a sua condição de “forasteiro” era melhor.

Segundo Dinoá, em matéria escrita na *Revista Tudo*, de 22 de julho de 1990, “houve aqui uma corrente imigratória, com predomínio e número significativo de uma nação, fenômeno inclusive como no Nordeste. Sendo assim, vieram para Campina Grande alguns alemães, chineses, japoneses sendo mais numerosos os libaneses, portugueses e inclusive italianos.” A ideia era reforçar que a cidade era um centro aglutinador de pessoas, seja de migrantes, pessoas vindas do entorno da região Nordeste quanto de imigração que se caracteriza por pessoas vindas de fora. A sua crônica iniciou com: “Campina, sociologicamente, é uma amálgama de ádvenas” e que passou a reunir em espaço uma diversidade muito grande de pessoas.

A fama de rica cidade nordestina foi atraindo estranhos, em chegando todos, e integrando seu mercado à farta mão de obra, ao comércio atraente e amplo em todos os setores. Um exemplo encontra-se no senhor Zito Napy, ou Normesiton Napy Charara que, em entrevista à *Revista Tudo*, afirmou que nasceu no Recife e que sua família veio para Campina Grande em fins dos anos de 1920. Como outros libaneses e seus descendentes, lidava com o ramo comercial, especificamente de joias e pedras preciosas.

O encontro de pessoas de outras culturas com a população nativa acabava por instigar novas ideias nas práticas cotidianas, sobretudo no variado comércio da cidade.

¹⁰³ Ver mais em: **Revista Tudo**, suplemento do jornal **Diário da Borborema** de 10 de setembro de 1989, p. 2.

Até hoje se diz que Campina Grande é uma cidade *cosmopolita*. Aqui residem pessoas de dezenas de países, que comungam o mesmo sentimento telúrico dos campinenses autênticos (...)

Ninguém, até hoje, soube dizer o porquê dessa *atração* que Campina tem para com as pessoas que a conhecem.

Cristiano Lauritzen chegou em Campina no último quartel do século passado, foi líder por essas bandas, chegando mesmo a governar a cidade.

A Colônia Árabe, desde anos idos, tem-se destacado em nossa comunidade através de homens que ajudaram o nosso *progresso*.¹⁰⁴

Esse cosmopolitismo reuniu no espaço urbano uma plêiade de homens vindos de outros estados e países em busca de novas expectativas e melhores condições de vida. Dos entrevistados de Dinoá, a maior parte desses depoentes comerciava, seja o comércio com o algodão, mas também outras mercadorias como miudezas, estivas, automóveis e alimentação. Mas certamente o comércio em torno do algodão nos parece indicar o caminho da prosperidade da cidade especificamente durante os anos de 1920 e 1940 bem como nos indica também que pode ser considerado o momento que no imaginário das pessoas a cidade foi sendo pensada com a ideia da grandeza.

Uma narrativa que merece destaque é o depoimento da viúva do senhor João Alves de Oliveira, nascido em 1884, comerciante, quase no fim de sua recordação ela afirmou que: “Campina já nasceu grande.”¹⁰⁵ Outro exemplo, foi o do senhor Pedro D’Aragão, nascido em São José do Egito, em 1890, que migrou para Campina Grande, em 1924. Chegado aqui, em suas palavras se depara com:

(...) uma cidade notável, com um grande desenvolvimento admirável no mercado de algodão. Tinha um comércio intenso em todos os ramos de atividade, que abastecia toda zona do cariri, sertão e brejo. Ao meu ver, a grandeza de Campina Grande corre justamente da sua privilegiada posição geográfica, situada bem no centro das quatro zonas: sertão, agreste, cariri e brejo.¹⁰⁶

Para além do comércio algodoeiro, que contribuiu enfaticamente para o engrandecimento de Campina Grande, outro ponto convocado pelo depoente era sua privilegiada situação geográfica a qual era ponto de convergência das quatro zonas (sertão, agreste, cariri e brejo) também foi outro fator elencado para a construção dessa grandeza. Era grande pelo comércio, pelo privilégio geográfico, pelo seu aparente cosmopolitismo por atrair para seus domínios pessoas de outros ambientes.

¹⁰⁴ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 01. p. 151.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*. v. 1, p. 59. Severina Xavier de Oliveira, conhecida por D. Mocinha.

¹⁰⁶ *Idem*.

Talvez o caso mais emblemático dos forasteiros que conseguiu prosperar em Campina Grande tenha sido o dinamarquês Cristiano Lauritzen, também alcunhado de o “Gringo”:



Imagem nº 01. Cristiano Lauritzen e família; Fonte: **Anuario de Campina Grande**, 1980.

Essa imagem é da família de Cristiano Lauritzen (em destaque), prefeito de Campina Grande pelo período de 14 de novembro de 1904 a 18 de novembro de 1923. Segundo o historiador Elpídio de Almeida alerta que “vai desaparecendo da memória das novas gerações campinenses a figura de Cristiano Lauritzen, um estrangeiro que se radicou na cidade quando era ainda um burgo sem atrativos, e serviu-a durante 43 anos continuados”.¹⁰⁷

Nas palavras de Almeida, Cristiano Lauritzen deveria ser lembrado como um dos grandes benfeitores desta terra.¹⁰⁸ Nascido na cidade de Thy, Dinamarca, emigrou para o Brasil em 1868. Comerciante, vendedor de joias percorreu todo o Norte (atual Nordeste) brasileiro. Depois de alguns anos de peregrinação, “deixou-se ficar em Campina Grande em 1880, contando a cidade apenas 3000 mil habitantes. O que o detinha não era a realidade do presente, senão a certeza do futuro”.¹⁰⁹

Estabelecido em Campina Grande, em pouco tempo casou-se com uma filha do tradicional comerciante Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque.¹¹⁰ Assim, “naturalizado

¹⁰⁷ ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. (1ª edição 1962). João Pessoa: Editora Universitária, 1979. p. 413.

¹⁰⁸ Além de Elpídio de Almeida, outros autores fazem tratam do ex-prefeito Hortêncio Honório de Melo (**Vultos e Fatos**, 1979); Ronaldo Dinoá (**Memórias de Campina Grande**, 1993); Evaldo Gonçalves de Queiroz (**Cristiano Lauritzen**, 2000);

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*. p. 413.

¹¹⁰ Alexandrino Cavalcanti foi comerciante, proprietário e presidente da Câmara Municipal.

brasileiro, casado em família com influência na política local, foi sem se sentir levado a tomar parte nos assuntos da administração pública, a interessar-se pelos problemas da comuna, vindo a concorrer apaixonadamente para o desenvolvimento da terra a que se ligara.”¹¹¹

Em matéria escrita para o *Anuário de Campina Grande*, nos anos de 1980, Eurípedes Oliveira vai se referir a Cristiano Lauritzen como um “gringo” que era prefeito da cidade, de origem dinamarquesa chegado aqui no tempo do Império e que se naturalizou “(no verdadeiro sentido da palavra) um caririzeiro”. Consta ainda que Cristiano Lauritzen se apropriou das astúcias das políticas regionais conhecendo a política nacional melhor do que alguns nacionais¹¹². Ainda nas suas referências foi um dos responsáveis pelos inícios da “grandeza” de Campina Grande. Enquanto comerciante, convocou para si a luta em defesa do comércio campinense que era realizado principalmente com a praça comercial do Recife. Por isso, sofria com o boicote dos comerciantes da capital (Parahyba) no projeto da construção de uma extensão da estrada de ferro para Campina. Assim, o “gringo”:

(...) por todos os modos defendia a sua cidade. Com decisão e coragem, custeando todos os gastos do seu próprio bolso foi até a Capital Federal e lá, no gabinete do Ministro da Viação, ousadamente falou até conseguir o traçado por Itabaiana. No dia 2 de Outubro de 1907, ele estava entre os que foram assistir à inauguração do tráfego ferroviário ligando Campina Grande à Capital do Estado e às demais de Natal, Recife e Maceió. Foi o começo da grandeza da cidade. De 731 casas que contava em 1907, passou a 1.216 em 1913. Quase dobrando em menos de seis anos.¹¹³

Nessa narrativa, Cristiano Lauritzen aparece como o benfeitor que através de sua influência política e sua defesa em prol dos interesses do comércio campinense trouxe a estrada de ferro. Conveniências à parte, e sabemos que o “gringo” as tinha, Cristiano Lauritzen foi incorporado ao repertório histórico e memorialístico campinenses como um exemplo de forasteiro-estrangeiro, comerciante e político, uma das mitologias que compôs a lógica “grandeza”. Nesse ponto, enfrentamos um duplo: Campina Grande é constituída como a cidade que atrai para seu espaço pessoas emigrantes interessadas em estabelecer-se na cidade e este era o caso de Cristiano Lauritzen, estrangeiro que buscou se estabelecer e prosperar na cidade e, portanto, fazia parte do rol de estrangeiros/forasteiros componente da

¹¹¹ *Idem.* p. 414.

¹¹² Tinha como correligionários e amigos os políticos Venâncio Neiva e Eptácio Pessoa.

¹¹³ OLIVEIRA, Eurípedes. **Anuário de Campina Grande**. Campina Grande: [s. n.], 1980. p. 54. O autor copiou a referência do **Anuário de Campina Grande**. Recife: Oficina do Diário de Pernambuco, 1925. p. 15.

mitologia de uma Campina Grande cosmopolita, mas ao mesmo tempo como chefe político sofreu imensas rejeições de políticos locais.

Assim, dentro das mitologias que compõem o repertório de narrativas que inventariam a grandeza da cidade, o forasteiro é uma delas. E, diga-se de passagem, provocou muitos dissabores ao “gringo” já que alguns políticos da cidade não aceitavam ser dirigidos por um estrangeiro. Segundo Evaldo Queiroz, as manifestações de hostilidade a Cristiano Lauritzen tinham, como objetivo, tirá-lo da vida pública. É que seus desafetos eram as tradicionais famílias “Porto, Figueiredo, Coutinho, Luna, para ficar somente em alguns, e não se conformavam em se submeter à liderança de um forasteiro”.¹¹⁴

Essa ideia posta no parágrafo anterior remete a uma informação trabalhada por Epaminondas Câmara, em seu livro *Os Alicerces de Campina Grande*, quando este enfoca que o crescimento da cidade deu-se mais pela aventura dos de fora do que dos que aqui habitavam, estes se enclausuraram.¹¹⁵Tendo colocado empenho pessoal na construção da estrada de ferro pela ponta de trilho de Itabaiana, Cristiano Lauritzen contribuiu para a invenção da mitologia da grandeza campinense. E se estávamos procurando os ecos dessa grandeza, seus começos, Eurípedes Oliveira, autor dessa pequena crônica acima, localiza que a chegada do trem demarca esse começo.

Os trabalhos atrás aludidos, sejam os de cunho historiográficos, sejam os de teor memorialísticos, ajudam-nos a demarcar uma problemática: como Campina Grande entre os anos de 1920 a 1940 vai sendo constituída como uma terra de prosperidade em função do comércio com o algodão e dos interesses da classe denominada “burguesia comercial” que abrigava os grandes comerciantes de algodão. Nota-se que este discurso encontra-se articulado principalmente ao setor econômico e que foi naturalizando Campina como uma “grande” cidade e que produziu seus ecos discursivos.

Para tais discursos, convocaremos as memórias e a dimensão histórica sobre a ideologia do progresso, as práticas urbanas (ênfase na arquitetura), a filantropia para dar legitimidade a essa ideia de uma Campina que se apieda dos seus párias, a chegada da água como presença do “progresso” no espaço urbano. Portanto, a partir destas noções, daremos prosseguimento a esta narrativa buscando pensar sobre esses adjetivos que podem ser inventariados para a cidade. Como aponta Michel de Certeau, constituem uma “ficção oferecida ao olhar” ou mitologias que revelam aquilo que não se ousa mais acreditar e que,

¹¹⁴ Segundo Evaldo Gonçalves de Queiroz, Lauritzen era considerado um gringo pelos opositores, “de origem duvidosa, e não tinha nenhuma tradição de família, nem muito menos da vida pública. Era tido como um aventureiro.” QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. *op. cit.* p. 36.

¹¹⁵ CÂMARA, Epaminondas. *op. cit.*

por isso, se busca “em imagens” àquilo que, muitas vezes, somente a ficção oferece. “Elas enganam simultaneamente a fome e a ação. Elas trazem ao mesmo tempo uma recusa ao perder e uma recusa ao agir. Desse modo, muitas das palavras e imagens narram uma perda e uma impotência, isto é, exatamente o contrário daquilo que elas prodigalizam”.¹¹⁶

Essas mitologias constituem um sistema de elementos inter-relacionados entre si e que formam uma estrutura organizada. Portanto, esse exotismo dado a cidade de Campina Grande formou algo incomum: uma cidade que é construída no imaginário pela ótica da “grandeza”, como afirma Michel de Certeau “um exotismo ótico”. Para reforçar esse imaginário, várias lendas foram constituídas para marcar uma história daquilo que não se faz, uma história do ausente ou da ausência¹¹⁷, de tempo perdido e lembrado. Portanto, o repertório acionado para contar essa história são adjetivações que encaminham o imaginário para a perspectiva da grandeza, do desenvolvimento, do cosmopolitismo, atração, futuro, progresso, essa é a ficção oferecida ao olhar do passante.

Sobre tal questão, retomamos também a problematização feita pelo historiador Roger Chartier sobre as relações entre a história e o espaço ficcional:

a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é “um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que já foi e já não é.¹¹⁸

É deste fluxo do que foi e do pretensamente já foi, que Campina Grande seguiu os “trilhos” de uma história pelo crivo da “excepcionalidade”.

¹¹⁶ CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995. p. 44.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*. p. 42.

¹¹⁸ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 24.



Imagem nº 02. Catter Pilar pertencente a João Suassuna. Fonte: João Mendes. **Anuário de Campina Grande** 1925, p. 18, nº 01, ano 01.

Esta movimentação pode ser muito bem representada pela imagem acima. Neste ritmo, a cidade impulsionada pela prosperidade do algodão se tornou um atrativo para pessoas de outros Estados e países. Segundo Epaminondas Câmara, durante os anos de 1930 e 1940, o aumento do comércio em Campina Grande impulsionou a arrecadação de impostos municipais e estaduais e fez com que aquele município concorresse com a capital.

Entre os anos de 1931 a 1938, essas arrecadações quase que quadruplicaram em comparação com a arrecadação dos impostos municipais da capital: capital, Rs. 1.033.008\$000, Campina Grande Rs. 583.295\$000, em 1931; em 1938: capital, Rs. 1.977.323\$100, Campina Grande, Rs. 1.873.643\$900.¹¹⁹ Já na década de 1940, a arrecadação de impostos municipais e estaduais superou o da capital: no ano de 1942, a arrecadação municipal foi de Rs. 2.355 mil cruzeiros, para a capital, e de 2.724 mil cruzeiros, para Campina Grande. Já no Estado, para o mesmo ano, a arrecadação foi de 6.650 mil cruzeiros para a capital e 9.950 mil cruzeiros para Campina Grande. Em 1943, têm-se as rendas municipais para a capital de 2.488 mil cruzeiros e Campina Grande com 3.416 mil cruzeiros,

¹¹⁹ CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. p. 116 e p.129.

nas rendas estaduais os valores foram: capital 6.541 mil cruzeiros e Campina Grande com 12.680 mil cruzeiros.¹²⁰

Esses valores apresentados por Epaminondas Câmara mostram que as arrecadações municipais e estaduais, tanto para a cidade de Campina Grande quanto para a capital do Estado, foram crescendo ao longo dos anos de 1930 e Campina Grande superou os valores da capital no ano de 1942.

Esses valores corroboram com a ideia de que em determinado momento Campina Grande possuiu tanta movimentação no comércio que superou as arrecadações e rendas da capital, motivo que endossou o imaginário da prosperidade econômica, como bem já representa a imagem do ano de 1925 foi clicada bem de perto para dar a impressão da opulência do comércio do algodão. O Catter Pilar aparece puxando a reboque os fardos de algodão ensacados e prontos para serem embarcados no trem e seguirem para o porto de Recife. Os homens aparecem conduzindo o veículo e em cima dos fardos de algodão como que ostentando o “ouro branco” que naquele momento fez a riqueza das terras campinenses.

¹²⁰ *Idem, ibidem*. p. 138, 139 e 142.

CAPÍTULO 2

OS ECOS DO PROGRESSO (DES)CONSTRUINDO O ESPAÇO URBANO

2.1. Discursos e imagens da mitologia do progresso

A preocupação com a modernização do Brasil e sua adequação aos novos tempos deveria ocorrer com o desencadeamento da técnica e do alinhamento “com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde nas indústrias e no comércio o progresso do século XX foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa.”¹²¹ Noções que podem ser percebidas a partir do *Anuário de Campina Grande*, organizado por João Mendes, para o ano de 1925, que continha informações econômicas, científicas, culturais e literárias, onde a cidade já ganhava destaque como um espaço de “clima ameno” e que estava no fluxo das “fronteiras” com os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, mais um motivo pelo qual se tornou um atrativo.

Munindo-se de um paralelismo ufanista, o autor chegou mesmo a comparar Campina Grande com a histórica cidade africana de Cartago, pois, tal qual, foi um importante entreposto comercial que se contrapôs à hegemonia romana na Antiguidade. Mas, as semelhanças paravam por aí. Cartago foi destruída por Roma – nas chamadas guerras Púnicas –, enquanto que, na sua visão otimista, Campina Grande foi “invejada sempre mas nunca vencida” bem como se tornou uma “leader em toda essa grande extensão da Patria Brasileira.”¹²²

É de se destacar que, além de organizador, João Mendes produziu um texto intitulado “Campina Grande: seu commercio e surtos constantes de progresso”, onde apontou para a importância do comércio e a sua consequente relação com o crescimento da cidade, com especial destaque para o comércio algodoeiro, o principal produto comercializado pela região. Como ênfase a esta alusão, afirmou que a cidade recebia anualmente cerca de 250 mil sacas de lã que eram escoadas pela *Great Western Brasil Railway* para as cidades de Recife e Parahyba do Norte (atual cidade de João Pessoa).¹²³

¹²¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 29.

¹²² MENDES, João. Campina Grande: seu commercio e surtos constantes do progresso. In: **Anuário de Campina Grande, 1925**. Recife: Off. Graph. Jornal do Commercio, 1925. Anno 01, nº 01. p. 15.

¹²³ *Idem, ibidem*. p. 16.

Logo abaixo, a imagem demonstra um intenso aspecto da cidade com imensos fardos de algodão em meio à rua, num momento em que os galpões já não eram suficientes para o armazenamento. Trata-se da Rua dos Armazéns, atualmente Rua Marques do Herval, na década de 1910.¹²⁴ A sua composição sugere que essa imagem é bastante antiga, pois só observamos burricos como transportadores do algodão e, ao mesmo tempo, expõe uma rica concentração humana ao lado dos fardos de algodão à espera de seu escoamento.



Imagem nº 03: Antiga Rua dos Armazéns, 1910; Acervo: José Edmilson Rodrigues.

Ainda no referido *Anuário*, João Mendes apresentou, através de dados estatísticos, a quantidade de estabelecimentos comerciais presentes na cidade: o “Commercio – Possui Campina Grande 340 estabelecimentos de commercio, sendo 40 grandes e 300 pequenos, dos grandes, 32 compradores de algodão”.¹²⁵ Ao mesmo tempo, elencou os dados do movimento postal e telegráfico do município, o número de automóveis e seus choferes e a entrada de volumes (70.456) e que a prefeitura “mantem no município, 20 escolas, estando em começo diversos melhoramentos, dentre os quaes os de maior vulto como sejam: calçamento, planta da cidade, mercado publico, matadouro, etc.”¹²⁶ Estes dados tinham a clara intenção de expor a ideia de uma cidade em intenso movimento, o que reforçava a sua sintonia com a frenética

¹²⁴ A Rua Marques do Herval já foi chamada Rua do Comércio, Rua do Algodão e Barão da Passagem.

¹²⁵ *Idem, ibidem.*

¹²⁶ A entrada de volumes referida pelo autor é em relação à circulação de mercadorias no comércio, interna e externamente.

difusão da noção de “progresso”, conceito que nos seus usos locais tinha a conotação de “melhoramento”. Dessa forma:

Além do visível progresso em todos os ramos da actividade humana, outros melhoramentos de vulto serão brevemente inaugurados, destacando-se a viação urbana, por uma companhia de bondes e abastecimentos d'agua, cujos serviços estão muito adeantados.

Ao visitante que chega a esta cidade, fere de prompto a retina o fremito de progresso que ora se nota na vida de Campina Grande.¹²⁷

Desde 1925, outra preocupação que estampava a publicação do *Annuario* era pensar numa cidade que acompanhasse a sede de “progresso” vivenciada principalmente pelos grandes centros do país. Por isso, a abordagem daquele trabalho era composta tanto por uma dimensão quantitativa como qualitativa em referência aos estabelecimentos presentes na cidade. O “progresso” se faria notar através do cômputo dos estabelecimentos comerciais e industriais e dos benefícios realizados no espaço urbano, sobre o qual, um olhar treinado, captaria os seus ecos. Na citação destacada acima, o “progresso” na cidade estava associado à presença de uma companhia de bondes e ao abastecimento de água.

A composição escrita sobre estes ecos de “progresso” não ficou circunscrita ao *Annuario*, e nem à década de 1920. Exemplos disto são as crônicas jornalísticas, principalmente as da década de 1930 que, pela riqueza com que abordam o cotidiano, acabaram por captar e expor um repertório que qualificou os desafios de uma cidade que se desejava “nova”.

Uma rica crônica, de título “PROGRESSO”, assinada por Honório de Melo, e publicada no jornal campinense *A Voz da Borborema*, em 24 de julho de 1937, esclarece o que, para aquele momento, se esperava das políticas públicas no tocante à incorporação da modernização do Estado brasileiro. Neste texto, o “progresso” é compreendido pela sua dimensão assustadora e implicava numa desterritorialização dos lugares tradicionais em ritmo alucinante. Tendo saído da sua terra natal, ainda na década de 1920, e passado cerca de dez anos fora, o nosso cronista descreveu eloquentemente o que sentiu quando de seu regresso:

Quem sahe de Campina por este Brasil fóra, e volta quase dez annos depois não pôde deixar de ver com assombro o seu formidável progresso.
Neste espaço de tempo, diminuto na vida das cidades, quanto se fez em Campina!

¹²⁷ MENDES, João. Campina Grande: seu commercio e surtos constantes do progresso. In: **Annuario de Campina Grande, 1925**. Recife: Off. Graph. Jornal do Commercio, 1925. Anno 01, nº 01. p. 15-17.

Caminhões e mais caminhões chegam gemendo ao peso de grossos *canos de ferro*. U'a multidão enfileira-se pelas ruas da cidade a cavar fossos e a abrir valletas. Um *formigueiro humano* me parece aquella casa grande na esquina da rua Sete de Setembro. A praça ao lado está cheia de *manilhas de cimento armado*. Todos trabalham num afan que lembra de antigamente, apennas as vésperas de eleição. E o conterraneo amigo, que me acompanha, explica: – *isto era, ate bem pouco, uma phantasia de sonhador hoje são as obras de saneamento e abastecimento de água.*

Nesta hora em que acaba de debellar um *surto epidêmico na cidade*, comum ás cidades mal saneadas, *estas obras avultam como a providência de um deus.*

– *E aquelle esqueleto de edificio, cuja altura me parece já uma tentativa de arranhar o céu, que será?*

(...)

Uns operários, mãos metidas num emaranhado de *firos que sahindo do chão*, enroscam-se nas casas acima, esclarecem aos *meus olhos_atonittos a rêde telephonica da cidade* – é por estes fios misteriosos, seu moço, que a cidade toda vae conversar.

Um comício adeante me chama atenção: o Dr. Hortêncio, com a sua voz grave de jurista, explica a multidão revoltada que *a luz não é ainda bôa por que há um contrato que é preciso rescindir*. Apoiado!

Aproveitando o tema meu companheiro fala da exaltação da necessidade de uma *bibliotheca publica*.

– Nenhum contracto diz ele, estorvaria uma ação em prol dessa *usina de luz espiritual que é uma bibliotheca.*

E eu novamente apoiado! Apoiado!

Ouvi então, em discordância com tudo o que tinha visto, *alguém que maldizia a terra e seu progresso. Olhei, era cego.*¹²⁸

A constatação do autor da crônica partiu de uma reflexão sobre o lapso temporal de sua saída e regresso quando deu ênfase à percepção de como a ideia de “progresso”, enquanto “melhoramentos”, tomava conta de Campina Grande. Para expor esta questão, convocou as categorias de “mudança”, “tempo” e “progresso” vistas como noções que possibilitavam pensar na ideia da descontinuidade. Seu discurso é emblemático, pois apontou para o que poderia ser entendido como os signos da modernidade naquele momento com o espaço em transformação: os “caminhões”, os “canos de ferro”, as “manilhas de cimento armado”, “a terra revolvida”, enfim, itens que tinham relação direta com a impressão de desenvolvimento das técnicas no espaço citadino.

E a narrativa ganhou novos argumentos na medida em que procurou comparar, através do uso de metáforas, o trabalho dos operários das obras em curso com o das formigas operárias que, em ritmo incessante, entravam e saíam das suas colônias. Esta alegoria, na

¹²⁸ MELO, Honório de. PROGRESSO. **A Voz da Borborema**, Campina Grande, 24 de julho de 1937. Anno I. nº. 3. p. 03. *Os grifos são nossos.*

concepção do cronista, se adequaria ao momento vivenciado pela cidade de Campina Grande, sobretudo, em sua área central e, especialmente, na Rua Sete de Setembro.

A metáfora da formiga, associada ao trabalho e à coletividade, é uma pista significativa para perceber como “as imagens da natureza são operacionalizadas na explicação da relação entre trabalho e ócio no espaço urbano. Imagens de elementos naturais são usadas para justificar a necessidade da organização racional do trabalho no espaço urbano ou rural”¹²⁹, como bem enfatizou o historiador Gilmar Arruda.

Aqueles trabalhadores também laboravam incansavelmente para dotar a cidade de um aparato técnico que mudaria a sua fisionomia. De tão exposto, o “progresso” só não poderia ser visto (aqui o autor lança uma ironia) por aqueles que não possuísem uma faculdade da visão preparada para enxergar o novo ritmo em que a cidade se encontrava e que, por isso, incompreensivelmente, maldiziam-no.

Nessa crônica encontra-se, também, uma associação metafórica entre o urbanismo, a biologia e a ecologia, pois não deixa de ser curiosa a apropriação que o autor fez da ciência do urbanismo ao projetar a análise do espaço da cidade em comparação ao formigueiro. Enquanto disciplina específica, o urbanismo tem como objeto de análise o urbano e as imagens construídas da cidade, e, por meio das figuras de linguagem, dentre elas a metáfora do formigueiro, associava as formigas operárias aos homens que trabalhavam para colocar ordem ao caos instalado pelo incessante movimentado eco do “progresso” que vinha para remover a antiga ordem.

¹²⁹ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre história e memória. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 87.



Imagem nº 04: Rua Marquês do Herval (1930); Acervo: Dr. Severino Bezerra de Carvalho. In: CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens:** uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). p. 67.

A imagem trata da Rua Marques do Herval (nome ainda mantido), e que foi captada estrategicamente pelo fotógrafo, como um amplo canteiro de obras numa rua larga e onde se tinha a impressão de um *boulevard*. Ela estava permeada de homens trabalhando, de restos, de paralepípedos, de caminhões e de areia junta. Além disso, o uso do ferro e do cimento ajudava a construir uma fisionomia da cidade consubstanciada com a ideia de “progresso”. Observação relevante na medida em que, como afirmou o historiador Raimundo Arrais, em seu estudo sobre o espaço público da cidade do Recife, o “progresso” também pode ser visto pelos elementos técnicos empregados na estrutura material da cidade.¹³⁰

Destaca-se, também, rasgando a terra, o processo de construção do meio fio e as valetas, por onde passariam os canos que levariam à tão esperada água encanada às residências e prédios e o esgotamento sanitário. Este se configura como um exemplo que indicava a fabricação de uma nova fisionomia para Campina Grande através de ações, como as obras públicas, e de discursos, como as crônicas jornalísticas e os registros fotográficos.

Estas questões associadas a uma abordagem sobre o urbanismo, disciplina que surgiu ainda na segunda metade do século XIX e que se institucionalizou no início do século XX,

¹³⁰ ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e Riacho:** a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 176.

através do arquiteto espanhol Ildefonso Cerda¹³¹ permitiram uma abordagem rica acerca da espacialidade cidadina. De acordo com Célia Ferraz de Souza, ela surgiu como uma área específica “dentro de preceitos científicos e técnicos” e que, naquele período, “começava a ser transferido para as demais cidades do planeta como instrumento regulador, ordenador, embelezador e saneador das cidades.”¹³²

O espaço citadino já foi bastante explorado como tema por poetas, cronistas, romancistas, teólogos. Porém, no decurso do século XIX, esse passou a ser pensado, também, de forma institucionalizada, por sociólogos e historiadores, e pautado pela preocupação em entender a especificidade de se viver no ambiente urbano. Eles estavam preocupados em “decifrar a história desse viver, as suas mutações, as suas diferenças em relação a outros ambientes sociais, e em compreender também a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas”.¹³³

Diante destas questões, o urbanismo, como campo específico, surgiu preocupado em compreender a forma, a funcionalidade e os desdobramentos sociais relacionados ao espaço citadino. Deve-se ficar muito claro que o processo de reflexão atrelado ao espaço urbano possui uma relação de proximidade com o método de industrialização.¹³⁴ Compreender esse espaço de aglomeração que tomava mais corpo na medida em que os “progressos” obtidos por um crescente desenvolvimento industrial foi o ponto de inflexão do urbanismo. Portanto, o século XIX fora:

O século dos primeiros impulsos acelerados de industrialização era também o século das utopias, dos ideais revolucionários por diversas vezes traídos, das barricadas erguidas e destroçadas nos convulsionados ambientes urbanos europeus. Herdeiros dos sonhos iluministas e dos pesadelos revolucionários, da crença oitocentista no progresso e da sua adaptação a um mundo que não excluía grandes decepções, o século XIX gestara simultaneamente o positivismo e o marxismo.¹³⁵

O que tudo isto tem a ver com as reflexões que estamos abordando sobre Campina Grande? Na crônica “PROGRESSO”, de Honorio de Melo, estas noções foram reatualizadas, ainda na década de 1930, quando o espaço urbano ganhou um novo corpo através de modelos

¹³¹ Também é autor da primeira obra nesse campo intitulada **Teoria Geral da Urbanização** (1867). Porém, enquanto disciplina, ela foi fundada alguns anos depois pelo geógrafo Pierre Clerget, em 1910.

¹³² SOUZA, Célia Ferraz de. A Cidade Jardim: entre o discurso e a imagem – uma reflexão sobre o urbanismo de Porto Alegre. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, dez./2000. p. 141.

¹³³ BARROS, José D’Assunção. **História e Cidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 10.

¹³⁴ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, v.3, p. 9-11.

¹³⁵ BARROS, José D’Assunção. **História e Cidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 11-12.

espaciais, de redes, de imãs, de cidades abertas ou fechadas, de cidades cósmicas, práticas, orgânicas, cidades-jardins, cidades textos e dos modelos biológicos e ecológicos.

Os modelos biológicos e ecológicos são pontos que nos permitem uma análise mais detalhada da crônica sobre o “progresso”. Essas duas vertentes, a biológica e a ecológica, trazem a noção de que a cidade pode ser lida à imagem e semelhança de um organismo vivo seja “um organismo complexo formado por vários órgãos que desempenham funções diversas, seja a célula, notando-se que este modelo é frequentemente utilizado para a visualização dos processos de crescimento urbano”.¹³⁶ O uso que o autor faz dessas engrenagens nos permite entender que para a época aqueles modelos eram bastante utilizados para se pensar a cidade à semelhança de uma célula pulsante, crescendo, fervilhando, se dividindo e recompondo o seu espaço. Assim, é perceptível que a cidade também passou a ser observada como um ambiente ecológico, uma vez que a ecologia passou a ser entendida como o estudo dos seres vivos em relação ao seu ambiente.

Portanto, o cronista recorreu indiretamente a disciplinas como a biologia para explicar “suas análises e técnicas de ação”. Através da apropriação e representação da semântica biológica, a cidade passou a ser entendida como um organismo. Frequentemente utilizou-se empregar metáforas que faziam a relação entre o espaço da cidade e o corpo humano. A obra *Carne e Pedra*, de Richard Sennett, constitui um rico estudo sobre esta temática. Ele explora a cidade à semelhança do sistema circulatório, com artérias centrais e os pequenos vasos, a periferia¹³⁷. Outra abordagem, nesta mesma perspectiva, é o trabalho “O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade”, de Philip Gunn e Telma Correia, onde aponta que “nas palavras da cidade e do urbanismo, termos da biologia foram empregados com frequência para representar a cidade e alguns de seus lugares”.¹³⁸ Esse emprego também pode ser alargado para outras áreas do conhecimento como a Ecologia.

Dessa forma, empreender uma reflexão nessa direção implica em retomar discussões que se situaram no século XIX e em pensadores como Auguste Comte e Saint-Simon que, em suas análises, já haviam se utilizado dos modelos biológicos para pensar o ambiente urbano. Essa “atitude evolutiva”, trazida pelo século XIX, também é perceptível às apropriações das obras de Charles Darwin e, mais precisamente, de Ernst Haeckel, que formulou as bases para um novo campo de saber denominado de Ecologia, e que mais tarde viria ser entendido como o estudo da economia e do modo de habitar dos organismos animais, incluindo-se as relações

¹³⁶ BARROS, José D’Assunção. *op. cit.*

¹³⁷ SENNETT, Richard. Veias e Artérias. In: _____. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 220.

¹³⁸ CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O Urbanismo e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 233.

dos animais com o ambiente inorgânico.¹³⁹ Assim, entendida como uma ciência que estuda as interações entre os organismos vivos e o ambiente, a ecologia influenciou fortemente as reflexões dos estudiosos em relação ao espaço citadino.

A controvérsia em torno de sua emergência é intensa, pois alguns estudiosos da área situam um exercício mais claro do objeto de estudo da ecologia nos inícios do século XVIII. Aqui, não nos interessa uma discussão mais acrescida sobre esta questão, mas tão somente apontar que as reflexões urbanistas, que datam de fins do século XIX e inícios do XX, estavam povoadas por uma semântica derivativa de várias áreas do saber, seja da biologia ou, mais pontualmente, da ecologia. Essa tomada de empréstimo de alguns conceitos, ou mesmo nomes de outras áreas para as reflexões em torno das questões urbanistas, tomaram conta de várias produções que tinham como temática a cidade.

Ainda pontuando historicamente esta reflexão, nas primeiras décadas do século XX, houve um fervilhar de ideias que, inspiradas nas teorias da evolução, nos primórdios da ecologia e na livre competição da economia clássica, começaram a fomentar uma nova imaginação sociológica para se pensar o ambiente urbano. É, portanto, com esse conjunto de noções que na década de 1920 emergiu o que se conhece por “ecologia urbana”, um conceito construído por um conjunto de sociólogos¹⁴⁰ norte americanos, da cidade de Chicago, interessados em compreender a cidade enquanto um *habitat* natural do homem.

A cidade passou a ser considerada como um laboratório social onde se buscava pensar acerca de algumas ideias do fenômeno urbano. A Escola de Chicago vai constituir um campo de diálogo com a ecologia possibilitando, ao mesmo tempo, uma relação com a sociologia e constituindo um espaçamento comum entre esses dois campos de saber. Palavras como “estímulo”, “caráter patológico”, “competição” e “simbiose” fizeram parte de uma nova lexicografia que permitiu a ampliação dos estudos do urbano. Portanto, a “ecologia humana”, desta forma, foi definida por Roderick D. McKenzie, no livro *The City*, de 1925, como “a ciência que se ocupa dos aspectos na medida em que estejam empenhados nas forças seletivas, distributivas e adaptadoras do ambiente físico”.¹⁴¹

Esta escola estava voltada para os aspectos que compunham os fenômenos do mundo urbano que assumiram diversas formas emprestadas “às comunidades simbióticas de seres

¹³⁹ BARROS, José D’Assunção. **História e Cidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 32.

¹⁴⁰ Robert Ezra Park foi um dos fundadores da Escola de Chicago. Além dos citados, temos: William Thomas, Florian Znaniecki, Louis Wirth, Ernest Burgess, Everet Hughes, Robert McKenzie.

¹⁴¹ BARROS, José D’Assunção. **História e Cidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 35.

vivos, às colmeias, às células em crescimento e multiplicação, aos ecossistemas, aos modelos do corpo e do organismo vivo com sua divisão funcional em uma diversidade de órgãos.”¹⁴²

Dessa forma, o espaço citadino passou a ser pensado a partir de referências como organismo, corpo, artérias e veias num uso analógico com os organismos vivos. Assim:

O uso de metáforas orgânicas na descrição da forma urbana no século XIX foi ampliado, difundido e enriquecido, não apenas inspirando procedimentos compositivos e subsidiando leituras da cidade, como tornando o vocabulário do urbanismo repleto de palavras da medicina e da biologia. (...) As metáforas biológicas foram empregadas, especialmente, no discurso técnico sobre a cidade.¹⁴³

A ciência ecológica passou a fazer uso de uma linguagem metafórica. Dessa maneira, nota-se como o cronista Honório de Melo deixou evidente, em sua narrativa, essa apropriação de metáforas ecológicas quando convocou para seus leitores uma analogia entre o formigueiro e suas formigas operárias com o ambiente de trabalho gestado na cidade de Campina Grande. Os trabalhadores estavam revolvendo a terra e as incessantes idas e vindas, de pessoas e máquinas, passaram a ser tomadas como mote de referência pelo cronista. Portanto, com o uso de uma lexicografia muito singular nota-se como essa tradição de se pensar o ambiente urbano por uma leitura da ecologia humana estava bem presente na sua reflexão e em sintonia com uma dada ideia de “progresso”, conforme indica o próprio título da crônica.

Contudo, foi com a chamada segunda Revolução Industrial, conhecida também como Revolução Científico-Tecnológica, que descobertas científicas e novas técnicas puderam ser incorporadas aos processos produtivos possibilitando o desenvolvimento de novos potenciais energéticos:

como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os altos fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os de alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais, além de desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida.¹⁴⁴

¹⁴² *Idem, ibidem.*

¹⁴³ CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O Urbanismo e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *op. cit.* p. 232.

¹⁴⁴ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 3, p. 07-48.

Em consonância com esta exposição de Sevcenko, percebemos o quanto a crônica é muito rica pelos elementos que apresenta. Tomado de assalto pela surpresa de avistar a cidade naquele movimento, Honório de Melo ainda fez referência ao tipo de movimentação que lembrava as vésperas de uma eleição quando os políticos temendo os resultados nas urnas se punham a trabalhar, tentando apagar a inoperância de outros períodos.

Para pensar sobre os usos do conceito de “progresso”, e compartilhar com o seu leitor a mesma sensação, o cronista lançou mão dos artefatos construídos pelo urbanismo que dialogou diretamente com o uso da chamada ecologia urbana, nomeando itens que se consubstanciava com seus argumentos. A presença de caminhões que “gemem”, pois estes carregavam o peso do “progresso”, do trabalho com ferro, os fios (de telefone), o cimento armado e as manilhas (grandes tubos utilizados para instalações subterrâneas que conduziram as águas), tudo corroborava para que os habitantes da cidade entendessem e sentissem que estavam adentrando num novo tempo. As pessoas assistiam com curiosidade a esse jogo de mudanças e observavam tudo como um grande espetáculo trazido pela modernização. A despeito da sensação de caos e de incômodos, estas ações pareciam instigar nos leitores a sensação de mudança e de transformação em curso.

O autor enfatizou a presença benéfica do “progresso” no ambiente urbano, pois este traria a esperança de uma emancipação em relação a todos os entraves. Portanto, podemos perceber a incorporação de uma utopia tecnicista na sua narrativa, que seria o entendimento que “as ciências e as técnicas encerram o meio de transmutar por completo a condição humana”.¹⁴⁵ A sua descrição das manilhas de cimento que conduzirão as águas saneadas e que levarão as torneiras das residências da cidade o líquido que está atrelado ao fluxo do progresso, a água; o esqueleto dos edifícios chamados de “arranha céu”; a linha telefônica, cujos fios que ligariam aquela população ao “progresso”, às notícias, à técnica, mas também não deixou de apontar para a necessidade de uma biblioteca pública que alimentasse o engrandecimento da alma, numa clara alegoria à noção de um espírito iluminado.

Neste sentido, Honório de Melo apropriou-se de um termo muito peculiar, “usina de luz espiritual”, uma usina por definição quer dizer uma edificação para atender a algum tipo de especialidade industrial de grandes proporções. Desta feita, este termo serviria para indicar que na cidade a biblioteca serviria ao propósito de fabricar um espírito talhado pela sapiência

¹⁴⁵ BOURG, Dominique. **Natureza e Técnica**: ensaios sobre a ideia de progresso. (1ª edição 1997). Lisboa: Instituto Piaget, [s. d.]. p. 42.

adquirida através do trabalho espiritual, da leitura e da busca de indivíduos iluminados pela luz do conhecimento,

Esta alegoria projeta uma dupla leitura: a luz artificial, como uma alusão à técnica, ao domínio do homem em relação ao seu ambiente. Já a luz do conhecimento, espiritual, porque só um espírito iluminado e esclarecido seria capaz de se apropriar de novos comportamentos, das novas sensibilidades advindas com esse novo tempo e dessa forma capaz de sobrepujar as mudanças em seu cotidiano. Não era apenas a presença da técnica, com seus símbolos de adiantamento, mas também o “progresso” da alma e do conhecimento.

Nas derradeiras passagens de sua análise, o autor apontou para algumas pessoas que maldiziam da presença do “progresso” na cidade, certamente estavam incomodadas com o pandemônio que tomou conta da paisagem que agora parecia com um celeiro de construção bastante desorganizado e que comprometia a habitual tranquilidade. E escreve: “olhei, era cego”! Não cego porque não enxergava, mas cego por que talvez não desejasse reconhecer que aquela desorganização, que aquele incômodo, era um indicativo da presença do “progresso” na cidade.

Outras crônicas trataram da mesma questão, embora não sejam pautadas pelo mesmo otimismo da que expomos anteriormente, como é o caso das escritas pelo cronista campinense Cristino Pimentel, na coluna “Coisas da Cidade”, publicada com regularidade também pelo jornal *A Voz da Borborema*. Neste pequeno espaço, o cronista aproveitava para fazer cobranças e críticas à municipalidade bem como aos (maus) comportamentos da sociedade campinense. Assim, elencava os problemas urbanos que causavam incômodos e que requereriam uma rápida solução: o melhoramento do fluxo de pessoas e de veículos, que acontecia de forma desordenada, a exemplo do que ocorria na feira de frutas, todas as quartas e sábados, na Rua Monsenhor Sales. Desta forma, descreveu o arguto cronista:

Tenho escrito algumas crônicas, e algumas delas tem merecido atenção devida da parte dos espíritos de formação sincera e que, veem em mim não uma contradição, mas o modo franco com que exprimo meus pensamentos e combato aquilo que ao meu ver, prejudica o público e não está direito.

Vejamos, por exemplo, a feira da rua Monsenhor Sales e o transito de automóveis que por allí esta sendo feito sem merecer da Inspectoria de Vehiculos o devido estudo para sua retirada.

Toda Campina Grande sente a inconveniência dessas duas coisas naquela rua estreitíssima. Rua aorta da cidade que esta, pela sua localização privilegiada, como o fígado e o cerebro estão para o corpo humano, com seu funcionamento especial. (...)

A rua em questão liga as tres artérias mais movimentadas da cidade: João Pessoa, Marquez do Herval e Maciel Pinheiro razão pela qual tornou-se a preferida do pôvo, e, assim dignas de cuidados especiais para evitar-se os

encontrões humanos e prevenir que alguém não soffra qualquer accidente ou morra debaixo das largas Sopas da firma Fernandes & Santos que passam alli roçando as paredes do “31” e da Loja Campinense, causando arrepios em quem está de pé, vendo o movimento. Isso sem citar os carros que passam em disparada louca e os caminhões apinhados de mercadorias.

Um perigo que a zelosa Inspectoria de Vehiculos não procura ver, e o poder Municipal, não diviso.

Dia de feira então é um “Deus nos acuda”. Tenho assistido muitas senhoras a romperem suas vestes caras em caixões postos nas calçadas; outras atropeladas por ganhadores que alli passam carregados; creanças rompendo com diffiuldade as feiras arrastadas pelas mãos cuidadosas das mães, e homens apressados tentando passar para os seus negócios, com a raiva saindo da bôca e as mãos affastando os ferreiros sem nenhuma delicadeza.

Estas e outras coisas em nossa querida Campina Grande merecem attenção dos poderes competentes.¹⁴⁶

Estes desejos de reordenação urbana não estavam desprovidos de interesses políticos, pois as crônicas de Cristino Pimentel eram utilizadas tanto com o intuito de tecer elogios ao projeto situacionista, para positivar as mudanças em curso, como para lançar críticas às ações de gestões anteriores e lançar desafios àqueles que se aventurassem num projeto vindouro.

Segundo o historiador Fábio Gutemberg Bezerra de Sousa, Cristino Pimentel se assemelhou a muitos cronistas que escreveram sobre a cidade de uma forma vívida e pulsante como Machado de Assis, Olavo Bilac, João do Rio e Mario Sette. Ainda de acordo com Bezerra de Sousa, “na maioria de seus escritos, intervinha, polemicamente, nos rumos e destinos de Campina Grande, cidade que exaltava como sendo o único e principal interesse de suas investidas jornalísticas”¹⁴⁷:

A sua cidade, a cidade “cosmopolita” e “progressista”, era o principal alvo das contendas e peijas em que se envolveu com prefeitos, governadores, jornalistas, literatos, populares, políticos e religiosos. Sempre e sempre voltava repetir que o fim último de seus escritos era o melhoramento, a “civilização”, o “progresso” da cidade de Campina Grande (...).¹⁴⁸

Retomando à crônica sobre a feira de frutas, Pimentel trouxe à tona um problema de organização nas ruas centrais e adjacentes, concomitante à passagem de veículos e de

¹⁴⁶ PIMENTEL, Cristino. Coisas da Cidade. **A Voz da Borborema**, Campina Grande, 4 de dezembro de 1937. p. 4.

¹⁴⁷ SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas. In: DO Ó, Alarcon Agra *et al.* **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003. p. 134.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem.*

pedestres e realçou o fato de não haver um órgão de fiscalização que promovesse o seu deslocamento para um espaço mais adequado nos dias atuais.

O seu discurso passou a ser mais bem articulado na medida em que foi costurado com uma abordagem metafórica que expunha a relação entre a análise urbanista e o léxico biológico. Esse tipo de linguagem passou a ser muito comum, entre fins do século XIX e inícios do século XX, e agenciado por urbanistas, médicos, literatos que buscavam pensar o espaço da cidade a semelhança de um organismo vivo. As partes desse corpo passaram a contar uma história das cidades, conforme já vimos.

Na sua narrativa Campina Grande passou a ser entendida como um organismo vivo, ou mesmo como um corpo, que não poderia ter sua “aorta” obstruída pela feira ou pela passagem de veículos simultaneamente. No corpo humano, a aorta é uma grande artéria que sai do ventrículo esquerdo do coração que é o tronco comum das artérias que levam o sangue arterial a todas as demais partes do corpo.

Para dar mais ênfase à necessidade de desobstrução daquela rua, Pimentel buscou mostrar que, enquanto espaço de circulação, aquela “veia” era responsável por levar sangue para órgãos como o fígado e o cérebro. Através do agenciamento de palavras da biologia e da sua transmutação para o espaço citadino, Pimentel acabou por mostrar que a obstrução de uma “aorta” produzia um efeito negativo para a circulação sanguínea e a mesma leitura serve para o trânsito livre dos veículos e dos pedestres. Desta forma, compreende-se que:

Todo esse vocabulário vincula-se a uma concepção funcionalista e orgânica de cidade, na qual são centrais o conceito de evolução, a noção de articulação harmônica entre as diferentes partes de um todo e preocupações de ordem sanitária.¹⁴⁹

Essa concepção funcionalista vem de um olhar arquitetural que permite pensar a relação entre a beleza da forma e o resultado exato da construção e o seu emprego utilitário. O grande problema que se observa através da narrativa do cronista é que a inspetoria de veículos não tomava medidas para resolver o que estava ocorrendo naquela artéria/rua. Portanto, ficavam em perigo os feirantes, os pedestres pela intensa passagem de caminhões e se fazia necessário que o órgão regulador administrasse aquele problema.

¹⁴⁹ CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. p. 232.



Imagem n° 05: Rua Monsenhor Sales. (1930). Fonte: **Retratos de Campina Grande:** Um século em Imagens Urbanas. p.161. 2012.



Imagem n° 06: Monsenhor Sales. (Atual) Fonte: **Retratos de Campina Grande:** Um século em Imagens Urbanas. p. 105. 2012.

As imagens acima apontam para a Rua Monsenhor Sales antes da construção da Livraria Pedrosa que modificaria a fisionomia desta área. As “sopas”, como eram chamados os ônibus de transporte de passageiros, dividiam as ruas apertadas dessa região com os pedestres em dias de feira. A imagem é composta pela Rua Monsenhor Sales em versão mais antiga e mais atual. Há um bom tempo não é possível observar o Pavilhão Epitácio Pessoa encoberto pela Livraria Pedrosa construída há muitos anos tapando sua visão. O imóvel construído a frente do Pavilhão Epitácio Pessoa reordenou o perímetro da Rua Monsenhor

Sales aumentando seu espaço de construção ocupado por imóveis residenciais de dois pavimentos, pode ser observado na segunda figura, essas construções ocuparam o antigo espaço da Praça Epitácio Pessoa, pode ser observada na primeira figura.

A avidez em torno de uma cidade “progressista” foi difundida pela imprensa campinense da época, principalmente em jornais como *O Brasil Novo* e *A Voz da Borborema*, cujos editoriais não estavam dissociados, também, de uma forte interação com os agentes políticos locais¹⁵⁰. O primeiro jornal foi produzido e dirigido por Tancredo de Carvalho, considerado um “órgão de livre opinião”, do ano de 1931 e que ecoou as expectativas em torno da gestão recém-instaurada com o governo de Getúlio Vargas. Já o segundo, foi de propriedade de Acácio de Figueiredo, irmão do então governador do Estado (1937) Argemiro de Figueiredo.¹⁵¹

Conforme já abordamos, pela riqueza de informações, além do debate político, suas crônicas atualizavam a discussão em torno das expectativas de se construir uma cidade diferenciada, voltada para o “progresso”. Tudo isto estava em consonância com o seu potencial econômico e como cidade mais adiantada do interior do Nordeste, quando o seu apogeu foi alcançado entre as décadas de 1930 e 1950, com a prosperidade trazida pelo comércio algodoeiro:

Ninguém poderá calcular a que ponto chegarão na sua marcha vertiginosa, os progressos ... de Campina Grande. Em todas as esferas da actividade construtora, o seu adiantamento é realmente notavel e, cada dia que passa, mais promissoras são as circunstâncias que a rodeiam. Não há (sic) detê-la na sua marcha ascensional para uma grandeza imprevisível.

O seu commercio tradicionalmente movimentado, e propício a todas as actividades bem divididas, tende a assumir proporções espantosas. Elle não tem fronteiras, e, nos mais importantes centros importadores e exportadores, firma de maneira indestructivel, o seu alto prestigio. O meio reagiu, pelo natural cohesão dos seus elementos bem orientados, contra a mentalidade corruptora que foi, em tempo, um flagelo e um aviltamento para as nossas tendências progressistas. Reagiu e venceu. De modo que o campo ficou livre para o franco desenvolvimento commercial que ora se registra.

Materialmente, a cidade se nos apresenta com um aspecto bastante agradável. E desenvolve-se dia a dia, as construcções abundam, a população cresce.

Faltava-nos agua: esta vem ahi.

¹⁵⁰ Nesse caso os governos estadual e municipal, representados por Argemiro de Figueiredo e Vergniaud Wanderley, respectivamente.

¹⁵¹ As crônicas trabalhadas nesse artigo vão de 16 de julho de 1937 a 22 de dezembro de 1937.

Tres elementos concorrem para o surto evolutivo de Campina Grande: o nativo, o naturalizado e o adventício. Conjugam os seus esforços para o desenvolvimento do meio.¹⁵²

Nesta crônica ficou patente a lógica que associou a cidade de Campina Grande ao “desenvolvimento”, à “evolução”, em suas diferentes componentes, e onde as mitologias do “algodão”, do “forasteiro” e da excepcionalidade desse espaço são reatualizadas. É perceptível, no editorial *A Voz da Borborema* de 1937, matérias que destacadamente alinhadas com os feitos administrativos do governo do Estado na cidade, Argemiro de Figueiredo, primeiro governador campinense da Paraíba. A matéria mostra que o crescimento da cidade era algo “natural” e que desde seus inícios estava voltada para o progresso, desenvolvimento, “não haveria como detê-la em sua marcha ascensional para uma grandeza imprevisível”. O texto aponta que fisionomicamente aquele espaço também estava mudando sensivelmente, atestando esse feito até aponta o projeto da água que chegaria em breve. Finaliza sua reflexão apontando para o que é singular em Campina Grande: um espaço de atração que reuniu em seu perímetro o “nativo”, os “naturalizados” e os peregrinos (forasteiros) que contribuíram para o melhoramento da cidade. Esta crônica está permeada por um sentido de positividade que apontava o engrandecimento desse espaço.

A nossa abordagem parte da constatação de que os editoriais eram bastante próximos no que tange à leitura que foi realizada da cidade e, em suas diversas crônicas¹⁵³, com autoria ou sem autoria, direcionavam para um ponto em comum. Eles tinham por objeto principal de reflexão a cidade de Campina Grande e apontavam para uma preocupação do momento: modernizar a cidade e superar alguns problemas, dentre os quais sobressaíram os de infraestrutura (o abastecimento d’água e instalação do esgotamento sanitário, a luz elétrica, abertura e calçamento das principais artérias, implantação de linhas telefônicas) e os sociais (as campanhas de caridade que visavam atender os acometidos de enfermidades como a lepra através de instituições de recolhimento apoiada por associações como os “Moços Católicos”, na tentativa de mitigação da mendicância, sobretudo na zona central).

¹⁵² Z. A. Cidade que Progride. *A Voz da Borborema*, Campina Grande, 18 de agosto de 1937, p. 3.

¹⁵³ Segundo Antônio Candido a crônica pode ser considerada um gênero menor, de presença efêmera, onde o assunto se encerra quando o dia acaba. Ver: CHALHOUB, Sidney *et al.* **História em cousas miúdas**. Campinas: Unicamp, 2005.

A preocupação principal girava em torno da ideia de dotar a cidade com um aparato que estivesse à altura de seu título de “Rainha da Borborema¹⁵⁴” e entrar em consonância com o momento de prosperidade econômica advinda com o comércio algodoeiro.

As edições de julho a dezembro de 1937 do jornal *A Voz da Borborema* trouxeram um cenário peculiar da cidade. As suas páginas estampavam diversas informações que iam desde interesses políticos, as notícias da cidade, as reformas urbanas, as intelectualidades, as notas sociais, os anúncios comerciais, as “amenidades”, os fatos policiais, as notas médicas e as associações operárias.¹⁵⁵ Em suma, as notícias sobre a cidade de Campina Grande nos anos de 1930. Apesar do título de “Rainha da Borborema” ser tão reverberado por uma série de autores, para uma cidade que desejava estar em sintonia com o discurso do “progresso” era perceptível, ao mesmo tempo, as recorrências justamente a problemas a serem ainda enfrentados. Entre os maiores empecilhos ao seu “adiantamento”, e que apareciam com regularidade nas crônicas, eram os problemas que estavam em consonância com a falta de estrutura para se viver na cidade.

As notícias veiculadas davam conta da demora que levava para os problemas serem solucionados pela instância municipal. Os casos mais emblemáticos eram: a pobreza e os casebres insalubres que formavam um pequeno cortiço no centro da cidade, a precariedade da luz elétrica, a falta de água encanada e de esgotamento sanitário, a indigência e mendicância, e advindo daí uma preocupação com as políticas e comportamentos higienistas, ou com a construção de uma “consciência sanitária”¹⁵⁶, e a preocupação em menor grau com as casas de lenocínio. Assim, o espaço jornalístico expunha para parte da população letrada, por meio de suas matérias e crônicas, uma cultura escrita enviesada por novas formas, sentidos e desejos.

Desta forma, se havia estes discursos, por um lado dando evidência a uma sedimentação da noção de progresso, enquanto desejos de adiantamento/melhoramento da cidade, por outro, não deixavam de expor os limites e os desafios a serem enfrentados. Como que um amplo espaço de expectativas, as palavras entoaram um campo semântico que ajudou

¹⁵⁴ É uma referência à primeira denominação oficial que teve o povoado ao ser elevado à vila em 1790, e receber a denominação de Vila Nova da Rainha. Essa denominação não teve aceitação popular e a cidade ficou conhecida como o nome de Campina Grande. Só por volta dos anos de 1930 e 1940, no auge da expansão econômica proporcionada pelo comércio algodoeiro é que novamente se acionou o dispositivo discursivo que intitulava Campina Grande como “Rainha da Borborema”.

¹⁵⁵ O jornal **A Batalha** fornece uma boa visão acerca do mundo dos trabalhadores e dos acirrados embates e críticas em torno dos problemas da cidade. Mais fragmentado, esse jornal contava com alguns números dos anos de 1934 e 1935. Sua direção, redação ou gerência ficou a cargo de Lino Gomes Filho, Arlindo Correia da Silva e Isidro Aires de Castro. Seu título era “órgão dos trabalhadores e interesses gerais”.

¹⁵⁶ Sem autoria. “Os mata-mosquitos”. **Brasil Novo**. Campina Grande, 28 de março de 1931, p. 1.

a forjar uma “sensibilidade” para a noção de “grandeza” que foi sendo internalizada no trato e na adjetivação de Campina Grande.

A fonte hemerográfica possui uma componente especial para o trabalho com as cidades. É que as notícias veiculadas em revistas e jornais nos permitem um acompanhamento cotidiano dos desejos, das reclamações, de um dado imaginário imerso nos “seus sonhos” e dos diferentes projetos. Neste sentido, um bom caminho é atentar para as palavras grafadas por hábeis cronistas que nos ajudaram a perfazer o campo de inserção de alguns vocábulos pertinentes ao momento que estamos tratando. Referimo-nos, especialmente, às palavras que de alguma forma possuem uma relação de proximidade com os desdobramentos da noção de “progresso” e que foram incorporadas às diferentes crônicas dos jornais campinenses.

As crônicas veiculadas nos jornais que circularam diariamente e que pediam pela modernização da cidade e adequação da mesma aos signos do “progresso” são exemplos desta constatação. Em nossa perspectiva, os jornais também fazem parte da composição de uma mitologia do “progresso” associada aos anseios de uma camada social (os comerciantes e profissionais liberais) e política que foram reforçando a pretensa “grandeza” de Campina Grande.

Na década de 1930, o Brasil vivenciou uma intensa mudança nos quadros políticos. Esse período é conhecido na historiografia brasileira como a chamada “Revolução de 1930”. A eleição de Júlio Prestes a presidência da República, em lugar de Washington Luís, provocou uma insurgência entre os políticos mineiros e sulistas que esperavam o revezamento do poder. Com esta ação, estava rompido o acordo com Minas Gerais que esperava ocupar a Presidência da República. Essa manobra abriu um fissura neste espaço de disputas. Em 1929, contando com o apoio de Minas Gerais, Getúlio Vargas foi lançado candidato a presidência da República tendo como seu vice-presidente João Pessoa, então governador da Paraíba. Mineiros, sul-rio-grandenses e paraibanos formavam a Aliança Liberal, “uma coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas”.¹⁵⁷

As eleições se realizaram em março de 1930 e a vitória veio a ser de Júlio Prestes deixando a Aliança Liberal inconformada com a derrota. Esse inconformismo foi gestando muito lentamente uma aproximação com as lideranças do movimento tenentista¹⁵⁸ e a Aliança

¹⁵⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a evolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 403.

¹⁵⁸ Na historiografia brasileira, três correntes delineiam acerca dessa temática. A primeira, de cunho mais tradicional, entende que esse movimento foi gestado nas camadas médias urbanas e representaria os anseios desses setores por uma maior participação na vida nacional e nas instituições políticas; a segunda corrente defende o caráter militar dessa revolução, dessa forma, esse movimento visou à defesa e interesses da

Liberal. Dentre essas lideranças estava Luis Carlos Prestes que naquele momento acreditava que a mudança principalmente no quadro político não poderia ocorrer de forma pacífica: “nós revolucionários não cremos que tal reforma possa processar-se por uma pacífica evolução legal (...)”.¹⁵⁹

Essa fala de Prestes já anunciaria que a “Revolução” não teria desfecho pacífico. Essa sua posição fora endossada no jornal campinense *O Século*, em publicação de 1929, aonde Luis Carlos Prestes emergia como “O cavaleiro da Esperança”.¹⁶⁰ Antes de debelar a conflagração, um fato veio a agravar mais os ânimos: o assassinato de João Pessoa, no dia 26 de agosto de 1930, no Recife. Em 3 de outubro de 1930 a conspiração “estourou” em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, alastrando-se para outros estados do Nordeste. A situação pendeu para o lado dos revolucionários e em novembro de 1930 Getúlio Vargas foi empossado presidente, emergindo uma nova fase da política brasileira.

Muito se falou nos jornais da cidade acerca dessa mudança política em todo o país bem como no estado da Paraíba. Cada editorial jornalístico apontava as mudanças que a nação brasileira passava com a emergência do novo governo. Os jornais traziam matérias que aludiam a um “Brasil Novo”, a corrida pela alfabetização, a uma transformação de uma “nova” fisionomia nacional. Percebamos que esse ideário nacional de “reorganização”, reformulação balizado em torno de conceitos como “progresso”, “adiantamento”, “civilidade”, “cosmopolitismo” davam suporte a um exercício de renovação dos espaços citadinos, ou melhor, capitaneavam uma política de renovação urbana.

A eloquência contida nas descrições da cidade, da parte dos administradores, literatos e jornalistas não deixava dúvida de que se acreditava, e se desejava ardentemente acreditar, que o elemento ordenador da paisagem urbana descrita era a mão do progresso atuando sobre a cidade, moldando suas formas, ornamentando sua fisionomia.¹⁶¹

Em Campina Grande, nos idos anos de 1930 e 1940, folheando alguns jornais da época, percebemos os ecos desse ideário progressista de cunho nacional grassado nas palavras

corporação. Por fim, a terceira explicação defende uma análise mais global, levando-se em conta tanto a situação institucional dos tenentes quanto a sua composição social como membros das camadas médias. Para mais informações, consultar: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos de 1920 e a evolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁵⁹ TÁVORA, Juarez, 1935 *apud* FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos de 1920 e a evolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (org.). *ibidem*. p. 406.

¹⁶⁰Sem autor. Aproxima-se o dia da Esperança. **O Século**, Campina Grande, 23 de janeiro de 1929. p. 1.

¹⁶¹ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**. A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 175.

de alguns hábeis cronistas, que abordavam o cotidiano e outras facetas da cidade, transmutado em várias expectativas.

Os papéis sociais das revistas e jornais são fundamentais para entendermos a difusão, a discussão em torno da adequação da cidade aos equipamentos de modernização e a sua pedagogização. Segundo Jean François Sirinelli, “uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”.¹⁶² Apropriamos-nos dessa ideia e analisamos o espaço jornalístico constituído da mesma função com suas inúmeras crônicas dando conta do que ocorria no ambiente urbano possuía a mesma funcionalidade.

Segundo Horacio Capel¹⁶³, a difusão e inovações técnicas tiveram um papel importante no processo de modernização, seja com as ideias higienistas, com a introdução da eletricidade no fim do século XIX, com a rede de água e saneamento tem-se então que:

La modernización (...) se intensificó em las dos primeras décadas del siglo XX. Em lo que se refiere a la extensión de las redes técnicas y el acceso a las mismas, si el acceso generalizado a las redes de agua e saneamiento tardo tiempo em conseguirse, la electricidad, el telefono e la television se han difundido de forma mucho más rápida. Los “modernos ingenieros”, que ya habíamos visto citados em el siglo XVI, adquieren ahora um papel fundamental em la aplicación de la ciencia y la técnica, al igual que otros profesionales como médicos y arquitectos.¹⁶⁴

Para se pensar o advento do moderno, o exercício de análise do autor se aproxima daquilo que propomos neste trabalho quando pensamos o jornal como uma publicação diária, de vida curta e efêmera, superada a todo o momento por uma notícia nova. Estes jornais apresentavam em suas páginas projetos de uma cidade consubstanciada com as ideias de progresso e suas ambiguidades¹⁶⁵. Alguns dos autores das crônicas estavam afinados com a discussão em torno dos ideais do moderno, sendo rápidas, ágeis e atraentes, os jornais se esmeravam na comunicação da mensagem da crônica ao leitor. Assim, através das notícias

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 144.

¹⁶³ Horácio Capel, professor colaborador das pesquisas desenvolvidas pelo HCURB coordenado pela professora Ângela Lúcia Ferreira com a temática do desenvolvimento urbano da cidade de Natal.

¹⁶⁴ CAPEL, Horacio. Caminos de Modernización en la Europa Ultramarina. In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lucia (org.). *Surge et Ambula*. A construção de uma cidade moderna: Natal, 1890 – 1940. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 9-28.

¹⁶⁵ Segundo Maria Inez Turazzi, progresso e civilidades eram conceitos homólogos e transformaram-se numa versão obsessiva para as classes dirigentes do nosso país. Cf. **A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem**. A Engenharia, A Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

nos jornais, intensificadas desde o início do século XX, um dos ecos difusor do ideário moderno associado a uma dada noção de “progresso”.

2.2. A cidade agora é outra: as luzes do progresso

A introdução da luz elétrica nos espaços urbanos possibilitou a população conviver com a escuridão da noite, a emergência de novos padrões de comportamentos e como um novo estilo de vida acompanhado de uma claridade mais presente, diferente do bruxulear da luz fornecida pelos lampiões e pelos candeeiros. Contudo, foi apenas na década de 1920 que de fato foi implantado um serviço de luz elétrica em Campina, gerado por motores de uma empresa privada da cidade e pertencente ao pernambucano Armando Brito e sua família.¹⁶⁶

Inicialmente foi o português Tomaz Pereira Soares, natural dos Açores, formado em engenharia na Alemanha e que, a convite do colega Armando Brito, veio administrar os motores da energia que, a época, era localizada na área onde hoje se encontra a Praça Clementino Procópio (posteriormente, a prefeitura transferiu a sua sede para as proximidades do Açude Velho). O ponto é que, com o crescimento da cidade os motores que geravam a luz e funcionava à lenha dava conta do fornecimento de energia com bastante precariedade precisavam ser trocados.

Ao se trabalhar com a reflexão em torno do aparato técnico que no início do século XX passou a fazer-se presente nos espaços citadinos também se lida com as possibilidades dessa adequação ser lenta, ineficiente, a exemplo dos inícios da luz elétrica, a água encanada, os automóveis, as estações telegráficas e os telefones, deve-se se levar em consideração as dificuldades de colocá-los em funcionamento e mantê-los sem falhas.

Campina Grande teve a sua luz a motor a partir de 1920. Um enorme avanço já que antes as luzes do candeeiro nas ruas eram acesas uma a uma. A luz artificial trouxe a possibilidade de a população conviver com a noite, pois os postes iluminavam os “novos” caminhos da noite:

As visões das noites iluminadas são traduzidas em novas sensibilidades urbanas. Em função da aproximação entre dia e noite e do rompimento dos

¹⁶⁶ Cf. DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s/n], 1993. v. 01.

limites entre o exterior e o interior, as noites iluminadas construíram locais de encontro e fantasia. O fim da escuridão estabelece novos hábitos.¹⁶⁷

Com esse advento, novos hábitos de sociabilidades e sensibilidades foram surgindo, dentre os quais, os encontros e namoros nas ruas e praças da cidade, a abertura de estabelecimentos comerciais e de lazer, os passeios noturnos como hábitos que constituem uma invenção da modernidade.

Entretanto, as reclamações das crônicas nos jornais campinenses apontavam para a pouca eficácia com que os motores atendiam uma população¹⁶⁸ que já distava 100.000 mil habitantes, incluindo os seus distritos. O fornecimento oscilava entre a claridade e a escuridão, e o desejado “progresso” também parecia oscilar entre luzes e sombras, numa metáfora com o Iluminismo.

No jornal *A Batalha* de 1935, encontramos referências à luz elétrica e seus preços exorbitantes para uma cidade como Campina Grande. O jornal denunciava as taxas abusivas cobradas numa cidade de “36.198 pêssoas”, “6.033 casas” e apenas “1.300 instalações particulares”. Recorrendo a estatística e a outros exemplos no estado (Patos, Alagoa Grande), o jornal denunciava que a Empresa de Luz e Força de Campina Grande praticava abuso no valor cobrado pelo fornecimento de energia, pois o número de ligações particulares era muito pequeno para arcar com uma taxa tão alta. O que era considerado um absurdo para uma “importante cidade central” e “metrópole sertaneja”¹⁶⁹ como Campina era apresentada. Sem uma luz elétrica adequada, o tão desejado “progresso” iria tardar e a cidade continuaria mergulhada no atraso e na escuridão.

O certo mesmo é que nesse momento nos deparamos com um impasse no difundido “progresso”: os altos preços cobrados e a ineficiente luz elétrica. A campanha contra a má iluminação continuou com o apoio da União dos Retalhistas que:

Tendo a união dos comerciantes retalhistas tomados a hombros a iniciativa de emcabeçar uma forte campanha contra a má luz eléctrica fornecida á cidade, espera o apoio de todas as agremiações trabalhistas locaes. O que a Empreza de Luz e força S/A, vem fazendo com relação ao fornecimento de luz aos habitantes de Campina Grande, é uma demonstração evidente de injustificável desconsideração ao laborioso povo campinense. Pergunta-se há quanto tempo vem a população suportando luz insuficiente

¹⁶⁷ANDRADE, Alenuska. À Luz da Modernização, a modernização da Luz. In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia. *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna: Natal, 1890 – 1940*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 87-106.

¹⁶⁸ Em 1940 essa população contava com 127.397 habitantes segundo recenseamento geral do país. Cf: CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. p. 134.

¹⁶⁹ LUSTOSA, Francisco. A Luz de Campina Grande. *A Batalha*, Campina Grande, 4 de abril de 1935. p. 3.

para os menores misteres? Cresce a cidade, estragam-se os motores e a luz, diminui consideravelmente até extinguir-se. Por parte da Empresa parece não haver *remédio para o mal*. (...) A tolerância todavia tem limites. É o caso da Empresa não desejando ou não podendo satisfazer às justas reclamações de toda a população desta grande cidade, deixar que outra organização explore os serviços de fornecimento de energia elétrica.¹⁷⁰

A população sofria as consequências de um mau serviço fornecido pela empresa de luz. Desta feita, agora se manifestava a associação comercial dos retalhistas convocando a todos que utilizavam os seus serviços para fazer os reclames nas páginas do jornal. Além da precariedade, a empresa de luz já não atendia a demanda de uma cidade que cresceu vertiginosamente e já não podia ser alimentada por motores de luz defasados. E se isso acontecia era necessário exigir que outra empresa substituísse à antiga fornecedora de luz e os velhos motores, garantindo assim, um serviço de qualidade que atendesse à demanda da cidade. No desfecho da crônica, convocou-se, mais uma vez, as mitologias de uma cidade e de um povo que trabalhava e sua grandiosidade.

A campanha contra a “má luz” se estendeu de julho a dezembro de 1937 no jornal *A Voz da Borborema*.¹⁷¹ Diariamente as crônicas chamavam a atenção das autoridades, e da população em geral, para o mau funcionamento dos serviços, que não estavam em consonância com o título de uma “cidade adiantada”, expressão que aparecia recorrentemente nos jornais.

O caso da luz elétrica é emblemático. O problema do funcionamento eficiente se prolongou por quase duas décadas em Campina Grande. Ainda em fins da década de 1940, conforme reportagem intitulada “O caso da Luz”, do jornal *Correio Campinense*, de 28 de agosto de 1949, temos o seguinte:

Ao assumirmos a Prefeitura de Campina Grande, voltou as suas atenções para o problema da energia elétrica, a qual praticamente, não existia. Os velhos motores da Empresa de Luz e Força mal iluminavam a cidade, numa distribuição racionada das iluminações pública e particular. O progresso da cidade sofria um certo retardamento. A pequena indústria não dispunha de força elétrica para funcionar. A população não gosava das comodidades que o progresso de eletricidade trouxe a vida humana. Atentando na gravidade do problema e na urgência de sua solução, após concorrência necessária, o prefeito Elpídio de Almeida adquiriu, por compra

¹⁷⁰ GOMES, Agenor (1º secretário). **A Voz da Borborema**, Campina Grande, 16 de julho de 1937. p. 1.

¹⁷¹ Por questões metodológicas escolhemos trabalhar com **A Voz da Borborema** nos números que vão de julho de 1937 a dezembro de 1937. O problema da Luz Elétrica em Campina Grande, no entanto emerge em diversos jornais da cidade, dentre eles poderemos citar **A Batalha**, de 1925 e **Tribuna da Paraíba**, de 1954.

à firma *Sulzer Freres S.A*, com fábricas na Suíça, dois motores de 950 HP cada, acompanhados do respectivo aparelhamento elétrico.

(...)

Nestas condições os campinenses terão concretizado agora uma velha aspiração de quase vinte anos. A imprestabilidade da velha usina era um verdadeiro entrave ao progresso da indústria (...).¹⁷²

Pelo exposto acima, as vésperas dos anos de 1950, a cidade que era um motivo de orgulho pelo seu desenvolvimento, atrelado à economia algodoeira, ainda apresentava uma carência no serviço de luz elétrica. Por isso, retomando os anseios de anos anteriores, mostramos a campanha que foi veiculada nos jornais em prol de um fornecimento de energia condizente com uma cidade que foi constituída para ser uma referência de modernização no interior do Nordeste.¹⁷³

O cronista anônimo ressaltou que às vésperas dos anos de 1950, a cidade vivia uma experiência com o racionamento de energia, tanto no âmbito do espaço privado quanto do público. Aponta ainda que o “progresso” da e na cidade foi retardado pelo falta de empenho dos poderes públicos em solucionar um problema que se arrastava por mais de duas décadas. Enumerou que a pequena indústria campinense não poderia funcionar e que a população estaria impedida de usufruir das benesses do “progresso” e dos bens materiais, pois a precária rede elétrica da cidade não comportaria a sobrecarga de consumo. As esperanças na solução desse problema estavam depositadas nas mãos do candidato eleito à prefeitura do município: o médico sanitarista Elpídio de Almeida que, em sua gestão, adquiriu os motores e efetivou o aparelhamento elétrico. Assim como para outras cidades, a presença da luz elétrica alardeava adiantado o progresso técnico, mas as falhas na sua execução indicavam também a sua não efetivação plena.

Esse ultimato apontou para uma insatisfação principalmente da classe comercial. É que a indústria e o comércio campinense não poderia se desenvolver mais por conta da insipiente luz fornecida pela empresa, conforme pudemos constatar a partir dos jornais. De qualquer forma, o que nos deixou intrigados foi o fato do caso da luz só ter sido definitivamente regularizado nos alvares de 1950. Alguns questionamentos podem ser lançados: por que uma demora tão grande na resolução do problema da luz em Campina? Terá

¹⁷² Sem autor. Campina Grande, centro irradiador de Progresso – uma administração dinâmica e orientada no sentido do bem estar coletivo – Fala ao “Correio” o prefeito Elpídio de Almeida. **Jornal Correio Campinense**, Campina Grande, 28 de agosto de 1949, p. 1.

¹⁷³ Epaminondas Câmara publicou, em seu livro **Datas Campinenses**, partindo do **Anuário da Paraíba**, o seguinte acerca da cidade para o ano de 1936: “Campina Grande. Principal cidade do interior do Nordeste brasileiro... sobrelva-se pela grandeza (...) pelo seu intenso comércio de algodão.” **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, p. 123-124.

sido descaso, já que a sede da empresa situava-se na cidade do Recife? Interesses políticos? E isso não ocorreu apenas com o caso da luz.

2.3. A água: fluxos do progresso

Segundo o jornalista Orris Barbosa, em seu livro *A Secca de 32*, a cidade de Campina Grande “morria de sede”. Seu escrito foi fruto de uma incursão pelo interior do Nordeste acompanhando a comitiva do presidente Getúlio Vargas durante a longa estiagem de 1932. Saindo de João Pessoa, viajaram pelo brejo paraibano e chegaram à Campina Grande, sobre a qual relata:

é uma cidade que morre de sede. Em certas épocas, uma lata dagua chega a custar mais de mil réis. Se, dentro em pouco não se resolver o problema da água, periclita o destino dessa estranha e linda cidade, que vive de convergencia dos interesses do sertão e do litoral. Grande centro commercial – a Mecca do algodão nordestino – a sua vida está em íntima funcção com a principal riqueza da região. (...) Essa política da água já entrou nas cogitações dos poderes públicos da Parahyba, que enviaram technicos estudarem um plano racional de abastecimento dagua.¹⁷⁴

Por conhecer tão bem a região devia saber que o maior problema que afetava Campina Grande era a falta de água. O abastecimento era tão precário que ainda era feito nos lombos de jumentos. Mesmo depois da construção da barragem de Vaca Brava, no ano de 1935, pelo governo de Argemiro de Figueiredo¹⁷⁵, que visava atender a cidade e região circunvizinha, o problema continuou a afetar a sua população. Se a cidade de Meca é um referente à leitura religiosa Campina Grande passou a ser constituída como a “Meca do algodão nordestino”.

Os fluxos do progresso conduzirão a água até Campina Grande por meio da construção da barragem tal na cidade de Areia com 200 metros de extensão, 26 metros de altura e volume de 300 metros cúbicos de aterro. Sob a supervisão do engenheiro Dr. José Fernal, a dita barragem seria construída “em terra comprimida com sólida fundação” com capacidade para 4.000.000 metros cúbicos de água e seria suficiente para resistir a mais brava estiagem bem

¹⁷⁴ BARBOSA, Orris. *Secca de 32*: impressões sobre a crise nordestina. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1935. p. 150.

¹⁷⁵ O Abastecimento e Saneamento de Campina Grande. *Voz da Borborema*, Campina Grande, 24 de julho de 1937, p. 1. No jornal *O Momento*, de 29 de outubro de 1950, há uma chamada com letras maiúsculas que atesta “Cada vez mais grave o problema da água em Campina Grande”. A crônica narra à deficiência da adutora no abastecimento de água da cidade, várias ruas e casas estavam sem água nas suas torneiras. A cidade servida de três mil metros cúbicos de água quando precisaria do dobro. A cobrança na crônica direcionava-se ao governo do estado para que fossem tomadas providências.

como atender à demanda da cidade”¹⁷⁶. Entretanto, este projeto estava ainda no papel no escritório do famoso engenheiro Dr. Saturnino de Brito e sua comissão responsável pela execução do projeto nessas terras. A figura do engenheiro se tornou um marco na execução técnica pautada por um conhecimento científico:

A associação entre ciência e técnica, vista como infalível e típica deste mundo que se inaugurava, fez sobressair socialmente um novo tipo de personagem: o profissional portador de conhecimentos especializados, ou seja, os médicos, os engenheiros, sanitaristas, geógrafos, geólogos, botânicos, etc. Os engenheiros, principalmente, tiveram grande participação na construção – diríamos remodelação – de um mundo novo e da conquista da natureza.¹⁷⁷

A certeza irrestrita na técnica e na figura do engenheiro fazia parte de uma crença que se tinha do “progresso” em recriar o mundo de acordo com os desejos e capacidades dos homens. O fato de não estar submetido a intempéries do ambiente caracterizava de tal modo o conceito de progresso técnico e na capacidade humana de intervir no meio e transformá-lo. Os engenheiros eram considerados juntamente a médicos e educadores os “missionários do progresso”.¹⁷⁸

Desta forma, um espaço de construção de sentidos se materializava com suas ações. A campanha articulada em torno da chegada da água possuía a tônica de mobilizar as autoridades competentes a entender que não seria possível continuar com os ecos do “progresso” em Campina Grande, caso o problema da água não fosse definitivamente resolvido.

Portanto, percebemos que a palavra “água” foi sendo incorporada ao cotidiano e ao imaginário das pessoas com diversos significados. Além de ser entendida como líquido natural composto por um átomo de oxigênio e dois átomos de hidrogênio, transparente, incolor e geralmente insípido e inodoro, esta passou a ser associada às características do conceito de “progresso” quando armazenadas em tanques: adiantamento, desenvolvimento, movimento progressivo da civilização, aperfeiçoamento e leveza. É que a expectativa em torno da presença desse líquido nos encanamentos e manilhas, que levassem as águas para os

¹⁷⁶ O abastecimento D’água e saneamento de Campina Grande. **Voz da Borborema**, Campina Grande, 24 de julho de 1937, p. 1.

¹⁷⁷ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. São Paulo: EDUSC, 2000.

¹⁷⁸ HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do Progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. Cf. o segundo capítulo: “Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX”, p. 69-154.

lares da cidade e para as casas comerciais, traria a sensação de que o “progresso” tinha chegado à Campina Grande. Segundo Silvera Vieira:

Caixas d’água, canos, barragem faziam parte do conjunto de técnicas e recursos da época, que, utilizados em conjunto, iriam compor a obra tão almejada pelos campinenses, a rede de esgoto, a qual, embora constituísse sonho de todos, somente alguns tiveram o prazer de concretizá-lo, pois a maioria da população não foi atendida pelo sistema de abastecimento d’água.¹⁷⁹

O sonho dos campinenses era que a água jorrasse em abundância e regularmente nas torneiras de suas residências. As caixas de água, canos, a barragem como afirma a historiadora Silvera Vieira eram parte constituinte da técnica, mas também de um imaginário que se alinhava com as ideias progressistas, entendido como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens em todas as épocas, construíram para si dando sentido ao mundo. Um sistema de sensibilidades que corresponderia à tradução da experiência humana no mundo. Sendo as mesmas expressas em atos, ritos, palavras, em objetos de vida material e em materialidades do espaço construído. “Sensibilidades se remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construídas sobre o mundo”.¹⁸⁰ Nos referimos a uma relação mimética construída na intenção de permitir que a água adquirisse as características do “progresso”.

Portanto, a água passou a carregar esta simbologia, não pela sua presença pura em estado natural, mas já manipulada através de dispositivos discursivos nas folhas dos jornais, no seu acolhimento ou captação através dos projetos técnicos, como o abastecimento mecanizado bem como a sua presença nos projetos de encanamentos das casas.

O que importava não era apenas o projeto de execução de abastecimento e de saneamento da cidade, que os jornais tanto enfatizaram, mas toda uma engrenagem construída em torno do líquido que foi adequado ao debate do momento e aos desejos da população de possuir água encanada nas suas residências. Enquanto isso não ocorria, os lombos dos jumentos ainda seriam uma boa alternativa para o abastecimento. A crônica seguinte, intitulada “O Grande Problema Campinense”, ilustra bem esta problemática:

Os filhos de Campina Grande, diga-se de passagem, têm vivido, com se diz na gíria popular, “com o bico n’agua morrendo a sede”. Muita água se

¹⁷⁹ VIEIRA, Silvera. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética de Campina Grande. (1930-1960). 2010. 139f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFCG, Campina Grande. p. 30.

¹⁸⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 58.

encontra no subsolo e nos diversos reservatórios da cidade, Bodocongó, Açude Novo, Açude Velho e outros menores açudes e depósitos existem as bordas da cidade, sem que todavia se encontre uma gota d'água potável nos alludidos reservatórios. E como viver uma cidade populosa, industrial como Campina, sem água?

De modo nenhum. O progresso de Campina Grande teria de arrefecer fatalmente pela premência do precioso líquido. O seu commercio, a sua indústria e até mesmo a sua vida social constituiriam um núcleo de actividades entravadas por que assim como não se vive sem pão, também não se pode viver sem água.

E Campina Grande seria de certo uma cidade estacionaria, uma luz prestes a se apagar, uma luz mortiça a míngua de combustível. Sim, o seu povo não podia se abastecer de água estagnada, salgada e cheia de impurezas.¹⁸¹

Observamos que a complexidade dessa situação girava em torno de uma cidade como Campina não possuir água potável, mesmo portando, no seu subsolo, mananciais substanciosos, mas carentes de um tratamento adequado e impróprias para o consumo. Também encontramos menção ao fornecimento de luz precário que ameaçava permanentemente o frágil “progresso” da cidade, os símbolos desse adiantamento funcionavam de forma duvidosa. Segundo o historiador Severino Cabral Filho, em sua tese *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*, a elite campinense trabalhou incansavelmente para dar fim ao tipo de abastecimento de água que considerava incompatível com o crescimento material da cidade (a água transportada por burricos).

A contradição entre o discurso que construía uma grande Campina e a falta de abastecimento adequado era algo que ia de encontro à legitimação de um centro comercial, exportador de algodão e adiantado com as ideias do progresso. Sob o ponto de vista econômico, a pujança do processo de comercialização do algodão trouxe a prosperidade, porém nos parece não ter penetrado plenamente em suas estruturas como um centro regional.

Ainda segundo a análise de Severino Cabral, a preocupação era que “Campina Grande não poderia ficar fora desse concerto”. A cidade era considerada como a segunda maior exportadora de algodão do mundo; os seus homens de letras e da política se compraziam em chamá-la, com orgulho, de a “Liverpool brasileira”¹⁸².

¹⁸¹ RODOLPHO, A. O Grande Problema Campinense. *Voz da Borborema*, Campina Grande, 11 de agosto de 1937, p. 4.

¹⁸² CABRAL, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: UDUFCG, 2007. p. 41. No jornal *Diário da Borborema*, de 11 de outubro de 2009, na seção de economia, a seguinte matéria é enfocada: “Sanbra, marco na história”. O texto aponta como essa empresa que chegou a cidade de campina Grande em 1935, trouxe “prosperidade e desenvolvimento para Campina Grande”. Na mesma matéria, é enfatizado que quando a empresa veio para a cidade esta vivia o “boon algodoeiro”, chamado na historiografia local de período do “ouro branco”. Em palavras do texto: “Naquela

Por outro lado, este espaço adiantado necessitava da água encanada em suas torneiras para evitar também males advindos de epidemias disseminadas através de hábitos não salutarres, como: não lavar as mãos, alimentos, atos providenciais que vindo em momento oportuno, ajudaria a cidade a prevenir doenças, pois a mesma encontrava-se às voltas com epidemias de *tifho* que poderiam ser evitadas se a Comissão Sanitária:

Verificando-se, nesta cidade, casos constantes de febre tifo, o sr. governador Argemiro de Figueiredo, por intermédio da Directoria da Saude Publica, deu as devidas providencias, confiando ao illustre dr. Octavio de Oliveira, reputado director da S.P., a organização do serviço sanitário, afim de combater o surto epidêmico que se pronunciara, entre nós, ameaçador. Ao chegar aqui, a comissão entrou em entendimento com o sr. Prefeito Municipal, Dr. Vergniaud Wanderley, (...) emprehenderam um serviço de vacinação methodisado e intenso, na certeza de deixar imune a população campinense. Além do serviço de vacinação anti-tiphica, a disticnta e laboriosa commissão emprega todos os meios proffilaticos para sanear a cidade e restabelecer a tranquilidade publica. Aconselhamos o maior escrúpulo em águas, verduras cruas, maior asseio nas mãos, pois alguém já qualificou a febre tifo de doença das mãos sujas (...).¹⁸³

A água encanada em uma cidade permitiria que casos como os de febre tifo fossem evitados mediante procedimentos simples: a água encanada estaria tratada para o consumo da população, hábitos como lavar as mãos, frutas e verduras cruas seriam mais facilmente incorporados e funcionariam como agentes naturais de defesa contra epidemias. A preocupação por parte da municipalidade, no caso da febre tifo, era que essa doença se alastrasse também por outras cidades do estado, daí o apoio solicitado por parte do governo estadual com a presença de médicos reputados como o doutor Otávio Oliveira diretor da S.P. e do “serviço de vacinação anti-tiphica” no combate a doença e na internalização ou pedagogização de uma prática profilática, o serviço de vacinação metodizado se configurava como esse tipo de prática.

Dessa maneira, a preocupação com um serviço de água encanada desembocava em uma preocupação com o corpo, que também se configurava numa preocupação com a alma. E

época, o produto transformou, de forma profunda a economia da cidade. Campina Grande chegou a ser o segundo mercado algodoeiro em todo mundo, perdendo a liderança apenas para Liverpool, na Inglaterra.” p. 10. Ainda sobre a SANBRA, ver: DINOÁ, Ronaldo. **Campina Grande: ontem e hoje** (coletânea de artigos). Campina Grande: [s/n], 2004. p. 121-122.

¹⁸³ Sem autor. Comissão Sanitária S. P. **Voz da Borborema**, Campina Grande, 16 de julho de 1937. p. 4.

neste sentido, no âmbito do moderno também se articulou campanhas que possibilitassem um exercício da filantropia e da caridade.

Mesmo com um projeto de água encanada e o saneamento urbano implantado na gestão do governador Argemiro de Figueiredo, na década de 1930, esse líquido precioso não chegou a dar conta das necessidades de toda cidade. Segundo Epaminondas Câmara, “iniciado o serviço d’água e esgotos da cidade, com sete chafarizes e cerca de trinta instalações sanitárias em domicílio”.¹⁸⁴ Além disso, estava instalada aí uma incongruência: Campina Grande, uma cidade que estava num momento de prosperidade econômica, necessitava das torneiras jorrando água nas residências, mas, poucas foram às casas favorecidas com a água encanada e com o esgotamento sanitário. Os projetos apresentados à prefeitura em 1939, ano da inauguração do abastecimento em Campina, permitem-nos fazer tal afirmação. O problema do abastecimento de água na cidade durou bastante tempo, só foi resolvido com a construção do açude Epitácio Pessoa no município de Boqueirão, inaugurado pelo presidente Juscelino Kubistchek, em 1959. Mas, isto é outra história.

2.4. As ambiguidades do progresso: ser moderno é também ser piedoso

Outro ponto importante na construção dessas mitologias do “progresso” foram as chamadas “Campanhas de Caridade”. Fator bastante explorado nos jornais e que ocorria em Campina Grande, em meados dos 1930, e que visavam mitigar a presença dos mendigos na sua região central e adjacências. Para uma cidade que almejava uma imagem de progresso e adiantamento, a prática da mendicância, em suas ruas, sem nenhum cuidado, poderia ser considerada como um entrave ao progresso moral e social. Segundo o historiador Camilo Barbosa da Silva, “é neste período que a burguesia promove com mais vigor o seu assistencialismo filantrópico através de instituições criadas para esse fim”.¹⁸⁵ Os asilos de mendicidade e caridade foram instituições criadas para acolher os pobres da cidade. O jornal *A Batalha* noticiava a construção do Asilo “Deus e Caridade”.

Uma das obras de maior vulto que se constroe nessa cidade, é, sem dúvida o azilo DEUS e CARIDADE. Esse progresso deve-se ao esforço gigantesco desenvolvido pela sua diretoria e mui especificamente por essa figura de escol (sic) que é o sr. José Ramos. Venderam o prédio que possuíam no

¹⁸⁴ CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. p. 130.

¹⁸⁵ SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder**: a construção da hegemonia da burguesia comercial em Campina Grande – (1920-1950). 1988. 58f. Monografia em História. DHG. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988. p. 23.

coração da cidade para aplicarem no edifício que guardará os desamparados da sorte, os que precisam de uma mão amiga e desinteressada. É dever de todos campinenses que olvidaram “Deus e Caridade”, voltarem as suas fileiras, e contribuir para o término de uma construção que honra os nossos foros de cidade culta.¹⁸⁶

Alguns sindicatos (União dos Retalhistas) e outras instituições se preocupavam em resolver o problema dos pobres que circulavam nas ruas do centro. Os pobres e mendigos precisavam de um lugar para se abrigar e alimentos para mitigar sua fome. Essas instituições por meio de campanhas e donativos buscaram angariar doações para distribuir entre os pobres. Esta ação era consolidada através de campanhas que ocorriam em nível publicitário e procuravam promover festas e leilões no intuito de angariar fundos para compra de alimentos, roupas e remédios. A matéria acima convocava a todos os campinenses a se envolverem com o trabalho de combate à mendicância na cidade. Enfocava a construção do asilo “Deus e Caridade” como espaço específico para acolher os desabrigados, a construção do asilo visava “limpar” a cidade da presença dos indesejáveis que ameaçavam a zona central e a instauração de uma componente discursiva que enfatizava Campina Grande como um espaço culto.

Logo, na página a seguir, uma crônica dava ênfase ao caráter benfeitor do povo campinense por acolher e apoiar a referida obra e o caráter benfeitor da mesma:

Há três anos, que é conhecido, o esforço dos vicentinos, para firmar a sua grande obra. (...) O comercio e o povo campinense, devem honrar, o nome de nossa grande cidade, acolhendo da melhor maneira, o empreendimento dos vicentinos, emprestando-lhes toda cooperação que estiver a seu alcance. E assim, dentro em pouco teremos visto desaparecer a legião de pedintes, que invade as nossas ruas.¹⁸⁷

Essas campanhas também possuíam outros participantes, como a “Acção Catholica, organização de caráter universal”¹⁸⁸, que tinha o propósito de reunir mantimentos tanto para o “Asylo de Mendicidade” e o “Dispensario dos Pobres”. Estas ações eram veiculadas nos jornais tinha como sentido mobilizar e sensibilizar a população a contribuir com a campanha piedosa. Os colaboradores faziam parte dos setores privilegiados da sociedade, como médicos, políticos, comerciantes e donas-de-casa distintas. Eram pessoas que se apresentavam como preocupadas com “os pobres, os velhos que não tinham para onde ir” e tinham nestas

¹⁸⁶ Sem autor. Azilo DEUS e CARIDADE. **A Batalha**, Campina Grande, 13 de fevereiro de 1935, p. 3.

¹⁸⁷ Sem autor. Uma Grande Obra. **A Batalha**, Campina Grande, 13 de fevereiro de 1935, p. 4

¹⁸⁸ Sem autor. Campanha da Caridade. **A Voz da Borborema**, Campina Grande, 17 de julho de 1937. p. 2.

campanhas uma forma de “limpar” as ruas centrais da cidade e impedir a livre circulação dessas pessoas. Percebemos que tônica mobilizadora dessa ação era a ideia da piedade. Logo abaixo, destacamos outra crônica sobre a “Campanha da Caridade”:

A Acção Catholica, organização de character universal recém fundada em nosso meio religioso, teve a felicidade de iniciar seus trabalhos arrastando toda a Cidade para se devotar durante um trimestre em favor das duas symphaticas instituições de assistência social – O Asilo de Mendicidade e o Dispensario dos Pobres.¹⁸⁹

Campanha da solidariedade em Campina Grande.

(...) realizou-se no dia andante, no “Campinense *Club*”, uma palpitante palestra pelo ilustre clínico lazarologista dr. Edson de Almeida que, em companhia da excelentíssima sra. d Eunice Weaver, presidente das Sociedades de assistência aos Lazaros e defesa contra a Lepra, veio ate, nós afim de, por este meio despertar, no espírito do povo campinense, o sentimento de solidariedade ao movimento de assistência e amparo àquelles que estão e vão sendo presos do terrível mal de Hansen.¹⁹⁰

As campanhas de caridade e de solidariedade¹⁹¹ eram ensejadas por agentes da sociedade preocupados com os caminhos que a cidade deveria tomar para manter-se na estrada da modernização tendo por referências Europa e Estados Unidos. O asilo de mendicidade e o dispensário dos pobres serviriam não apenas para abrigar os desvalidos, que precisavam de ajuda, mas também para livrar as ruas de Campina da presença indesejável desses personagens que, pedindo sentados ou andando pelas ruas, imprimiam sua presença que se tornava “desagradável” aos olhos do “progresso”.

A camada privilegiada da sociedade desejava que a cidade estivesse em consonância com os discursos de “progresso”, de modernização, patriotismo, civilização e trabalho, palavras de destaques naquele momento e que entravam em choque com a presença dos mendigos circulando em meio ao comércio, habitando as praças e dormindo ao ar livre.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁰ Sem autor. **A Voz da Borborema**, Campina Grande, 6 de Outubro de 1937, p. 1.

¹⁹¹ A menção à Eunice Weaver, no segundo artigo, tratava de Eunice Sousa Gabi Weaver, uma brasileira que se dedicou aos cuidados aos hansenianos. Formada pela Escola Normal em São Paulo, dedicou sua vida a viajar pelo país, divulgando as campanhas da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e defesa contra a Lepra. Na capital do Estado, João Pessoa, em data próxima, os trabalhos na finalização do “Preventório Eunice Weaver” dava sinais de estar chegando ao final. Esse preventório possuía a função de recolher desde recém-nascido os filhos dos portadores do mal leproso, “esse espaço se destinava a amparar intelectual e moralmente o filho do leproso, tornando-o um individuo útil a sociedade”. No Brasil dos anos 30 esse problema contava com o amplo apoio do governo de Getúlio Vargas que “desejando extinguir a lepra, que constitui ainda um motivo de inferioridade para a gente brasileira, vem auxiliando a construção do Preventório, em todos os Estados do Brasil”. O tal espaço estava sendo construído na capital do estado paraibano com amplo apoio do Interventor Argemiro de Figueiredo. Cf: MOURA, Francisco Coutinho de Lima e. **Reminiscências**. João Pessoa: Imprensa Oficial do Estado, 1938. p. 277- 281.

Os pobres “enfeavam” a cidade por possuírem uma estética de existência contrária ao discurso do “progresso”. Estes pobres moravam e se alimentavam na rua. Além desse problema, emergia outro de grande gravidade: o da disseminação de doenças entre esta população de desabrigados e, posteriormente, entre os demais habitantes da cidade já que este grupo estava submetido a condições precárias de vida e sendo assim não era possível compartilhar de hábitos de salubridade para evitar uma contaminação por agentes microbianos.

Desta feita, a presença do médico doutor Edson de Almeida¹⁹², em palestras esclarecedoras sobre das doenças e inclusive a lepra, era extremamente importante. Despertar o sentimento de caridade não significava apenas estar solidário ao desvalido, que sofria com as injunções sociais, mas também despertar a população para o perigo das insalubridades, da falta de higiene nas portas de casa e, acima de tudo, a prática da caridade, da compaixão pelo outro. Por isso, as palestras dos especialistas visavam pedagogizar a população através de seu discurso científico¹⁹³ e davam mais credibilidade às campanhas. Era a construção de uma nova sensibilidade que tangesse e aguçasse o combate às doenças, nesse sentido a igreja tinha um papel fundamental através da caridade de seu fiel.

Percebemos que o papel dos jornais, ou mesmo da igreja, era o de construir uma sensibilidade em relação ao outro, à situação do outro. De forma que, quanto mais narrativas os jornais apresentassem em relação às campanhas, mais se tencionava a introjeção desse novo sentir. Em outra matéria, temos a presença dos mendigos na cidade cujas imagens consistiam em representações também incômodas. Do jornal *Brasil Novo*, de 01 de abril de 1931, temos:

Fomos procurados, domingo p. passado, para que apoiássemos a idéia de se ordenar o socorro aos mendigos que perambulam pelas ruas da cidade. (...) Exposto o assumpto, algumas idéias trocadas, nos puseram ao par de uns tantos inconvenientes de se deixar aquelle bando precatório de mendigos uns, aproveitadores outros, ao léo da sorte attestando assim a nossa incúria e desaffecto aos que sofrem e a criminosa tolerância aos mandriões, que espreitam uma occasião dessas, para pintar com o rotulo de mendigo, o bolso do transeunte ou do commerciante (...)

A commissão (...) cadastrando os negociantes que, de livre expontanea vontade, queiram auxiliar aos mendigos sem que elles às suas portas venham interromper as suas occupações, e quiça transmittir à casa de suas famílias o

¹⁹² MOURA, Francisco de Lima Coutinho e. **Reminiscências**. João Pessoa: Imprensa Oficial do Estado, 1938. p. 277- 281.

¹⁹³ Com as descobertas da medicina e das ciências naturais o saber científico ascendeu a um lugar de grande credibilidade. Assim, a palestra do médico só viria a reforçar esta perspectiva pedagógica.

micróbio infeccioso de que se acham contaminados quase todos, pela falta absoluta de hygiene.

Pelo que sabemos, a policia se encarregaria de jocirar (sic) os verdadeiros mendigos dos ociosos exploradores do momento, cohibir este e cadastrar aquelles que de facto precisam ser soccorridos, assim como extinguir de vez a mendicância no centro da cidade, como se faz em toda *urbs* civilizada.

Podessemos assim fazel-o e teriamos dado um passo avançado.

Dadas as explicações ao publico, que certo nos aplaudirá a attitude muito humana e quase divina, ficou deliberado entre o prefeito Lafayette e a commissão: -

- a) Não permitir a mendicidade dentro da cidade;
- b) Varrer das ruas os vagabundos, os desocupados voluntários, que se arvoram em esmolares;
- c) Designar um logar em um dos subúrbios da cidade para ser o dispensário dos reconhecidamente mendigos;
- d) Organizar um commissariado voluntario que se deve occupar da sublime missão de socorrer os pobres.

Dentre outras deliberações, resultam as seguintes:

A commissão preparatória, composta pelo prefeito Lafayette e do Cel. Demosthenes Barbosa sahira segunda-feira próxima afim de ter um entendimento com os commerciantes de nossa praça.

As importâncias recolhidas seriam depositadas no Bando Auxiliar do Povo pelo Thesoureiro. Essas contribuições podem ser semanaes ou mensaes, conforme delibere o contribuinte.

UM APELLO AS FAMILIAS

Esses pobres muito necessitam do carinho o sentimento da mulher, cuja sensibilidade se afina pelo mavloso (sic) diapasão da Caridade. Quanta nudez a cobris por causa do retalho de panno, de um vestido já não usado; que falta de pão. A mulher campinense precisa emprestarmos para o fim exposto o seu concurso indispensável e toda ternura de seus formosos corações, feitos de piedade e amor. Quem será capaz de duvidar que o melhor êxito estará no com que muitas famílias virão ao encontro da Commissão e dictar-lhe leis e ordens que so ellas sabem sentir e aproveitar eficientemente? ¹⁹⁴

Esta crônica evidenciava a falta de cuidados, por parte do governo e mesmo a população em geral, para com os pobres e mendigos. A crônica convocava uma ação da população para resolver o problema da mendicância na área central campinense. Outro ponto enfatizado era que, entre os mendigos, havia os aproveitadores que se utilizavam dessa condição para angariar expensas por meio da mendicância e explorar os próprios mendigos.

Na tentativa de sensibilizar as pessoas, os pedintes/aproveitadores utilizavam seu corpo, suas chagas como agentes naquela luta pela sobrevivência, era a exposição de sua condição humana frágil e precária que sensibilizava os passantes da cidade. Portanto, para resolver o problema, a proposta foi que, a comissão organizada com esta finalidade procurasse cadastrar

¹⁹⁴ (Sem autor). Socorro aos mendigos. **Brasil Novo**, Campina Grande, 01 de abril de 1931, p. 1.

os mendigos e com isso, seria possível separar os aproveitadores dos necessitados. A componente discursiva nessa crônica buscava sensibilizar a população de que aquele seria um problema coletivo e que uma *urbe* adiantada deveria procurar uma solução.

Duas preocupações apontadas na crônica ameaçavam a ordem da cidade. Os mendigos, que poderiam contrair doenças pela falta de higiene no habitar sem os devidos cuidados, sem condições higiênicas e de assistência, tornando-se agentes transmissores de doenças infectocontagiosas. O outro fator, é que precisariam ser retirados do ambiente público, para que as cenas de mendicância não fizessem parte do cotidiano dos cidadãos, para que os olhos que enxergavam o “progresso” não se vissem atacados por essa condição infamante.

Para tal intento, a polícia foi acionada a realizar o seu trabalho: impor a ordem, a disciplina e separar as pessoas que viviam *na* mendicância dos que viviam *da* mendicância. A solução encontrada foi à criação dos dispensários ou asilos públicos¹⁹⁵ para onde essas pessoas poderiam ser conduzidas. Ficou acertado, com a comissão, que no centro da cidade seria terminantemente proibida a prática da mendicância. Era um problema tão sério que o prefeito a época Lafayette Cavalcante e Demóstenes Barbosa (grande comerciante de algodão na cidade) se envolveram no assunto.

Portanto, essa seria uma forma de manutenção da ordem social. Uma *urbe* civilizada não poderia ter expostos nas suas “artérias e veias” entraves à livre circulação do sangue e sendo a cidade a metáfora do sistema circulatório.

Outro apelo tratado pelo jornal foi direcionado às famílias e mulheres. A família burguesa naquele período passou a ser preconizada como o modelo ideal do núcleo parental. As famílias deveriam participar ativamente desse projeto, daí a sua convocação e ênfase na figura feminina para capitanear essa ação. A imagem da mulher apresentada pelo jornal era de que seu papel social deveria ser o de atuar na sensibilização da população para abraçar a situação desses desvalidos. Através de seu “carinho”, da sua “compreensão” e de seu “amor” era certo o êxito desse projeto que tencionava uma cidade civilizada, asseada, livres dos pobres andrajosos em sua região central e as possíveis doenças que esses corpos indisciplinados poderiam transmitir. Por isso, a região escolhida para a construção do dispensário para os mendigos localizava-se no subúrbio. Essa “política de intervenção social”

¹⁹⁵ Em 1932 foi Inaugurado o “Asilo de Mendicidade Deus e Caridade” e em 1933 foi instalado nesse asilo o Dispensário São Vicente de Paula. Cf: CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. p. 117 e 119.

foi promovida pelo Estado e intelectuais cientistas e se pautava por um regime autoritário de intervenção.¹⁹⁶

Os jornais também publicavam casos de indignação que apelavam aos sentimentos de alguém que pudesse ajudar, assim:

Implorando a caridade pública – O voluntario Raphael Farias – vencido pela velhice e pela miseria – paralytico, - vem pelo “Brasil Novo”, pedir um pequeno auxílio de cada um dos leitores, para acudir as suas afflicções urgentes. Reside a rua da Floresta n.288, pelo favor de uma caridade.¹⁹⁷

O exercício da caridade também poderia ser individualizado, sem o apelo coletivo às festas e os bazares. O jornal tentava despertar em cada um de seus leitores o sentimento da solidariedade/compaixão em relação ao outro. Vivia-se um novo tempo das comunicações onde um caso como esse era tornado público via jornal, um veículo de comunicação de grande alcance e importante na construção de uma pedagogia da piedade.

Abaixo, temos o “Asilo de Mendicidade Deus e Caridade” como um exemplo dos cuidados e proteção para os mais necessitados, vemos na figura crianças na escadaria, meninas e meninos, no centro as autoridades, distribuídas autoridades e comerciantes da cidade que privilegiaram o projeto e as freiras que cuidavam do internato.

Observam-se, também, na imagem das crianças que as meninas estavam todas vestidas de branco e os meninos de calças e camisas listradas. Algumas autoridades também aparecem vestidas com cor branca. E não é apenas nessa imagem, em muitas outras que observamos desse igual período a cor que mais predominava entre as pessoas era o branco. Segundo Daniel Roche em a “Cultura das Aparências” o *linge* ou a roupa – branca nos permite três direções para pensar seus usos: 1 – os horizontes do parecer e de sua economia, 2 – a esfera da higiene e 3 – a parte do Eros e do jogo de corpo. Ainda segundo suas análises, “(...) ninguém duvide que as roupas-brancas contribuem (...) para a definição da fronteira das aparências.”¹⁹⁸ A roupa branca é um marcador das topografias sociais. Ainda nas palavras de Roche, é uma das materializações da difusão das regras de comportamentos (ou do controle deles). Fazendo uma leitura da imagem abaixo entendemos que o uso do branco está mais para controle e indício de hábitos de higiene rigorosos.

¹⁹⁶ HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do Progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. (1870-1937). Salvador: Diadorim, 1996. p. 19.

¹⁹⁷ IMPLORANDO A CARIDADE PUBLICA. **Brasil Novo**, Campina Grande, 28 de março de 1930, p. 1.

¹⁹⁸ ROCHE, Daniel. **A Cultura das Aparências**: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora SENAC, 2007. p. 16.

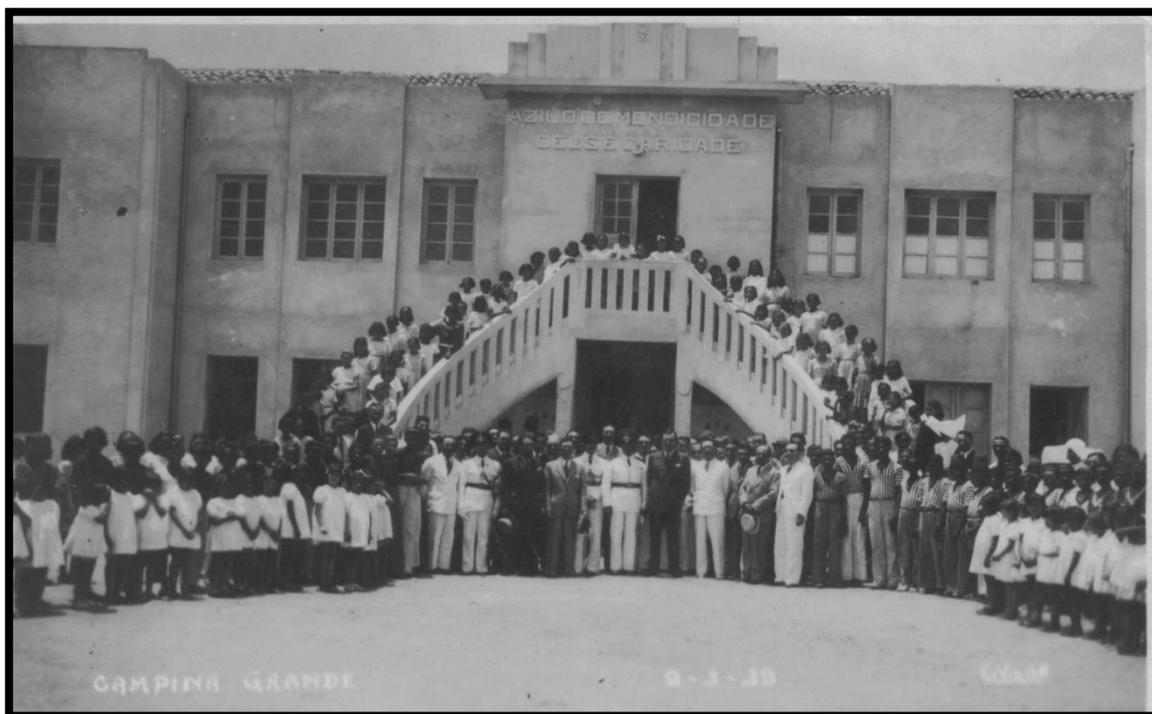


Imagem nº 07: Asilo de Mendicidade Deus e Caridade (1939). Fonte: Euclides Vilar. Campina Grande.

Ainda voltando aos jornais, podemos observar que a mendicância recebia tratamentos diferentes nos seus editoriais: havia a mendicância sob uma perspectiva religiosa, que convocava os moradores a se solidarizarem com o projeto da igreja aos indesejáveis na cidade e aquele que fazia apenas referências às campanhas de caridade e de solidariedade enfeixadas pela elite.

Assim, pelo exposto até o momento, Campina Grande foi uma cidade construída e representada a partir de diversas imagens. Seja a de cidade comercial, industrial, pioneira como “centro irradiador de progresso”, ou como cidade polo que ao seu redor atraía diversas outras cidades ou distritos. Porém, aqui e ali, se encontravam diversas matérias e fragmentos de outros jornais que apontavam para uma regular componente discursiva sobre a grandeza, pensado, também, à luz de suas ambiguidades, entre a teoria e a prática.

Uma das notícias que encontramos, e que corrobora com essa ideia, é sobre como Campina Grande, considerada esse centro irradiador do “progresso”, carregava em suas ruas e em seu cotidiano problemas que se distendiam por mais de vinte anos como é o caso da luz ou do abastecimento de água que não atendia a demanda da população cidadina. A matéria abaixo atesta para que percebamos esses problemas. Foi editada quando o médico, sanitarista e então prefeito eleito Elpídio de Almeida se encontrava como chefe diretivo da cidade. Vejamos:

Ao penetrarmos em Campina Grande, compreendemos que algo de excepcional se passa por *aqui*. A cidade se nos apresenta possuída de uma *vida intensa e progressista*, que denuncia claramente a marcha batida do seu povo na estrada positiva das grandes realizações que constituem e evidenciam claramente os marcos extraordinários do seu desenvolvimento em todos os setores da vida ativa.

Aqui e alli erguem-se majestosos edifícios. Observamos uma série de demolições em todas as partes da cidade. Ruas e mais ruas se transformam, aberturas de longas avenidas, arborisações, calçamento, e finalmente uma reforma inadiável se verifica inadiavelmente no maior centro comercial da Paraíba.

(...)

O caso da Luz

Ao assumir a prefeitura de Campina Grande, voltou suas atenções para o problema da energia elétrica, a qual praticamente não existia. Os velhos motores da Empresa de Luz e Fôrça mal iluminavam a cidade, numa distribuição racionada das iluminações pública e particular. O progresso da cidade sofria um certo retardamento. A pequena indústria não dispunha de fôrça elétrica para funcionar. A população não gosava das comodidades que o progresso da eletricidade trouxe à vida humana.

Atentando na gravidade do problema e na urgência de sua solução, (...) o prefeito Elpídio de Almeida adquiriu (...) dois motores de 950 HP cada, acompanhados do respectivo aparelhamento cada.

Nestas condições os campinenses terão concretizado agora uma velha aspiração de quase vinte anos. A imprestabilidade da velha usina era um verdadeiro entrave ao progresso da indústria, do comércio e a própria segurança da cidade (...).

Maternidade

Uma das maiores preocupações do prefeito Elpídio de Almeida esta voltada para a construção da Maternidade, que importa indubitavelmente num dos empreendimentos de maior utilidade para a comunidade campinense.

Campina Grande terá brevemente um estabelecimento a altura de seu progresso e de suas necessidades.

Constitue um passo dado pelo Sr. Elpidio de Almeida, no malsinado campo de assistência social, que se encontra até agora no mais completo abandono.

Pavimentação

Cidade de intensíssimo movimento de veículos, a pavimentação das ruas, constitue, inegavelmente, problema de primeira ordem. (...) Devemos ressaltar a pavimentação de todas as avenidas do Mercado Público da cidade, um dos maiores do Nordeste e que pelo inverno era invadido pelas lamas das enxurradas.¹⁹⁹

De acordo com o exposto na matéria acima, a cidade de Campina Grande é constantemente associada à ideia de “progresso”. Não é à toa que a matéria intitula-se “Campina Grande, centro irradiador do progresso”. O autor da matéria talvez desejasse conduzir o seu leitor a ler a matéria procurando os sinais desse progresso em que cidade está

¹⁹⁹ Sem autor. “Campina Grande: Centro irradiador do progresso”. **Correio Campinense**, Campina Grande, 28 de agosto de 1949. p. 2.

imersa. Sendo uma matéria do ano de 1949 e na administração municipal de Elpídio de Almeida, médico, sanitarista e gestor naquele momento esperávamos encontrar uma cidade com menos problemas, mas o que aguardava o leitor do Correio de Campina é um destilar de problemas os quais foram enfrentados no governo do prefeito supracitado.

Essa matéria de capa que trazia na sua primeira página a imagem do médico Elpídio de Almeida tenha sido confeccionada para mostrar os problemas enfrentados pela cidade derivados de sucessivas gestões anteriores. Mesmo sendo esta a intenção, o cronista não permite que Campina perca sua majestade haja vista que suas primeiras palavras são que “algo de excepcional se passava por aqui”. Destaca-se na sua forma de escrever o uso do advérbio de lugar, “aqui”, deixando muito claro ao leitor que escreve e fala do lugar onde está, Campina Grande. Em seguida prossegue na sua narrativa dando ênfase a sua “vida intensa e progressista” que são apontadores na sua leitura, de uma cidade desenvolvida em todos os setores.

Na descrição da fisionomia citadina o cronista convoca mais um advérbio de lugar, “ali”, para apontar a construção de majestosos edifícios ao mesmo tempo em que aponta que a cidade vive em meio a demolições. Duas imagens nessa sua passagem são convocadas para representar ou para medir o tamanho do progresso: a “construção de edifícios” e as “demolições por toda parte da cidade” que em pleno desenvolvimento e investida de projetos passaria por esse fenômeno de construção de edifícios, característico do período, onde surgem novas propostas de habitação (edifícios que surgem nos anos de 1940) e derrubada de partes antigas e velhas para que o novo pudesse ser assentado.

Além de mencionar a transformação das ruas, a “aberturas de longas avenidas”, referindo-se, certamente, à Avenida Floriano Peixoto, e à arborização do ambiente numa alusão as cidades - jardins de Ebenezer Howard, quem sabe. Desse modo, descreve com a maestria dos que sabem usar as palavras, os adjetivos para o engrandecimento da mesma dando a impressão de que se tratava de um centro grande. Aponta para os novos feitos como a maternidade e a pavimentação. A maternidade virá a ampliar a capacidade de atendimento e a pavimentação tentará atender ao grande fluxo/movimento de veículos em Campina Grande. Estes novos caminhos também seria apresentados pela transformação do espaço urbano.

CAPÍTULO 3

AS MITOLOGIAS DA APARÊNCIA (RE)ARQUITETURANDO UMA CIDADE

3.1. Novas economias estéticas: uma memória topográfica

Nas tramas dessa nossa história, também nos aventuraremos pelos caminhos da arquitetura, pois acreditamos que seja um campo privilegiado para se estabelecer um diálogo em consonância com a problemática da ideia de “grandeza” de Campina Grande, que tem sido abordada até o momento. Deste enfoque, sobressai a exploração de uma nova tipologia de material convocada para a análise e que trata justamente de um aparato de plantas-baixas, produzidos entre os anos de 1932 e 1945, compostos por desenhos, requerimentos, licenças, reformas e construções referentes às casas residenciais e comerciais, principalmente as que estão localizadas no perímetro central e nas ruas adjacentes.²⁰⁰

Nesta perspectiva, percebemos que desde o advento do governo provisório de 1930, de Getúlio Vargas, existiu uma tendência a se constituir na cidade um maior exercício de controle das construções no espaço citadino sob a justificativa de uma necessidade de se ampliar a instauração do “novo” e do “moderno”. Tal controle se deu, por exemplo, através do depósito obrigatório de cópias dos projetos da planta-baixa encaminhada ao prefeito municipal e a sua aprovação junto aos órgãos responsáveis das prefeituras, que na década de 1930 era representado pelo inspetor de higiene da cidade e depois passou a ser a secretaria de Viação e Obras. Esse acervo encontra-se no Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Campina Grande, e é composto por segundas vias dos documentos encaminhados aos órgãos responsáveis por sua análise e aprovação dos pedidos.

As plantas-baixas que pesquisamos para o presente trabalho contemplam desenhos de casas das camadas mais abastadas, da camada média e, com menos regularidade, dos pobres. Já os requerimentos se referem aos pedidos de licenciamentos, alinhamentos, reformas, construções de quartos, cozinhas, banheiros, muros, paredes internas e externas, mudanças de pisos, construção de casas de alvenaria e taipa com frente de tijolos, conservação de portas abertas em fins de semana (dos estabelecimentos comerciais), dispensas de impostos, construção de fossas sanitárias, instalação de aparelhos sanitários, pedidos de instalação dos

²⁰⁰As principais ruas são: Floriano Peixoto, Maciel Pinheiro, Rua 7 de Setembro, Marquez do Herval, Venâncio Neiva, Monsenhor Sales, Getúlio Vargas, Rua 13 de Maio, Rua João Pessoa (antiga rua da Areia) e adjacências, Rua Desembargador Trindade e Rua João da Mata.

serviços de água e esgoto oferecidos pelo escritório de Otilio de Sousa, engenheiro responsável pela realização do trabalho naquele momento.

Partindo da descrição de nosso arquivo, composto por uma documentação técnica, notamos que os projetos de casas e residências deveriam incorporar, nos seus traçados e propostas, os discursos pautados pela noção de “progresso” nos croquis²⁰¹. Estes também apontavam para uma cidade que se desejava moderna e norteadada por um culto exacerbado, ao que o historiador Michel de Certeau conceituou como uma “mitologia da aparência”.²⁰²

Em consonância com esta “mitologia da aparência”, a noção de “progresso” se traduzia na adoção de uma estética arquitetural que representasse novas formas de morar e de inserção às normas municipais e de controle na construção dos espaços urbanos externos, suas ruas, avenidas, praças, fachadas, e internos, os cômodos da casa como banheiros e cozinhas. Esta preocupação estética revelava uma resignificação dos espaços em conformidade com uma sensibilidade mais apurada e derivada de uma regular utilização dos apetrechos técnicos que interferiram na reelaboração dos sentidos e numa expansão de controle da intimidade.²⁰³

De acordo com Anamaria Costa Martins, essa nova estética paisagística do “progresso” passou a ser condicionada por normas urbanísticas e edilícias²⁰⁴ nas cidades brasileiras. Ela expressava os costumes e hábitos através dos ideais estéticos, higiênicos e morais ao passo que também requeria a presença de engenheiros e arquitetos no planejar o espaço urbano. Tudo isto se consubstanciava nas edificações que seriam reflexos dos parâmetros, das tendências de comportamentos e valores de um novo tempo, no âmbito do público e do privado.

Portanto, o material compulsado nos permitiu fazer uma análise da reescritura da cidade de Campina Grande através da perspectiva do arquiteto Isaac Soares, do engenheiro Antônio Henriques, da desenhista Marina Carvalho²⁰⁵, dentre outros. Com eles, se adentra no

²⁰¹ Esboço de desenho ou pintura.

²⁰² CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papius, 2005. p. 44.

²⁰³ MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. A forma de morar: a transformação da casa brasileira à luz das normas reguladoras da estética da paisagem e das edificações. **Revista Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, Brasília, v. 7, n.º 1, p. 1-18. Jan./jun. 2010. <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/arqcom/article/view/1091>.

²⁰⁴ Normas edilícias são os pré-requisitos mínimos para o funcionamento dos espaços internos dessas edificações.

²⁰⁵ Dos três, Isaac Soares era o arquiteto licenciado da Prefeitura e Marina Carvalho desenhista que assinava muitos dos desenhos. Segundo Carvalho e Queiroz, os imóveis construídos entre fins do século XIX e início do XX possuíam grandes limitações, pois quem projetava e quem construía não possuía formação acadêmica, apenas reproduzia obedecendo aos modelos em voga nos grandes centros. Os autores ainda acrescentam que, com sucessivas reformas os imóveis guardavam as alterações ao longo do tempo não ficando claro qual estilo do imóvel. CARVALHO, Juliano C. M. de; QUEIROZ, Marcus Vinícius de. **Campina Grande (1907-1935)**. 2003. 78f. Monografia. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). João Pessoa: UFPB. p. 78. Além desses três profissionais que atuavam em Campina Grande outros também compunham essa plêiade: Ubyrajara Pompilio, Cícero José de Sousa, Zacarias Carvalho, Antônio Henriques (desenhistas), Antônio Maria de Figueiredo Junior,

mundo das técnicas, dos riscos e dos rabiscos que se transmutavam em estéticas que expressaram momentos específicos do viver na cidade e possibilitou visualizar melhor como ela foi constituída como um campo de práticas políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais diversas. Enfim, como um espaço praticado²⁰⁶, histórico e que pode ser observado por diferentes ângulos.

A perspectiva arquitetural constitui um destes importantes esboços cujas marcas estão ainda impressas nas diminutas edificações que restaram do período sobre o qual se concentra a nossa pesquisa, entre as décadas de 1920-1940. E isto é justificado por um duplo caminho: por um lado, Campina Grande é uma cidade que foi se construindo como desejosa do “novo”, um símbolo de “grandeza”, e por isso, o *Art Deco* se tornou um estilo arquitetônico que, marcante nas décadas de 1930 e 1940, atendia a este desígnio. Por outro lado, o que era considerado “novo” foi se tornando “velho”, antiquado, e precisou ser destruído em nome da sede de modernização e do desejado/esperado “progresso”, provas de uma necessidade permanente de atualização.

Assim, a noção de arquitetura que convocamos pode ser entendida como uma forma de sentir, de intervir e de transformar o espaço citadino, ou seja, como um estilo cujos “relatos representam uma fonte possível de reconstrução não somente na cidade concreta, mas também na cidade sonhada e pensada através do tempo”.²⁰⁷ Nesta mesma perspectiva, há uma necessidade de retomada do diálogo com o campo de abordagem do urbanismo, tido com um referencial importante para se pensar o *habitat* humano. A cidade é esse espaço singular com suas especificidades, seus conflitos, suas ambiguidades que estaria dentro do campo da urbanidade. Nesse sentido, pareceu-nos interessante a proposta de Sandra Pesavento quando propôs que a cidade deva ser entendida para além do espaço físico, “enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem ou não corresponder à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária.”²⁰⁸

Giovanni Gioia, Josias Coelho Queiroz, J. B. Toni (engenheiros) etc. Cf: QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. O Século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) – 1930-1950. **Revista CPC**, São Paulo, nº 11, 2011. p. 112.

²⁰⁶Os indivíduos constroem historicamente suas relações com o espaço edificando marcos de identificação e de pertença. Logo, na perspectiva de uma leitura histórica do espaço acreditamos na desnaturalização da noção de espaço urbano. A cidade pode ser entendida por conjuntos de imagens e textos que são constantemente reatualizadas nem unilateral, nem definitiva, pois se tomada como um “corpo escrito” pode oferecer inúmeras possibilidades de leituras e interpretações.

²⁰⁷ GIOVANAZ, Marlise. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da História Cultural. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, nº 14, Dez/2000. p. 39.

²⁰⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, p. 285, 1995.

Já a arquiteta Célia Ferraz de Souza, em sua discussão sobre o urbanismo na cidade de Porto Alegre, fez uma reflexão acerca da elaboração do projeto arquitetônico ou urbanístico que representa as ideias de quem o elaborou, mas também incorpora anseios coletivos. Afirma que “o projeto arquitetônico ou urbanístico, acima de tudo, procura traduzir os desejos e aspirações de clientes, proprietários, empresas ou poder público (...)”. Encarna aquilo que determinados grupos acham melhor para alguns, ou mesmo para todos, em determinada época.²⁰⁹ O projeto em arquitetura ou urbanismo é uma representação simbólica e a autora toma como referência a ideia de Bronislaw Baczko, quando este se refere ao “poder de controle dos símbolos” ou à “relação poder e propaganda”. No plano do simbólico há uma representação da realidade que, segundo suas concepções, dá sentido às relações sociais, vinculando-se ao imaginário social como uma das forças reguladoras da coletividade. Portanto, a autora entende que:

os projetos arquitetônicos e urbanísticos, assim como as obras construídas nesse contexto, são vistos como representações sociais, atuando no imaginário coletivo, seja de toda população ou de determinados grupos, de toda sociedade, ou de agremiações de políticos, técnicos e/ou outros.²¹⁰

Para esse exercício de análise do simbólico, buscamos dialogar com o conceito de memória topográfica, que não visa buscar exclusivamente reconstruir os espaços pelos espaços, mas estes são vistos como pontos referenciais de memória para captarmos as experiências do social e do sensível na busca de uma poética do espaço. Portanto, os lugares podem ser entendidos como sinais topográficos, ou mesmo como os “vasos recipientes de uma história da percepção, da sensibilidade, da formação das emoções”.²¹¹ Assim, as plantas-baixas compõem essa memória topográfica, que singularmente descrevem detalhadamente a cidade de Campina Grande através do estilo *Art Deco* entendido como um sinal topográfico.

Neste percurso, convocamos ainda, para auxílio da análise, a ideia de legalidade urbana que vem a ser definida como o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço citadino. Segundo Raquel Rolnik²¹², em seu

²⁰⁹ SOUZA, Célia Ferraz de. A Cidade-Jardim: entre o discurso e a imagem – uma reflexão sobre o urbanismo de Porto Alegre. In: **Revista Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, nº 14, dezembro de 2000. p. 135.

²¹⁰ *Idem. ibidem*, p. 136.

²¹¹ BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 336.

²¹² ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: FAPESP, 2007. p. 13.

trabalho *A Cidade e a Lei*, a legislação urbana age como um marco delimitador de fronteira do poder. Segundo a autora, a lei “organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos” e confere “aos mesmos significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiverem mais envolvidos em sua formulação”.²¹³

Dessa maneira, o que aqui se denomina de lei será entendido pelas componentes legais e culturais que legislam o espaço cidadão juntamente às construções arquiteturais transformando o espaço, confeccionando o que nomeamos de ilhas de *habitat*.²¹⁴

Em seu estudo, Raquel Rolnik apontou para a participação das instâncias institucionais na elaboração do traçado dos espaços da cidade sob a mediação das legislações constituídas pelas Câmaras Municipais, bem como dos órgãos competentes pela moldagem dos aspectos de uma cidade ideal e desejada. No entanto, essa lei determinou pequenos espaços, os ditos construídos. Percebemos que alguns recônditos da cidade não foram alcançados pelos tentáculos dessa lei que regularizou o espaço, é o caso, por exemplo, dos subúrbios e de algumas áreas que viveram a esmo ou que, de forma “insistente” e marginal, conviveram com os espaços disciplinados.

A feira de Campina Grande que, para citarmos um exemplo desse conceito de legislação, durante anos esteve instalada na Rua Maciel Pinheiro, uma das principais artérias da cidade, e que, segundo as memórias de seus moradores, atropelava a ideia de legislação urbana. Tudo isso começou a mudar quando, a partir da década de 1930, a cidade passou a ser pensada por leis reguladoras. Esta prática de controle do espaço foi feita através do depósito de cópia de plantas-baixas das construções de edificações residenciais e comerciais, dos requerimentos e licenças e de uma preocupação dos poderes municipais com os espaços que abrigavam as construções e reformas que não seguiam as propostas reguladoras para habitar na cidade.

Na pesquisa sobre Campina Grande, não foi possível localizar plantas dos imóveis da cidade antes dos anos 1930, as mesmas passaram a ser uma exigência da prefeitura da cidade após esse período. A necessidade de disciplinamento no perímetro urbano central era objeto de preocupações com a estética de uma cidade que se constituía como avançada e que desejava eliminar do seu meio a imagem de pobreza, os maus costumes e a desorganização. A

²¹³ *Idem. ibidem.*

²¹⁴ Ainda acerca dessa discussão Anamaria de Aragão Costa Martins alega que a existência de leis e regulamentos sobre o uso do solo resulta do conceito de propriedade. Essa nomeação “ilhas de *habitat*” se compõe de ruas em Campina Grande que apresentaram essas mudanças de forma mais radical, é o caso das ruas centrais citadas anteriormente.

matéria intitulada “As caixas de phosphoros”, veiculada no Jornal *Brasil Novo*, constitui um exemplo emblemático sobre o que está sendo discutido:

Há, na travessa da luz uns casebres, que a gyria denominou “caixas de phosphoros”. O apellido não traduz o que eles são. Era necessário um cognome que significasse porcária, nojo, repugnância e tudo quanto o dicionário possui com essa significação. De facto, são uns casebres de taipa pendidos uns sobre os outros, inclinados para o solo, como pedindo um empurrão que lhes joguem por terra. E desafiam o senso esthetico dos responsáveis pelo embelezamento da nossa urbe. Há dois annos que annuncia a demolição almejada, mas os dias passam e os casebres ficam. A Empreza de Luz esta fazendo um grande aterro em frente às “Caixas de Phosphoros”, e parece querer soterral-as.

Ellas, porém, gargalham pelas suas portas immundas contra “poussê” (sic) que lhes mínguem o terreno. Mulheres sórdidas que continuam morando lá, e por ser uma artéria movimentada, exibem aos transeuntes, a sua miseria e a sua porcária. Quasi todas meretrizes de baixo calão, de vestes porcas e immundas, repugnam pelo exhibicionismo de suas mazelas. Sabemos dos intuitos do snr. Prefeito de embelezar a Travessa da Luz, demolindo o tal “curtiço”. (...) Aquillo se tolera em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa.²¹⁵

Pelo título da matéria, já há indícios de que muitas das habitações foram construídas sem levar em consideração a planificação para o perímetro central da cidade. A alusão às “caixas de fósforos” relacionava-se às pequenas casas que, incomodando o autor da matéria (não indicado no jornal) da crônica, situavam-se à Travessa da Luz, hoje Rua Peregrino de Carvalho, zona central da cidade, cujas nomeações pouco simpáticas deram visibilidade ao incômodo provocado pelas construções precárias.

O cronista descreveu aquele espaço com palavras como “porcária”, “nojo” e “repugnância” associadas a uma imagem depreciativa dos menos privilegiados como pobres e prostitutas. O cronista ao dar ênfase às construções espontâneas tocou no ponto da legalidade urbana no que tangia à organização e construção do espaço citadino. Os casebres foram descritos como caindo uns em cima dos outros, e apontava o quanto à municipalidade carecia ainda de leis que regulassem os tipos e locais das construções. Podemos perceber, pelo ano de publicação da matéria (1931), que Campina Grande não contava ainda com órgãos que efetivamente regulassem a construção de seu espaço citadino.

Como o autor enfatizou, não havia uma organização em tal espaço, e ali era possível se perceber as diferenças sociais entre os habitantes da cidade. Através de seu discurso, se enunciava uma fala incomodada com as imagens que representavam os pequenos casebres e

²¹⁵ Sem autor. As Caixas de Phosphoros. *Brasil Novo*, Campina Grande, 14 de fevereiro de 1931, p. 1.

dos moradores, especificamente, a regular presença de personagens do baixo “meretrício”. Sobre estas, as palavras utilizadas também não são convidativas: as prostitutas eram descritas como sórdidas e usando “vestes porcas e imundas”. Para uma cidade que buscava construir uma nova identidade, sobretudo reforçada pela lógica da “grandeza”, despontando no cenário estadual como um importante empório comercial, incorporando a ideia de “progresso” visualizado em práticas sociais e morais, tal cenário não deixava de ser desapontador.

Portanto, o discurso do cronista expressava um sentimento de ojeriza pela exposição de pobres e prostitutas, figuras que enfeavam a cidade. Seu desprezo não se restringia, assim, às construções “insalubres”, denominadas de “curtiços”, mas também às pessoas que também eram “insalubres”. A atitude despojada daquela camada social incomodava o cronista que, mesmo com seu espaço sendo minguado pelo desenvolvimento excludente que tomava conta da cidade, ainda permanecia naquele espaço e, de modo até zombeteiro, pois mesmo sendo quase enterrados, atirados (*poussé*) para longe, continuavam a exibição das mazelas e pondo em destaque as diferenças das classes sociais. No mais, para aqueles que habitavam as pequenas casas ditas insalubres pareciam não se incomodar com a tal fealdade descrita pelas palavras do cronista.

Se naquele momento Campina Grande iniciava uma série de reordenações em seu traçado urbano, teria também que enfrentar esse problema na cidade pela presença dos pobres e das prostitutas que circulavam pela zona central da cidade. Daí, a convocação da noção de subúrbio, pois segundo o cronista, nos arrabaldes se tolerava esse tipo de construções e imagens não na região central.

A tônica da discussão da crônica acima, indiretamente tocava na falta de leis que ordenassem melhor a ocupação dos espaços. Se as caixas de fósforos incomodavam a quem passava em seu entorno, o que dizer de quem tinha que conviver com a feira à porta da sua casa aos sábados, conforme exemplo já citado. A foto abaixo poderia ser associada a um mercado medieval. As barracas colocadas uma ao lado da outra ocupavam todo perímetro da rua. As pessoas se acotovelam umas nas outras para poderem se movimentar. Pela imagem, é perceptível ver que o casario é remanescente de arquitetura eclética, ainda não havia começado a reforma nos imóveis dessa rua que apresentavam construções em dois pavimentos, no térreo, o comércio, e no primeiro pavimento, a residência. Perceba-se que a rua ainda conservava uma grande largura que desembocava na Praça Epitácio Pessoa. A rua corresponde hoje a atual Maciel Pinheiro, importante artéria do comércio local.



Imagem nº 08: Feira de Campina Grande. 1925; Fonte: João Mendes. *Anuário de Campina Grande*. p. 14.

Apesar de a imagem ser de 1925, o problema de a feira ocorrer em local “impróprio”, em meio a uma rua central durou certo tempo até que esta fosse absorvida em local devido. Os exemplos anteriores demonstravam a falta de legalidade urbana no espaço citadino, tanto nos padrões e locais de construção, no estabelecimento de práticas como a feira. A localização da feira segundo Elpídio de Almeida, em sua obra *História de Campina Grande*, era um demonstrativo para apontar que grupo político estava no poder. “o lugar de sua realização constituía assim o indicador público do domínio partidário.”²¹⁶ Ou seja, dependendo de qual grupo político estivesse no poder o local da feira mudava.

Assim, a problemática deste capítulo é fruto do diálogo nascido com fontes que privilegiaram pensar o espaço citadino no foro do público, a cidade e seus espaços, quanto no privado, a casa e sua estrutura na reordenação dos comportamentos das pessoas. Em grande medida, escolhemos manter a sua exclusividade quanto a interlocução com a arquitetura, área de trabalho e saber de urbanistas, *designers*, mas também de historiadores, já que o campo de pensamento comum é o espaço citadino. Através da enunciação técnica e estética, foi possível perceber as nuances de discursos em torno da modernização, mas também de suas ambiguidades. Entende-se que a arquitetura é um meio onde foi possível a construção representacional de um imaginário e uma mitologia representativa em torno do “progresso”.

²¹⁶ ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. 2. ed. João Pessoa: EdUFPB, 1979. p. 269.

O caminho percorrido nesse itinerário também foi problematizar como planos, leis ou discursos de modernização foram agenciados no plano do privado, na casa, e no público, nas fachadas das casas construindo uma aparência de cidade “ideal e desejável” em consonância com o ideário progressista que circulava naquele momento e embelezada pela estética dita “futurista”.

3.2. A estética *Art Deco* ou estética futurista: rupturas do progresso?

A premissa de incorporação do “progresso” ao espaço citadino fazia necessário o rompimento com o passado para a instauração de nova modalidade ambicionada para o futuro, que, na estética arquitetural campinense se traduziu no estilo *Deco*.

A estética arquitetural *Art Deco* está presente em grande parte das plantas-baixas que elencamos para abordar o período que vai de 1932 a 1942 na cidade de Campina Grande. Em nosso trabalho, essas plantas-baixas em estilo *Deco* são entendidas como uma estética aplicada ao espaço citadino campinense na intenção de (re)fundar uma gramática não acionada em palavras, mas em traçados ou formas que trouxeram uma representação da modernização e do “progresso”. É importante deixar claro que ao se tratar com o *Art Deco*, não se está buscando o purismo dessa estética e sim os seus agenciamentos. Assim, para ficar estabelecido, estaremos trabalhando com traços. Quando se tratar do estilo mais representativo indicar-se-á no material.

Segundo o memorialista e historiador Epaminondas Câmara, contemporâneo ao momento, a cidade deveria se “carioquizar”, isto é, melhorar seu aspecto material e criar uma imagem de adiantada para impressionar os seus visitantes através da verticalização das construções e do conseqüente embelezamento de suas principais ruas centrais, conforme expressa no trecho abaixo:

O prefeito Vergniaud incentivou a construção de sobrados nas ruas comerciais da cidade, e todo seu esforço, de modo particular, derivou-se para a “carioquização” da *urbs*, não obstante os embaraços a que teve que enfrentar, oriundos das próprias condições ambientes e da incompreensão do povo. A partir de 1942, porém, a população coadjuvou-o no que foi possível e a cidade realizou o milagre de uma brusca transformação arquitetônica.²¹⁷

²¹⁷CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. (1ª edição 1947) Campina Grande: Caravela, 1988. p. 158.

O estilo *Art Deco* ou futurismo, como ficou conhecido, foi a “estética”²¹⁸ arquitetural adotada como forma de modernizar o aspecto físico das cidades nos anos 30 e 40 do século XX. Segundo o arquiteto Marcus Vinícius Queiroz, o estilo *Art Deco* foi lançado mundialmente na *Exposition Internacionalle des Arts Décorativas et Industrielles*, de Paris, em 1925. Naquele momento, buscava-se um estilo que representasse a estética da sociedade industrial que “pudesse ser aplicada aos mais diversos objetos do cotidiano, da casa aos móveis, dos eletrodomésticos a peças do vestuário. As ressonâncias do estilo *Art Deco* rapidamente foram sentidas no continente americano onde se difundiu rapidamente através dos meios de comunicação em massa: cinema, revistas ilustradas, rádios e propagandas.”²¹⁹

Ainda segundo o mesmo autor, o que se nomeia hoje como estilo *Art Deco*, em Campina Grande, representou um caminho mais curto para a remontagem de uma imagem moderna da cidade, sem grandes rupturas com as estruturas físicas e sociais do estilo arquitetural do passado. As características desse novo estilo representativo se compunham da combinação de linhas geométricas e o uso do concreto armado²²⁰ grande novidade naquele momento. Segundo o arquiteto Carlos Lemos, é só nos anos 1930 que o concreto armado foi empregado sistematicamente nas residências de classe média, sempre escamoteado por revestimentos e tratamentos plásticos ligados agora ao novo estilo em moda, o *Art Deco*.²²¹

Sobre esta questão a arquiteta Telma de Barros Correia enfatizou que a tendência *Art Deco* não possui atualmente a visibilidade adequada aos seus resquícios no ambiente urbano.²²² A problemática da autora perpassa o viés de que pelo número e presença de imóveis em estilo *Deco* ainda em diversas cidades no país não houve um estudo mais pormenorizado como a representação de uma estética moderna. Em sua opinião, frequentemente essa estética encontra-se fora dos programas de pesquisas dos cursos de

²¹⁸Para alguns autores, o *Art Deco* não é considerado um estilo definido, mas híbrido, pois lhe faltava uma homogeneidade estilística. Para uma definição mais precisa o *Art Deco* se caracteriza no plano horizontal por composição simétrica/axial, com acesso centralizado ou valorizando a esquina; no plano vertical, composição tripartida em base, corpo e coroamento escalonado; predominância de cheios e vazios, articulação de volumes geometrizados e simplificados (varandas semi-embutidas) ou sucessão de superfícies curvas (aerodinamismo) etc. Cf. QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. **Quem te viu e quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 244f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo.

²¹⁹ QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: Arquitetura e Cidade de Campina Grande em Transformação (1930-1950)**. 2008. 244f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo. p. 215.

²²⁰ Segundo Epaminondas Câmara, a partir de 1940 já havia vivendas modernas e sobrados de mais de dois pavimentos. Surgiu o gosto pelo cimento armado. CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1988. p. 136.

²²¹ LEMOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 190.

²²² CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria. Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, nº 2, p. 48, Jul.-dez. 2008.

arquitetura e não há um consenso quanto à sua definição conceitual. Perguntamo-nos se isso se deve ao estilo não ter sido suficiente forte para suplantiar as estilísticas passadas ou se faltou interesse em desenvolver pesquisas nessas áreas por parte dos cursos de pós-graduação na área dos arquitetos e designers? Levando-se em conta os poucos trabalhos locais realizados nas mais diversas áreas tomando por objeto à estilística *Deco*, tendemos crer que essa hipótese pode ter fundamento.

Ainda seguindo sua análise, a autora apontou restrições quanto ao uso do termo *Deco* para designar um estilo de arquitetura. É que não há um consenso sobre o que se entende por este estilo que engloba uma série de formas: os prédios e casas com o gênero supracitado podem possuir aspectos que podem ser vinculados a outras tendências arquitetônicas tais como a neoclássica²²³, a eclética²²⁴ ou a moderna²²⁵, o que dificultaria uma concepção purista do estilo em voga.

No Brasil, há uma grande variedade de expressões para a definição do que se entende por *Art Deco*. Ainda segundo Barros Correia, o interessante seria referir-se a um viés *Deco*, pois diversos prédios apresentam tanto esse estilo quanto podem ter aspectos importantes que remetem a outra arquitetura, como a colonial, a de composição clássica ou a de estética moderna.²²⁶ Essa sua posição é reforçadora quanto à unidade do estilo, portanto, seria mais simples falar-se em linguagem do que estilo. Essa atitude talvez simplificasse a problemática em torno da definição de um estilo puro. Para efeitos de nosso trabalho, adotaremos a noção de estilo.

Outra referência interessante, no que tange ao debate acerca do estilo em voga, foi o trabalho da arquiteta Maria Lúcia Bressan Pinheiro²²⁷ que demonstrou que o uso arquitetônico do estilo *Deco* teria sido difundido a partir da década de 1960, “muito depois da produção que denomina”. Quer dizer, essa forma legitimou-se com propriedade nos anos 1960, embora já nos anos 1930 tenha surgido como uma expressão de traços que eram inovadores na arquitetura. Das inúmeras tentativas de definição do estilo, a nomeação supracitada “se coloca

²²³ O neoclassicismo é considerado uma reação contra os exageros do estilo Rococó, cultuando a razão, a ordem, a clareza, a nobreza e a pureza. Emerge com o iluminismo, temporalidade considerada como a época da razão.

²²⁴ Na arquitetura o ecletismo é considerado a mistura de estilos arquitetônicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetônica. Termo utilizado durante o século XIX, que exibia combinações advindas da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. Para ver mais consultar: <http://arqno brasil.wordpress.com/tag/arquitetura-ecletica/> Acesso: 20/06/2013.

²²⁵ A arquitetura de estilo moderno visava romper com os estilos e padrões históricos anteriores. A ordem era eliminar os ornamentos e evidenciar residências e construções comerciais. Seu principal marco: os arranha-céus. Para saber mais consultar: <http://www.educacional.com.br/reportagens/arquitetura/moderna.asp>. Acesso: 20/06/2013.

²²⁶ CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria. Brasil, décadas de 1930 e 1940. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 48. Jul-dez. 2008 p. 48.

²²⁷ *Idem, ibidem.* p. 49.

como o mais adequado e abrangente para categorizar uma determinada tendência de arquitetura que se difunde no país entre à década de 1930 e meados dos anos de 1950”, assim:

Expresso em pinturas, escrituras, prédios, móveis, rádios e objetos, o gosto art déco está vinculado a um conjunto de manifestações artísticas que se propagou a partir dos anos 20 e viveu seu apogeu na década de 1930. Na arquitetura, recebeu impulsos do cubismo, do futurismo, do expressionismo e de outros movimentos das artes plásticas, ao mesmo tempo em que absorveu influências diversas de arquiteturas anteriores e contemporâneas.

228

O aspecto inovador do estilo *Deco* encontra-se nas simplificações geométricas de elementos decorativos e ornamentais bem como na incorporação de alusões à máquina que, diga-se de passagem, referem-se aos grandes navios e aviões, fontes de inspiração para este estilo. Nesta perspectiva, “os vãos circulares se remetem às escotilhas de navios (ou as janelas dos aviões); os gradis de ferro adotam com frequência formas despojadas:

engrenagens de máquinas e motores também inspiraram a forma de ornamentos (...) lastros, dispostos nas fachadas, remetiam a navios, enquanto grandes transatlânticos construídos na década de 1930 tiveram a decoração de seus interiores amplamente solidária à estética *Art Deco*.²²⁹

A influência de outros estilos artísticos vanguardas do início do século XX, dentre eles, o cubismo e o futurismo, imprimiram fortemente no estilo *Art Deco* a busca de uma representação que não se vinculava ao “real”. Assim, a semelhança do cubismo, procurava tratar as formas da natureza por meio de figuras geométricas. Quanto à influência do futurismo na sua ordenação estética estava presente o rompimento com o passado, a forte influência do “progresso” e da revolução tecnológica de fins do século XIX.

Logo a seguir, exploraremos uma planta-baixa do estilo supracitado onde a análise a ser privilegiada foi à construção de um imóvel que representava um avião, um maquinário que apresentava uma linguagem sobre a modernização dos espaços e do domínio do tempo. Percebe-se que a construção do imóvel foi planejada no formato de um avião, com a presença de escotilhas, hélices e as portas. Assim, o que o avião representava como domínio humano dos ares, no plano terrestre a representação desse estilo apresentava o avião como referência desse domínio no plano da construção de imóveis. A planta baixa abaixo é genial se

²²⁸ *Idem, ibidem.*

²²⁹ CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria. Brasil, décadas de 1930 e 1940. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 16, n. 2. p. 51, Jul-dez. 2008.

considerarmos que o autor, o arquiteto Isaac Soares, desejou representar no solo elementos referenciais ao estilo *Deco*, um avião, como uma máquina moderna, uma invenção humana que superou os limites da distância e das dificuldades de voar com autonomia.

Em perspectiva do solo, o avião personificaria os serviços de uma loja automobilística. Os detalhes são muito ricos, no panorama superior pode-se entrever o avião completo: asas, hélices, calda. No corte lateral, as pequenas janelas/escotilhas, as asas como um corredor coberto que dava ao interior da loja. As outras duas formas a concepção do alto permitia visualizar o aeroplano em seu esqueleto e na forma mais compacta era possível observar a presença das asas, da cauda no terreno que a loja ocuparia. Na elaboração de prédios, a presença desses itens chamava a atenção do público. Consideramos este um exemplo do estilo *Art Deco*.

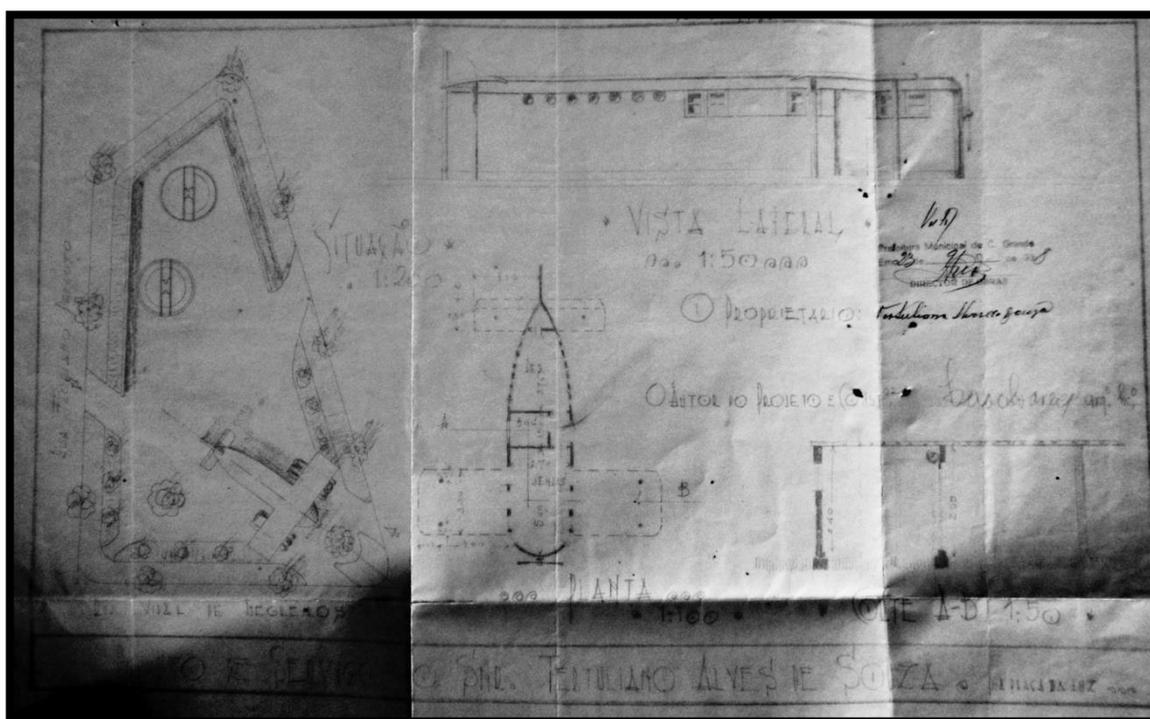


Imagem nº 09: Planta baixa referente a um posto de serviços automobilísticos pertencentes ao senhor Tertuliano Alves de Souza, em 23 de setembro de 1938, localizado a antiga Praça da Luz hoje Rua Peregrino de Carvalho. Acervo: APPMCG - caixas nº 13/14/15.

Como já foi exposto, esse estilo trouxe em muitas de suas inclinações formatos que se referiam a um maquinário que representava, para a época, a tendência de celebração de uma modernização que contava com o enorme *boom* industrial e tecnológico. Esta tendência era

levada muito a sério e acabava por reforçar o discurso do “progresso” num momento em que o trem, o navio e o avião passaram a fazer parte do novo acervo tecnológico que prometia uma melhoria nas condições de locomoção nas e entre cidades.

Entre os anos de 1930 e 1940, esse gosto marcou presença em diversas cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife) mostrando-se capaz de se legitimar “como expressão de modernidade”. Durante esse período nas reformas ou nas fachadas das casas residenciais e comerciais campinenses “o estilo *Deco* foi, durante aquelas duas décadas, a expressão de renovação da arquitetura de maior alcance junto a diferentes segmentos da população”. Desta feita, encontramos representações deste estilo tanto nas classes abastadas, média e nas classes menos favorecidas, pois a sua incorporação ocorria principalmente nas fachadas das casas.



Imagem n° 10: Desenho da fachada a ser reformada pertencente a Maria Baptista Viana a Rua Dr. João Tavares, 155. Em 30/12/1933. Acervo: APMPCG.

A planta-baixa acima representava a proposta de reforma da fachada da senhora Maria Baptista Viana. O documento é composto pelo pedido de licença e o desenho que exibia a reforma incorporada ao estilo *Deco*. A ocorrência de imóveis que reformaram apenas a

fachada está presente nos anos subsequentes, em muitos imóveis apenas a fachada era de tijolo, os demais cômodos do imóvel eram construídos com taipa.

No desenho, pode ser percebida a influência do estilo nas linhas e ângulos retos, por mais simples que fossem. Ainda pode ser observado o visto de aprovação do órgão fiscalizador. Portanto, nos anos que se seguiram, o proprietário que não pudesse adequar seu imóvel, em sua totalidade, reformaria ao menos a fachada da casa de acordo com os preceitos do estilo arquitetônico em vigor e por decreto imposto pela municipalidade (decreto nº 51). O estilo *Art Deco*, desde os anos de 1930, foi sendo incorporado às construções dos imóveis como simbologia dos novos tempos. Entre os anos de 1935 a 1945 esteve à frente da prefeitura Municipal o senhor Vergniaud Wanderley que foi um dos responsáveis pela reforma urbana e que possibilitou outra fisionomia para a cidade de Campina Grande.

Para muitos, pelo projeto que defendeu, é tido como um visionário. Quando assumiu a prefeitura municipal de Campina Grande como interventor municipal, em seu primeiro governo (1935-1937), Wanderley encontrou uma cidade que era carente em água encanada, luz, esgotos e telefone. Como o próprio afirmou, em entrevista a Ronaldo Dinoá, havia muito “pouca vontade de pagar imposto, por certa camada da população”. De acordo com sua visão, desejava dotar Campina Grande de um aparato urbano que pudesse condizer com a posição que ocupava no imaginário de sua população como um empório comercial próspero. Para tal intento, fez cumprir as leis da cidade, os códigos municipais; desapropriou e demoliu casas e prédios para construir novas ruas e avenidas. Conforme afirmou em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá referiu-se ao:

Mercado Público, começado na gestão anterior; a Prefeitura Municipal, o Grande Hotel, a Recebedoria de Rendas, a Empresa de Luz, que era localizada na Praça Clementino Procópio, retirei para ao Açude Velho, e depois, ampliei esta mesma praça; o matadouro, a Empresa Telefônica, etc. (...) Afora esses prédios, construí praças, abri ruas e avenidas, como a principal Floriano Peixoto, pavementei dezenas de ruas, fiz a urbanização do Açude Velho, remodelei o centro da cidade, acabando as vielas, impondo um certo tipo de construção que, infelizmente não foi seguido pelas administrações posteriores.²³⁰

Em entrevista a Ronaldo Dinoá, Vergniaud Wanderley enumerou as reformas realizadas na cidade e lamentou que depois de sua saída do governo, outros que se seguiram não continuaram com a modernização da arquitetura da cidade. Enquanto esteve no comando

²³⁰ DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande: [s. n.], 1993. p. 205-206.

da prefeitura da cidade por duas vezes Vergniaud se preocupou em dotar a cidade de uma estética que representasse os novos tempos o qual se vivia²³¹. Em Janeiro de 1935, no jornal *O Rebate*²³², é publicado o decreto Lei de nº 51 onde o prefeito considerava que Campina Grande era uma cidade adiantada, mas distanciava-se das outras cidades no país pelo seu aspecto material, ou seja, as construções abundavam, mas eram diminutas aquelas que se destacavam. Para uma cidade constituída com o porte de grandeza de Campina Grande, o prefeito a época buscou obrigar as pessoas a reformarem as suas fachadas segundo a estética modernizante *Art Deco* que representava esse panorama de adiantamento na cidade.

O prefeito assinou decreto que:

Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marques do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento.²³³

As construções e reformas a partir daquele momento buscaram seguir a Lei nº 51, adequando seus imóveis a nova estética modernizante e representativa do progresso. Logo, o mito do progresso modernizante foi sendo incorporado ao imaginário da sociedade que enxergava naquele projeto as pontes que entravam em consonância com os novos tempos.

Logo abaixo, apresentamos mais três exemplos de reforma de fachada:

²³¹ Devem ser levadas em consideração que essas mudanças não ocorreram de forma pacífica, muitas falas se referem ao ex-prefeito Vergniaud Wanderley como autoritário e truculento em seus métodos.

²³² Sobre o jornal *O Rebate* ver: DINOÁ, Ronaldo. **Campina Grande: ontem e hoje** (Coletânea de artigos). Campina Grande: [s. n.], 2004. p. 103-104.

²³³ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, p. 67. 2003.

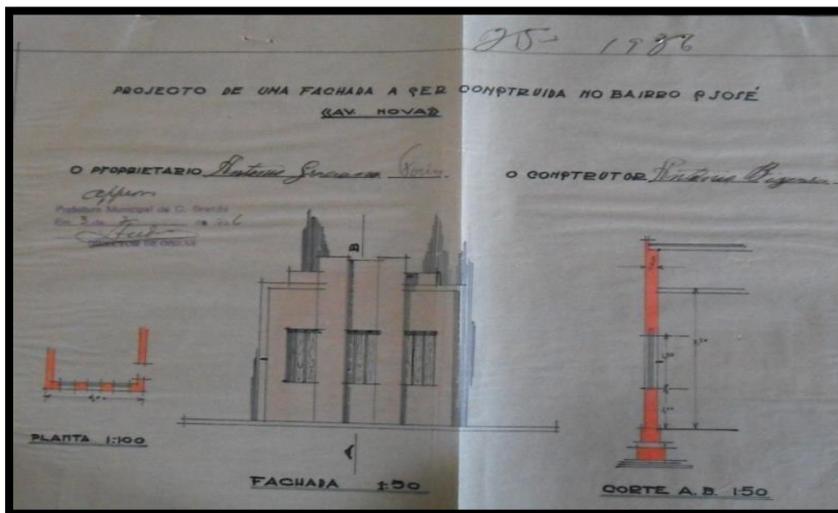


Imagem nº 11. Reforma de Fachada. (1936). Acervo: APMCG.



Imagem nº 12. Reforma de Fachada (1939). Acervo: APMCG.

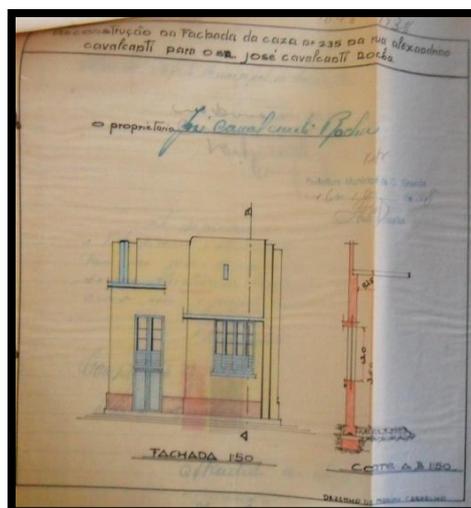


Imagem nº 13. Reforma de Fachada. APMCG.

Os desenhos acima encenam o que ocorria com uma grande parcela da população. A não ser em caso de pobreza, em que as plantas eram apenas desenhos feitos à mão, em folhas de caderno ou papel qualquer, sem nenhum acréscimo de detalhe técnico, a maior parte da população da cidade buscou adequar-se com os novos tempos que se difundiam na esfera arquitetural. É perceptível pelo material trabalhado o quanto essa nova demanda foi subjetivada pela população durante anos e também nos espaços mais variados, seja da região central, a exemplo das ruas 13 de Maio e Alexandrino Cavalcante, bem como em bairros próximos, como o São José. São três exemplos que apresentavam em suas fachadas as retas estilizadas em direção horizontal e vertical.

O uso dessas formas geométricas foram características que compunham o *design* abstrato que qualificavam o estilo *Deco*. Acima nas plantas-baixas de, 1936, no Bairro São José e, 1938, na Rua Alexandrino Cavalcante a representação do corte lateral do desenho indicava que a reforma era apenas na frente da casa. Os desenhos corroboravam com a tese de que: se o proprietário não pudesse fazer a reforma completa do imóvel pelo menos a frente deveria ser reformada. E dessa maneira os imóveis da cidade incorporavam esse estilo em suas fachadas.

Além de o estilo ter sido considerado como tradutor de uma modernidade arquitetônica, entre os anos de 1930/1940, também o foi na esfera do progressismo administrativo, ou seja, nas construções administrativas onde foram incorporados como representação de um novo momento, simbolicamente visualizados nas intensas reformas. Exemplos desse progressismo administrativo repercutiram nas (re)construções das agências dos Correios. Segundo o historiador Elpídio de Almeida, no início dos anos de 1932, fundiu-se o serviço de Correios e Telégrafos. Sendo na altura ministro da Viação e Obras, no governo de Getúlio Vargas, o paraibano José Américo de Almeida, este providenciou a construção de edifícios dos Correios e Telégrafos nas principais cidades do país. Em Campina Grande, o novo prédio dos Correios e Telégrafos fora edificado em 19 de fevereiro de 1933, pelo Governo Federal, tendo como base o seguinte projeto:

O de Campina Grande foi construído precipitadamente, em local impróprio, no meio do logradouro mais central da cidade, (a Praça do Rosário, depois Praça da Bandeira), obstruindo-o, inutilizando-o. (...) Dentro de pouco tempo, em face do desenvolvimento rápido da cidade, motivado pelo serviço modelar de água e esgoto, executado pelo então governador Argemiro de Figueiredo, veio o edifício a tornar-se insuficiente, acanhado, quase imprestável. Tornou-se imperiosa a sua demolição, a construção de outro

para o atendimento das duas necessidades: a desobstrução da praça e a regularização dos serviços de contínuo desenvolvimento.²³⁴

Com a reforma urbana na cidade empreendida pelo prefeito Vergniaud Wanderley, entre os anos de 1937 a 1945, a antiga Casa de Luz, o prédio da Igreja do Rosário, localizados no antigo largo do Rosário (região central), e o antigo prédio dos Correios e Telégrafos foram desapropriados e demolidos para a passagem da artéria central que cortaria a cidade no sentido leste-oeste, a atual Avenida Floriano Peixoto.

Posteriormente, tanto a Igreja do Rosário quanto o prédio dos Correios, foram reconstruídos em outros espaços. A primeira passou a ter um novo endereço, no novo bairro da Prata, emergente reduto de classe média de Campina Grande, e o prédio dos Correios foi construído em frente a atual Praça da Bandeira e esquina com atual Rua Getúlio Vargas.

Em 1º de janeiro de 1948, em terreno doado pela prefeitura municipal foi lançado à pedra fundamental do novo edifício que acolheria os serviços de correio e também o de telégrafos. No moderno prédio, construído em 1950, há claramente o predomínio “do gosto Déco, platibandas e ornatos de formas escalonadas, coerentes com a tendência conhecida como *zigzag modern*”.²³⁵ O prédio dos Correios apresentava a verticalidade e a presença do relógio na sua parte central com as linhas circulares, importante símbolo do tempo linear que regia o trabalho, o comércio e as sociedades industriais. Localizava-se na área central da cidade e parecia controlar a vida dos habitantes contando as horas, os minutos e segundos da vida, do trabalho e dos lazeres dos habitantes.

O estilo *Deco* pode ser entendido também como um programa novo que se compunha de arranha-céus, de edifícios institucionais que abrigavam funções de um Estado que desejava se modernizar e expandir; lojas de departamento que traziam um novo conceito de comércio vinculado a padrões inéditos de consumo (essas em grandes cidades); e também de cinemas, clubes e emissoras de rádio que difundiam novas formas de diversão, cultura e lazer.²³⁶

Isso pode ser traduzido como um repertório que propagava novas formas de habitar e representar o espaço citadino. Além disso, essa estética recorria a estilos cenográficos e glamourosos que tanto atendiam ao gosto de uma classe mais elitizada como também agradava às classes populares. Suas linhas geometrizarantes eram tal qual um vocabulário que conquistou o gosto popular e também o das classes mais abastadas. Neste sentido, poderíamos

²³⁴ ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1979. p. 307.

²³⁵ CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria. Brasil, décadas de 1930 e 1940. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v, 16, nº 01, Jul-dez. 2008. p. 100.

²³⁶ *Idem. ibidem*. p. 52.

afirmar que “o Art Deco é um estilo que traduz o momento específico dos anos de 1930 a 1940: o do moderno, da modernidade; do progresso; do adiantamento.”²³⁷ As plantas-baixas de reforma de fechada são exemplos desse gosto que era interpolado as várias classes sociais e não era um estilo representativo de apenas uma classe social.

As plantas-baixas trouxeram um número substancial de projetos que permitiram uma observação dos tipos de moradias com essa estética arquitetural representante de uma nova modernização dos espaços citadinos. Essa forma de concepção estética no morar fez parte da emergência de um momento que exigia necessariamente as últimas versões da técnica construtiva, de modo especial o concreto armado racionalmente calculado.²³⁸

Abaixo a planta-baixa de um prédio em cimento armado e um embrião da verticalização que só ocorreria alguns anos para frente na cidade. Percebamos que o desenho ganhou o visto de aprovação da pasta de Viação e Obras responsável pela aprovação dessas obras. Pertencente ao senhor João Arruda, esse prédio comercial guardou os inícios de um projeto de verticalização na cidade:



Imagem n° 14. Prédio em Verticalidade (1944) - Planta-baixa de prédio de propriedade de João Arruda. Acervo: APPMCG.

²³⁷ *Idem. ibidem.*

²³⁸ *Idem.*

A referência ao concreto armado é muito importante para que possamos entender que as formas de edificação mudaram e incorporavam técnicas que tornavam as construções mais seguras. Esse esboço de verticalização já demonstrava que o mercado imobiliário se inclinava para moradias mais facilitadas, os apartamentos. A presença de janelas de vidro e ferro e de linhas retas pode ser percebida no edifício de dois andares, componentes que se destacam no estilo *Deco*. As linhas geométricas e a forma triangular (conhecidos como ferros de engomar) dão destaque a sua imponência. As referências no documento eram de um “prédio de cimento armado” e a assinatura no projeto do engenheiro T. B. Toni. Apesar de na planta-baixa não haver especificação da rua a qual se localizava o imóvel, é provável que esse edifício se localizasse entre as Ruas Monsenhor Sales, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro, importantes artérias do perímetro mais antigo da cidade. A referência ao cimento armado na construção de prédios e casas apontava para uma tendência no setor da construção civil que se vinculava a ideia de modernidade. Segundo Queiroz, a noção de que o cimento ou concreto armado possui uma intenção plástica redimensionou os tipos de construções e as ornamentações, pois baixariam o tempo de execução dos projetos, dos custos, “aumentando a velocidade das construções, com o emprego de mão de obra menos qualificada do que a dos antigos mestres que aplicavam os ornamentos.”²³⁹

Os projetos articulados pela municipalidade nesses anos visavam dar a cidade um ar mais “modernizado”, para tanto, o proposto foi além da adequação do traçado urbano, fechamento de vielas, reformas de praças, pavimentação de avenidas centrais, também buscou adequar a arquitetura dos imóveis citadinos ao movimento *Art Deco* como forma que traduzisse a modernização e a ideia progresso daquele momento. Portanto, foi o consumo dessa nova estética que despertou o interesse pelo estudo. Uma nova estética arquitetural para Campina Grande reforçava a legenda representativa da “mitologia da grandeza”. Abaixo outra imagem que anunciava essa tentativa de verticalização da cidade:

²³⁹ QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. O Século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) – 1930-1950. **Revista CPC**, São Paulo, nº 11, p. 120, 2011.

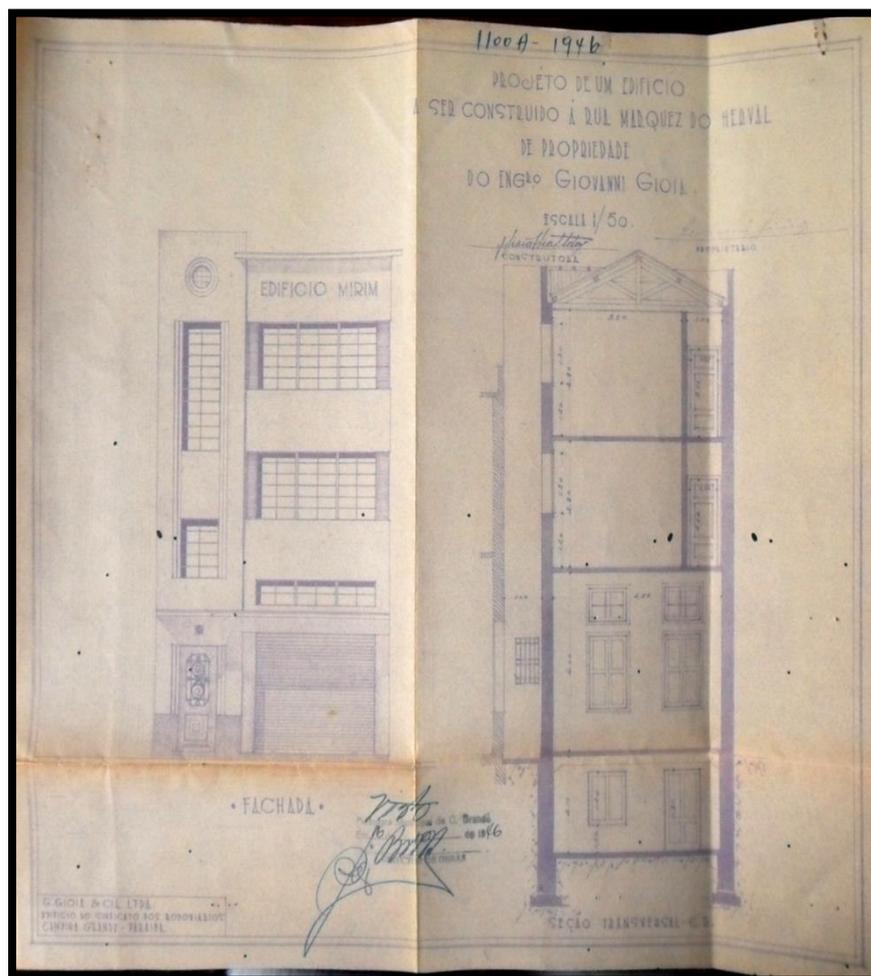


Imagem nº 15. Planta-baixa de prédio de propriedade do Engenheiro Giovanni Gioia, 1946; Acervo: APPMCG.

O edifício “Mirim” de propriedade do engenheiro Giovanni Gioia era modesto para um tipo de construção que se propunha à verticalidade. Os dois pavimentos apresentavam os elementos que qualificavam a estética *Deco*: linhas geométricas, presença de ferro e vidros e formas estilizadas, a exemplo da porta de entrada do edifício. Certamente o imóvel destinava-se ao comércio e residência.

3.3. A casa em estilo *Art Deco* “encarna” o discurso do progresso

O historiador francês Daniel Roche, na obra *História das Coisas Banais*, nos apresenta uma leitura interessante sobre a casa enquanto um objeto de estudo, quando afirma que:

A casa estava no centro da vida comum, para todos. Ali podiam se concentrar, e às vezes se contradizer, a técnica, a economia, a cultura coletiva, a escolha pessoal, os deveres, os arranjos. Para o consumo e a

produção, ela criava todas as indagações sobre as instâncias que organizavam a realidade, sobre os atores que a produziam, do arquiteto ao pedreiro, sobre os hábitos dos moradores diferenciados pela apropriação do espaço.²⁴⁰

A casa se constitui como o espaço do íntimo. Diferente do espaço público a casa pertence ao privado, ao pessoal, pois é ali que nos recolhemos. Segundo Daniel Roche, a casa está no centro da vida humana, e tanto para historiadores como antropólogos, a casa é uma das marcas mais visíveis da ocupação humana no espaço desde os tempos mais remotos e possibilita leituras específicas de determinados exercícios de cultura. Pode ser entendido como um espaço praticado na medida em que é investido e lido como um espaço carregado de historicidade.²⁴¹

Gaston Bachelard, em sua obra *Poética do Espaço*²⁴², trabalhou com a ideia de que “o historiador da casa, a partir de um elemento material, o porão, o sótão, a lareira, via assim se cristalizarem os valores sensíveis e afetivos que alimentavam às práticas de todos, além da maneira com que evoluíram as relações sociais”.²⁴³ Seria esse então um exercício de toponálise? Esse questionamento surgiu na análise de nossas pesquisas. A toponálise é um conceito que pode ser entendido como uma metodologia de análise das representações espaciais de textos literários sejam eles poéticos ou de prosa, embora possa ser aplicado a outros tipos de textos, inclusive não verbais²⁴⁴. A palavra topo vem do grego “*topos*”, que significa “lugar”, “região”, e análise é também uma palavra de origem grega, “*analysis*”, que significa “dissolução”, podendo ser entendida como o processo de dissolução de um lugar, uma região. Desta forma, agenciando o conceito para o estudo do espaço físico do ambiente íntimo da casa, podemos estabelecer um desmonte no que tange à composição do espaço íntimo.

Portanto, temos a consciência da constituição de uma visibilidade e de uma sensibilidade instrumentalizando a estética arquitetural em habitar os espaços da cidade ou no morar na cidade. Para pensarmos nesses pontos, o diálogo com os arquitetos Carlos Lemos e

²⁴⁰ ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais: nascimento do consumo** (séc. XVII-XIX). Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 117.

²⁴¹ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁴² BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

²⁴³ Segundo Gaston Bachelard, a toponálise seria o exercício psicológico sistemático dos locais de nossa vida privada. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 28.

²⁴⁴ DAVERNI, Rodrigo Ferreira. Um passeio pela arquitetura literária de um Rio chamado tempo e uma casa chama terra. In: Mía Couto. <http://www.versaobeta.ufscar.br/index.php/vb/article/viewFile/85/39> acesso em: 15/10/2011.

Nestor Goulart Reis Filho permite-nos historicizar às implantações estéticas arquiteturais no Brasil no século XX bem como pensar nos espaços do privado, em especial, a casa brasileira.

Em seu livro *História da casa brasileira*, o arquiteto Carlos Lemos propõe-nos uma reflexão sobre o conceito de casa²⁴⁵ que não ficasse restrito ao campo do saber arquitetural. Sua indagação parte da seguinte pergunta: o que vem a ser uma casa? O que abre espaço para suas reflexões ao demonstrar que habitamos um espaço, mas não damos relevância aos “aspectos culturais contidos numa habitação”. Por outras palavras, não damos conta dos investimentos históricos na maneira do morar e acrescenta que, do ponto de vista arquitetural, é possível percebermos, por exemplo, como os discursos salubristas e higienistas estiveram presentes na forma de projeção e adequação das moradias nas décadas de 30 e 40 do século XX.

Partindo deste ponto de vista, deseja-se dizer que esses discursos estão diretamente requeridos na elaboração das formas de morar e, portanto, implicavam também na emergência de novas formas comportamentais no espaço físico das habitações citadinas. Carlos Lemos ainda realçou que os discursos são concepções culturais que moldaram o espaço físico e essas moldagens também puderam ser lidas nas elaborações dos projetos arquiteturais.

Em termos históricos, sua análise também informava ao leitor que a função básica de uma casa era a de abrigo. Segundo Lemos a “casa tem que (sic) ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção (...), a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários”.²⁴⁶

Além dessa ideia, no ato de projeção de uma casa, é preciso levar em conta a interdisciplinaridade e os aspectos antropológicos, pois o exercício de diálogo com outras áreas permitiria ir além do plano espacial, autorizava pensar o homem e sua articulação com o espaço em uma “antropologia do sensível”. Essa antropologia do sensível²⁴⁷ estava muito presente no espaço citadino, não apenas nas construções de pedra e metal, mas também por sentimentos, emoções, histórias de vidas. Dessa forma, a cidade, além se ser a representação de uma esfera individual e coletiva, também passava a ser uma esfera do investimento do público e também do privado.

Dando continuidade as suas análises, Lemos através do seu olhar de arquiteto, nos trouxe a possibilidade de historicização da casa brasileira e suas bifurcações. Para tanto,

²⁴⁵ LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

²⁴⁶ LEMOS, Carlos. *op. cit.* p. 09.

²⁴⁷ CORBIN, Alain. **Historien du sensible**, entretiens avec Gilles Heuré. Paris: La Découverte, 2000. p. 58.

interligou a tradição da casa brasileira a Portugal e trouxe a lume “as raízes ibéricas” das nossas moradias. Dessa forma, “a história de nossa casa tem seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena e até perceptíveis compromissos com a África e com o Oriente, com a Índia, nas tentativas de contornar os incômodos do calor abrasador.”²⁴⁸

Aqui no Brasil, a casa brasileira teria sido fruto de um agenciamento dos materiais de construção e da tentativa de repetir os modismos estilísticos portugueses, ou seja, “casas brasileiras com exterioridades lusitanas”.²⁴⁹ Apesar dessa fisionomia brasileira tão portuguesa, Lemos deixou claro que o Brasil, principalmente no período da colônia, a casa de latifúndio possuiu suas especificidades e que em Portugal nunca existiu uma casa rural como a brasileira, uma residência isolada num latifúndio, às vezes, distantes léguas de outra morada ou de outra cidade ou vila.²⁵⁰

Para Carlos Lemos foi nas grandes cidades que os programas arquiteturais se aproximaram mais de Portugal. Contudo, a contribuição portuguesa deu-se no campo das técnicas, ou seja, foi nos uso de materiais e nas formas de fazer com que as construções da colônia se constituíram “à moda da terra de origem” ou como se convencionou falar uma “intenção plástica.”²⁵¹ Outro ponto referido é quanto à arquitetura vernácula que pode ser entendida como “aquela feita pelo povo com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características”, isso quer dizer que no Brasil as construções de casas assumiram um caráter muito específico dependendo das necessidades dos programas caracterizados “por próprios e únicos usos e costumes”.

Desta forma, segundo Lemos, a casa vernácula é uma expressão cultural. “Só pode ser daquele povo e daquele sítio. É uma arquitetura que percorre gerações. É funcional. Está fora dessas questões ligadas a estilos arquitetônicos.”²⁵² Pertence a um determinado ambiente e experiência de vida. Dessa forma, foi no campo do rural que ela assumiu sua especificidade. Com relação às cidades, teremos os modismos e os estilos. “Ali os intercâmbios com outros povos são mais fácil (sic), mercê de trocas comerciais, dos contatos diplomáticos e da presença de viajantes e agentes culturais (...)”²⁵³ Não temos neste trabalho a intenção de fazer uma digressão longa em relação à historicidade das construções das casas brasileiras e

²⁴⁸ LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 11.

²⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 13.

²⁵⁰ *Idem*.

²⁵¹ *Idem, ibidem*.

²⁵² *Idem, ibidem*.

²⁵³ LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 16.

suas relações lusitanas, mas é interessante perceber a relevância das discussões apresentadas por Lemos em sua história da casa brasileira porque nos permite pensar em como a habitação foi sendo moldada pela experiência portuguesa.

Ainda devemos destacar, a relevância de uma abordagem sobre a casa do século XIX, pois muito de suas rearticulações reapareceram no século XX. Lemos apontou que a chegada da corte de Lisboa ao Rio de Janeiro, em 1808, trouxe consigo não apenas hábitos fidalgos, mas também, as novidades decorrentes da Revolução Industrial que logo foram reapropriadas em outros campos e na arquitetura através de novas técnicas e materiais de construção. Nessa medida, foram incorporados ao cotidiano os usos do vidro transparente, dos lampiões, das casas de banho, das grades de ferro, das tintas, etc. Portanto:

A Revolução Industrial clareou tudo. As casas passaram a ser iluminadas, com muita luz do sol. E, à noite, a luz ampla passou a ser garantida por modernos lampiões de mecha circular, a novidade da chama, agora vivíssima (...) Essa luz noturna mudou os hábitos caseiros, os horários. Propiciou a chamada tertúlia, quando os membros da família, permaneciam à volta da mesa, a refeição terminada, conversando, jogando, lendo, costurando, ouvindo música. (...) o próprio programa de necessidade alterou-se por que já se manifestava uma certa “civilidade” moderna que permitia o acesso de estranhos a essas reuniões já não mais íntimas. A verdade é que a luz abriu as salas de jantar, as “varandas” às visitas (...) os hábitos de higiene corporal também sofreram alterações. Os ricos e remediados, quando seus jardins (sempre nos fundos das casas) permitiam, passaram a possuir “casas de banho”, verdadeiros balneários providos de tanques como se fossem pequenas piscinas (...) nos quartos de dormir, lavatórios providos de bacias e jarras. (...) fachadas iluminadas à noite por meio de lanternas penduradas (...).²⁵⁴

A revolução industrial trouxe para o cotidiano das pessoas novidades que instauraram novos hábitos. A citação brinca com a alegoria da iluminação em relação à revolução industrial, assim como o Iluminismo²⁵⁵, movimento do pensamento europeu característico da segunda metade do século XVIII. Dessa forma, pensarmos na alegoria da luz, na iluminação que a revolução industrial trouxe para vida das pessoas é levarmos em consideração as profundas transformações tecnológicas a nível econômico, social e cultural. E essas transformações também se deram no espaço das casas que incorporaram nas suas edificações

²⁵⁴ *Idem. Ibidem.* p. 45.

²⁵⁵ O Iluminismo abarcou os campos do pensamento filosófico, das artes, sobretudo da literatura, as ciências, a teoria política e a doutrina jurídica. O conceito de iluminismo através do uso das alegorias da luz e claridade, em oposição ao que era considerada ignorância, à superstição, a possível existência de algo oculto. Seu instrumento era a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real. Portanto, suas armas são o conhecimento, a ciência e a educação. Atrelado a essa concepção estava à ideia de progresso, humano e técnico. Era a perspectiva de que a humanidade seguiria em frente e superaria seus limites.

as novas formas de morar e os novos materiais que incidiram em alterações nos modos comportamentais e nas percepções estéticas dos ambientes.

Ao nível econômico com as novas articulações decorrentes das doutrinas liberais e sociais e com o advento das invenções que vieram resignificar a dinâmica citadina, as novas invenções trouxeram uma grande modificação no viver. A invenção da luz trouxe uma reordenação das sociabilidades e sensibilidades e as novas formas de estar no mundo se resignificaram, bem como os hábitos que tomaram outras maneiras, a noção de tempo foi alargada e os modos de viver em sociedade foram sendo reconfigurados com a presença regular da luz no cotidiano.

Segundo Lemos, os horários das famílias eram completamente diferentes dos de hoje, pois “(...) os horários da família coincidiam com o das galinhas, fato hoje motivo de graça; mas essa foi à realidade – acordava-se com o sol e dormia-se quando ele se punha.”²⁵⁶ Portanto, o autor nos permitiu pensar que com a invenção da luz artificial a relação com o espaço da casa e entre as pessoas mudou completamente.

Além da invenção da luz artificial, Lemos possibilitou um debate rápido, mas rico em termos de inovações no cotidiano das pessoas. A inserção na vida das pessoas de materiais como o ferro, o vidro permitiu uma resignificação em seus hábitos. As janelas fechadas e apenas de madeiras no máximo composta por rótulas passaram a ter o vidro e este permitia que mesmo de dia as habitações se iluminassem, os quartos escuros clareassem. Já a luz, “essa luz noturna mudou os hábitos caseiros, os horários. Propiciou à chamada tertúlia, quando todos os membros da família permaneciam à volta da mesa, a refeição terminada, conversando, jogando, lendo, costurando, ouvindo música. (...) A verdade. É que a luz abriu as salas de jantar, as “varandas” às visitas – os jantares “sociais” tornando-se moda a partir daí”.

De fato, é que a luz artificial alterou significativamente as sociabilidades e sensibilidades domésticas. Não apenas a luz, mas toda uma gama de invenções trazidas pelo advento da revolução industrial. “Os hábitos de higiene corporal também sofreram alterações. (...) passaram a possuir “casas de banho” (...). Nos quartos de dormir, lavatórios providos de bacias e jarras. Agora, soalhos encerados. Paredes forradas de papel decorado. Cortinas, reposteiros. Grades de ferro forjado ou fundido nos balcões. Fachadas iluminadas à noite por meio de lanternas penduradas em graciosos suportes, tintas de novas cores.”²⁵⁷

²⁵⁶ LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 44.

²⁵⁷ *Idem, ibidem*. p. 45.

Lemos ainda referiu-se a invenções menores, mas que fizeram uma diferença enorme: ferro de passar, uma profusão de equipamentos de casa como louça inglesa, talheres, cutelaria, objetos de decoração (vasos de flores, caixinhas de música, relógios de parede ou de mesa, espelhos de cristal, escarradeiras de porcelanas, cadeiras de palhinha etc. promovendo o que o autor nomeia como nova qualificação social).

O autor ainda lembrou que foi em fins do século XIX que as novidades trazidas da Europa e da América do norte alteraram definitivamente a forma de construção de nossas casas brasileiras. Talvez tivéssemos mais perto profissionais especializados e isso fizesse toda diferença na implantação dessas novas sensibilidades espaciais. Então, a presença de jardins, à sala de visitas e a inserção do gabinete de leitura, à sala de jantar e sua função centralizadora das atividades e reuniões familiares, à incorporação da cozinha no corpo da casa em conjunto com o banheiro permitiram uma reorganização espacial da casa e a integração de novas sensibilidades no cotidiano da cidade.

A ideia de utilizar um autor da arquitetura é que o mesmo pode fornecer parâmetros históricos sobre a transformação das formas do morar ao longo do tempo. As novas casas/habitações carregavam na sua construção uma preocupação com a ideia de conforto, de privacidade ou aquelas que traziam o uso do espaço de forma mais coletivizada.

A morfologia da casa passou a ser reveladora de uma história do social e das sensibilidades; o vocabulário das partes que a compunham, que constituíam o que chamamos de habitação, os materiais e as técnicas de construção, a estética arquitetural, inventaram uma linguagem que fala sobre o corpo espacial da casa. Uma maquinaria estética no sentido de nos permitir perceber a “poética” contida nessa linguagem que precisou ser “decifrada” à medida que pensamos nos investimentos realizados em sua estrutura. Como afirmou o historiador Reinhart Koselleck:

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileiras de casas.²⁵⁸

²⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 13.

Ao se trabalhar com as casas e plantas-baixas em estilo *Art Deco* buscamos perceber nos exemplares remanescentes, na cidade de Campina Grande, o que o autor da citação chamou de “marcas de um destino já vivido”, as marcas históricas de um estilo que hoje se constitui apenas de memórias.

Entende-se assim, que a fachada assumia as funções de uma representação discursiva; a fachada pode ser entendida como uma legenda que traduzia os anseios da classe social que construiu a mitificação de Campina Grande pela ótica da “grandeza”, ela se abria para a rua, expressava a hospitalidade e a classe, enquanto os fundos escondiam a desordem e a vida privada. A casa é também um capital, uma mercadoria, uma escolha de investimento, a encarnação de valores representados e distintivos.

Se havia uma regularidade discursiva, entre 1930 e 1940, enfatizando os debates em torno de políticas salubristas e higienistas, na prática este também fora vivenciado no âmbito da arquitetura na medida em que se projetavam casas e prédios em consonância com os requisitos da novidade e do conforto ancorados sob a justificativa do “moderno” e do “progresso”. Assim, se há uma representação de discurso do “progresso” nas crônicas jornalísticas, no estilo arquitetônico também o há na forma de se habitar e de se representar o espaço. Portanto, nos projetos pesquisados e localizados observamos que esse discurso é travestido de outra linguagem: as técnicas, as linhas e os traçados capazes de nos mostrar como na prática se estabelecia uma nova forma de habitar o espaço urbano, uma reorganização no espaço doméstico, dos cômodos e na emergência de novas sensibilidades. Assim, se existiu uma nova política de novos comportamentos na vida das pessoas, esta pode ser percebida nesses traçados técnicos e estéticos que mudaram a vida dos que viveram em coletividade e no âmbito do privado.

Na imagem abaixo, Abelardo de Aquino da Fonsêca enviou requerimento à prefeitura pedindo licenciamento e alinhamento para construção de sua residência a Rua Presidente Getúlio Vargas nº 1106 segundo planta anexa ao pedido:

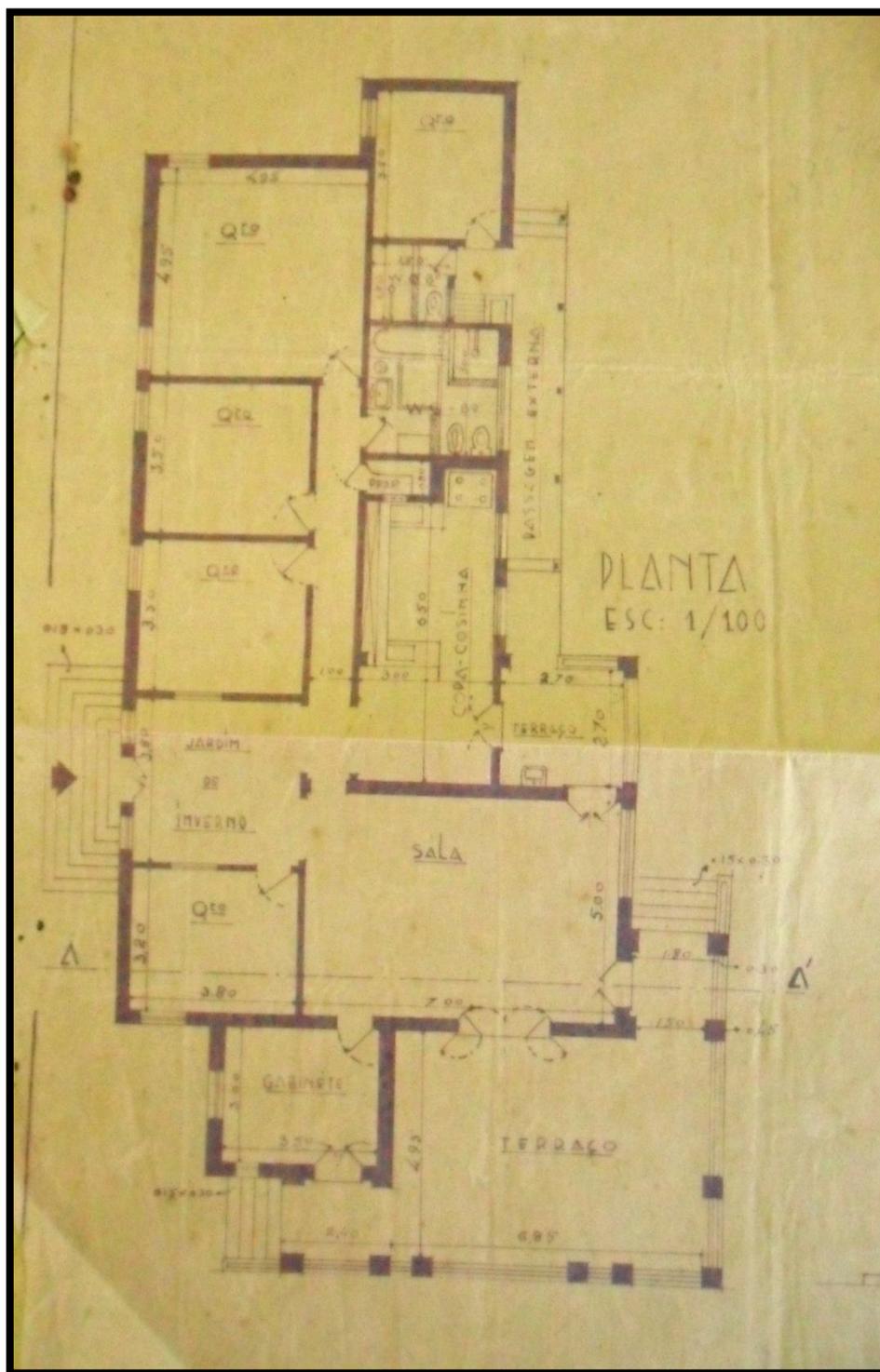


Imagem nº 16: Planta-baixa da residência do senhor Abelardo de Aquino Fonseca na Rua Presidente Getúlio Vargas nº 1106; Acervo: APPMCG – 21/04/1941.

Essa planta-baixa era um projeto do arquiteto Fernando S. Almeida, formado pela Escola de Belas Artes, e a construção foi creditada ao arquiteto licenciado Isaac Soares, responsável por várias construções na cidade. A planta mostra que a residência apresentava terraço, gabinete de leitura, quatro quartos, banheiro, jardim de inverno, cozinha, passagem

externa, banheiro e quarto externo. Do desenho, é possível observar que o cômodo do banheiro encontra-se no interior da casa e perto dos quartos dando uma noção individualizada de seu uso, criando a atmosfera do intimismo e mais conforto, pois com o uso da água encanada nas torneiras e o descarte das águas servidas via esgotamento sanitário, às práticas de asseio pessoal se alteraram. Nesses imóveis, visivelmente mais abastados pode-se notar a ideia de elaboração de um espaço para si com os quartos afastados dos interiores mistos como a sala de estar e jantar. Os quartos são distanciados do público, são recuados dos olhares indiscretos. Então, é perceptível a ênfase na noção de intimidade e individualidade. Diferentemente dos projetos de reforma de fachada, essa planta permitiu um acesso da vida privada e como áreas antes relegadas ao exterior foram incorporadas ao ambiente interno a exemplo do banheiro e cozinha.

Na década de 1930, na cidade de Campina Grande, uma nova forma de se morar emergiu para parte da população. Sabe-se por trabalhos realizados por arquitetos que o estilo utilizado era mais para o ecletismo. O mais comum sobre Campina Grande tem sido o uso exclusivo de fotografias para identificar o estilo de construções. Portanto, foi a partir da década supracitada que identificamos na cidade uma preocupação no âmbito da municipalidade com os tipos de construções que se erguiam, uma racionalização do espaço citadino. Assim, os anos de 1930, podem ser tomados como um marco, visto que, é a partir dessa década que se encontra uma descontinuidade no que tange as formas de construção e uma estética mais antiga predominante na cidade de Campina Grande.

Em contraposição a planta apresentada anteriormente em que detalhadamente é apresentada no desenho a disposição dos cômodos, a dimensão dos mesmos, localização de portas, janelas e escadas, as que se apresentam a seguir dão outra ideia do habitar na cidade nesses mesmos anos.



Imagem nº 17. Projeto para casa do sr. Lourival Lima. Acervo: APPMCG, ano de 1936.

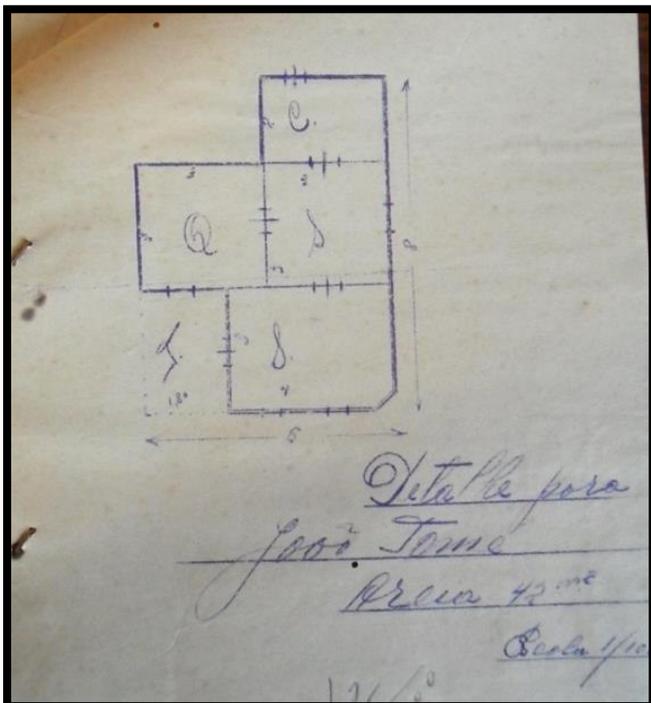


Imagem nº 18: Planta-baixa para sr. João Tomé. Acervo: APPMCG, ano de 1938.

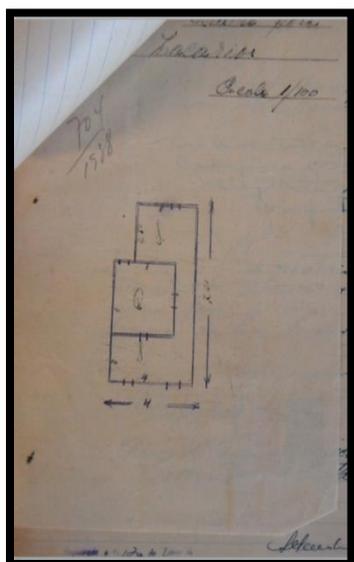


Imagem nº 19: Planta-baixa para sr. Zacarias.
Acervo: APPMCG, ano de 1938.

A preocupação em controlar as construções no espaço citadino se fez presente também nas camadas mais baixas da população. Essas três imagens referem-se a construções de imóveis menos abastados. A primeira, uma casa simples, mas que ainda apresenta as linhas geométricas que são referências do estilo *Deco*. Os outros dois desenhos são esboços de projetos de construção em papel simples, sem rebuscamento de linhas e indicando a posse do imóvel. O desenho da parte interna nos deixa perceber que os cômodos eram bastante simples, dispostos uns ao lado dos outros, sem margem para as noções de individualidade e de intimidade. A cozinha e o banheiro provavelmente se localizavam na parte de fora da casa, pois nem indicado estava no material.

Em contraposição a planta anterior que possuía gabinete de leitura, salas espaçosas, quartos em localização privada, banheiro privativo no interior da casa, cozinha também no interior da casa, as imagens de números 17 e 18 mostram que a premissa de espaço e renovação dos hábitos de morar não era para todos. A planta nº 18 possui apenas duas salas e um quarto e a planta nº 19 possui duas salas, um quarto e uma cozinha e o tamanho da construção estimada em 42 m². Pode-se notar que até na elaboração das plantas as diferenças sociais se apresentam na quantidade de espaço despendido para a habitação. Portanto, chegamos à conclusão que o processo de internalização dos novos códigos sociais e culturais dependia do lugar social ocupado pela população.

A noção de preocupação, ou controle dos espaços, relacionava-se com a nova política estabelecida no Brasil daqueles tempos. O período em que Getúlio Vargas esteve à frente do estado brasileiro trouxe para o país uma preocupação não apenas o controle com a educação,

saúde, mas uma preocupação com a elaboração dos espaços citadinos. Esse controle também se fez sentir no âmbito do privado.

É possível fazer esta constatação porque se identificou que a documentação que se referia à licença para construção datava da década de 1930 e expressavam em suas petições a aprovação do prefeito para construção, reforma, derrubada ou até mesmo para manter a porta de algum estabelecimento aberto nos dias de domingo. Pode ser um fator indicador de que Campina Grande no auge de sua prosperidade como cidade exportadora de algodão tentasse se adequar a um discurso de modernização de seu espaço urbano, um exercício também a nível nacional, mais um fator indicador de que essa prosperidade econômica se traduzira num aumento das construções de imóveis visto a melhoria de vida e a incorporação de novas relações com as formas de morar.

Essa melhoria de vida trouxe a incorporação de operadores de controle doméstico segundo François Béguin: jardins, ventilação, eletrificação, água encanada etc. Pode-se dizer segundo o autor que os mega-aparelhos urbanos – a água, esgoto, gás, eletricidade foram responsáveis pela inserção de novas práticas no cotidiano ou da emergência de novas formas de sensibilidade.

Foi possível observar na planta abaixo que outra economia da intimidade se estabeleceu em uma camada mais abastada. A relação de intimidade foi mais bem incorporada mediada poder aquisitivo.

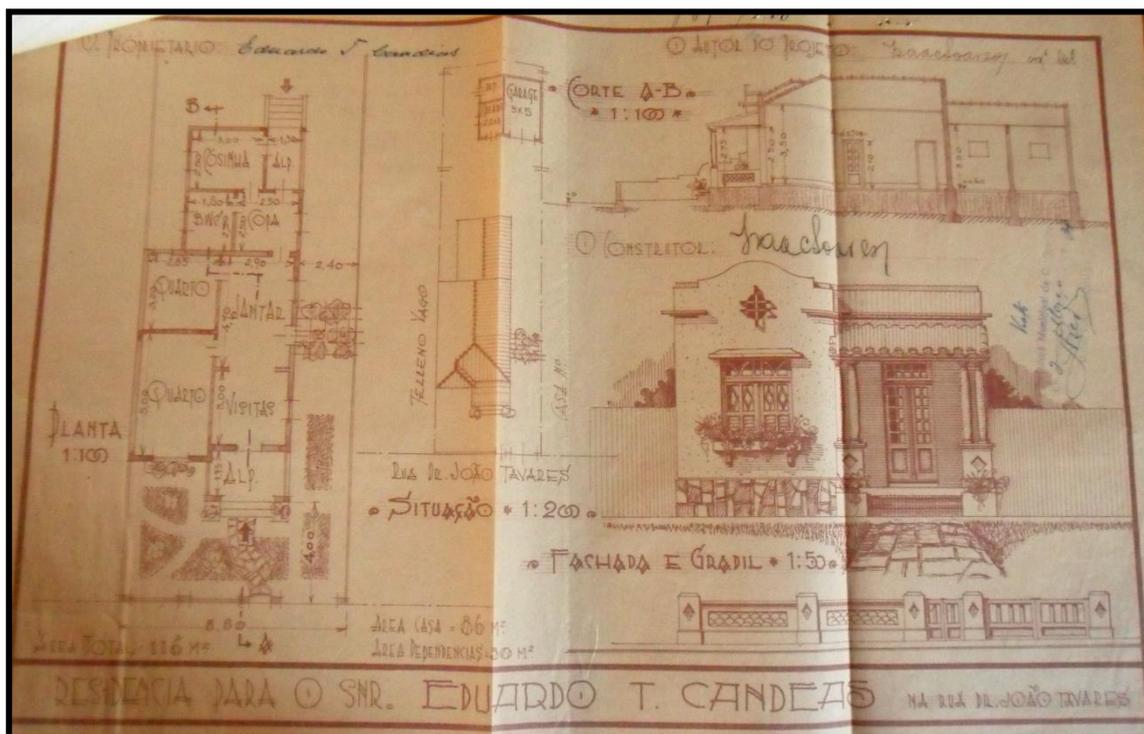


Imagem nº 20: Residência para o sr. Eduardo T. Candeias, localizado a Rua João Tavares. Acervo: APPMCG, ano de 1938.

A planta-baixa acima para o senhor Eduardo Candeias a ser construída na Rua João Tavares, região central da cidade, apresentava três situações: o imóvel de frente, revelando a presença de traços em estilo *Art Deco*, principalmente na parte acima da casa com a presença dos traços redondos e ângulos retos com pequeno gradil, na referência aos cômodos da parte interna da casa, dos 116 m² apenas 86 m² era área de construção, composta por um alpendre, dois quartos, duas salas amplas, copa cozinha, um banheiro, cozinha e mais um alpendre para parte externa da casa.

Contudo, não era qualquer construção: a ideia está em representar de modo adequado a riqueza naquele momento. A prosperidade da indústria algodoeira²⁵⁹ na cidade fora uma das desencadeadoras da emergência de uma preocupação em dotar a cidade de equipamentos urbanos que permitissem que a mesma se apresentasse como “progressista”²⁶⁰ aos moradores e visitantes.

²⁵⁹ Segundo Ronaldo Dinoá, em seu livro **Memórias de Campina Grande**, primeiro volume, Campina Grande era considerada nos anos trinta a cidade que juntamente a Liverpool, o primeiro lugar no comércio algodoeiro internacional. Da cidade, o algodão produzido na região nordestina era transportado para a Inglaterra, onde seria industrializado. Dinoá refere-se ao passado de expansão econômica e de verdadeiro desenvolvimento cultural, vivido de forma intensa pela Campina dos anos trinta e quarenta.

²⁶⁰ Progressista a semelhança da palavra progresso tem o significado de “marcha ou movimento para adiante”; “adiantamento”; “desenvolvimento”; “movimento progressivo da civilização”; “aperfeiçoamento”.

A partir da observação do crescimento da cidade auxiliada pela documentação técnica, constituindo outro olhar sobre as transformações em curso, as tipologias de casas, seus cômodos e a estética arquitetural que se representou ou que se buscou representar naquele momento, enfim a transformação dos hábitos dos cidadãos a partir do uso da água encanada, de louça para banheiros e cozinhas, de azulejos, etc. Segundo François Beguin, é no século XIX que há um desenvolvimento sem precedentes dos meios técnicos que vão permitir frear as doenças da insalubridade.²⁶¹

O *habitat* passou a incorporar outra economia urbana e doméstica. Um dos pontos percebidos foi que essa economia passou pelos poderes públicos. Assim o autor afirmou que, no século XIX houve o desenvolvimento sem precedentes dos meios técnicos que permitiram conter as doenças da insalubridade, ou seja, a intervenção nas formas do morar vão construir nos *habitus* outros aspectos de habitabilidade bem como trouxeram à tona as mudanças de ordem técnica, econômica e política. “De ordem política: só o Estado dispõe do poder necessário para impor aos proprietários e aos construtores novas normas de saneamento”.²⁶²

Quando em geral fala-se de mudança de hábitos não se costuma ter em consideração fontes que mostrem na prática onde essas e que mudanças foram introduzidas. Os questionamentos que possibilitaram pensar em outras leituras dessas foram: o discurso em torno do ideário do “progresso” trouxe mudanças, mas na prática quais? Referiu-se a mudança de comportamentos, mas onde? Outro ponto importante foi a leitura realizada através desse material técnico, de discursos que foram o ápice naquele momento: o discurso em torno do higienismo, do salubrismo, das reformas urbanas nas cidades e como esse exercício foi agenciado num trabalho prático, ou seja, o agenciamento das formas técnicas são índices que apontam para a emergência de novas figuras como o engenheiro e o arquiteto e novas sensibilidades no cotidiano das pessoas.

3.4. O manejo do material: as novas sensibilidades

Nesse tópico, a ênfase será dada às plantas-baixas que se referem à adequação sanitária da cidade²⁶³ (ligação de água e esgoto) em casas residenciais e comerciais. A ideia

²⁶¹ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, Ano 11, nº 34, p. 41, 1991.

²⁶² *Idem, ibidem*. p 45.

²⁶³ Segundo Câmara, até mais ou menos 1924, a cidade não contava com gabinetes sanitários higienizados. Eram primitivas sentinas no fundo dos quintais. No mesmo ano, os médicos deram início às intimações para a construção de gabinetes com fossas. Instalações com caixas de descarga, na verdade, só apareceram a partir de

foi perceber como se deu a implantação dos serviços de esgotamento sanitário, com as ligações de água encanada e de esgoto, a partir de 1937, quando foram iniciados os trabalhos, na gestão do governador Argemiro de Figueiredo, do tão aguardado “Abastecimento D’Água e Saneamento de Campina Grande”.²⁶⁴

Assim, buscamos problematizar como se projetaram as vantagens em torno desse dispositivo em relação ao abastecimento mais antigo, o sistema de carregadores de água, pois permitiu uma análise da reorganização de um serviço que pode operar de forma sensível nos hábitos domésticos e extra-domésticos e “são favorecidos gestos e hábitos cujos efeitos sobre a preservação da saúde são constatados (sic) controla-se a circulação de pessoas privatizando a circulação da água.”²⁶⁵ A inserção do encanamento no ambiente doméstico permitiu a incorporação de novas sensibilidades no âmbito do privado.

No conjunto do material, os anos 1938/1939/1940 emergiram como o período em que os imóveis da cidade foram levados a se adequarem ao sistema de água encanada e esgotamento sanitário. Para a aquisição desse benefício havia um escritório específico para a realização desse serviço que pertencia ao senhor Otílio de Sousa – “Escritório de Engenharia Sanitária com engenheiro responsável Nestor Moreira Reis, situado a Rua Praça João Pessoa n. 120”²⁶⁶.

Os requerimentos, em folha de papel timbrado e com a marca d’água do escritório, eram encaminhados para a Prefeitura com vistas à obtenção da devida aprovação e licenciamento, conforme exemplo abaixo:

1930 e somente foram se generalizando depois do serviço de água e esgoto. Cf. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 100.

²⁶⁴ Sem autor. O Abastecimento D’Água e Saneamento de Campina Grande. **A Voz da Borborema**, 28 de julho de 1937. p. 1. n.º. 4.

²⁶⁵ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, Ano 11, n.º 34, p. 45, 1991.

²⁶⁶ Na parte posterior do projeto de instalação hidráulica dos imóveis há a referência ao escritório de Otílio de Sousa como prestador daquele serviço.

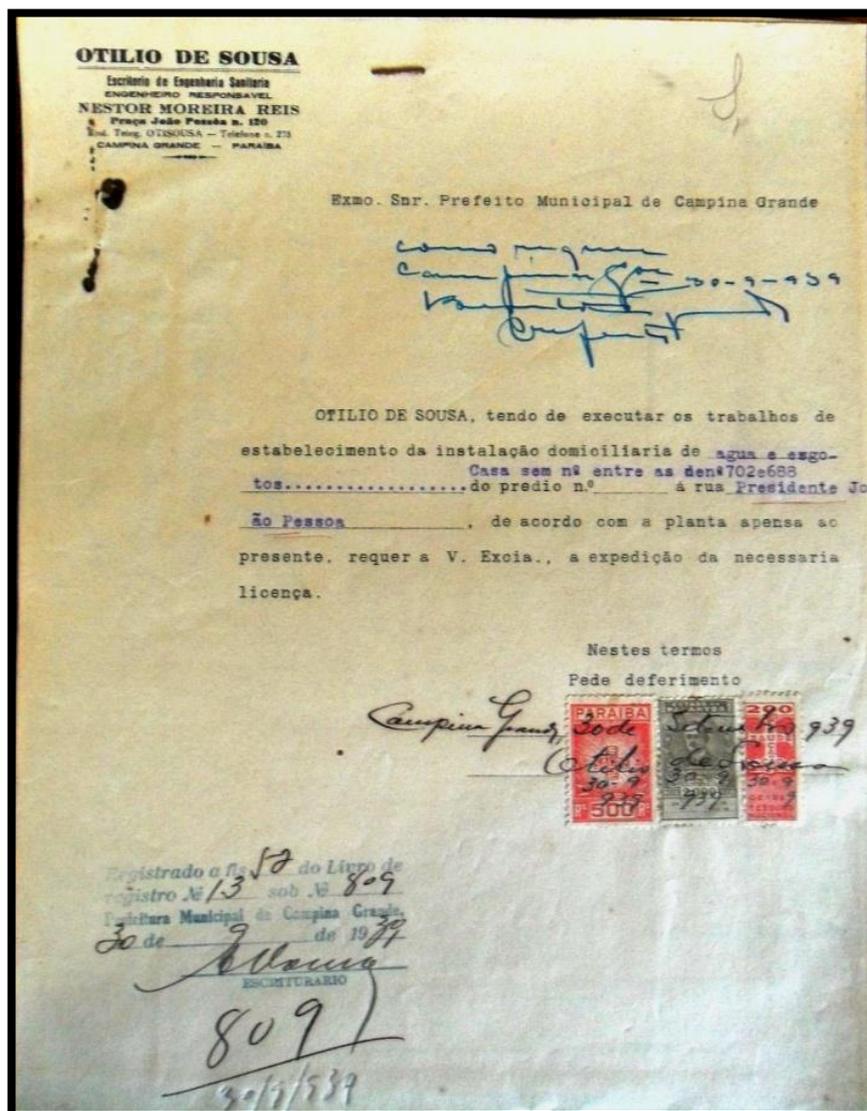


Imagem nº 21: Requerimento de instalação domiciliária de água e esgotos. Acervo: APPMCG, ano de 1939.²⁶⁷

A imagem é composta por documento utilizado pelo escritório de Engenharia Sanitária, o qual Otílio de Sousa, engenheiro, era o responsável pela implantação dos serviços de água e esgotos na cidade para pedidos de licenças e execução dos serviços de instalação em residências e casas comerciais. O projeto de água encanada para a cidade de Campina Grande teve seus inícios no ano de 1937. O jornal *A Voz da Borborema* do ano supracitado, nos meses de junho a dezembro apresentou muitas crônicas sobre o projeto de implantação da água encanada na cidade. Esse projeto foi encampado pelo governador Argemiro de

²⁶⁷ Fundo do Ministério de Viação e Obras. Requerimento de licença para execução de projeto para instalação domiciliário de água e esgotos, pedido em 30 de setembro de 1939.

Figueiredo²⁶⁸, interventor no estado paraibano e oriundo da política campinense. Para a realização de uma obra de tal envergadura foi contratado o escritório de engenharia sanitária de Saturnino de Brito, responsável por inúmeros projetos de execução hidráulica em vários estados brasileiros e o engenheiro José Fernal como executor do trabalho em Campina Grande.

O projeto de trazer água encanada para Campina Grande teria sido um dos grandes trunfos do governo estadual. Argemiro de Figueiredo constituiu uma campanha em torno dos benefícios da água encanada na cidade, atribuindo-a a uma vitória do seu governo. Ele soube capitalizar como ninguém a execução das obras. O jornal *A Voz da Borborema*, dirigido por seu irmão Acácio de Figueiredo, foi muito importante na construção da imagem de político benemérito e associado aos benefícios do projeto da água encanada para esta cidade, essa pauta em conformidade com o que já foi discutido anteriormente.

O requerimento acima está grampeado à cópia da planta arquivada na Prefeitura de Campina Grande. A planta-baixa da casa residencial a ser contemplada com o serviço de água encanada continha a localização do imóvel, referência ao proprietário e a data na qual o desenho teria sido confeccionada. Além disso, o desenho mostrava qual o enfoque do trabalho: o encanamento e esgotamento sanitário. Os cômodos do imóvel privilegiados para essa leitura são o banheiro e a cozinha. Nessas duas dependências encontramos os objetos que no nosso entender são responsáveis por mudanças das sensibilidades: os sifões, as calhas, caixa de gordura, pias etc. que são elementos que possuem a função de não permitir que os odores nauseabundos e as águas servidas não permanecessem no ambiente doméstico.

Esses requerimentos permitiram visualizar que a instalação de água e esgotamento sanitário redimensionou a relação estabelecida com a água, com o cuidado de si. Ao aproximar tanto a cozinha quanto o banheiro para o interior de casa, percebemos a ocorrência uma mudança profunda no olfato, na convivência com os desejos, na relação com o banho. Segundo Beguin, várias pesquisas precisaram a aplicabilidade do sistema sanitário e sublinharam a interdependência dos componentes de utilização da água e evacuação da mesma.

²⁶⁸ Severino Cabral Filho constrói uma análise pertinente sobre como o governador Argemiro de Figueiredo agenciou uma imagem de benemérito e de amor incondicional a sua cidade natal, Campina Grande. Segundo Cabral Filho, “A modernidade e os seus agentes também constroem os seus mitos”. Ao longo de sua administração Figueiredo buscou lidar com uma imagem de um “chefe político moderno” para tanto buscou conferir a si uma imagem de homem que não se contentava apenas em atender em seu gabinete, mas um administrador extramuros, ou seja, para aquele o “administrador moderno é aquele que, no cotidiano, supera a rotina palaciana”. Segundo leitura do autor, Argemiro de Figueiredo era o próprio garoto propaganda de seu próprio governo e realizações. O projeto de água encanada e esgotamento sanitário atestam esse exercício. O Jornal *a Voz da Borborema* entre os meses de julho de 1937 a dezembro do mesmo ano atestam essa posição.

A utilização da água como instrumento de limpeza e evacuação dos dejetos graças ao banheiro está diretamente ligada aos dutos de esvaziação como uma invenção que utilizou cálculos a respeito da velocidade da água nas canalizações, “a forma e as dimensões dos dutos, os diversos procedimentos de filtragem e de distribuição de água sob pressão vão interferir diretamente nos hábitos dos cidadãos.”²⁶⁹ Pois “a água corrente a domicílio permite ganhar tempo, economizar forças, evitar o caminho que é preciso percorrer sempre para buscar água fora”.²⁷⁰ Assim, são as economias de tempo, de energia (...). Mais água, um interior fácil de limpar, aerar e aquecer, é isto que abre o caminho para novas práticas.”²⁷¹ Essa economia de tempo e de energia construíram um ambiente propício a emergência de novas sensibilidades.

Segundo João Luiz Máximo da Silva, a transformação espacial e material das casas em conjunto com os equipamentos técnicos propiciaram novas demandas ao ambiente doméstico, em especial a cozinha. Nesse sentido, o autor enfatizou que os engenheiros tiveram um papel importante nesse processo, pois desenvolveram novas formas de organização espacial. “A padronização e racionalização da habitação e de seus componentes visava a uma transformação radical da casa, em especial da cozinha, e se apoiava tanto no desenvolvimento de novos equipamentos quanto nos estudos de racionalização do trabalho doméstico”²⁷² Ainda segundo Luiz Máximo, a preocupação dos engenheiros e arquitetos era articular um novo tipo de moradia, que deveria “induzir a um novo tipo de comportamento social”.

Para compreender essas mudanças nos comportamentos, analisemos um conceito que está ligado a estas mudanças: o conforto. O significado da palavra nos permite os seguintes entendimentos: nova força, novo vigor, bem estar, comodidade e aconchego. O conforto de morar na cidade está ligado às formas aconchegantes de habitar determinado espaço ou não. No caso aqui, a casa. A casa foi um dos espaços importantes onde se constituíram mudanças nos hábitos e comportamentos através da leitura possível de seus aspectos mais técnicos e físicos. Essas transformações desembocaram no que nomeamos de mudanças de sensibilidades.

Quando se discute mudanças nas sensibilidades, de forma genérica se lida com livros de educação, com os manuais de bom comportamento, mas não se tem levado em conta que essas intervenções também estiveram no lado mais prático, mais técnico, mais estruturante.

²⁶⁹ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, Ano 11, nº 34, p. 42, 1991.

²⁷⁰ *Idem, ibidem*. p. 48.

²⁷¹ *Idem, ibidem*.

²⁷² SILVA, João Luiz Máximo da. **Cozinha Modelo**: o impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana. São Paulo: Edusp, 2008. p. 96.

Mas também elaborar-se uma residência ou prédio comercial, nas plantas-baixas essas mudanças puderam ser inseridas tanto nas representações da fachada como no seu aspecto interno, a estrutura; a concepção interna dos imóveis nos permitiu uma leitura do cotidiano ou da topografia dos costumes. Permitiu-nos inclusive traçar o perfil social a quem pertencia tal desenho ou planta baixa.

Abaixo, temos dois exemplos extremos de plantas que nos possibilitam pensar essa relação com as sensibilidades:

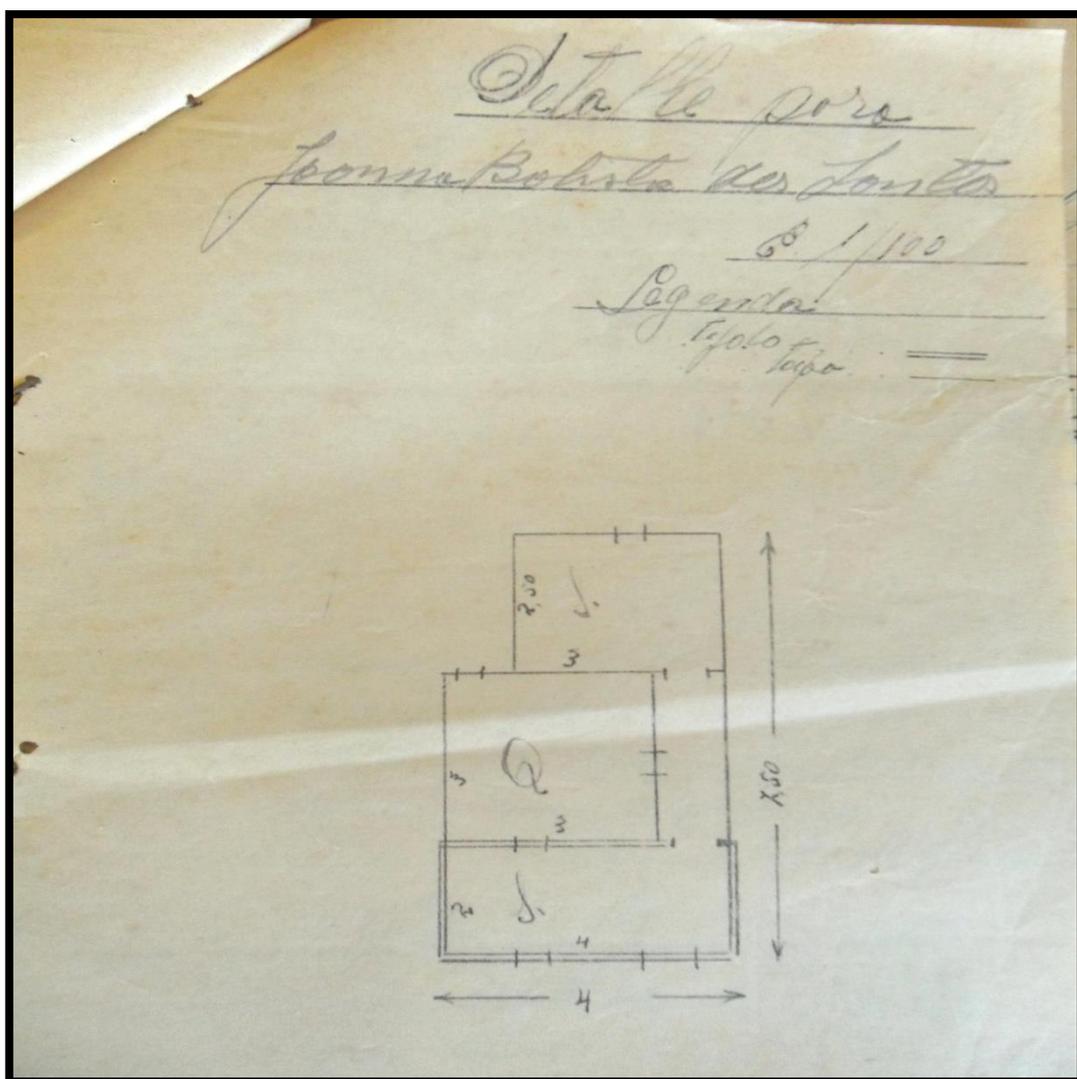


Imagem nº 22: Requerimento de construção de casa de taipa com fachada e primeira sala em tijolos em 24/05/1938 em nome de Joanna Batista dos Santos; Acervo: APPMCG, ano 1938.

Esse esboço apresenta o desenho pertencente a uma pessoa com baixo poder aquisitivo. É desenhada de forma rústica, sem as técnicas que fundamentam uma planta-baixa. Em papel comum indica-se a sala, quarto, corredor e mais uma sala, mais uma vez

provavelmente a cozinha e o banheiro se localizavam fora da construção principal. Aparece a escala de 1/100 e foi mantida a legenda que apontava para a construção de taipa e tijolo. Era provável que a frente fosse de alvenaria e o resto da construção de taipa. Nesse exemplo específico (mas existem muitos mais), não se pode trabalhar com a noção de conforto dando ênfase a grandes espaços. Analisando a inserção das mudanças de sensibilidades notou-se que o mais importante era a habitação, era o morar. Para esse extrato social já se constituía um privilégio possuir onde morar.

O diálogo com a historiadora Denise Bernuzzi de Sant'Anna, que refletiu sobre a história do conforto na cidade de São Paulo nos anos de 1950, foi importante para se pensar a dimensão do conforto e do desconforto. Para a autora, o conceito de conforto tanto pode ser observado nas classes mais abastadas como nas solicitações populares de “salubridade urbana e bem-estar”. Ao estudar a noção de conforto ela pôde perceber que o mesmo adquiriu ao longo do tempo significados e funções que puderam revelar uma dimensão muito prática da vida cidadina. E “a história do conforto é também, aquela da produção e do consumo de produtos capazes de suscitar sentimentos por vezes inusitados (...) ganha corpo uma sensibilidade avessa a odores outrora considerados naturais dentro das moradias e nos seus quintais”.²⁷³

Um estudo sobre a história do conforto pode trazer à tona a categoria da mudança que ocorreram “nas maneiras de morar, de conceber o espaço urbano e, também relacionar-se com os objetos técnicos...”²⁷⁴ A autora recrudescer aos anos de 1870 na cidade de São Paulo para perceber como a inserção da higiene do corpo, da casa, dos locais públicos e privados passaram a ser sinônimos de conforto. Na sua pesquisa localizou em anúncios publicitários que a palavra conforto estava ligada a ideia e qualidades de “ser limpo” e “honesto”, enquanto nas casas abastadas, conforto significava “possuir o gás de rua ou gás acetileno para iluminação, poços com bombas nos quintais, chaminés para a cozinha, revestimento de azulejos para as paredes, a privada inglesa com sifão...”²⁷⁵ Portanto, a ideia de conforto assumia significados vários dependendo da classe social a qual se estivesse fazendo uma leitura.

Constatamos que esse conforto favoreceu a emergência de outras sensibilidades em relação aos cheiros, ao dormir, ao alimentar-se, ao banhar-se, pois segundo Sant'anna:

²⁷³ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. História do Conforto na Cidade de São Paulo. In: **Anos 90**. Porto Alegre. n. 14, Dez/2000. p. 162.

²⁷⁴ *Idem., ibidem.*

²⁷⁵ *Idem,* p. 163.

(...) com o comércio de banheiras, duchas, bidês, torneiras e com a massificação do sifão, por exemplo, ganha corpo uma sensibilidade avessa a odores outrora considerados naturais dentro das moradias e nos seus quintais.²⁷⁶

A invenção desses novos objetos permitiu a emergência de outra lógica de comportamentos perante atividades já tão incorporadas no cotidiano das pessoas. Essa economia do cotidiano permitiu-nos pensar nessas outras sensibilidades. Portanto, banheiras, sifões, água encanada, vasos sanitários, descargas, pisos azulejados, azulejos nas paredes, pias, caixas de gordura permitiram que outros comportamentos surgissem mediante os novos preceitos de higiene que na prática tomavam forma quando da elaboração dos imóveis nas cidades.

Em Campina Grande, no ano de 1939, segundo Câmara, foi “iniciado o serviço d’água e esgotos da cidade, com sete chafarizes e cerca de trinta instalações sanitárias em domicílios”.²⁷⁷ No arquivo público da prefeitura localizamos estas instalações. Essas plantas baixas de instalação hidráulica contém uma riqueza de detalhes técnicos que permitem confeccionar uma leitura em direção à emergência dessas novas sensibilidades a partir de um aparato técnico. A ideia foi pensar de forma prática como essas sensibilidades emergiram no campo da vida privada, no íntimo, através das resignificações dos comportamentos no cotidiano e da resignificação de determinados espaços na cidade. Portanto, os projetos de encanamentos e esgotamento sanitários nos permitiram caminhar nessa direção. A foto abaixo mostra as instalações de encanamento de água na planta-baixa do imóvel:

²⁷⁶ *Idem*, p. 162.

²⁷⁷ CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1988. p. 130.

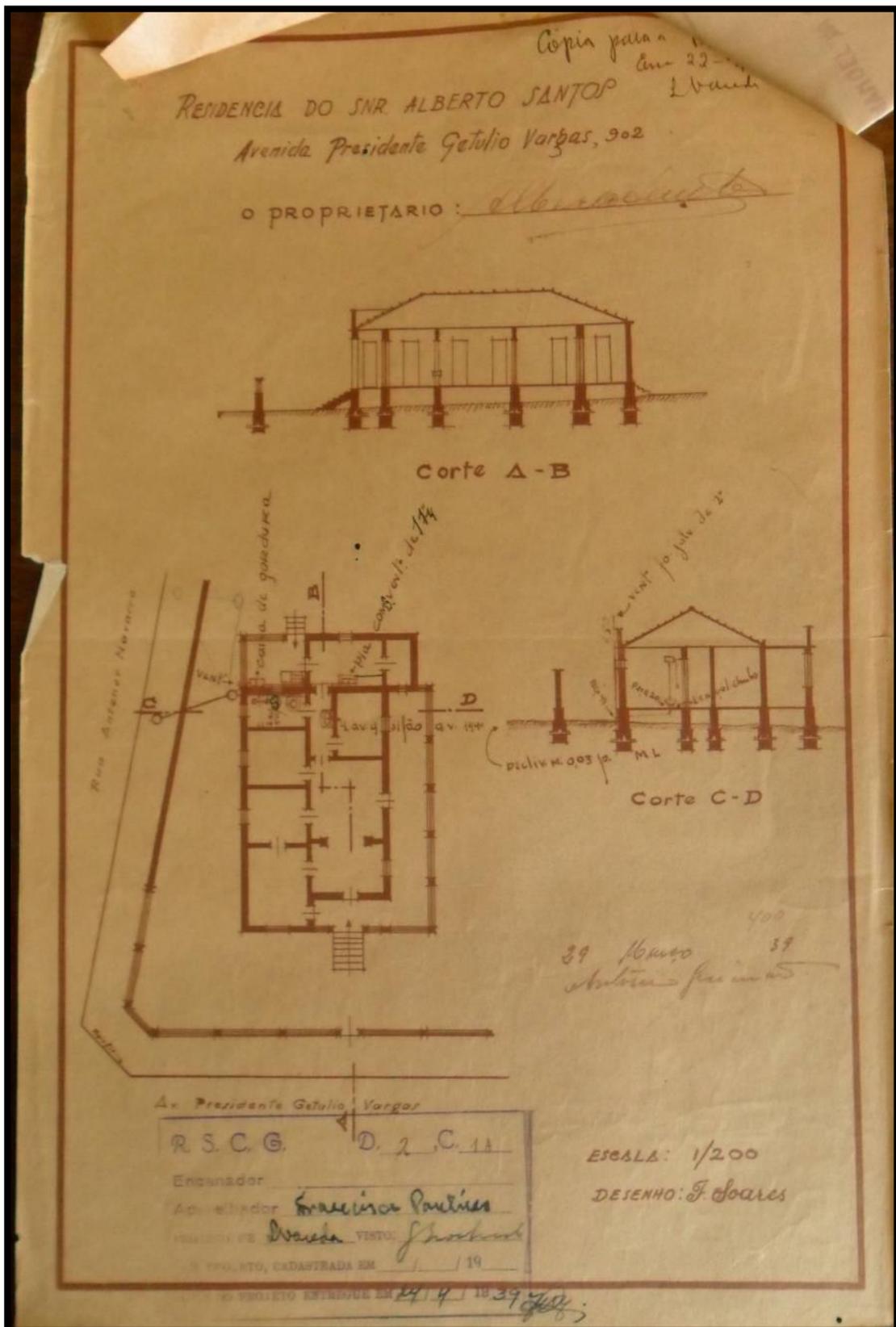


Imagem nº 23: Planta-baixa com projeto de instalação hidráulica para o senhor Alberto Santos, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 902. Acervo: APPMCG, ano 1939..

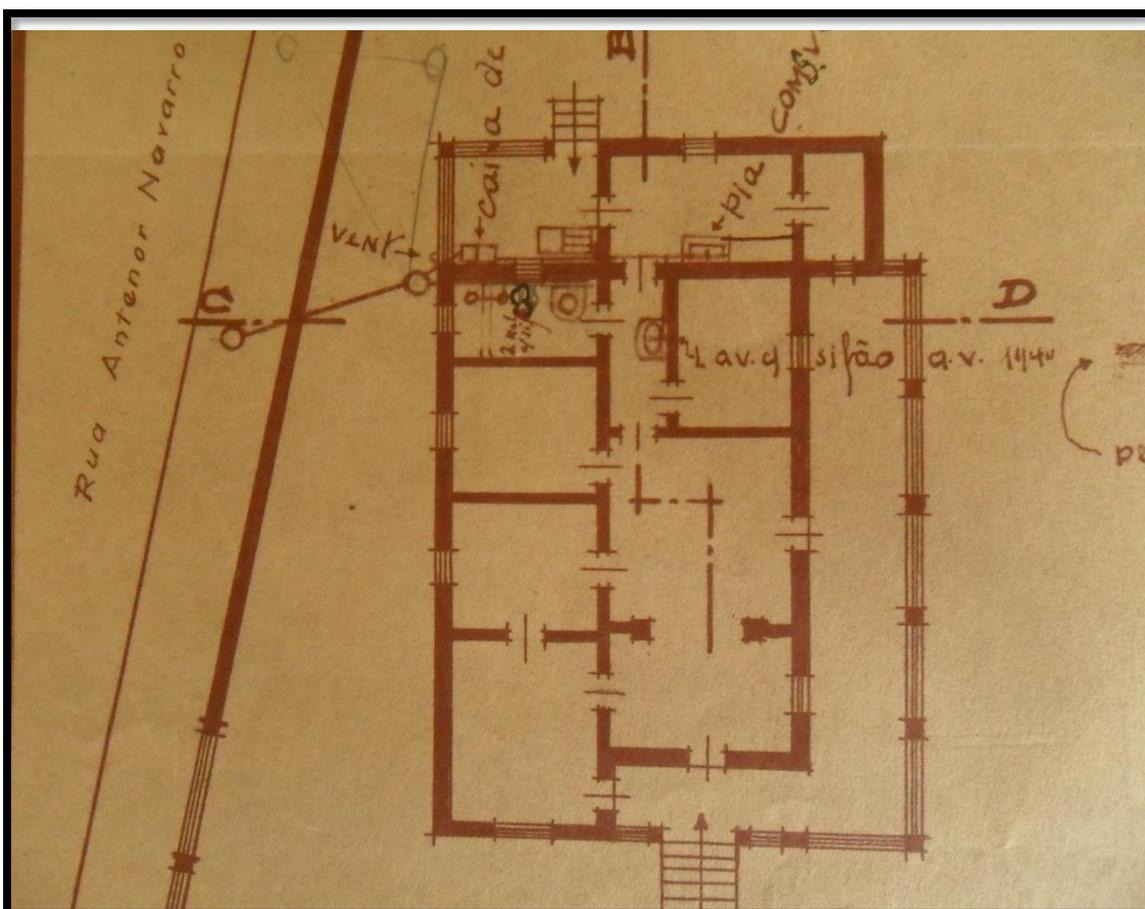


Imagem nº 24: Mesmo documento da imagem nº 23 em perspectiva aproximada.
Acervo: APPMCG.

As plantas-baixas de projetos hidráulicos permitem que visualizemos os materiais utilizados nas instalações. Em geral, apenas os cômodos que receberão as instalações de encanamento de água são representados na planta com mais destaque. No caso desse exemplo: pia, caixa de gordura, lavatório com sifão, pia com ventilação são indicados no desenho. Esse aparato técnico em espaços como a cozinha e banheiro transformaram os comportamentos das pessoas, pois a presença da água encanada, de caixas de gorduras que mudaram as relações históricas que se estabeleceram com a forma de sentir odores que emanavam das águas servidas em cozinhas e banheiros e de se ter água na cozinha em depósitos e que depois passou a ser encanada.

Os projetos eram acompanhados por um pedido de licença encaminhado a Prefeitura Municipal a figura do senhor Prefeito. A solicitação era conduzida com o projeto de planta-baixa, o pedido de saneamento do imóvel e a localização do imóvel. O imóvel referido acima, pertencente ao Sr. Azarias Marcelino, há duas datas prováveis: 4-4-1939 e outra de depósito

de cópia na prefeitura 4-5-939. Na imagem aparece o laudo de aprovação do projeto para o mesmo ser realização sem alterações.

Segundo Edmundo Rodrigues²⁷⁸, o projeto arquitetônico tanto contempla o aspecto “primordial” de concepção como também é por meio dele que se obtém junto aos órgãos municipais a licença de construção da obra. Nesse projeto tem-se a planta baixa do imóvel a ser construído que é o desenho que fornece o maior número de informações sobre a edificação a ser construída e os cortes A-B, cortes transversal e longitudinal da edificação. Nos projetos encontrados no arquivo da prefeitura de Campina Grande que se referem às instalações hidráulicas e sanitárias têm-se os cortes A-B. Nelas é possível observar a presença de materiais como: sifão e sifão auto-ventilado, vasos sanitários, descargas, presença de azulejos nas paredes dos banheiros e no piso²⁷⁹.

Os sifões presentes tanto nas pias da cozinha como nas pias de banheiro ou mesmo nas banheiras permitiam o encanamento conduzir as águas servidas de um pavimento mais alto para um mais baixo, ou seja, de forma muito prática eles encaminhavam as águas utilizadas tanto da cozinha quanto do banheiro para a rede de esgoto. As relações de sensibilidade mudaram por que se deixou de ter um comportamento para introjeção de outro, ou seja, ao invés de se armazenar as águas na cozinha e no banheiro, elas passara a serem oferecidas via torneiras, descargas e ‘chuveiros’. No momento de se desfazer das águas servidas os equipamentos utilizados: pias com sifões e caixas de gorduras ligadas aos encanamentos que conduziram as águas servidas para o esgotamento sanitário da cidade.

À medida que os imóveis foram sendo equipados com essa parafernália de aparelhos outros comportamentos foram surgindo mediante os odores. Emergiu junto a essa parafernália técnica uma nova economia de tempo e de intimidade, já que, não se gastava mais tempo em buscar água ou pagar para ser pega. Constituiu-se uma nova dinâmica que surgiu na cozinha e nos banheiros advindas de uma crescente industrialização e crescimento técnico.

Segundo Reis Filho, dos anos de 1940 a 1960, o Brasil passará por uma intensa atividade de industrialização e conseqüentemente de urbanização. Desta forma, a arquitetura moderna procurará se alinhar com os recursos oferecidos pelo sistema industrial que despontava. Segundo o autor²⁸⁰, ocorrerá um vertiginoso avanço técnico e econômico, acompanhado de profundas mudanças sociais. Os problemas de implantação da arquitetura

²⁷⁸RODRIGUES, Edmundo. Técnicas de Construções. In: <http://www.ufrj.br/institutos/it/dau/profs/edmundo/Cap%EDtulo1b-Planejamento.pdf> . p. 9- 17.

²⁷⁹ APPMCG – Viação e Obras – Licenças de construção e reformas para as ruas e nome. Ano: 1939. Caixas nº 16 e 17. Planta-baixa em nome de Zacarias Marcelino, imóvel situado a Rua Bento Viana nº 57.

²⁸⁰ O marco dessas mudanças seria o projeto do edifício – sede do Ministério da Educação, situado no Rio de Janeiro.

urbana seriam enfrentados pelos arquitetos com elevado grau de consciência e responsabilidade. Destaca-se, desse período, a incorporação de aspectos nacionais, ou seja, “empregavam-se agora plantas nacionais, reconstituíam-se aspectos da própria natureza do País.”²⁸¹

De forma mais técnica e pontual, não se trata apenas do uso do concreto nas construções, mas da substituição dos materiais importados por materiais fabricados pela indústria brasileira e todas essas mudanças se refletiram na arquitetura e nos materiais utilizados na indústria de construção civil:

Janelas, portas, luminárias, ferragens, louças sanitárias ou elementos de decoração como cortinas e móveis, tapetes e objetos de adorno, seriam aos poucos influenciados por uma renovação geral do gosto, cujas origens podem ser encontradas no movimento de arquitetura contemporânea e cujos efeitos alcançariam até mesmo os objetos de utilidade doméstica mais eminentemente influenciados pelas tradições, como talheres, louças e, de certo modo, o vestuário.²⁸²

Ainda segundo Reis Filho, as alterações espaciais daquele momento refletiam tanto a democratização da vida quanto a organização do espaço que se modificavam e tratavam de valorizar a vida familiar “como uma unidade”. Nesse sentido, o autor mostrou que salas, dormitórios, banheiros, vestiários, passagens ou escadas sofreriam o que nomeia como um reexame que “os livraria do desprestígio anterior”, ou seja, esses espaços ganhariam atenção na construção do espaço destinado ao vivido. Ainda mostra que as tarefas domésticas realizadas manualmente seriam superadas pela crescente industrialização do país com o fornecimento de “equipamento mecânico de uso domiciliar e iria encontrar nas proporções de nossa arquitetura contemporânea, as fórmulas mais adequadas à reorganização da vida nas residências, com menores recursos de mão de obra.”²⁸³

As principais concepções arquiteturais do período consistiam em substituir as imensidades de divisórias nas casas por algo mais enxuto ou por uma unidade básica, algo que substituísse o antigo excesso de paredes e que abolisse a grande quantidade de portas, “chaves, trincos e fechaduras”. Essas renovações trouxeram à cozinha e o banheiro como alvo de nossas análises, dois cômodos que possuíam relação direta com a resignificação dos comportamentos sociais e culturais em torno da emergência de novas sensibilidades no tocante às novas práticas higiênicas e de bem estar.

²⁸¹ REIS FILHO, Nestor Goullart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 90.

²⁸² *Idem, ibidem*. p. 91.

²⁸³ *Idem*. p. 92.

Abaixo, temos o modelo de instalação sanitária a ser seguido quando da elaboração da planta hidráulica do banheiro para distribuição e saída das águas. A comissão de saneamento vetava os projetos que não se adequassem ao modelo referente. Aqui, há uma questão meramente técnica, mas que fazia uma grande diferença para quem a possuísse. Na imagem, estão presentes os apetrechos que fizeram diferença na emergência dessas novas sensibilidades, acives e declives no encanamento.

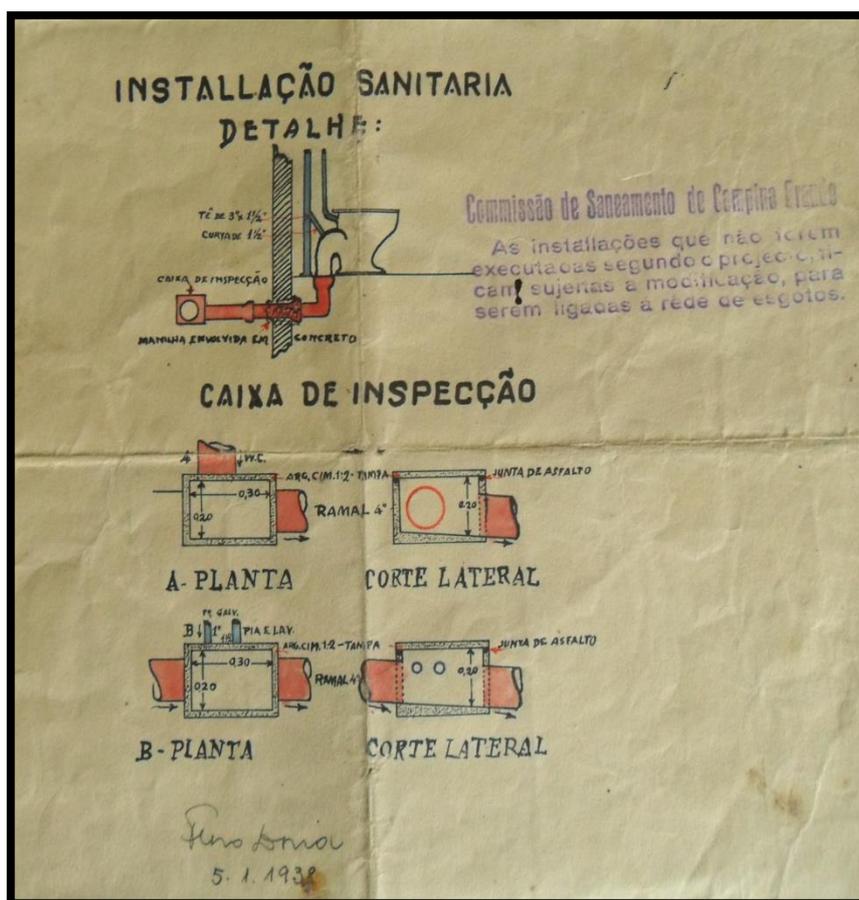


Imagem nº 25: Projeto de instalação hidráulica, 05/01/1938; Acervo: APPMCG, ano 1938.

Abaixo uma planta-baixa que trazia a proposta de construção do imóvel com todos seus cômodos e a proposta de instalação sanitária da cozinha e banheiro. O imóvel contava com um alpendre que antecedia a entrada a área principal da casa composta por sala para dois ambientes (visitas e jantar), na lateral esquerda pode ser observado três quartos e no fim da proposta de construção fica localizada a cozinha e banheiro. Estes dois ambientes estão ligados à rede de abastecimento e esgotamento sanitário pela encanação do lado direito da casa. O projeto estava em consonância com o referente acima apresentado pela comissão de saneamento.

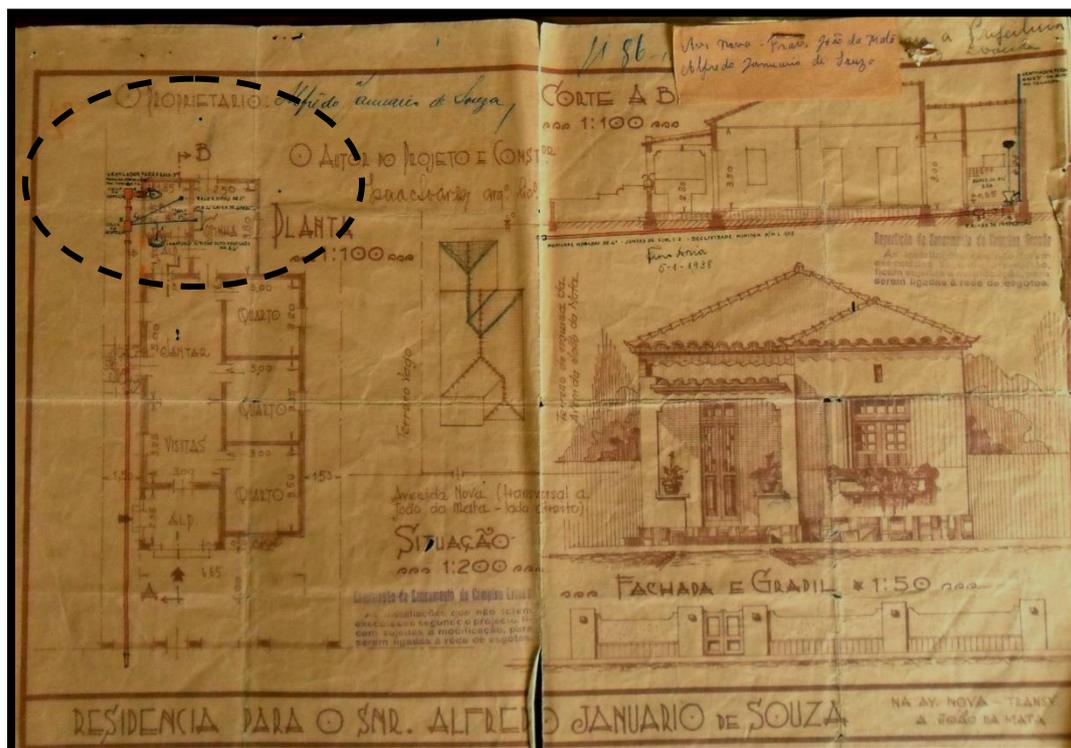


Imagem nº 26: Planta – baixa da casa do sr. Alfredo Januario de Souza a Rua Avenida Nova. Ano 1938. Acervo: APPMCG.

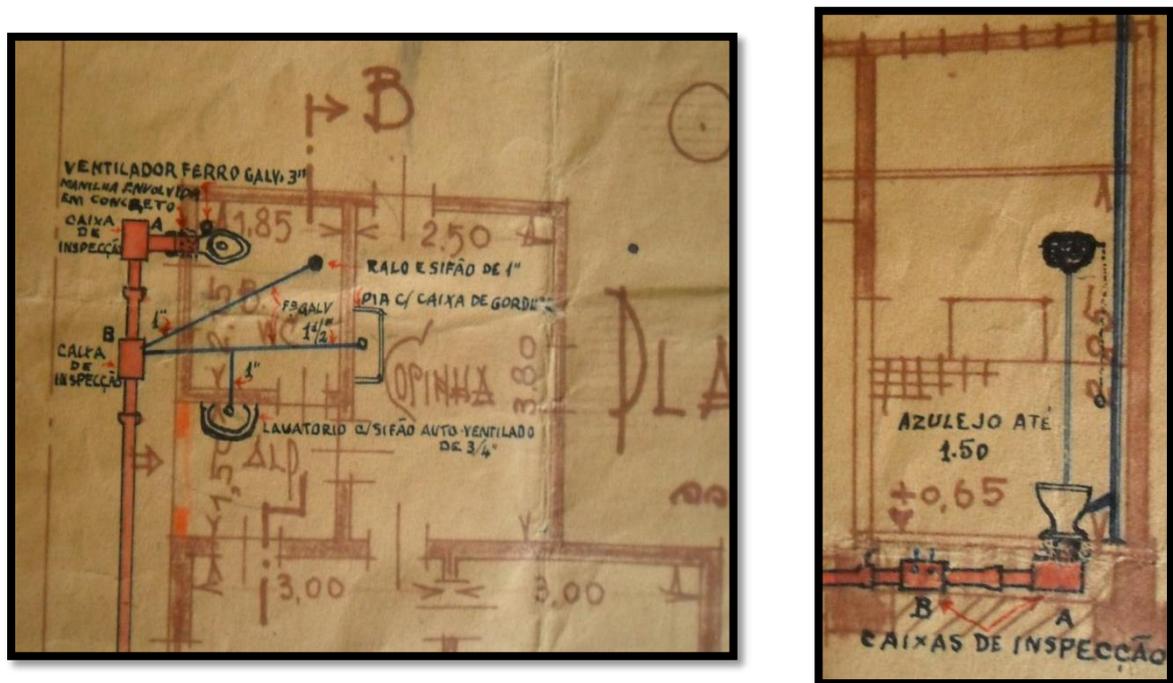


Imagem nº 27: Planta de instalação Hidráulica. Em destaque: a ampliação da planta anterior (Imagem nº 26). Acervo: APPMCG, ano de 1938

Acima, ampliando a foto, dá-se ênfase ao banheiro e à cozinha e uma amplificação do banheiro e à presença de vaso sanitário e de descarga das águas servidas.

Ampliando a imagem pode-se observar que a cozinha e banheiro se encontravam de acordo com o projeto proposto pela comissão de saneamento, (com as caixas de inspeção) a presença de lavatório e ralo com sifão e pia com caixa de gordura impedindo que os odores das águas utilizadas permanecessem no ambiente, ainda o banheiro com ladrilhos nas paredes e piso e descarga. A presença dos azulejos na parede do banheiro altera sem igual à economia da sensibilidade dos novos hábitos e comportamentos, pois interfere no tato, na forma de sentir superfícies mais delicadas, na forma de limpeza pela não acumulação de tantos detritos.

Porém, na análise deve-se ter como mote que, os novos comportamentos sociais e culturais associados à exacerbação de uma nova ou acentuada sensibilidade não resultou apenas do progresso das técnicas, como afirma Alain Corbin, em sua obra *Saberes e Odores*, “ela (as novas sensibilidades) não nasceu do spray e do desodorante para o corpo (...)” foi muito mais do que apenas as inovações técnicas, mas tramas que se escondem por trás de uma mutação de esquemas e de sistemas simbólicos. Em grande medida, Corbin realizou uma espécie de arqueologia para compreender como os sentidos olfativos, os cheiros, os odores, foram apurados e resignificados ao longo de uma temporalidade específica, a saber: os séculos XVIII e XIX.²⁸⁴

Além de Corbin, temos também na historiografia francesa Georges Vigarello, em *O limpo e o sujo: a Higiene do Corpo desde a Idade Média*, em que refletiu sobre como os hábitos de higiene refletem o processo de civilização que molda os processos corporais. Esta é a história do polimento da conduta e do crescimento do espaço privado como do autoconstrangimento: tarefas de si para si, cada vez mais delimitada entre o íntimo e o social. É a história da higiene corporal e também de uma história do social.

Portanto, a partir de um diálogo com os estudiosos Alain Corbin e Georges Vigarello, pudemos perceber que realizamos um exercício de leitura de uma história do social e cultural das sensibilidades. Nessa antropologia das sensibilidades ou do sensível, buscamos contar a história dos elementos técnicos como fatores importantes na mudança dos comportamentos. Então, se a partir da inauguração do sistema de abastecimento de água na cidade em 1937 e da implantação de um sistema hidráulico de encanamento nas residências a relação dos indivíduos com a água, com os odores muda completamente. A água não passa mais ser

²⁸⁴CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**: o olfato e o imaginário social nos Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo**: a higiene do corpo desde a Idade Média. Lisboa: Fragmentos, 1988.

jorrada dos burricos em grandes quantidades, passou a chegar às residências em menores quantidades através de uma capilaridade de encanamentos espalhados pela casa. Assim:

A cidade moderna constrói-se sobre estas infra-estruturas camufladas. As atenções recaem sobre os cálculos dos níveis, da velocidade nas canalizações, ou da flexibilidade das ramificações: importância do diâmetro dos canos, da sua inclinação, dos múltiplos cruzamentos. Nada mais, afinal, do que uma técnica da engenharia. (...) Com eles, a cidade se submete a uma racionalização de fluxos físicos, canalizados, enterrados, ordenados. O *habitat* só parece tornar-se possível depois de implantado numa maquinaria hidráulica dissimulada.²⁸⁵

Georges Vigarello se referiu aos circuitos das águas na cidade. A água atravessava as tubulações e chegava às residências das pessoas por meios dos encanamentos instalados em seus imóveis. A relação que na cidade passou a existir com a integração dos fluxos subterrâneos foi outra, referiu-se ainda a elaboração de um imaginário inédito na cidade: “estabelecer a ligação, por capilaridade, entre os pontos mais afastados por meio de condutas invisíveis”.²⁸⁶ Ainda segundo o autor:

trata-se de modificar os nossos hábitos, de alterar a maneira mesquinha de utilizarmos a água, dando largo uso a esse elemento da vida e da salubridade doméstica, fomentando práticas de ablução tão úteis à saúde e que acabarão por se introduzir entre nós como as que já existem há muito entre nossos vizinhos de além-mar.²⁸⁷

Claro que o autor refere-se à experiência específica da França no período de Haussmann (1853-1870), mas é obvio que a implantação da encanação que levaria água as casas em qualquer cidade incidiria diretamente no imaginário bem como nos comportamentos das pessoas.

Incidiria na reflexão e historicização do universo doméstico, na descristalização da imagem que se possui da casa, nas palavras de Beguin “des-enrijecer a casa, fluidificar, desconstruí-la”. Não se admite pensar no universo doméstico como uma coisa, mas como um processo, o processo de “domesticação”? Domesticação desses fluidos que são o ar, a água, o

²⁸⁵VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo**: a higiene do corpo desde a Idade Média. Lisboa: Fragmentos, 1988. p. 144.

²⁸⁶ *Idem. ibidem.*

²⁸⁷ *Idem. ibidem.*

calor, a luz; domesticação das práticas, através da domesticação destes fluidos e através de novas formas e de novos aparelhos. ”²⁸⁸

Ainda segundo Beguin, seria possível considerar o universo doméstico através dos inúmeros operadores de domesticação que para ele se constituem da arquitetura, da arte da jardinagem, o sistema de distribuição de água a domicílio e esgotamento sanitário, o banheiro, o aquecedor, as técnicas de ventilação e iluminação. Para o mesmo autor o universo doméstico une, comunicando-os e domesticando-os o que ele nomeia de mega-aparelhos urbanos: água, esgoto, gás, eletricidade, as formas arquitetônicas ou para- arquitetônicas e a longa série de maneiras de utilizar a moradia.

Ao se analisar os aparelhos urbanos de domesticação, como se refere François Beguin, necessariamente passavam pela questão da água e sua presença na cidade. Para este autor, com a sua problematização tem-se um novo capítulo da história da casa que se caracteriza pela relação acentuada com os aparelhos que pudessem controlar seu ambiente, dentre eles a água.

Dessa forma, a mitologia da estética modernizante contribuiu para que a economia privada e das sensibilidades fossem modificadas.

²⁸⁸ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, Ano 11, nº 34, 1991. p. 52.

CAPÍTULO 4

A MITOLOGIAS DO CONSUMO ATRAVÉS DA (PUBLI)CIDADE

Os objetos são produto e vetor de relações sociais e trazem presentes na sua própria materialidade traços mais ou menos explícitos que permitem que compreendamos aspectos sociais, culturais e econômicos da sociedade.¹

4.1. Diálogos cruzados: histórias da cultura material

Nesta nova etapa de nosso trabalho, iremos abordar como a publicidade, em Campina Grande, em consonância com a ampliação das práticas de consumo, foi sendo inserida também como uma das mitologias do “progresso”. Assim, munidos da publicidade, buscamos construir uma história através da leitura das propagandas anunciadas em alguns jornais e revistas que circularam na cidade. A presença de tais signos, anunciados nas propagandas, se constitui como indicadores do “progresso”. Como estamos tratando de uma história cultural as temáticas que circulam em seu entorno são as mais diversas. Temas como alimentação, vestuário, saúde, sentires, família, sexualidade, crenças, práticas de leituras, são algumas possibilidades de pesquisas envolvidas nos debates e análises que delineiam o trabalho do historiador cultural.²

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento identificou a história cultural como uma “*twilight zone*” ou “zona crepuscular”, como um espaço de tensão e uma entidade articuladora de territórios de percepção distintos, que estava disposta a (re)pensar o sistema de representações que os homens construíram em todas as épocas, para explicar o mundo e atribuir-lhe significados – quer dizer, uma maneira de fazer história que percorre os caminhos da construção imaginária da realidade”.³

¹ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **As dimensões materiais da vida humana**. Palestra proferida: Museu da Casa Brasileira. São Paulo, 2005.

² História do beijo, história das lágrimas, história da beleza, história da violação, história das nádegas e outras. Evidentemente, a cultura é um apanágio da antropologia campo de pesquisa privilegiado que busca compreender os significados que o próprio homem construiu para habitar o mundo.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espacios, palabras, sensibilidades. In: **Nuevo Mundo Mundo Nuevos (En Línea)**, Colóquios, 2008. <http://nuevomundo.revues.org/index15092.html>, acesso em: 20 de junho de 2010.

O que viria a ser uma construção imaginária da realidade? Segundo Pesavento, o imaginário pode ser entendido como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, foram dando sentido ao mundo. Sendo assim, deve ser entendida como uma construção social e histórica que ao longo do tempo e em diferentes espaços pode ser resignificada. Seus sentidos são bastante amplos, pois podem ser expressos por palavras, discursos, sons, imagens, coisas, materialidades, práticas, ritos, performances. Segundo Pesavento, o imaginário comporta “crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquias, divide, aporta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão e o conflito”⁴.

Como bem expôs Cornelius Castoriadis, o imaginário é uma capacidade humana criadora e capaz de representar o mundo, conferindo-lhe um sentido ontológico. Já em outra direção, Jacques Le Goff concebeu o imaginário como uma forma de realidade, como um regime de representação. Portanto, tudo aquilo que o homem considera como sendo a “realidade” pode ser entendido como o próprio imaginário. Assim, dentro da história cultural, o imaginário passou a vigorar como um conceito central que permite uma análise da realidade, “a traduzir a experiência do vivido e do não vivido (...)”⁵.

Com este conceito, poderemos realizar uma leitura provisória de mundo levando-se em conta que no ambiente citadino se constrói toda uma significação em torno do ideário do “progresso”. E para aquilo que nos interessa, nesta parte do trabalho, para compreendermos os investimentos históricos em torno de uma simbologia e de uma antropologia do sensível, convocamos o poder da publicidade na cidade por meio das propagandas veiculadas nos jornais e dos usos e consumos da cultura material que seriam ecos da ideia de “progresso” em Campina Grande.

O historiador Lynn Hunt, em diálogo com *A Nova História Cultural*, mostrou que nas décadas de 1960 e 1970 os historiadores deixaram de lado as tradicionais narrativas dos grandes personagens políticos e institucionais e direcionaram seus trabalhos para as análises do espaço social e da vida cotidiana de “operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres”.⁶ Dentre essas abordagens, a cultura material num enfoque cultural passou a ser também mote de análise para alguns desses historiadores.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 43.

⁵ *Idem, ibidem*. p. 47.

⁶ HUNT, Lynn. Introdução. In: _____. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 2.

No capítulo subsequente, a cultura material aparece como intermediária para pensar as sensibilidades e o imaginário citadinos que vão sendo constituídos pelo exercício simbólico, e prático, de consumo dos bens materiais e que surgiram com a presença forte do ideário do “progresso” publicizados nos jornais. O acesso a esta cultura material, através da publicidade e das propagandas veiculadas em alguns jornais e anuários de Campina Grande, nas décadas de 1930 a 1940, permitiram a problematização e análise de uma economia das sensibilidades.

Ao descrever esta “paisagem de pesquisa”, a cultura material e a categoria do consumo, se constitui como mediadora entre o mundo das coisas e o próprio homem. Como afirma Daniel Roche, em seu livro *História das Coisas Banais*, o consumo não esgota a história dos objetos; ao contrário, ele autoriza pensarmos como os homens construíram relações com as coisas e os objetos.⁷ Portanto, ao analisarmos as propagandas se buscou entender qual caminho tomado para se construir as novas sensibilidades do mundo urbano ligadas ao ideário de “progresso”.

Para este exercício, pensamos em como realizar uma leitura cultural dos objetos que estiveram presentes nas vidas das pessoas por meio das propagandas veiculadas por meio da publicidade que anunciava uma gama de coisas que propunham transformar o cotidiano das pessoas. Pensar as sociedades destituídas de seus objetos, das coisas que estão presentes no dia a dia é empobrecer o trabalho da pesquisa histórica. Nota-se que muitos dos objetos estão investidos de sentidos e possibilidades de leituras de mundo. O ato de consumi-los, possuí-los, significava trazer para si um modo de ser e estar no mundo, de senti-lo. E aqui reside uma de nossas hipóteses: perceber o lado simbólico dos bens de consumo na constituição de um ideário de “progresso” é perceber que essa noção perpassa o material, mas também o imaterial.

A publicidade construiu, através de seu poder persuasivo, através das propagandas, uma sensação de poder ao alardear a posse de determinados bens materiais. E ao se trabalhar com questões em torno da ideia de “progresso”, percebe-se que as propagandas são constituídas para direcionar o consumo dos bens e a emergência de novas sensibilidades.

Destaque-se, também, como, no percurso da problemática do capítulo, a antropologia como um campo de saber estratégico para se pensar como a cultura material/imaterial vai sendo constituída como um espaço de reflexão e institucionalizadora de sentidos e

⁷ ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais*: nascimento do consumo (séc. XVII-XIX). Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 17–21.

sensibilidades no âmbito urbano. O olhar antropológico trouxe um envolvimento maior do pesquisador com o mundo social, uma espécie de compreensão mais apurada dos fenômenos humanos bem como a inserção de objetos do campo da antropologia na área histórica⁸. Já a institucionalização se daria na direção de congregar pesquisadores e pesquisas em torno da temática que envolve a cultura material, isso forneceria uma legitimidade maior aos trabalhos desenvolvidos em torno dessa temática.⁹ Assim:

O interesse dos trabalhos recentes sobre a história da alimentação lançada pelos Annales, sobretudo aqueles que se vinculam a uma pesquisa sobre a vida material, está em ter utilizado apenas fontes cujo contorno social estava claramente marcado: a introdução do café, do tabaco e das bebidas alcoólicas destiladas não tem quase nenhum significado para o historiador caso ele não disponha dos meios para determinar o impacto ou o périplo social desses novos produtos¹⁰.

Esta passagem inspira-nos a pensar na importância dos suportes materiais no exercício de uma pesquisa. Portanto, não há sentido em se pesquisar, por exemplo, sobre a alimentação se não se levar em conta todo um arcabouço que cerca o objeto e que o torna passível de historicidade (cozinhas, panelas, fogões, panelas, facas, pratos, talheres, pratos, cumbucas). O surgimento de práticas sociais como o hábito de tomar café, fumar, beber e cozinhar funciona como canteiros de onde se abordar uma sociedade, em suas diferentes práticas culturais:, pois:

(...) a vida material é portadora de significados. (...) que, por exemplo, tipos de comida e bebida eram qualificados segundo o status social daqueles que as consumiam, ou associadas às categorias religiosas do sagrado e do profano, e assim por diante. A influência arbitrária das convenções sobre estilos de vestidos e móveis chega a arrancar dele o comentário de que, aqui, as investigações do historiador o conduzem "não apenas ao reino das 'coisas' materiais, mas a um mundo de 'coisas e palavras' – (...)"¹¹.

O ser moderno ou sentir-se conectado à modernidade, nos anos de 1930 e 1940, pode ser vislumbrado através de uma intensa publicidade veiculada não apenas nos jornais, mas

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 44.

⁹ REDE, Marcelo. Estudos de Cultura Material: uma vertente francesa. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8/9, Ano 2000-2001. p. 282.

¹⁰ BURGUIÈRI, André. Antropologia Histórica. In: DA SILVA, Rogério Forastieri; NOVAIS, Fernando A. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: COSACNAIFY, 2011. p. 309.

¹¹ CLARK, Stuart. Os Historiadores dos Annales. In: DA SILVA, Rogério Forastieri; NOVAIS, Fernando A. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: COSACNAIFY, 2011. p. 196.

também, pelo consumo de revistas vindas do Sul do país, precisamente de centros como a Capital Federal, Rio de Janeiro, e a cidade de São Paulo a exemplo do jornal *Brasil Novo* que alertava os leitores se encontrarem na conceituada Livraria Campinense novos números da *Revista Vida Doméstica* com informações sobre a “Revolução de Outubro”, clichês e passagens históricas da revolução de outubro.¹²

Nos jornais se encontrava uma apologia ao consumo, por meio de intensas propagandas vindas dos mais variados lugares. No *Almanaque de Campina Grande* (1934) havia uma sessão destinada a informar que outros jornais brasileiros e estrangeiros circulavam na cidade, entre os quais:

O Tuberculose, Almanaque da Paraíba (1933), Almanque de Nossa Senhora Aparecida, Déca (Rio de Janeiro, 1933), O Charadista (Lisboa), Jornal de Charadas (Rio de Janeiro), Coliseu (Fortaleza), Apolo (Teófilo Otoni), Kodak (Espírito Santo), Revista Souza Cruz (Rio), O Escudo (Recife), Almanaque do mensageiro da Fé (1934), O Labor (Jardim do Seridó), Alvorada (Santa Cruz do Acarau).¹³

O consumo das informações de outros espaços era uma maneira de se manter em dia com notícias de outros lugares e pode ser entendido como uma forma de sociabilidade. O consumo de notícias de outros espaços possibilitava contato com outras publicidades e mercadorias e contribuía para a constituição de uma consciência de consumo.

Neste sentido, a mercadoria adquire o lugar do simbólico através da publicidade. E esta passou a ser um espaço de promessa, de desejo a ser realizado por uma expectativa de felicidade. Dito isso, relacionamos publicidade, plano do simbólico e imaginário. Na narrativa histórica tecemos um discurso sobre a realidade estabelecendo um regime de “verdade”.

Portanto, tecemos um discurso do imaginário e próximo sobre aquilo que teria ocorrido em algum momento mediado por traços deixados pelo passado. Assim, tomamos de empréstimo “a operação historiográfica”, de Michel de Certeau¹⁴, para dessa narrativa, estabelecermos um recorte na temporalidade que não é nem o tempo passado, pois a este só temos acesso através dos “fragmentos de memória” que nos chegam mediados por uma intensa atividade de pesquisa, nem o tempo do presente, pois este se faz na imediatez. É que o

¹² Sem autor. *Vida Doméstica*. **Brasil Novo**, Campina Grande, 1 de março de 1931, p. 01.

¹³ VILAR, Euclides (dir.). **Almanaque de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Villar/Lebarre, 1934. p. 38-40.

¹⁴ CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

trabalho dá-se mediante um terceiro tempo, ou seja, o tempo histórico que é uma invenção, uma ficção do historiador que por meio de um exercício intrigante, refigura imaginariamente o passado, uma narrativa ficcional da história. Segundo Natalie Zamon Davis, a ficção é aquilo que é trabalhado, construído ou criado a partir do que existe ou existiu.

O exercício é aproximar-se de um universo que traduza quais as sensibilidades e as sensações que através de um inquirimento do material publicitário, jornalístico nos possibilitasse entender o cotidiano as promessas de felicidade que, estavam plantadas nos itens de consumo significando no imaginário a ideia de progresso, modernidade e de civilidade. Posto essa ideia, desembocou-se na tarefa de analisar o consumo na cidade a partir da indagação das inúmeras publicidades veiculadas pelos jornais como meio de comunicação mais difundido naquele momento. Como mensurar uma suposta emergência do consumo? Poderíamos afirmar a existência de um mercado consumidor na cidade de Campina Grande nos anos 1930, 1940? Poderíamos trabalhar com cultura de massa? Que relação essa temática teria com a prosperidade econômica naquele momento advindo do intenso comércio algodoeiro? É possível uma inter-relação entre consumo e cotidiano? Sendo uma categoria de ordem cultural, então buscaremos perscrutar quais investimentos foram feitos na intenção de criar “efeitos de real”¹⁵. Nos textos publicitários estes efeitos são as promessas de felicidade, do consumo de determinadas mercadorias e a inserção dos indivíduos num novo tempo.

Esse novo tempo ao qual se refere o trabalho remete-nos a um período específico os anos de 1930, 1940. Dentre os inúmeros anúncios, destacamos alguns: os anúncios de carros das marcas mais afamadas como a *Chevrolet*, a indicações de hotéis, pneus, lugares para se tirar fotografias, firmas de comércio algodoeiro, livraria (*Campinense*), farmácias, clínicas dentárias, clínicas médicas com serviços de parto, medicina para mulheres, remédios prometendo curas, alfaiataria, lojas de modas, cervejas, cigarros, lojas de miudezas e calçados, manteigas, sabão, vitrolas, seguros de vida, padarias, oficinas, anúncios de gasolinas (*Texaco*), anúncios de remédios dos mais variados (isso indica um amplo desenvolvimento da indústria farmacêutica).

Mais uma vez, convocamos o historiador Daniel Roche que deixa entrever que tratar das coisas materiais não significa lidar com o que ele nomeia de materialismo vulgar, no sentido de menos importante, mas de tentar perceber melhor as relações que as sociedades construíram com as coisas/objetos, nas suas palavras a “nossa mediação com os objetos e com

¹⁵ DAVIS, Natalie Zamon. *The Return of Martin Guerre (On the Lame)*. In: **The American Historical Review**. Indiana, v. 93, nº 3, p. 572-603. Jun, 1988. <http://www.indiana.edu/~ahrweb/> Acesso em: 05/03/2009.

o mundo”. E sugere pensar que a cultura ocidental desmerece o objeto e o seu papel na sociedade “ela esquece seu lugar e sua função, ou então só quer ver neles a expressão e a causa de nossa alienação definitiva”.¹⁶

Sua pesquisa se ambienta entre os séculos XVII e XIX, momento em que não há o privilégio de mercadorias, o que o mesmo nomeia como raridade de objetos, mas existiu a emergência de um exercício de consumo permitido pela emergência da sociedade capitalista. Para tal, Roche também vai pensar sobre a cultura material.¹⁷ Afirma que:

para compreender a relação entre a produção dos objetos e seu consumo, é preciso questionar a clássica oposição entre as infraestruturas e as superestruturas entre as realidades e as representações, entre os fatos oriundos de explicações simbólicas ou intelectuais e aqueles que mobilizam as significações materiais e econômicas.¹⁸

Além disso, entende-se que a prática do consumo é ampla. Não se consome apenas bens materiais, se consome ideias, desejos, modelos, comportamentos, insinuações, dores, felicidade, etc.

O consumo pode ser entendido como um sistema de significação que supre a necessidade simbólica. Desta feita, a categoria do consumo pode ser entendida como um código que traduz muitas das nossas relações sociais e funciona como um classificador de coisas e pessoas, produtos, serviços, indivíduos e grupos. Portanto, os bens, ou mercadorias, ou objetos funcionam também como marcadores que “evidenciam e estabilizam categorias culturais”, ou seja, a função social do consumo é fazer sentido construindo um universo inteligível.¹⁹

Trabalhar com o consumo se faz necessário também vislumbrar outro ponto: a cultura de massa e a publicidade. A cultura de massa pode ser entendida grosso modo como toda cultura produzida para as massas e veiculados pelos meios de comunicação em massa. E a publicidade é uma atividade que se dedica a difusão pública de ideias associadas a empresas ou serviços, especificamente a propaganda comercial.

¹⁶ ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais**. Nascimento do consumo (sec. XVII-XIX). Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 13.

¹⁷ Para um uso mais preciso do que corresponde à cultura material, Roche vai recorrer à proposta de Jean Marie Pesez que em 1978 em texto publicado na coletânea **Nouvelle Histoire**.

¹⁸ ROCHE, Daniel. *op. cit.*

¹⁹ *Idem, ibidem*. p. 16.

A história da publicidade remonta à Antiguidade, mas foi depois da Revolução Francesa (1789) que iniciou sua trajetória rumo ao espaço de relevância na atualidade. Em geral, a publicidade trabalha com o gênero textual visando promover produtos e/ou ideias. Além disso, os anúncios publicitários se utilizam de linguagens para conferirem sentidos aos objetos, produtos. Portanto, é no âmbito do urbano que se busca essa compreensão.

4.2 Novas mercadorias na cidade

Segundo Louis Argan, em *Mitologia da Modernidade*, as mercadorias adquirem um caráter fetichista, compondo uma arquipaisagem do consumo que desembocavam em lugares de sonhos, que por sua vez tornavam-se os sonhos da coletividade. Willi Bolle, apropriando-se dessa noção analisa que na modernidade, há o estabelecimento de um mercado de imagens que interagem com o imaginário coletivo. Esse imaginário coletivo foi a tônica que moveu o desejo de consumo dos itens inundando as propagandas nos jornais, revistas, almanaques, anuários, etc.

Neste quarto e último capítulo, a problemática que tangencia o nosso trabalho é entender como foi sendo constituída uma mística do “progresso” através das propagandas, dos anúncios de diversas mercadorias veiculadas em jornais, revistas, anuários sendo mais um espaço reforçador da ideia de uma grandeza campinense. Para esse exercício buscou-se apoio em leituras que inserisse o debate no mundo da publicidade e propaganda.

Na área das propagandas, os anúncios publicitários podem ser compreendidos como um gênero textual que possuem a função de promover uma ideia. Enquanto um texto, os anúncios podem se utilizar de vários recursos linguísticos para construir no imaginário de seu consumidor a noção desejada. Assim, quando se trabalha com análise de textos propagandísticos é comum o uso de figuras de linguagem como metáforas, prosopopeias, onomatopeias, ambiguidades, ironias, estrangeirismos, gírias, linguagens técnicas, variação gráfica das letras nos anúncios, textos informativos e imagens. Os pontos citados servem para ajudar a reconhecer como o universo propagandístico é constituído possuindo uma intencionalidade. No caso aqui tratado, procura-se reconhecer como o imaginário sobre o progresso na cidade é organizado simbolicamente ao longo do tempo constituindo-se no que se nomeia de uma “consciência do progresso”.

Olga Brites afirma que “os anúncios na imprensa brasileira dos anos 1930 a 1950 desdobravam-se em diferentes gêneros – os classificados, os tipográficos, próximos de editoriais, os ilustrados com diferentes tipos de gravuras e fotografias”.²⁰ Para as grandes cidades, do porte de Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, a divulgação publicitária²¹ ultrapassava as folhas dos jornais e anuários. Elas se davam em grandes meios de comunicação ou de transportes, a exemplo das grandes revistas, rádios e a *posteriori* a televisão. Em Campina Grande, buscou-se esse espaço nos jornais, revistas e anuários que circulavam na cidade. As propagandas nesses jornais compunham o que chamamos de uma “ordem do progresso”, pois:

As imagens visuais não eram tratadas nas propagandas como meras substituições da palavra escrita, uma vez que representavam uma cultura do olhar, que educava no sentido do consumo, da admiração da riqueza, da modernidade como espetáculo.²²

As imagens são muito esclarecedoras, direcionavam o público leitor, ajudavam a internalizar uma determinada noção/ imagem do que se desejava vender, apelavam para a cultura do olhar. A propaganda buscava educar os sentidos e desses o mais cobiçado era a visão. Dessa forma, grande parte das propagandas que se utilizavam de ilustrações buscava uma relação de proximidade com seu leitor/consumidor através do olhar, a grande janela dos desejos por onde as mercadorias do consumo alcançavam a psique humana. Portanto, muitas dessas propagandas apelavam diretamente para a ideia de conforto da alma.

Outro ponto importante na avaliação da produção do material publicitário era que o noticiário, as propagandas desses jornais sofriam grande influência do capital publicitário na medida em que “este tinha grande importância na manutenção financeira das publicações”. Nesse espaço a construção do hábito do consumo abrangia um duplo: “tanto os produtos

²⁰ BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda. (Usos e abusos nos anos 30 a 50). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000. p. 249.

²¹ Segundo Ricardo Ramos, nos inícios da propaganda no Brasil, no século XIX, não havia a preocupação com o texto, com o título, que em muitos anúncios nem existia, fazia-se apenas a menção ao produto. “Após o nome da mercadoria e o nome do anunciante, e às vezes o da casa, os títulos mais frequentes são: atenção, muita atenção, aviso.” De início, a ilustração do anúncio era feita pelo próprio caricaturista da publicação mais a frente emergiu os anúncios acompanhados de desenhos alusivos. Antes de 1913, no Brasil, não havia uma organização especializada em produzir anúncios para os jornais, que eram considerados pobres em termos publicitários. O autor aponta que com a proximidade ou mesmo a primeira guerra os anúncios são os mesmos, na sua maioria sobre remédios. Alguns por exemplo como a marca Bayer, conseguiu construir um mercado promissor para sua inserção. Cf: RAMOS, Ricardo. **Do Reclame à comunicação**: pequena história da propaganda no Brasil. 3. ed. São Paulo: Atual, 1985. p. 9-29.

²² *Idem, ibidem*.

indicados como a próprio periódico como uma mercadoria, fortalecendo um contexto geral de consumo”.²³ Olga Brites ainda enfatizou que a publicidade ao longo do tempo passou a influir mais e mais na vida privada, nas decisões de consumo, pois um dos grandes artifícios utilizados por ela era a atribuição às mercadorias anunciadas de qualidades afetivas “que lhes davam vida”, características que encontravam ressonância na estância do social. Assim:

Diante da impessoalidade própria à sociedade urbana e industrial, em que a população tinha (e tem) pouco convívio direto, a publicidade funcionava (e funciona) como patamar de identificação e diferenciação. O consumo de determinados produtos, nesse contexto, passou a significar índice de prestígio, diferenciando, também sugerindo a universalização de sua possibilidade.²⁴

Brites enfocou ainda que a propaganda manteve um espaço próprio no que se referiu à construção de um universo de consumo, questões como: saúde, alimentação, vestuário, beleza, bens de serviço, modernidade, louvor ao mundo comercial e industrial sob o signo do consumo eram reverberados como solução universal para todos os males.

Um documento importante sobre o assunto em pauta é *O Anuário de Campina Grande*, para o ano de 1925, era aguardado por todos, pois funcionava como um indicador local, estadual e interestadual do comércio e das propagandas que circulavam nos jornais e revistas locais e nacionais. Dessa forma, a cidade inserida no sonho da modernidade, como uma cidade vocacionada para o comércio trazia para o espaço imagético a poética da mercadoria, dos itens de consumo, as imagens da sedução e do desejo. É importante perceber que na modernidade, se estabeleceu um mercado de imagens interagindo com o imaginário coletivo.²⁵

Nessas instâncias se deu os maiores investimentos para conquistar o consumidor e construir um mercado de consumo. Portanto, no *Anuário de Campina Grande*, para o ano de 1925, já ficava evidente o quanto essa cidade se voltava para os itens do comércio. Esse anuário era um índice de cadastramento das casas comerciais, instituições do governo municipal e estadual existentes na cidade. As propagandas citadas na publicação mostravam um emergente “mercado consumidor” sendo constituído lentamente já na década de vinte.

²³ BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda. (Usos e abusos nos anos 30 a 50). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000. p. 251.

²⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵ BOLLI, Wille. **A fisionomia da metrópole moderna**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 72

Um dos itens de maior sedução da modernidade foi o automóvel, pois o mesmo facilitava a locomoção. A sua inserção no cotidiano das cidades transformou a vida das pessoas e o espaço citadino, pois houve a necessidade de adaptação a este item tanto das pessoas quanto das cidades.

As propagandas anunciavam o automóvel como um item que possuía relação com a estética, com a ideia de conforto, pois quem pudesse possuir um carro resolveria o problema de transporte que, em 1925, em Campina Grande, era muito precário; aperfeiçoaria o tempo tornando o deslocamento mais rápido.

Segundo Epaminondas Câmara, o primeiro automóvel na cidade apareceu em 13 de abril de 1913, “veio da capital em trânsito para Soledade e Taperoá, conduzindo o dr. Seráfico da Nóbrega e os comerciantes Manuel Soares Londres e João Vergára. Era um *Studebaker* da garagem Londres, da capital”.²⁶ A marca do auto a ser comercializado era *Chevrolet* e o agente autorizado a vendê-lo era “M. Barros e Cia”. Juntamente com o anúncio, associado a este, estavam os acessórios como os pneus ou pneumático, os tipos de pneus e marcas, aspecto muito importante para construir na futura clientela a ideia da confiabilidade. Interessante notar a presença de peças importadas, provavelmente norte-americanas haja vista “*GOOD YEAR, DUNLOP e MICHELIN*”.²⁷ No anúncio, a chamada textual logo abaixo do anúncio da marca do carro se constitui de um texto que associa: carro, perfeição, estética, conforto e superioridade. No espaço propagandístico há uma indução e associação de ideias.

²⁶CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. (1ª edição 1947). Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. p. 85. Segundo William Tejo, em **Anuário de Campina Grande**, do ano 1913, com a chegada desse automóvel o povo da cidade se espantou, pois nunca tinha visto algo semelhante. Informa ainda que durante muito tempo duas marcas dominaram esse seguimento na cidade e região: a *Ford* e a *Chevrolet*. Em 1927, havia uma subagência dirigida por Ernani Lauritzen, filho do ex-prefeito Cristiano Lauritzen, e em 1928 o comerciante Otoni Barreto conseguiu ser agente nessa cidade e representante da marca supracitada. Quem detinha a agência da marca *Chevrolet* era o comerciante Severino Bezerra Cabral.

²⁷ MENDES, João (dir.). **Anuario de Campina Grande**. Recife: Off. Graph. Jornal do Commercio. 1925. p. 09.

ANUARIO DE CAMPINA GRANDE



CHEVROLET

O carro que pelo perfeito conjunto
que possui de esthetica, conforto e supe-
rioridade mechanica, está se tornando o
mais popular do Universo.

AGENTES AUTORIZADOS PARA O ESTADO DA PARAHYBA

M. Barros & Cia.

AUTOMOVEIS E ACCESSORIOS

Secção de trans- porte de malas, postaes, passagei- ros e cargas para o interior do Estado.	Importadores e vendedores de ac- cessorios em geral para Automoveis, Motocycletas, Bi- cycletas e seus pertences.
--	---

Autos e caminhões "CHEVROLET", pneumatics GOOD-
YEAR, DUNLOP e MICHELIN

Endereço Telegraphico: BARRÓS • Código: RIBEIRO

Rua Marquez do Herval, 40

Campina Grande - Parahyba do Norte

Imagem nº 28: Anúncio de automóveis da marca Chevrolet; Fonte: **Anuario de Campina Grande**, 1925.

Através da análise dessas propagandas abordamos o que Sandra Jatahy Pesavento nomeou como as marcas de historicidade do imaginário de um determinado momento histórico, pois a partir delas poderemos efetuar uma leitura do social e cultural indissociavelmente. Dessa forma, essas propagandas destiladas nos jornais e revistas que circulavam na cidade permitem que compreendamos como aquela sociedade estava se estruturando, qual entendimento que seus habitantes possuíam desse tempo que vivenciavam e qual a relação que se estabelecia em torno dos bens de consumo. É possível, através da análise das propagandas, constatar que se vivia a construção de uma consciência de um momento novo.

Nesse imaginário citadino Willi Bolle, leitor arguto de Walter Benjamin, afirma que os textos extrapolavam os limites da literatura, ou seja, a ideia da textualidade pode ser

encontrada em outros suportes que não apenas em livros. Para ele, “placas de trânsito, *outdoors*, sinais, letreiros, tabuletas, informações, anúncios, cartazes, folhetos, manchetes, luminosos – uma gigantesca constelação de escrita”²⁸ pode representar o imaginário que se desejou constituir para a cidade. Portanto, os jornais e revistas traziam no seu acervo circulante esse imaginário. Ainda para Benjamin segundo Bolle, o passante cidadão tem diante de si, na paisagem urbana, a escrita da cidade e tem diante da propaganda, o idioma da metrópole moderna.

Na publicidade²⁹, o textual é de fundamental importância principalmente para o universo da cultura letrada, que abrangia diferentes suportes – imprensa, propaganda, cartazes.

No jornal *O Século*, de 1928, outra propaganda da mesma marca *Chevrolet* e do mesmo anunciante chamou atenção pela elaboração do anúncio. Abaixo se destaca não apenas o anúncio de vendas de carro, mas o *layout* que foi constituído para dar vida ao bem móvel. Da mesma firma M. Barros, o auto agora é adjetivado, “O mais Lindo *Chevrolet* até hoje construído”, o adjetivo ilumina o desenho conjuntamente a descrição de suas peças “Purificador de ar”, “Filtro de óleo”, “Fechadura combinada da direção e ignição”, “Medidor de gasolina”, essas qualidades do bem móvel são destacadas com a variação gráfica das letras no anúncio, logo abaixo do desenho do auto, as demais “características” são referenciadas em letras menores por já serem itens contidos no bem. O texto que se segue ao anúncio é a parte destacada e analisada:

Jámais o publico teve oportunidade de ver, na categoria de carros de preço reduzido, automóvel tão soberbo como o novo Chevrolet! Em todo mundo O mais Lindo Chevrolet tem sido unanimamente acolhido como o mais caloroso entusiasmo e tem sido alvo de uma recepção como nenhum outro carro já mais recebeu.

Examine cuidadosamente a relação à esquerda, Analyse os característicos (sic) d'O mais Lindo Chevrolet – e depois se convencerá de que tais característicos (sic) só se encontram nos melhores dentre os carros de elevado preço. São característicos que geralmente se apontam como testemunho de genuína qualidade e da superior construção.

Mas, para realmente poder apreciar os assombrosos progressos que O Mais Lindo Chevrolet encerra, é preciso examinal-o, experimental-o, guial-o. Só então poderá V.S. verdadeiramente aquilatar do seu verdadeiro valor.

General Motors of Brazil, S.A.³⁰

²⁸ BOLLI, Wille. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 273.

²⁹ Inicialmente, a publicidade sofreu rejeição do público letrado por ser vista como uma produção pouco séria.

³⁰ Jornal **O Século**, Campina Grande, 18 de agosto de 1928. p. 2.

O texto expressa para seu público alvo as inovações contidas no auto. Não desperdiça uma palavra que possa desviar o leitor da intencionalidade do anúncio. O novo *Chevrolet* é como novo tempo da modernidade, é sedutor por que traz Nova(idade). É um tempo novo que se anuncia através de suas mitologias que garantem uma vida melhor, facilitada pelas produções técnicas de grande monta como o automóvel. Anunciado como o melhor, associa oportunidade, preço reduzido à qualidade do novo *Chevrolet* encontrada apenas em carros mais luxuosos.

Portanto, parece se anunciar o binômio: boa qualidade e preços acessíveis. Unanimidade e entusiasmo são associados à qualidade e baixo preço, mas atestado pelos itens novos que traz apontado ao lado esquerdo os quais descrevemos acima. Quase perto de encerrar sua narrativa, a ideia do progresso é associada ao auto. Progresso associado ao item móvel, que assombra, impressiona e impele a prática da direção, a experimentação. E só assim é possível mensurar o valor desse bem tão ovacionado nesses tempos modernos.

Nunca Se Viu Automovel Igual a Este!

O Mais Lindo CHEVROLET até hoje construido

para Transporte Economico

Jámais o publico teve oportunidade de ver, na categoria dos carros de preço reduzido, automovel tão soberbo como o novo Chevrolet! Em todo o mundo O Mais Lindo Chevrolet tem sido unanimemente acolhido com o mais caloroso entusiasmo e tem sido alvo de uma recepção como nenhum outro carro jamais recebeu.

Examine cuidadosamente a relação á esquerda. Analise os caracteristicos d'O Mais Lindo Chevrolet--e depois se convencerá de que tales caracteristicos só se encontram nos melhores dentre os carros de elevado preço. São caracteristicos que geralmente se apontam como testemunho de genuina qualidade e de superior construção.

Mas, para realmente poder apreciar os assombrosos progressos que O Mais Lindo Chevrolet encerra, é preciso examinal-o, experimental-o, gual-o. Só então poderá V. S. verdadeiramente aquilatar do seu verdadeiro valor.

Faça, pois, uma visita ao Agente Chevrolet mais proximo. Verifique por si proprio porque O Mais Lindo Chevrolet representa, de facto, o maximo valor que um automovel pôde oferecer!

General Motors of Brazil, S. A.
 Consulte o Agente Autorisado desta Cidade
M. Barros & Cia. - C. Grande

Imagem nº 29. Anúncio *Chevrolet*. Fonte: jornal *O Seculo*, 1928.

Jámais o publico teve oportunidade de ver, na categoria dos carros de preço reduzido, automovel tão soberbo como o novo Chevrolet! Em todo o mundo O Mais Lindo Chevrolet tem sido unanimemente acolhido com o mais caloroso entusiasmo e tem sido alvo de uma recepção como nenhum outro carro jamais recebeu.

Examine cuidadosamente a relação á esquerda. Analise os caracteristicos d'O Mais Lindo Chevrolet--e depois se convencerá de que tales caracteristicos só se encontram nos melhores dentre os carros de elevado preço. São caracteristicos que geralmente se apontam como testemunho de genuina qualidade e de superior construção.

Mas, para realmente poder apreciar os assombrosos progressos que O Mais Lindo Chevrolet encerra, é preciso examinal-o, experimental-o, gual-o. Só então poderá V. S. verdadeiramente aquilatar do seu verdadeiro valor.

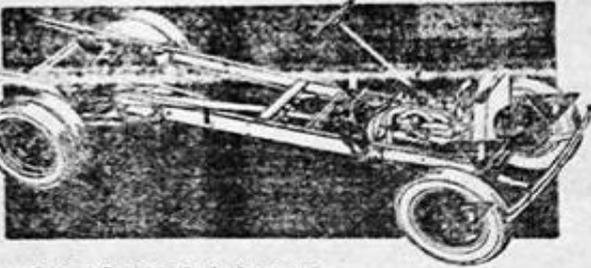
Faça, pois, uma visita ao Agente Chevrolet mais proximo. Verifique por si proprio porque O Mais Lindo Chevrolet representa, de facto, o maximo valor que um automovel pôde oferecer!

Imagem nº 30. Ampliação do texto ao lado. Fonte: jornal *O Seculo*, 1928.

A firma M. Barros e Cia, responsável pelo anúncio é a revendedora do auto. Outros anúncios ocorreram durante os números do jornal *O Século* da mesma marca e de outras também, a exemplo da *Ford*. Interessante observar que existe sempre um texto diferente para enaltecer os benefícios trazidos pelos modelos.

No jornal *Brasil Novo*, de 1931, outra propaganda chamou atenção pela ênfase nas qualidades da técnica, de força e velocidade:

O NOVO CHASSIS CAMINHÃO FORD
Passante e extraordinariamente forte
Dois comprimentos: 157" (3,99 mts.) e 131,1/2" (3,34 mts.)



- 1 O Novo Caminhão Ford acha-se equipado com cambio de quatro velocidades à frente e marcha à ré. Isto significa mais força e uma reserva de velocidade que lhe permite transportar a carga com grande economia de tempo e gasolina.
- 2 O novo eixo trazeiro com diferencial de pinhão e coroa é um ótimo exemplo de solidez. O eixo interno é de melhores proporções e em virtude do seu tipo, tres- quartos flutuante, só desempenha a sua verdadeira função, a de fazer girar as rodas sem ser affectado pelo peso do caminhão ou da carga.
- 3 Os freios de achteros do novo caminhão foram augmentados de 28 para 33 centímetros de diametro, o que os torna do mesmo tamanho que os freios trazeiros. Isso resulta numa maior e mais segura frenagem e, consequentemente, em maior segurança.
- 4 O eixo dianteiro é ainda mais sólido e a mala motor e mala leve, construídas de aço forjado, e a caixa de direção, a flexibilidade e a resistência necessárias para o transporte de cargas pesadas em más estradas.

Otoni & Cia.
FIRMA REGISTRADA
R. de Veneza — 2062/21
Cidade — Roberto de Faria
Praça Dr. João Pessoa, 29
CAMPINA GRANDE
Paratyba

A Agência Ford está equipada com máquinas Ford de primeira e entrega machonadas em aço de Escola Ford. Disponíveis em qualquer parte e em qualquer momento de manutenção para as primeiras Ford.

Imagem nº 31. Anúncio carroceria de automóvel *Ford*. Firma Otoni e Cia; Fonte: jornal **Brasil Novo**, 1931.

A propaganda anunciava um chassi de caminhão. Essa propaganda agenciava outro olhar. O subtítulo de passante e força anunciava algo mais que beleza aos olhos, enfatizava a

praticidade e resistência de um modelo de caminhões que a Ford começava a produzir. Numa cidade em que a tônica do comércio era com fardos de algodão, os caminhões substituíram naturalmente os lombos de burros que atravessavam os sertões com a carga nas costas. Aquele era o momento em que o “progresso” chegava por essas bandas através das estradas carroçáveis, dos postes para os fios telegráficos.

A tríade invocada para aquele momento era: velocidade, força e economia de tempo. A construção do fascínio e da sedução por um bem passava pelo domínio dos termos técnicos, pois isso passava segurança e confiabilidade do anunciante, não se tratava de um leigo, era alguém que conhecia seu produto. O terceiro item do anúncio era a segurança. As fábricas de autos aos poucos foram imprimindo mais domínio da técnica e primando pela segurança quando anunciavam que, os freios do caminhão foram aumentados de “22 para 32 centímetros de diâmetro” possibilitando um maior espaço de frenagem. Este item era um dos mais importantes haja vista que os meios de transportes levaram um bom tempo para se tornarem seguros e os condutores outro tanto para introjetarem a responsabilidade que tinham quando estavam de posse de algum meio de transporte. Por último, o quarto item, garantia a qualidade do carro com cargas em estradas em más condições. Isso tudo subsidiado pelo que chama de Escola Ford e um maquinário para qualquer eventualidade. Portanto, os compradores estariam automaticamente protegidos contra defeitos na mecânica do carro. Ottoni e Cia eram os credenciados nas vendas dos caminhões. A construção da confiança no revendedor do bem era fundamental, pois estes garantiam aos clientes a compra de um bem seguro. Dessa forma, pode ser percebido como através das páginas dos jornais, as propagandas introjetavam nos seus leitores uma pedagogia do progresso, pelo consumo/leitura dos bens materiais representativos desse novo tempo.

4.3 Uma economia da saúde

Segundo José Gomes Temporão, a história da propaganda no Brasil e das práticas publicitárias confunde-se com as das propagandas de medicamentos e com o crescente desenvolvimento da indústria farmacêutica e de suas estratégias comerciais. Os primeiros anúncios de remédios surgiram nas revistas de variedades e nos jornais, em suas páginas se multiplicavam as propagandas que anunciavam uma profusão de remédios advindos de uma moderna indústria farmacêutica. “Nelas se vê uma nova atmosfera. Agora é o instante da

crônica social, da charge, do soneto... sustentando tudo, principia uma propaganda regular”.³¹ Segundo Ricardo Ramos em *História da Propaganda no Brasil*, na virada do século XX o número de anúncios de medicamentos se multiplicavam:

Com os seus coloridos anúncios de unhas e cabeleiras postiças, de corpetes, cigarros e teatro de variedades, as revistas de princípios do século davam um ar de euforia. Mas, apesar de tudo, não era esse tipo de propaganda o seu forte. Discreta em preto e branco, com tamanhos menores, os remédios se avolumavam. Tudo leva a crer que a frase ‘O Brasil é um vasto hospital’, quando foi pronunciada, já estava caindo de velha.³²

Segundo Temporão, o meio publicitário lançou um olhar ávido para aquele vasto hospital e possuía “preparados para toda e qualquer patologia principalmente as mais comuns que carregavam em si uma aura de terror e medo”, mas também, as mais complexas como a sífilis. Assim, gripes, dores de cabeça e outros incômodos, passaram a possuir preparados indicados pelas publicidades. É claro que essa prática estava de encontro à prática médica naquele momento, pois esses comportamentos por parte dos anunciantes aos poucos foram contribuindo para a prática da automedicação.

Essa modalidade de anúncio era conhecida como propaganda popular que, historicamente apostou no autoconsumo³³ como estratégia para o enfrentamento das situações de doenças, por parte da população, frente às baixas coberturas dos serviços de assistência.

³¹ TEMPORÃO, José Gomes. **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 37.

³² *Idem, ibidem*.

³³ Segundo José Gomes Temporão com a institucionalização da terapêutica, do médico como técnico capacitado e encarregado pela sociedade de tratar as pessoas doentes, (...) a produção de medicamentos se coloca num novo espaço: como chegar ao consumidor, num mercado onde a maioria dos clientes em potencial não tem acesso sequer a essa prática moderna? No início do século, com os laboratórios nacionais e as casas representantes (dos remédios estrangeiros) no mesmo domínio de tecnologia, a indústria farmacêutica chegava aos seus clientes principalmente através dos anúncios livremente veiculados através dos meios de comunicação a época. **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 83. Assim, o movimento realizado pela indústria farmacêutica foi conquistar o médico através do que denominava de propaganda ética. No tocante ao corporativismo médico, em alguns momentos, havia choques de interesses da indústria farmacêutica e dos médicos, pois para a indústria “existe um mercado que era preciso expandir e para os médicos uma prática que é preciso preservar”, portanto, admitia-se apenas a chamada propaganda ética, aquela praticada pelos agentes representativos dos medicamentos nos consultórios. Outro ponto importante, é que o autoconsumo se restringia aos medicamentos populares, de largo uso, e de práticas populares. Interessante que grande parte dos medicamentos industrializados, principalmente antes de 1945, era “similar” aos medicamentos caseiros (os fortificantes e energizantes). O autor acredita que pode haver um processo histórico ao nível de autoconsumo de deslocamentos sucessivos. Por exemplo, cita a aspirina que, lançada no início do século como medicamento moderno, tem seu uso largamente propagado através de anúncios em jornais. Este medicamento poderia deslocar do receituário popular outras drogas de ação similar e incentivar o consumo como também poderia haver a convivência com a novidade que aos poucos seria incorporada através da ampliação do contato da população com as novas práticas de cura através de uma propaganda ética ou popular.

Pode ser observado que “O anuncio vai abusivamente substituindo o médico. Aos primeiros sintomas de um mal qualquer, o paciente, ou pelo rádio, ou pelo jornal, recebe um turbilhão de sugestões.”³⁴ Os médicos apoiavam as propagandas, mas, no meio corporativo apenas, pois a eles caberia a prescrição dos medicamentos e dosagens.

Ainda segundo Ricardo Ramos, a propaganda de preparados estrangeiros foi restrita e realizada por anúncios e reclames de jornais médicos ou em folhetos avulsos, mas endereçados aos médicos. Em contraposição a essa prática, “a grande maioria dos produtos nacionais prefere a seção de anúncios dos jornais leigos (...) elas prescindem dos médicos, saltam por cima dos médicos para dirigir-se diretamente ao consumidor”.³⁵

É interessante também perceber que, entre os anos de 1920 e 1940 houve profundas transformações no modo de produzir e consumir medicamentos colocando a propaganda ética como o centro da estratégia da indústria farmacêutica (nos referimos aos laboratórios estrangeiros) em colocar-se em contraposição ao setor “tradicional” representado pela indústria nacional, dessa forma:

As especialidades farmacêuticas produzidas pelas modernas indústrias superam em todos os sentidos o trabalho artesanal das farmácias decadentes: segurança, agilidade e preço. E como complemento trazem ainda a bula com suas instruções sintéticas, que se tornaram companhias indispensáveis de médicos e pacientes. O preço do progresso vem sob a forma do monopólio e da presença dos estrangeiros.³⁶

O quadro enfrentado pelos profissionais da medicina que naquela época tentavam se estabelecer num mercado povoado por curandeiros e propagandas de remédios anunciadas pelos meios de comunicação incentivando o autoconsumo, agora era o incentivo aos remédios fabricados por farmacêuticas internacionais em concorrência com os nacionais. Segundo Temporão a polêmica entre o sindicato dos médicos e os pequenos produtores passa pelo papel da propaganda que estaria dando preferência aos produtos nacionais, ou seja, “os médicos se batiam exatamente contra as propagandas largamente difundidas nos jornais e revistas à época, pelas farmácias e pequenos laboratórios”.

³⁴ TEMPORÃO, José Gomes. **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 34.

³⁵ TEMPORÃO, Gomes Temporão, *op. cit.* p. 35.

³⁶ *Idem, ibidem.*

O problema é que os pequenos laboratórios faziam frente ao estabelecimento da prática médica, ou seja, assumiam o lugar do médico via propaganda construindo um espaço de promessa com seus produtos e preparados.

Seguindo a narrativa das propagandas que transformam bens em mercadorias preciosas, sedutoras, notamos que nos jornais também aparecem com muita frequência os anúncios que tratam dos remédios para curar os males que afetam a saúde de mulheres e crianças. Abaixo a imagem de uma propaganda sobre o remédio “REGULADOR GESTEIRA”:



Imagem nº 32: Regulador *Gesteira*. Fonte: jornal **O Século**, 14 de novembro de 1928.

O Regulador Gesteira prometia resolver os problemas uterinos da mulher. O texto descreve os principais problemas que a mulher pode desenvolver caso não se trate. Essas propagandas são indicadores de que a indústria farmacêutica estava se desenvolvendo atrelada à noção de modernidade e à dinâmica de crescimento do consumo, principalmente nas cidades.

Os seguintes remédios eram anunciados para os mais variados fins:



Imagem nº 33: Fluxo-Sedatina com ícone; Fonte: Jornal **Brasil Novo**, 1931.

Imagem nº 34. Fluxo-Sedatina – Sem ícone. Fonte: Jornal **Brasil Novo**, 1931.

Dr. Sylvino P. de Araujo

VORONOFF

Brasileiro inventor da

FLUXO-SEDATINA

A mulher está salva

Porque o Dr. Sylvino Pacheco de Araujo, eminente médico brasileiro, como o grande cientista russo, também criou com o seu maravilhoso preparado "FLUXO-SEDATINA", o rejuvenescimento da mulher, fazendo desaparecer milagrosamente, em menos de 2 horas, as dores, mensais, acalmando, regularizando e vitalizando os seus órgãos, facilitando os partos, sem dores, sem perigo tanto aterradora a mulher.

É um preparado de real valor, que se recomenda aos Exmos. Srs. médicos e parteras, como agente calmante e regulador das funções femininas.

Está sendo usado diariamente nos principais hospitais, notadamente nas maternidades, casas de saúde do Rio de Janeiro e São Paulo.

"FLUXO-SEDATINA" encontra-se em todas as Farmácias. Consultar carta marcando selos, Alf. 113-Rio



Imagem nº 35. *Cafiaspirina*; Fonte: Jornal **Brasil Novo**, 1931.

Segundo Olga Brites, no período de 1930 a 1950, emerge a postura médica que visou combater o curandeirismo e o uso de remédios aleatoriamente, produzindo o que hoje chamamos de automedicação. As propagandas dos jornais davam uma forte ênfase ao consumo desses itens caprichando no texto para seduzir os leitores. Os três anúncios acima foram retirados de jornais diferentes atestando temporalidades diferenciadas para as propagandas. Nota-se que ao longo do tempo o consumo de tais itens apenas cresceu, pois o sentimento de confiança depositada na propaganda legitimava o consumo desses remédios e aos poucos o autoconsumo.

No primeiro anúncio temos o Regulador GESTEIRA. Utilizado para problemas uterinos, no texto que o apresenta o remédio é construída a ideia de os outros órgãos do corpo humano “sentem” quando o útero está doente. “O Utero é assim: quando elle está Doente os outros Orgãos sentem também”. Essa atribuição de uma qualidade humana a um órgão do corpo diminui a distância e o desconhecimento entre a doença e o corpo humano. A longa lista de doenças citadas causadas pelo órgão “doente” induz o leitor (a) ao uso do remédio e à noção de confiabilidade.

Na segunda propaganda, é anunciado o remédio FLUXO-SEDATINA que em duas horas anunciava ser capaz de aliviar as cólicas menstruais. Observe-se que associado ao remédio está o nome do inventor do preparado, Dr. Sylvino Pacheco de Araújo, eminente médico brasileiro e no anúncio é comparado ao inventor russo da mesma fórmula. Percebamos que agregar o nome do médico ao preparado acresceria ao valor do remédio, construiria um espaço de confiança, pois o uso do remédio estava endossado por uma “autoridade”, por alguém que estudou e pesquisou a mistura cientificamente. Ainda segundo Brites, “o médico apareceu em publicidades de múltiplos itens de consumo como autoridade, demonstrando uma aliança entre a propaganda e tal profissional”³⁷, a individualização do produto atestava ao mesmo tempo legitimidade.

De uma propaganda para outra ocorria pequenas variações, mas que faziam grande diferença. Na imagem nº 33 o *layout* é montado em par com uma ilustração onde aparecem várias mulheres olhando em direção ao vidro no qual estava o preparado “Fluxo-Sedatina” envolto em uma estrela. Estão a olhar embevecidas, a contemplar o remédio. A sua confiabilidade ainda é atestada pela informação de que o preparado é utilizado nos principais hospitais e maternidades do país. Já a imagem nº 34 não trazia imagens, está posto apenas o texto publicitário não menos persuasivo, pois “a mulher estaria salva”. Este cita que os hospitais que utilizavam o remédio localizam-se no Rio de Janeiro e São Paulo. Atesta aos clientes que o remédio está sendo vendido em todas as farmácias do país bem como as consultas podem ser realizadas por cartas com envio do selo. “A presença de médicos como personalidades públicas em propaganda se relacionou com o fortalecimento de sua atuação na cena social, tanto cuidando de corpos como atingindo mesmo o universo das almas, afastando (ou, ao menos, dividindo vantajosamente a cena com) benzedores, curandeiros e padres”³⁸.

Os remédios supracitados se referem à saúde feminina, a menstruação e as cólicas provocadas pela saída do fluxo sanguíneo. Os três prometem rejuvenescer a mulher, fazendo com que as dores desapareçam em duas horas e restabelecendo o equilíbrio dos outros órgãos. Interessante observar que a eficiência vendida e atestada aos remédios dá-se de forma muito objetiva, pela contagem do tempo em que fará efeito.

Um dos muitos pontos que chama atenção nesses anúncios é a prolixidade, “quase uma conversa ao pé do ouvido do consumidor”. Segundo Temporão, essa prolixidade pode

³⁷ BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda. (Usos e abusos nos anos 30 a 50). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000. p. 254.

³⁸ *Idem, ibidem.*

ser compreendida pelas características do veículo que dava suporte ao anúncio, no caso o jornal escrito. Na mensagem publicitária existem duas grandes áreas de atuação de significados: um componente icônico e outro escrito. O componente icônico é composto pelo desenho do produto e o conteúdo valorativo que transcende o produto. Já o componente escrito agrega a marca (o nome do produto) e o *slogan* ou texto que explica a mercadoria. “Nas primeiras propagandas, o aspecto mais característico é exatamente o caráter informativo. A marca registrada e a explicação sobre as qualidades do produto denominam. Ou seja, aqui a importância do componente escrito é grande e os componentes icônicos se esboçam. Estes ganharão forças apenas com a utilização da fotografia”. Assim, na imagem nº 33 se esboça apenas o caráter escrito da propaganda enquanto as imagens nº 34 e nº 35 traziam o caráter icônico e escrito.

Outra de nº 35 trata-se de uma propaganda do remédio chamado de CAFIASPIRINA, hoje conhecido por ASPIRINA. É emblemático porque a sua publicidade traz uma mulher com aparência cansada e mãos a cabeça, referindo-se aos cansaços dos trabalhos domésticos. Interessante perceber essa nuance deixada na proposta: os afazeres domésticos. Isso dá a entender que ainda era exceção a mulher que trabalhava fora.

O uso do remédio garantia a restituição do organismo a sua normalidade, mesmo os mais delicados. O estrangeirismo pode ser observado quando a palavra francesa *sormenage* aparece no texto simbolizando o “excesso de trabalho”. Outro ponto importante é que a marca do produto fica evidente, a *Bayer*. Essa empresa estrangeira (alemã) entrou no mercado brasileiro, nos anos de 1919, iniciando uma campanha pelos meios de comunicação em massa na busca de legitimar seu espaço enquanto empresa de confiabilidade. A Bayer era uma empresa que se destacava pela “qualidade gráfica e de texto de seus anúncios. Ou seja, conduzia seu trabalho promocional junto ao público com a mesma seriedade e competência que revelava junto aos médicos”.³⁹

O remédio era indicado para dores de cabeça, ouvido, nevralgias, dores reumáticas, ressacas, insônias, resfriados, etc.

³⁹ TEMPORÃO, José Gomes. **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 47.

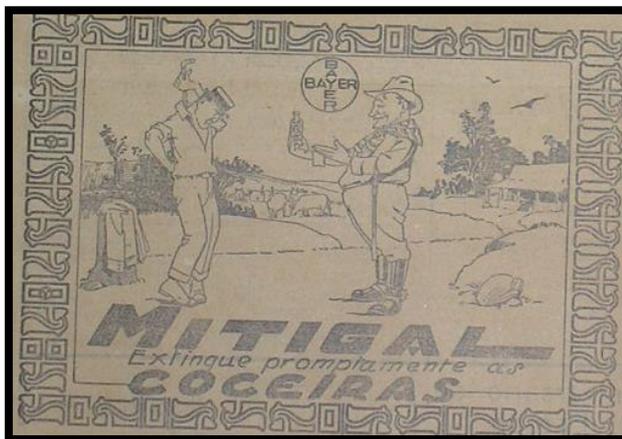


Imagem nº 36. Mitigal. Fonte: Jornal **Brasil Novo**, 9 de maio de 1931.

Na construção desse mercado consumidor através das propagandas é que marcas vão sendo legitimadas. No âmbito da saúde a *Bayer* se destaca por aparecer em dezenas de propagandas. Na propaganda acima, a marca *Bayer* aparece associada a um remédio de coceiras: MITIGAL. Pode ser observado que a construção do texto icônico é sempre muito bem articulada, recebendo cuidados com a mensagem que se desejava passar. No plano de fundo, a imagem enfatiza a presença de uma casa de fazenda ou sítio, vacas pastando, pássaros voando, um ambiente bucólico no qual o morador está “coçando” as costas com um auxílio de uma bengala. No mesmo enquadramento está um homem mais velho, vestido com botas de cano longo, esporas, calça de montaria, blusa e lenço amarrado ao pescoço e chapéu, este oferece ao mais jovem o remédio. Uma leitura que podemos convocar é que, o homem mais velho, do campo e de hábitos mais arraigados havia adotado o uso do remédio “Mitigal” no combate as coceiras e oferecia ao morador/trabalhador de sua fazenda/sítio. Segundo Oliveira:

o conceito de saúde é veiculado enquanto uma mercadoria, um produto que pode ser adquirido nas boticas e nas casas dos erveiros. A saúde tanto é vendida quanto é comprada. Num mundo cada vez mais capitalista, a saúde pode ser adquirida, negociada com dinheiro. Anuncia-se Bayer, compra-se saúde. A saúde passa a ser comprada através das marcas que vão sendo construídas com a mais legítima confiabilidade. A propaganda jornalística dos remédios e fórmulas funciona como um discurso de educação dos sentidos, para a domesticação e a pedagogização sanitaria do povo brasileiro, contribuindo para melhorar a saúde no Brasil ⁴⁰.

⁴⁰ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene Não Há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. In: **Revista Mneme**, v. 04, n. 7, fev/mar. 2003. p. 23.

É interessante perceber que a modernidade impulsionou o crescimento de um mercado consumidor especificamente para o público feminino. Havia muitos mais, a exemplo do: VIGOGENIO que prometia substituir numa colherada as vitaminas de comidas como ovos, carne, leite. Ou o ELIXIR NOGUEIRA ou ELIXIR “914”, o verdadeiro depurativo, propunha curar doenças como a sífilis, placas (deve ser referência ao colesterol), reumatismo, feridas ulceradas, eczemas, escrófulas sífilíticas, espinhas, boubas. Não há uma separação das doenças, seu grau de importância está no mesmo espaço.

4.4. A construção de uma consciência sanitária

Se, nesses jornais, anuários havia a construção de um mercado consumidor através da publicização das mercadorias, possibilitando a construção de sentidos através do consumo desses itens pela leitura que se fazia dos mesmos, também foi possível à detecção da constituição de uma consciência sanitária por esses veículos. Essa consciência sanitária nada mais era do que a incorporação dos preceitos das teorias higienistas e salubristas através de uma ampla difusão de matérias que davam ênfase nessa discussão através dos órgãos responsáveis pelas mesmas.

Esse conceito estava ligado ao movimento sanitarista ocorrido no Brasil entre os anos de 1916 e 1920, culminando na emergência do Serviço de Profilaxia Rural em 1919 e no Departamento Nacional de Saúde Pública (D.N.S.P.). Com esses órgãos emergiu também a figura do profissional especialista em medicina sanitária. Eram responsáveis pelo combate as doenças e também pelo ensino da saúde pública nas faculdades de medicina. Esses médicos intervinham no cotidiano das cidades visando incorporar às práticas citadinas as medidas sanitárias, “inclusive coercitivas, no combate a miséria, e da educação para a saúde”.⁴¹ A ênfase na discussão em torno da questão de uma consciência sanitária requeria que uma educação com essa especificidade fosse capaz de moldar os indivíduos para que se dirigissem as autoridades sanitárias.

Na publicidade a presença de crônicas, remédios, anúncios de profissionais envolvidos com a saúde indica que a preocupação com esta área era a tônica do momento.

⁴¹ LÖVY, Ilana. **Vírus, Mosquitos e Modernidade**: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 141.

Em 1923, foi fundado posto de Profilaxia Rural de Campina Grande, sob a direção do Dr. José Arlindo Correia. *A posteriori*, a direção passou a ser do médico Dr. Severino Cruz auxiliado pelo Dr. Elpídio de Almeida. Esse posto possuía o uso para a profilaxia rural e profilaxia das entidades patológicas venéreas.⁴² O terreno onde o posto foi construído foi doado pelo prefeito à época Cristiano Lauritzen e situava-se a antiga Rua dos Armazéns, atual Marquês do Herval. A principal meta era a aposta na prevenção, na cautela também no ambiente rural teoricamente menos favorecido com políticas de atendimento a saúde.



Imagem nº 37: Posto de Profilaxia Rural. Antigo Grêmio de Instrução e Teatro Campinense. Fonte: **Anuario de Campina Grande**, ano 1925.

P

ara

que esta consciência sanitária ganhasse corpo em Campina Grande, a coluna *Etc e Tal*, publicada no jornal *O Seculo*⁴³, dava visibilidade a matérias que denunciavam comportamentos ameaçadores a saúde, a exemplo da proibição pela Higiene Municipal da presença de geladeiras e vendas de bebidas, pois além de enfearem a Rua Epitácio Pessoa já havia o germe da preocupação de como as bebidas vendidas na geladeira eram produzidas. Outra matéria publicada também nessa coluna dava ênfase à preocupação com a febre amarela que poderia se alastrar caso não fosse tomada providência quanto aos monturos ou buracos nas artérias da cidade. Na matéria “Com a Higiene Municipal”, detectam-se expressões como

⁴² MENDES, João. Departamento Nacional de Saúde Pública. Postos de Prophylaxia Rural e Doenças Venereas de Campina Grande. **Anuario de Campina Grande**, 1925. Recife: Off. Graph. Jornal do Commercio, 1925. nº 01, Ano 01. p. 15.

⁴³ A Higiene a as geladeiras da cidade. **O Seculo**, Campina Grande, 23 de Janeiro de 1929. (Outra notícia publicada era sobre a febre amarela.) Higiene e Monturos. **O Seculo**, Campina Grande, 02 de março de 1929. Com a Higiene Municipal. **O Seculo**, Campina Grande, 30 de Abril de 1929.

“inspetor sanitário”, “dotar Campina de um aparelho de defesa sanitario” etc. As matérias mostravam a preocupação com a formação dessa consciência pelo secretário quando a época o prefeito era Lafayette Cavalcanti. Portanto, nota-se um ideal de saúde pública como portadora de valores do progresso. Se a instituição de higiene utilizava os jornais para a construção dessa consciência sanitária também este espaço era utilizado para denúncias de hábitos pouco corteses em relação à população. Assim:

Conhecemos a utilidade de se combaterem as larvas que se encontram em águas estagnadas. Apoiamos a benéfica instituição. Mas não podemos tolerar o modo descortez, estúpido com que certos empregados do serviço desrespeitam as famílias (...). E preciso atender as condições da população urbana, sem água, que há muito custo obtemos. Deitar petróleo em toda jarra é muita vez deixar uma família sem água a morrer de sede. E se a água não serve para beber, servirá para o banho ou para lavar aparelhos. A missão daquela instituição de hygiene é formar a consciencia sanitária dos habitantes. Empregados sem compostura, sem educação não podem exercer pacificamente uma missão tão elevada e pacífica.⁴⁴

A matéria que foi publicada, em 28 de março de 1931, no jornal *Brasil Novo*. Intitulada de “Os mata Mosquitos” ela foi publicada com a função de mostrar a população em geral à importância dos agentes de saúde no combate as larvas do mosquito causador da Febre Amarela. A matéria também expunha ao público a forma desrespeitosa que alguns desses agentes de saúde se portavam ao visitar as casas. Ao colocar petróleo em toda água a ideia era matar as larvas dos mosquitos, mas em compensação indisponibilizava a água para beber na sua totalidade deperdiçando-a. Em uma cidade em que o abastecimento de água era um problema seríssimo esta posição era considerada no mínimo abusiva.

A resposta do Dr. Lafayette Tourinho sobre as atitudes dos visitantes veio com a seguinte reflexão:

Esteve em nosso gabinete o sr. dr. Lafayette Tourinho, digno director da Rockefeller neste Estado, afim de nos scntificar das providencias que havia tomado a respeito da conducta dos mata-mosquitos, que dora (sic) por diante agirão com maxima prudencia segundo as instrucções por elle ministradas aos mesmos.

Pela maneira gentil como o dr. Lafayette Tourinho nos explicou a razão de ser da medida de petrolar aguas encontradas com larvas, mas sem abusos, estamos certos não se reproduzirão mais as scenas irritantes que vinham se

⁴⁴Sem autor. Os Mata- mosquitos. **Brasil Novo**, Campina Grande, 28 de março de 1931. p. 1.

verificando com a adulteração da vexatoria medida posta em pratica de modo descortez por certos mata-mosquitos.⁴⁵

As atitudes dos visitantes despertaram protestos na população e nos meios de comunicação, a exemplo do jornal *Brasil Novo* que chegou a noticiar e denunciar guardas por cometerem abusos contra a população. Para tentar minimizar as atitudes pouco lisonjeiras dos guardas veio a público dar explicações o diretor da Fundação Rockefeller no Estado, o Dr. Lafayette Tourinho. O lema da Fundação no Brasil era buscar a proto-cooperação com os representantes do poder local e com os habitantes do país. Portanto, essa atitude estava fora das práticas da instituição. O que não poderia deixar de ser executado era petrolar a água, segundo o Dr. Tourinho. Essa era uma medida utilizada como sanção para “educar” aqueles que ainda estavam omissos perante um problema tão grave quanto a Febre Amarela.

O departamento da Higiene Municipal tinha a missão de através de uma prática preventiva construir nos habitantes da cidade a percepção e a importância de uma educação sanitária. Para tanto, se fazia necessário que os que encampassem aquela missão estivessem preparados para esse exercício. O que pareceu ser pela crônica é que muitos dos agentes não estavam preparados para essa empreitada. O que a crônica revelava era um problema maior a ser enfrentado pelo departamento que era a “ausência de técnicos especializados”⁴⁶ para enfrentar essas situações.

Segundo André Luis Vieira de Campos, “no topo da administração sanitária, existiam profissionais bem qualificados, muitos deles instruídos na *John Hopkins School of Public Health*. Em contraste, nos escalões inferiores e intermediários da administração sanitária a situação se invertia.”⁴⁷ Essa formação técnica era primordial no desenvolvimento de uma educação sanitária pelos profissionais visitantes das residências, pois através de práticas educadas e gentis a orientação da fundação quanto às novas práticas em relação ao combate dos mosquitos transmissores era mais bem internalizada pela população. À medida que o trabalho se realizasse de forma equivocada interrompia a pedagogização dos habitantes para uma educação sanitária e a emergência de uma consciência sanitária. Ainda segundo Campos, “o conceito de educação sanitária seguia dois princípios: a ideia de que a ignorância e os maus

⁴⁵ Sem autor. Dr. Lafayette Tourinho e os Mata-mosquitos. *Brasil Novo*, Campina Grande, 18 de abril de 1931. p. 01.

⁴⁶ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas*. (1942-1960). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 223.

⁴⁷ *Idem, ibidem*.

hábitos eram responsáveis pelos problemas sanitários; e a noção de que a educação sanitária, como prática técnica e científica, poderia mudar comportamentos e melhorar a saúde das classes populares”.⁴⁸

Dessa forma, pode ser percebida como a publicidade possuía uma grande importância na implantação e subjetivação desses novos comportamentos. Essa crônica é emblemática por que mostra que a construção de uma consciência sanitária entre a população é fulcral na introjeção desses novos comportamentos ou novas sensibilidades. Mas também mostra que nesse projeto (o da construção de uma consciência sanitária) todos os estratos da sociedade envolvidos nesse programa necessitam estar em sintonia.

A construção de uma noção de que cada um na sociedade poderia fazer seu papel dependia de uma pedagogia a qual deveria ser construída pelos agentes sanitários devidamente formados para tal intento. Além disso, essa consciência sanitária poderia ser entendida como uma mercadoria que pôde ser consumida através das inúmeras crônicas publicizadas através dos jornais da cidade de Campina Grande entre os anos de 1920 e 1930 do século XX, principalmente.

O tema da petrolização ainda não havia sido por todo esgotado. No jornal *A Batalha* uma matéria intitulada “Com o guarda-chefe dos Mata mosquitos” o assunto estava posto novamente, mas desta vez com a denúncia de que os guarda-mosquitos estavam tirando proveito de construções de placas de cimento para colocar nas cisternas. A matéria dizia assim:

Tendo chegado ao nosso conhecimento, que guardas da higiene, (mata-mosquitos) estão intimando aos proprietários de caixas d'água, a fazerem placas de cimento. Isto é contra a higiene, pois a caixa fechada com a placa, não entra luz nem ar, bastante para gerar micróbios (sic) venenosos. Para satisfazer-se essa exigência seria necessário somente em vez de placas de cimento, tela de arame. Mas, assim eles ficariam sem o racha de 50% que tem com o pedreiro contratante que cobra excessivamente caro.

Na rua 4 de Outubro, um guarda quis forçosamente, por petróleo na jarra. Como o proprietário o repelisse, ele tratou-o grosseiramente, insistindo em inutilizar o depósito, não atendendo a nenhuma explicação que lhe foi dada.

⁴⁹

A denúncia na crônica mostra que alguns guarda-mosquitos estavam lucrando com a construção de tampas para vedar as caixas de água. Essa atitude ia de encontro às propostas da

⁴⁸ *Idem, ibidem*. p. 231.

⁴⁹Sem autor. Com o guarda-chefe dos Mata-mosquitos. *A Batalha*, Campina Grande, 3 de janeiro de 1935. p. 01.

Fundação *Rockefeller* e seus especialistas que buscavam soluções para impedir que os mosquitos (*aedes aegypti*) e as larvas saíssem do controle. Mas parece que pela crônica acima quem estava fora de controle eram alguns funcionários que tentavam lucrar com a construção das tampas para fechar os depósitos de água. A proposta da Fundação era que: “o novo modelo de caixa-d’água, proposto a um preço módico, fez um sucesso retumbante entre os moradores do norte do Brasil.”⁵⁰. Dessa forma:

A estratégia da Fundação Rockefeller para a eliminação das larvas baseava-se nas visitas regulares de inspetores às casas e aos espaços públicos. Uma campanha assim, explicaram, demandava antes de tudo uma boa organização de trabalho. (...) A construção de uma caixa-d’água doméstica dotada de uma tampa hermética e a distribuição gratuita de tampas para as caixas d’água existentes desempenharam um papel determinante. Uma caixa d’água hermeticamente fechada não permite a multiplicação dos insetos; além disso, ela impede a contaminação da água pelas impurezas e dejetos, garantindo, assim, uma melhor qualidade da água potável.⁵¹

As visitas regulares dos inspetores obedeciam ao plano traçado pelos especialistas no combate ao mosquito, mas também a medida possuía um caráter pedagógico na repetição desta ação. A distribuição gratuita da tampa hermética fez na e para a população uma enorme diferença. Ao vedar a caixa de água era impedida sua contaminação assim como a multiplicação dos mosquitos.

A construção dessa consciência sanitária continuava com as mais variadas matérias. É interessante notar que a convocação dos substantivos “higiene”, “profilaxia”, “sanitário” está presente nas mais diversas narrativas. Uma forma muito prática de ajudar a construir essa noção seria induzir o leitor a consumir esse comportamento por meio das matérias bem como os substantivos que davam vida a essa nova lógica. No jornal *Correio de Campina*:

Passou na quarta feira ultima, por esta cidade o exmo sr. dr. Austin Kerr, notável higienista, que veio substituir o sr. dr. Gabriel Ormaiechea (sic), na direcção dos serviços da commissão da Febre Amarella neste Estado. O dr. Kerr, que vae percorrer todo o interior da Parahyba, deu-nos a honra de sua visita, tendo entretido, nesta redacção com o sr. cel. Ernani Lauritzen, prefeito municipal e nosso director.

⁵⁰ LÖVY, Ilana. **Vírus, Mosquitos e Modernidade**: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 154.

⁵¹ *Idem, ibidem*. p. 154.

Silenciou-nos s.s. que seguindo a orientação do dr. Ormaechea, pretende intensificar, tanto quanto possível, a profilaxia da febre amarela, ampliando o serviço de (ilegível) de fôcus e desinfecções domiciliares.⁵²

A ideia da consciência sanitária é burilada à medida que avançavam matérias que traziam os problemas enfrentados pelos habitantes da cidade. Segundo Iranilson Buriti de Oliveira, “a importância da higiene era divulgada através de instâncias pedagógicas como o cinema, a escola, os museus e o rádio, tendo este último funcionado como um aparelho “místico””.⁵³ Nessa busca pela pedagogização num espaço de publicidade como são os jornais, o trabalho com as palavras e algumas pessoas que ocupavam lugares emblemáticos é de extrema importância na legitimação/construção dessa consciência sanitária.

No trecho destacado acima, o foco é dado em torno da figura do médico J. Austin Kerr, higienista, que pertencia à equipe da divisão internacional de saúde da Fundação Rockefeller e que em 1926 atuou como consultor da Organização Mundial da Saúde. Seu trabalho consta de pesquisas no Brasil e nas Filipinas sobre doenças como malária, febre amarela e hepatite.⁵⁴ Aqui no Brasil no ano de 1927 veio substituir outro médico na direção dos serviços da comissão da febre amarela no Estado da Paraíba. A presença dessa autoridade em assuntos profiláticos era recebida com pompas pelo prefeito da cidade.

A Fundação *Rockefeller* foi criada em 1913 e seu principal objetivo era promover a civilização e ampliar o bem-estar dos povos dos Estados Unidos da América. Sua atuação inicial era apenas em território norte americano ao combater a ancilostomíase. Em 1914 a divisão internacional da fundação resolveu estender o programa para países fora do eixo norte-americano. A *International Health Division* ou Departamento de Saúde Internacional ampliou o trabalho da fundação para outras frentes, a exemplo do combate a febre amarela.

Em 1923, a Fundação *Rockefeller* assinou um acordo com o governo brasileiro no qual os seus especialistas serão encarregados da eliminação da febre amarela no nordeste do país. Esse trabalho será uma cooperação entre a fundação e DNSP. Em cada estado, as atividades de combate à febre amarela e ao *Aedes aegypti* serão dirigidas pela Profilaxia Rural. Um dos grandes problemas enfrentados pelos especialistas nas cidades brasileiras era a forma de abastecimento de água. Em Campina Grande, o serviço de distribuição de água encanada só

⁵² Dr. J. Austin Kerr. **Correio de Campina**, Campina Grande, 12 de junho de 1927. p .01.

⁵³ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene Não Há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. In: **Revista Mneme**, v. 04, n. 7, p. 19, fev/mar. 2003.

⁵⁴ <http://www.rockarch.org/collections/individuals/rf/>. Acesso em: 21/01/2014, as: 23h15min.

foi implantado em 1939, no governo de Argemiro de Figueiredo. A população utilizava as caixas d'águas individuais. A água era distribuída por carros-*charretes*, sendo que em Campina Grande esse serviço era realizado pelos *muars*, a água era guardada em pequenas jarras ou em caixas d'água, de maior capacidade. Essas caixas d'água, muitas vezes abertas, facilitavam a multiplicação do mosquito transmissor da febre amarela.

Portanto, o controle dos mosquitos deveria passar pelo controle das caixas de água. Daí as visitas dos inspetores sanitários serem de alta importância. Esses técnicos deveriam ser capazes de reconhecer a olho nu, os *Aedes aegypti*, seus ovos e larvas. Uma das propostas de eliminação disseminadas pelos especialistas da Fundação *Rockefeller* foi à introdução de peixes que se alimentavam das larvas nas caixas d'água. A matéria abaixo atesta essa prática:

OS MARTELOS NÃO PODEM EXISTIR EM UM DEPOSITO COM PEIXES, NÃO HAVENDO MARTELOS, NÃO HAVERA MURISSOCAS.

Em todas as águas da natureza, que são as que bebemos há peixes aos milhares.

Para os peixinhos viverem bem nos depósitos – é necessário ter estes cuidados:

- 1 – deixar sempre um palmo e meio de água nos depósitos em que elles estão;
- 2 – conservar estes depósitos fora do sol ou do calor;
- 3 – quando se lavar os depósitos se tirar os peixes rapidamente e com cuidado, não os apanhar com a mão e sim com colheres, conchas espumadeiras ou peneiras e deixando-os ao ar livre o menor tempo possível;
- 4 – não encher muito os depósitos e deixar sempre um palmo e meio entre as suas beiradas e a água para que os peixes não saltem fora;
- 5 – quando se mudar a água dos depósitos, evitar que caia um forro forte sobre os peixes; para isso convem por no seu fundo um caco de telha, ou jarra, para elles se esconderem.

Os chefes de família tem a obrigação de manter nas suas casas as boas condições de hygiene e de proteger os seus depósitos de agua com peixes.

Para facilitar essa medida, o Serviço de Febre Amarella estabeleceu tanques depósitos, sempre francos e em ponto central da cidade, onde a população ira buscar os peixes necessários.

Nos depositos d'agua encontrados com martellos, será derramado óleo de Kerosene, de acordo com as combinações entre esse Serviço e as autoridades estaduaes.

D.N.S.P.
Serviço de Febre Amarella⁵⁵

⁵⁵ D.N.S.P. Serviço de Febre Amarella. Os Peixes e a Saúde do Povo. **Brasil Novo**, Campina Grande, 9 de maio de 1931. p. 3.

Essa medida foi difundida nos anos de 1920 em contraposição a forma como era realizada o combate ao *Aedes aegypti* no Brasil. Os sanitaristas brasileiros utilizavam o método das fumigações de inseticidas como método de controle. Essa forma era bem acolhida pela população, pois, destruía todos os insetos nocivos. Em contrapartida, os especialistas da Fundação Rockefeller “negavam qualquer valor prático as fumigações” visto que os mosquitos voltavam rapidamente quando eram cessadas as fumigações e em maior quantidade. Portanto, eram necessárias campanhas contra o *Aedes aegypti* difundindo o método de inserir na caixa de água os peixes que se alimentariam dos martelos existentes nesses depósitos. Na matéria acima toda a prescrição de como proceder para inserir nas suas caixas de armazenamento de água os peixinhos comedores das larvas era difundida pelo jornal.

O intento era ensinar a população como conservar a vida dos peixes para que esses pudessem eliminar o mosquito transmissor da febre amarela. Nesse sentido, podemos notar a construção de um discurso dirigido ao homem enquanto chefe de família e a sua responsabilidade em defender seus entes, sua casa e proteger os peixes. Para tanto, o Serviço de Febre Amarela disponibilizava nas cidades em que se fazia presente, tanques com peixes a serem distribuídos entre a população. No caso de ser encontrados focos dos mosquitos, a água era petrolizada. Em comum acordo com as autoridades locais, quando eram encontrados focos do mosquito, era utilizada a medida de petrolizar a água. Isso forçava a população a cooperar com os técnicos no combate aos focos, a incorporar uma responsabilidade também num agente de combate aos focos.

Em 1937, o trabalho de conscientização do entendimento e do dever sanitário da população era realizado contando com uma comissão especializada pelo Departamento Nacional de Saúde. A matéria abaixo elucida esse trabalho:

Verificando-se, nessa cidade, casos constante de febre tippo, o governador Argemiro de Figueirêdo, por intermédio da Directoria da Saúde Publica, deu as devidas providencias confiando no ilustre dr. Octavio de Oliveira, reputado director da S.P., a organização do serviço sanitário, afim de combater o surto epidêmico, que se pronunciara , entre nos, ameaçador. Assim é que, desde o dia 7, encontra-se, nesta cidade, a referida commissão, chefiada pelo dr. Onildo Chaves, medico epidemiologista da S.P., e constante das seguintes enfermeiras: Nadir Coutinho, enfermeira – chefe, Daura Pereira, Adelia Paixoto, Marly Mêrces e Rosita Cordeiro de Lima, enfermeiras visitadoras.

Alem do serviço de vacinação anti-típhica, a distincta e laboriosa comissão emprega todos os meios prophylaticos para sanear a cidade a restabelecer a tranquilidade publica.

Ao lado disso, é preciso haver a cooperação de todos os habitantes, cada um por si, tendo o devido cuidado em despertar a sua *consciência sanitária*, para debelar o surto tiphico, combatendo os focos.

Aconselhamos maior escrupulo em águas, verduras cruas, maior asseio nas mãos, pois alguém já qualificou a febre tifo de “doenças das mãos sujas”.

Enfim, trata-se de interesse geral, e faz necessário attender a benéfica solicitude Comissão Sanitária, que esta agindo com esforço tecnico, a merecer nossos francos aplausos e apoio, de vez que as providencias do governo do Estado estão sendo executadas (...).⁵⁶

A construção dessa cultura sanitária e profilática dava-se também através da exposição dos problemas, no caso exposto acima, a febre tifo, foi o motivo pelo qual o governador a época, Argemiro de Figueiredo, convocou ao Estado da Paraíba a comissão de saúde pública. A vinda da comissão possuía um valor especial, pois era composta por célebres médicos e epidemiologistas que davam claramente um caráter técnico ao trabalho de combate ao surto epidêmico. A formação técnica dessas pessoas os legitimavam a tomar decisões importantes.

A formação desses profissionais fazia toda diferença na hora de tomada de decisões bem como no processo de introjeção das ideias sanitaristas. Naquele momento, ao invés dos mata-mosquitos tentando pedagogizar a população pela força bruta, os seus substitutos eram as enfermeiras formadas, encarregadas das visitas e conversas com as pessoas, haja vista que as mesmas foram identificadas no texto juntamente com seus nomes. “As enfermeiras eram consideradas continuadoras do papel do médico, preenchendo o espaço que separava o conhecimento científico do cotidiano”. “Às visitadoras cabia uma tarefa fundamental: estabelecer conexões com as famílias e, por consequência, “aconselhar, guiar” a população”.

57

Portanto, nessa atitude existe um caráter de intimidade, de individualização do gesto de conversar. Foi-se introduzido nessa tarefa a delicadeza feminina para germinar e agenciar novas ideias no cotidiano dos habitantes da cidade. Além dessa tarefa, outro ponto de extrema importância na construção desse novo comportamento: o trabalho técnico. Ou seja, a imunização da população por meio da vacinação tendo pessoal formado, preparado para o intento era uma ação segura para tentar combater a febre tífica e conseguir junto à população

⁵⁶ Comissão Sanitaria da S. P. **Voz da Borborema**, Campina Grande, 16 de julho de 1937. nº 01. p. 2. *Os grifos são nossos*.

⁵⁷ CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas**. (1942-1960). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 232-233.

adesão e confiança. Portanto, havia um lado, que perpassava a subjetividade, o contato humano e que era realizado por meio de conversas e visitas, esclarecendo e aconselhando a população nas suas principais dúvidas e a parte objetiva que se dava a partir do trabalho técnico, da imunização em massa, por pessoal preparado.

Como está posto na crônica: o uso de meios profiláticos que era possuidor de um duplo movimento: saneava a cidade, impedia que a epidemia de multiplicasse e ao mesmo tempo restabelecia a paz e tranquilidade da população. Mais uma vez, há a convocação pela crônica da noção de consciência sanitária que deveria está presente na população. Ou seja, os habitantes da cidade deveriam saber quais seus deveres na tentativa de prevenir esses surtos epidêmicos. Para tal se fazia necessário um novo comportamento, uma nova sensibilidade mediante a higiene individual e coletiva. Esse ato se dava em meio aos hábitos mais simples como lavar bem as verduras e as mãos evitando contaminação. Um comportamento cuidadoso ou essa meticulosidade poderia evitar doenças como a febre tífica. No despertar dessa consciência sanitária fazia toda diferença à presença da técnica nesse exercício pedagógico. Dessa maneira:

A difusão da educação (...) foi confiada à Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde, criada com o objetivo de “promover a formação da consciência sanitária da população”. (...) O educador sanitário, (...), tinha como atribuição responsabilizar os cidadãos e ensiná-los a cuidar de si mesmos; ele martelava que era a ignorância, (...), a causa principal das doenças, que era o acesso diferenciado à informação (...).⁵⁸

Assim, percebemos como através da publicização do problema e do trabalho com os termos especificamente técnicos essa noção era dia a dia despertada, subjetivada pela propagação através dos jornais da cidade dessa mística do progresso que também era composta por novos comportamentos higiênicos, sanitários, profiláticos dando vazão ou pelo menos tentando despertar a emergência de novas sensibilidades na população. A noção do “lavar”, de mudar sistematicamente não nasce da ciência, mas sim dos códigos sociais.⁵⁹

⁵⁸ LÖVY, Ilana. **Vírus, Mosquitos e Modernidade**: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 148.

⁵⁹ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**. A Higiene do Corpo desde a Idade Média. (1ª edição 1985). Lisboa: Fragmentos, S/D. p. 166.

4.5. A publicidade e a sedução das aparências

O bombardeio de propagandas veiculadas nos jornais e revistas é algo avassalador, tamanha a quantidade da publicidade. A sensação de que essa modernidade existia estava ligada a ideia de “consciência única e acelerada”⁶⁰ e da rapidez com que estas notícias circulavam. Os anúncios de produtos se sucediam uns atrás dos outros, ou na mesma página, quando é possível se encontrar diversos anúncios lado a lado tratando de produtos diferenciados. Assim, naquele momento tinha-se um universo multicultural intenso e os jornais funcionam como espaço e veículo de comunicação para disseminar as novidades do comércio e da sociabilidade.

Para aquele momento, era uma forma de publicidade com alcance geral. Aproveitar em uma única página, anúncio dos mais variados tipos. Recebedores de algodão, clínica dentária, miudezas e perfumaria, livraria, alimentos como manteiga, vendedores dos mais variados tipos, exportadores de peles, borrachas, companhia de seguro, alfaiataria e bebidas. Tudo poderia ser publicizado para ser vendido. Esses jornais funcionavam como indicadores do espaço comercial da cidade. Segundo Marcus Vinícius de Queiroz, Campina Grande se dividia entre estabelecimentos comerciais que privilegiavam o algodão (compra e venda), descaroçadores e compactadores, extratores de óleo, prensas hidráulicas, fábricas de tecidos etc., mas também na cidade:

(...) multiplicaram-se construtoras e importadores de material de construção; fábricas de sabão, de móveis, de velas, de mosaicos e de cigarros; companhias seguradoras, casas de equipamentos fotográficos, livrarias, papelarias, tipografias, padarias, confeitarias, barbearias, sapatarias, farmácias, relojoarias, bancos, loterias, hotéis e alfaiatarias, lojas de tecidos, de chapéus, de perfumes franceses e alemães, de brinquedos, de miudezas e de bijuterias “dos mais afamados fabricantes” nacionais e estrangeiros; representantes de cervejas, de vinhos e de produtos alimentícios; advogados, dentistas, corretores imobiliários, engenheiros, desenhistas, arquitetos, médicos e, na contramão de todo esse saber científico, as parteiras, que passaram a se utilizar das vantagens da moderna publicidade, anunciando seus serviços nos jornais locais.⁶¹

⁶⁰ LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O Moderno em Revistas**: representações do Rio de Janeiro (1890 a 1930). Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 52.

⁶¹ QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). 2008. 244f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo. p. 26.

Os anúncios abaixo fazem parte do anuário de Campina Grande para o ano de 1925. Eram propagados anúncios também de outras praças a exemplo do Recife, como A MIMOSA, loja de sortimento, miudezas e artigos para fantasias. Essa intercalação de publicidades dava a ideia de cosmopolitismo, de uma forte interculturalidade entre as praças comerciais. Abaixo, o escritório de Comissões de Santino de Carvalho, recebedor e vendedor de algodão em Campina Grande.

A MIMOSA
DE
Francisco Carneiro

Completo sortimento de Perlumarias, Miudezas e artigos de phantasia
Vendas em grosso e a retalho
PREÇOS SEM COMPEIENCIA
Rua Duque de Caxias n. 355
PERNAMBUCO

Escritorio de Comissões

SANTINO CARVALHO

Recebedor e vendedor de algodão em pluma e outros productos do paiz, por conta alheia, nesta praça. Vende estopa e arame para algodão. Preço de custo. Fornece 50 % a mercadoria depositada.

Rua Marquez do Herval, 10
Deposito: Rua da Republica ns. 46, 48 e 50
End. Teleg. CARVALHO
Campina Grande - Parahyba

Imagem nº 38. Loja A Mimosa e Escritório de recebimento e venda de algodão. - Fonte: **Almanaque de Campina Grande**, ano 1934.

A loja de miudezas “A Mimosa” pertencente ao senhor Francisco Carneiro anunciava seu sortimento de seus produtos nas folhas do *Almanaque*. Mas o que chamou atenção é que os tentáculos da propaganda também se estendiam para outros espaços.

Abaixo, um exemplo da publicidade encontrada no jornal *O século* do ano de 1927. Uma página inteira do jornal ocupada com anúncios de várias mercadorias vendidas no comércio campinense. Analisando a imagem nota-se que essa profusão de anúncios postos lado a lado possui suas intencionalidades. A primeira seria o aspecto estético, a ocupação do espaço de forma racional, esquadrinhada o que barateava o espaço anunciador; a segunda seria considerar que a montagem desse quadro múltiplo produz no leitor/consumidor a sensação de que o comércio campinense era composto por diversidade, variedade, assumindo uma consonância com o título de cidade vocacionada para o comércio varejista. Apesar de um aspecto geral, podemos observar, em alguns anúncios, o uso dos artifícios da publicidade que tencionavam seduzir seu consumidor.

Destacamos o anúncio da “CLINICA DENTARIA” do cirurgião dentista Antônio Camboin. Naquele momento para exercer a odontologia era necessário fazer o curso de medicina, e o Dr. Camboin deixou sua formação bem evidenciada, pois vinha da Faculdade de Medicina do Rio, importante centro formador. Sua especialidade era a colocação de ponte ou *bridge Work* como estava posto no anúncio. A descrição do trabalho ou mercadoria oferecida através do anúncio com as informações exatas levaria o leitor/consumidor à sensação de confiabilidade em um profissional que mostrava o seu trabalho e sua formação em escola reconhecida de medicina. O trabalho com procedimentos complexos mostrava seu valor no mercado.

Outro anúncio era o de João Eloy de Almeida, ALFAIATE, no anúncio era propagada sua especialidade para moda masculina. “Roupas em todos os tecidos, sob medida e moldadas ao ultimo gosto das cidades ‘leaders’ da moda.” Essa era a referência para a ALFAITARIA BRASIL. Numa pequena informação João Eloy deixou evidente que estava antenado com as ultimas inovações no mundo da moda. Todas pequenas informações que parecem, a primeira vista, despretensiosas, mas que despertavam no seu consumidor a vontade e o desejo de buscar esse profissional que anunciava manter-se em consonância com as ultimas novidades da moda para os homens. Nos dois anúncios o uso de palavras estrangeiras para anunciarem suas especialidades, estratégia da publicidade.

Outra modalidade de propaganda era o anúncio aos pés da página do jornal. Dessa forma, a cerveja Hanseática que era anunciada como a melhor de todas, “clara, saborosa, leve, inofensiva aos organismos mais delicados”, aparecia aos pés da página do jornal *O Século*, a cerveja Hanseática se tornava inesquecível, pois em muitos números do jornal sua propaganda aparecia, induzindo, sugerindo, se fazendo presente ao leitor que a provasse.

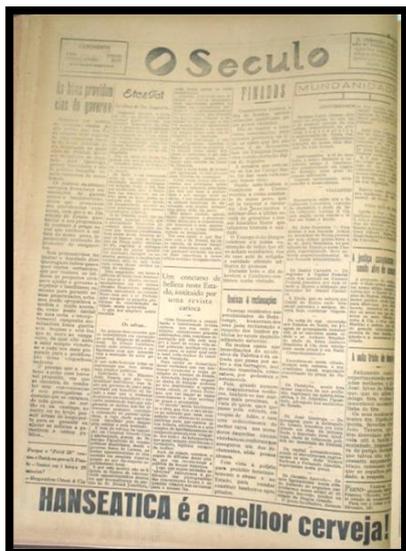


Imagem nº 39: Cerveja Hanseática - Jornal *O Século*, 1928.

Imagem nº 40: Publicidades; Fonte: Jornal *O Século*, 1928.

Nos jornais, através de suas publicações a sociedade de consumo ganhava corpo, que se caracterizava por uma elevação do nível de vida devido à oferta de bens de consumo e de serviços, “culto aos objetos e dos lazeres”.⁶² A publicidade andava de mãos dadas com o

⁶² LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 159.

processo de moda que impunha uma lógica de renovação, de diversificação e estilização das mercadorias.

Essa lógica banuiu para distante o ideal da permanência, o efêmero é que passou a governar tanto a produção quanto o consumo dos objetos. A lógica de consumo pautada pela noção da forma moda buscou segundo Lipovetsky o “espetacular fútil”. As relações que passaram a manter com os objetos foi as do tipo lúdico, pois o que passou a seduzir as pessoas foram as modificações frequentes empregadas na estética dos objetos como um correlato do novo lugar atribuído à sedução dos novos tempos.⁶³ Em Campina Grande, nos anos de 1920 a 1940, esse mercado ao qual nos referimos, passou a ter corpo na medida em que os jornais foram sendo investidos de espaços para anúncios de uma pretensa felicidade através do consumo das “coisas”.

O que se anunciava nos anuários, dos anos de 1933 e 1934, era a prosperidade do comércio da cidade. A construção de uma vitrine do “progresso” por meio da publicidade expondo os itens da sedução ao imaginário cidadão. Segundo Gilles Lipovetsky⁶⁴, o consumo repousa sobre uma lógica do tributo e da distinção social. Assim, em sua análise jamais se consome um objeto por ele mesmo ou por seu valor se uso, mas e razão de seu “valor de troca signo”, isto é, em razão do prestígio, do status, da posição social que confere. O mercado de consumo que era anunciado nas páginas dos jornais e anuários de Campina Grande propagava a distinção da própria cidade em razão de sua vocação para o comércio.

O anuário para o ano de 1934 privilegiava a ênfase ao “comércio, indústria e profissão de Campina Grande”. Em primeiro lugar, figuravam os anunciantes do algodão, uma lista de quem e onde se negociava seguido pelos armazéns de algodão, compras de peles e couros, cereais e açúcar. Em seguida, foram anunciadas as estivas, fazendas em grosso. Depois, as mercearias, quitandas, bodegas e bares, em número de 150 no total. Percorrendo a lista, os itens mais delicados vinham na sequência: fazendas em retalho, miudezas e perfumaria.

Em sequência, as casas de ferragens, agências de automóveis e seus acessórios, hotéis (ao todo em número de nove estabelecimentos), padarias, estabelecimentos de calçados, farmácias, barbearias, alfaiatarias, bilhares, joalherias com concerto de relógios, cafés e refeições, livrarias e papelarias, movelarias, estabelecimentos de madeira, casas mortuárias, fotografias, tipografias, agências de jornais e revistas, ateliers de costuras, agentes da Standard, moinhos de milho e torrefação de café, depósitos de cigarros, agências de máquinas

⁶³ *Idem, ibidem*. p. 164.

⁶⁴ *Idem, ibidem*. p. 171.

de costura, beneficiamento de caroço de algodão, fabricas de tecidos e fiação, sabão, camas, bebidas, gelo, arame farpado, macarrão, oficinas de concertos de automóveis e peças, vulcanização, calçados, seleiros, carrocerias de caminhão, quadros de molduras, malas e maletas, móveis, funileiros, lavagens e concertos de roupas e chapéus, prensas hidráulicas (dentre elas a Companhia Paraibana) e por fim os profissionais liberais e seus serviços, parteiras, médicos, advogados, dentistas, construtores.⁶⁵

Constava no almanaque o anúncio dos estabelecimentos conhecidos como bens de serviços: cartórios, bancos, escolas, templos, igrejas, etc. etc. O texto que antecedia o anúncio dos estabelecimentos vem a ser mais um reforçador da grandeza da cidade: “CAMPINA GRANDE, uma das maiores praças do Nordeste e o maior comercio de Algodão da América com mais de 5000 casas e mais de 35.000 habitantes”.⁶⁶

A ênfase dada pelo *Almanaque de Campina Grande* (1925) para a cidade como uma das maiores praças do Nordeste só veio a reforçar a mitologia da grandeza pela prosperidade econômica da cidade. Portanto, o Almanaque se constituiu como um índice que media na cidade a prosperidade advinda do comércio.

⁶⁵ VILAR, Euclides (dir.). **Almanaque de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Villar/Lebarre, 1934. p. 14-29. Anno 2.

⁶⁶ *Idem. Ibidem*, p. 30-31.



Imagem nº 41: Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão -
Fonte: **Almanaque de Campina Grande**, 1934.



Imagem nº 42: Stewart Motor Trucks -
Fonte: **Almanaque de Campina Grande**, 1934.

Imagem nº 43: Casa Brasil;
Farmacia Oswaldo Cruz; A Brasileira - Fonte: **Almanaque de Campina Grande**, 1934.



A multiplicidade dos anúncios apontava para essa direção, a Companhia Parahybana de beneficiamento de algodão, a *Stewart Motor Trucks*, a Casa Brasil, Farmácia Osvaldo Cruz e a Brasileira são apenas uma pequena mostra dos estabelecimentos presentes na cidade e do fluxo de circulação dos anúncios.

Se os jornais eram utilizados como espaços de análises, reclamações, exigências, pedidos, estes também continham espaços dedicados ao social, pois, davam conta de outro aspecto da cidade e seus fluxos. Assim, esse espaço permitiu-nos uma leitura da vida, das pessoas e do incansável movimento de notícias: os aniversariantes, os viajantes que chegavam ou iam embora, as festas e seus frequentadores, os namoros, casamentos, nascimentos, mortes, etc.

A produção de sentidos fundamentalmente passava também pela noção de uma cultura escrita, pois esta criava as condições de possibilidade de difusão de intenções que circularam através dos editoriais. Por esta via, foi possível problematizar uma lógica pedagogizante que a cultura escrita propagou, além de poder ser considerada como geradora de sentidos e norteadora de embates entre os produtores desses sentidos (os cronistas) e a população consumidora de seus trabalhos. A publicidade também foi/é esse espaço gerador de atribuição e sentidos de mundo. Pedagogizar pela economia dos desejos e sonhos disseminados nas muitas propagandas anunciadas nos jornais, almanaques da cidade.

De tudo que foi exposto neste capítulo, acreditamos que a história de uma cidade pode ser pensada também a partir de uma abordagem sobre a sua cultura material. Foi por este ângulo, que privilegiamos a publicidade como uma ferramenta e meio de proliferação dos novos desejos de consumo.

Neste sentido, ela abriu caminhos para as novas mitologias do consumo de mercadorias, de uma nova visão e consciência sobre a saúde e da doença, inseridas no patamar da lógica do consumo, através de médicos, remédios, farmácias e mesmos dos consumidores que, aos poucos, foram ganhando autonomia em relação ao seu uso, o que se tornou objeto de preocupação dos médicos. Assim, tínhamos um embate entre as publicidades, e suas promessas de satisfação, e o discurso médico, tanto temeroso de perder o seu lugar de autoridade como dos efeitos não correspondidos por alguns medicamentos/produtos que acarretava em danos à saúde do enfermo/consumidor.

Da mesma forma, também foi se construindo uma consciência sanitária que passava diretamente pela publicidade em seu uso pelo Estado e por instituições privadas, como a norte-americana Fundação Rockefeller, que atuava no combate a várias enfermidades. Enfim, ao lidar com os desejos e as esperanças, a publicidade foi criando, em Campina Grande, como em outras cidades, um ambiente adequado para a gestação de um mundo de sedução e aparências, onde o produto banal foi ganhando foros de necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa tese procurou problematizar a noção de “grandeza” associada à cidade de Campina Grande como sendo fruto de uma gestação histórica e que não pode ser vista de forma naturalizada. Constatamos, à luz da pesquisa realizada, que esta noção foi sendo “alicerçada” em inícios do século XX a partir de diferentes experiências e experimentos que estavam em sintonia com as transformações e projetos de outras cidades brasileiras. Contudo, o reforço que se deu a uma “excepcionalidade” campinense demarcou uma dimensão ufanista que deve ser enfrentada, não apenas a partir dos ecos de decadência sentidos principalmente entre os anos 1970-1990, mas também da sua fase de pujança, entre os anos de 1920 e 1940. Este momento é emblemático pela dinâmica que a cidade apresenta.

Ao termos a cidade de Campina Grande como objeto de análise buscamos nos inserir num debate que tem como problemática o estudo sobre o urbano e que possibilitou a leitura do nosso objeto numa escala mais reduzida, na medida em que saímos dos grandes centros do país e adentramos uma cidade do interior, em sua experiência particular. Neste sentido, acreditamos que, embora já abordada por diversos outros olhares, singularizamos o nosso percurso ao convocarmos uma leitura sobre Campina Grande a partir do questionamento da noção de “grandeza” tão naturalizada nos discursos e imagens que busca(ra)m inseri-la no cômputo do moderno.

Na consecução de nossos objetivos, utilizamos uma metodologia que buscou explorar as especificidades de cada fonte documental pesquisada e incorporada ao corpo do texto a partir do eixo problemático que norteou a nossa questão maior: a emergência e construção da ideia de “grandeza”, na primeira metade do século XX. Entretanto, ao recorrermos a esta palavra com certa regularidade, não estamos buscando reforçá-la pela regularidade com que esta noção é convocada. Ao contrário, entendemos que a sua regular exposição (nos seus variados sentidos e especificidades) constitui uma forma de desconstruí-la, de expô-la. Neste sentido, na consecução do nosso trabalho, uma perspectiva de abordagem foi importante para o direcionamento da análise e costura da narrativa: a compreensão/constatação de que a construção de uma “grande” Campina passa necessariamente por vários discursos que a enfocam/tomam/alicerçam como um “espaço de excepcionalidade”.

Como um primeiro entendimento deste nosso investimento, esta pesquisa nos leva a defender a ideia de que a recorrência às narrativas da perspectiva de “excepcionalidade” campinense constitui e dissemina um repertório variado de mitologias, sendo estas entendidas

no sentido mais antigo do termo, enquanto diferentes narrativas que deram ao corpo escrito e físico de Campina Grande uma nova forma associada a permanente sede de novidade.

Embora Campina Grande tenha sido objeto de vários estudos, seja de uma produção memorialística, dita tradicional, seja por uma produção mais recente, inspirada em variadas perspectivas teóricas (história social, gênero, cultural, econômica, política, patrimonial), há um foco que, numa perspectiva histórica, mereceu a nossa atenção. Referimo-nos ao trabalho do historiador/memorialista Epaminondas Câmara pela particularidade de sua escrita sobre a história de Campina Grande. O título de uma de suas obras, *Alicerces*, já é bastante sugestivo, pois talvez seja a primeira a dar um substrato narrativo sobre as especificidades campinenses. Ora, seu trabalho pode ser considerado como inaugural e como ressonância dos ecos de pujança vivenciados pela cidade. Produzida nas décadas de 1930 e 1940, seu trabalho explora/constrói o lugar da excepcionalidade campinense como ponto de ajuntamento, privilegiada pelo meio e pelas pessoas que para ali se deslocaram (os almocreves e, depois, os forasteiros).

Entretanto, longe de compor um mero relato, a leitura de Câmara sobre Campina Grande está pautada por uma teoria do urbano na qual explica como o povoado saiu de uma “humilde” vila até se tornar uma cidade emancipada, em 1864, e décadas depois, ser uma das cidades mais economicamente importante do interior do Nordeste. Sua *teoria* convoca duas noções muito interessantes: o “centrifugismo rural”, a vivência das famílias tradicionais na zona rural, e o seu posterior “centripetismo urbano”, quando ocorre o retorno dessas famílias à zona urbana, impulsionadas pela “mística do anel” (regresso dos bacharéis e propagação das novas ideias) e pelo comércio.

Por outro lado, além da história, temos as insígnias da memória que ecoaram e foram também importantes no reforço das mitologias que tornaram Campina Grande como um “espaço de excepcionalidade”. A primeira mitologia que elencamos como reforçadora desta noção de “grandeza” é a ideia de Campina Grande como o principal empório comercial e algodoeiro do interior do Nordeste. Diferentes discursos reforçaram a relação entre o algodão, ou “ouro branco”, e a prosperidade vivenciada naquele momento. De uma cidade pequena, Campina passou a atrair para seu espaço os chamados “forasteiros”, reatualizando a figura dos “tropeiros da Borborema”, oriundos de alguns estados do Brasil, a exemplo dos estados fronteiriços de Pernambuco e Rio Grande do Norte, quanto estrangeiros vindos da Europa, principalmente de Portugal e Itália, bem como árabes, que buscaram se estabelecer no comércio campinense. Este contínuo fluxo de pessoas constituiu outra mitologia: a do cosmopolitismo, reforçada tanto pela historiografia inaugurada no período, por Epaminondas

Câmara, quanto pelas memórias captadas por Ronaldo Dinoá décadas depois. Embora de temporalidades diferentes, se encontram história e memória, pelos ecos de lembrança dos que vivenciaram aquele momento de sedimentação dos discursos. Portanto, Campina foi sendo construída como um espaço de atração, de cosmopolitismo e de fronteira.

Se os *Alicerces* e as *Memórias* deram a base para uma compreensão da construção da especificidade campinense, outras mitologias foram também significativas e tratam diretamente das transformações ocorridas no espaço citadino. E para trabalhar esta questão, convocamos o conceito de “memória topográfica” que nos ajuda a analisar o espaço citadino em um exercício descritivo e afetivo. Descritivo por que o exercício topográfico é o de descrição do espaço e afetivo por que essa demanda convoca memórias através de uma documentação específica, como crônicas, plantas-baixas e material publicitário onde o conceito de “progresso” é inserido nas preocupações com uma nova fisionomia da cidade.

Outra mitologia, associada a esta anterior, com a noção de movimento, está relacionada à reforma urbana ocorrida entre os anos de 1935 e 1945, no governo de Vergniaud Wanderley. Neste momento, o espaço citadino, visto como o espaço a ser civilizado e disciplinado, passou por uma ampla ressignificação instauradora de uma nova fisionomia em consonância com o discurso de “grandeza”. Para tanto, houve a abertura de avenidas, fechamento de vielas, calçamentos, incorporação de um serviço de luz adequado, a inserção da água encanada e do esgotamento sanitário, a implantação dos fios telefônicos e o início da verticalidade da cidade, pautados por uma preocupação estética que traduzisse a especificidade de sua “grandeza”.

O discurso arquitetônico e as mitologias da aparência são reforçadores deste lugar pela incorporação da linguagem arquitetural *Art Deco* nos imóveis residenciais e comerciais da cidade. Tratava-se de uma visão futurista que buscou uniformizar a estética da cidade. Tal proposta estava em consonância com o projeto de ressignificação dos hábitos no público, onde as figuras incômodas deviam ser retiradas, e no privado. Com o sistema de abastecimento regular de água encanada, houve, por parte da camada mais privilegiada, novas formas de habitar o espaço e práticas de consumo que incidiram na emergência de novas sensibilidades no tocante à intimidade.

Sendo o espaço uma construção histórica, é histórica, também, as relações específicas que se prolongaram daquele período, embora, seja impossível ao historiador a recuperação do calor das novas sensibilidades para o consumo. Resquício da publicidade que, em seu momento, aguçou os novos desejos inseridos numa lógica de ampliação do capitalismo. As seduções por uma cultura material são reforçadas pelas novas mercadorias, cada vez mais

diversificadas através de novas economias da saúde, do corpo, da doença, das aparências e das banalidades.

Portanto, as mitologias do “progresso” encontram-se interligadas no tocante à construção dos lugares que reforçaram a especificidade campinense. Neste sentido, os “fragmentos de memória” que foram convocados neste trabalho para dar corpo à delimitação do objeto e a construção da problemática foram compreendidos enquanto um “arquivo” documental que também tem a sua historicidade. Queremos com isto afirmar, que a exposição da sedimentação destas mitologias, enquanto práticas e narrativas constitui, também, uma forma de desnaturalizar Campina Grande como “essencialmente” grande.

Assim, se na segunda metade do século XX já se tratava da “decadência” do comércio algodoeiro, e do início para alguns discursos, da ruína da grande Campina, estes também serão deslocados para outras direções. Já não será mais o comércio, mas a educação (com a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica), com a instalação da primeira TV do interior do Nordeste pelos Diários Associados, já com dificuldades de funcionamento nos últimos anos. Ao mesmo tempo, não se pode negar, que vez por outra, retomam-se os velhos tempos por viés nostálgico, mas que, ironicamente, não tem servido para a “preservação” de seu patrimônio edificado.

A sede de novidade foi internalizada de tal forma que até os dias atuais não se valoriza os espaços entendidos como de tradição, exceção feita ao incômodo em relação à perda com os “restos” que rememoram justamente o período em que se gestou uma identidade da “grandeza”. Referimo-nos, especificamente, ao período entre 1920 a 1940, embora não se restrinja a ele, quando se forjaram todas essas mitologias. Contudo, isto implicava também numa postura em relação ao “antigo”. O próprio Epaminondas Câmara não deixa de chamar a atenção para as dificuldades de se produzir um trabalho histórico sobre Campina Grande, visto que “ainda não se aprendeu a venerar as coisas antigas”¹, perspectiva que reforça a ideia de desapego às tradições, embora, ironicamente, a sede de “grandeza” tenha sido recentemente atualizada através da construção discursiva sobre o “maior São João do Mundo”, evento que ocorre anualmente durante os festejos juninos.

Se as mitologias do “progresso” são regularmente acionadas pelos cantos e canteiros campinenses, em dois momentos distintos: quando se comemora o aniversário de emancipação da cidade, um canto de glória de um passado opulento, mas, quanto mais se expande o comércio, mais emergem os canteiros arrasados pela sede do “novo”. E o vazio dá

¹ CAMARA, Epaminondas. **Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697-1864). 3. ed. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006. p. 15.

lugar a um signo da modernidade: o automóvel que ocupará o espaço que já foi promessa de futuro e hoje é apenas ruínas de passado, rompimento dos antigos “alicerces” da “grande Campina”.

FONTES E REFERÊNCIAS

Acervo Fotográfico

José Edmilson Rodrigues

Biblioteca Átila Almeida

Almanaque do Estado da Paraíba – 1922, 1935, 1936.

Anuário de Campina Grande – 1925, 1933, 1934 e 1980.

Museu Histórico de Campina Grande

Fontes hemerográficas

O Seculo – 1928, 1929;

Correio de Campina – 1927;

Brasil Novo – 1930, 1931;

A Batalha – 1934, 1935.

A Voz da Borborema – 1937;

A Imprensa – 1949;

Correio Campinense – 1949;

O Momento – 1950;

Jornal da Paraíba – Suplemento Painel – 1991/1992/1994/1995/1996/1997/1999;

Diário da Borborema – Suplemento Tudo – 1988/1989/1990/1991/1992/1993.

Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Campina Grande

Plantas–baixas da Secretaria de Viação e Obras referentes aos anos de 1931 a 1946.

Documentação Bibliográfica

CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864). 3 ed. Campina Grande: Edições Caravela, 2006.

_____. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1998.

CARDOSO, Maria Francisca. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, ano 25, nº 4, Out./Dez, 1963.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: [s. n.], 1993. volumes 1 e 2.

_____. **Campina Grande: ontem e hoje**. Campina Grande: [s. n.], 2004.

PEARSE, Arno S. **Brazilian Cotton: journey of the Journey of the International Cotton Mission through the Cotton States of São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Alagôas, Sergipe, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte**. Manchester: International Federation of Master Cotton Spinner's Manufacturer's Association, 1921.

PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o Livro do Passado**. Campina Grande: Editora Teone, 1956.

_____. **Mais um mergulho na História Campinense**. Campina Grande: Edições Caravela, 2001.

MOURA, Francisco de Lima Coutinho e. **Reminiscências**. João Pessoa: Imprensa Oficial do Estado, 1938.

SILVA FILHO, Lino Gomes. **Síntese Histórica de Campina Grande (1670-1963)**. Campina Grande: Editora Grafset, 2005.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e Fatos**. João Pessoa: [s.n.], 1979.

Outras bibliografias consultadas:

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e Viver na cidade: Mobiliário e Utensílios domésticos (Campinas 1850-1900)**. São Paulo: Alameda, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

AMORIN, Léa. Recortes da Modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição de patrimônio histórico. In: GURJÃO, Eliete Queiroz de. **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Edição da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2000.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ANDRADE, Alenuska. À Luz da Modernização, a modernização da Luz. In: **Surge et Ambula**. A Construção de uma cidade moderna: Natal, 1890 – 1940. DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lucia (org.). Natal: EDUFRN, 2006. p. 87-106.

- ARANHA, Gervácio Batista. **O Trem no Imaginário Paraibano**: modernidade e mito (1880 – 1930). 1999. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas.
- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925). In: AGRA DO Ó, Alarcon *et all.* **A Parahyba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Ideia, 2003. p. 79 -132.
- ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande: EDUFPG, 2006.
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**. A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. São Paulo: EDUSC, 2000.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Fabrício Lira. **De Rainha a Plabéia**: inventário das transformações urbanas e arquitetônicas de Campina Grande entre 1935-1945. 1999. 70f. Monografia. (Graduação em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999. 2v.
- BARBOSA, Orris. **Secca de 32**: impressões sobre a crise nordestina. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1935.
- BARROS, D'Assunção José. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. **A Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2010.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, Ano 11, nº 34, 1991.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. São Paulo: Edusp, 2000.
- BOURG, Dominique. **Natureza e Técnica**: ensaio sobre a ideia de progresso. Lisboa: Instituto Piaget, [s. d.].
- BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda. (Usos e abusos nos anos 30 a 50). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000.
- BRYSON, Bill. **Em Casa**: uma breve história da vida doméstica. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- BURGUIÈRI, André. Antropologia Histórica. In: SILVA, Rogério Forastieri da; NOVAIS, Fernando A. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: COSACNAIFY, 2011. p. 301.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós- Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas**. (1942-1960). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- CAPEL, Horacio. Caminos de Modernización en la Europa Ultramarina. In: **Surge et Ambula**. A Construção de uma cidade moderna: Natal, 1890 – 1940. DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lucia (org.). Natal: EDUFRN, 2006. p. 9-28.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARDOSO, Maria Francisca. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 25, nº 4, Out./Dez, 1963.
- CARVALHO, Juliano L.; QUEIROZ, Marcus Vinícius de. **Campina Grande (1907-1935)**. 2003. 78f. Monografia. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande, 1930-1950**. 2000. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **A Cultura no Plural**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney *et al.* **História em cousas miúdas**. Campinas: UNICAMP, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2009.
- _____. **História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. **Formas e Sentido. Cultura Escrita: entre Distinção e Apropriação**. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2003.
- _____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 211-238.

- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades de uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CLARK, Stuart. Os Historiadores dos Annales. In: SILVA, Rogério Forastieri da; NOVAIS, Fernando A. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: COSACNAIFY, 2011.
- CORBIN, Alain. **Historien du sensible**, entretiens avec Gilles Heuré. Paris: La Découverte, 2000.
- CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos Séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria. Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, nº 2, jul-dez, 2008.
- CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.
- COUTO, Mia. **A Confissão da Leoa**. 8. ed. Alfragide: Caminho, 2012.
- DAVIS, Natalie Zamon. AHR Forum: The Return of Martin Guerre (On the Lame). In: **The American Historical Review**. Indiana, v. 93, nº 3, p. 572-603. Jun, 1988. <http://www.indiana.edu/~ahrweb/> Acesso em: 05/03/2009 às 09h38min.
- DIOGO, Marcia Cezar. O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron (org.). **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e Modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970)**. 2010. 204f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo.
- FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**. São Paulo: Papirus, 2006.
- FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO** – Livro do Município de Campina Grande. João Pessoa: UNIGRAF, 1984.
- GIOVANAZ, Marlise. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da História Cultural. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, Dez/2000.

- GUIMARÃES, Luiz Hugo. **O Caminho das Águas de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2001.
- GURJÃO, Eliete Queiroz de (org.). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União; Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000.
- HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LACERDA JÚNIOR, Jônatas A. de; LIRA, Agostinho Nunes da Costa. **Retratos de Campina Grande: um século de imagens urbanas**. Campina Grande: EDUFPG, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE MOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. **A República Ensina a Morar (Melhor)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O Moderno em Revistas: representações do Rio de Janeiro (1890 a 1930)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- LINTON, Ralph. **O Homem: uma introdução à antropologia**. São Paulo: Martins Editora, [s. d.].
- LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LLOSA, Mario Vargas. **A Verdade das Mentiras**. São Paulo: AXR, 2004.
- LOPES, Stenio. **Campina, Luzes e Sombras**. Campina Grande: Grafset, 1989.
- LÖVY, Ilana. **Vírus, Mosquitos e Modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et al.* **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. A forma de morar: a transformação da casa brasileira à luz das normas reguladoras da estética da paisagem e das edificações. In: **Revista Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, Brasília, v, 7, nº 1, p. 1-18, jan/jun, 2010.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **As dimensões materiais da vida humana**. Palestra proferida: Museu da Casa Brasileira. São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Eurípedes. **Anuário de Campina Grande**. Campina Grande: [s. n.], 1980.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene Não Há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. In: **Revista Mneme**, v. 04, n. 7, fev/mar. 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espacios, palabras, sensibilidades. In: **Nuevo Mundo Mundo Nuevos (En Línea)**, Colóquios, 2008. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/index15092.html>. Acesso em: 20/06/2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, 1995.
- PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História (PUC/SP)**, São Paulo, v. 17, Nov/1998.
- QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. **Cristiano Lauritzen**. João Pessoa: A União, 2000. (Coleção Paraíba, nomes do século)
- QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 244f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo.
- _____. O Século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) – 1930-1950. **Revista CPC**, São Paulo, nº 11, p. 103-135, 2011.
- RAMOS, Ricardo. **Do Reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1985.
- REDE, Marcelo. História a Partir das Coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 04, p. 265 -282, jan-dez. 1996.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura do Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **(Des)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHE, Daniel. **A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

_____. **História das Coisas Banais: nascimento do consumo (sec. XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, Edmundo. Técnicas de Construções. In: <http://www.ufrj.br/institutos/it/dau/profs/edmundo/Cap%EDtulo1b-Planejamento.pdf>

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. História do Conforto na Cidade de São Paulo. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, Dez/2000.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: FAPESP, 2007.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. v.3.

SILVA, Camilo Barbosa da. **Tecendo Riqueza, Descarregando Desordem, Colhendo Poder**. A construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). 1988. 58f. Monografia. Departamento de História e Geografia. UFPB, Campina Grande.

SILVA, João Luiz Máximo da. **Cozinha Modelo: o impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUSA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Sociedade, Cultura e Lazer na Campina Grande dos anos 1950-1960**. 2001. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife.

SOUSA, Fábio Gutemberg B. R. de. **Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. 2001. Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas.

_____. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 23, n.º 46, 2003.

_____. Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas. In: DO Ó, Alarcon Agra *et al.* **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Ideia, 2003.

SOUZA, Célia Ferraz de. A Cidade Jardim: entre o discurso e a imagem – uma reflexão sobre o urbanismo de Porto Alegre. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, dez./2000.

TEMPORÃO, José Gomes. **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

TURAZZI, Maria Inez. **A Euforia do Progresso e a imposição da ordem**. A Engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

VIEIRA, Silvera. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética de Campina Grande. (1930-1960). 2010. 139f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFCG, Campina Grande.

VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo**. A Higiene do Corpo desde a Idade Média. Lisboa: Fragmentos, 1988.

WRIGHT, Ronald. **Breve História do Progresso**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

Sites consultados:

[http://arqnobrasil.wordpress.com/tag/arquitetura-ecletica/;](http://arqnobrasil.wordpress.com/tag/arquitetura-ecletica/)

<http://cgretalhos.blogspot.com.br;>

[http://www.educacional.com.br/reportagens/arquitetura/moderna.asp.;](http://www.educacional.com.br/reportagens/arquitetura/moderna.asp;)

[http://www.indiana.edu/~ahrweb/;](http://www.indiana.edu/~ahrweb/)

[http://www.rockarch.org/collections/individuals/rf/;](http://www.rockarch.org/collections/individuals/rf/)

[http://www.ufrj.br/institutos/it/dau/;](http://www.ufrj.br/institutos/it/dau/)

<http://www.versaobeta.ufscar.br/index.;>

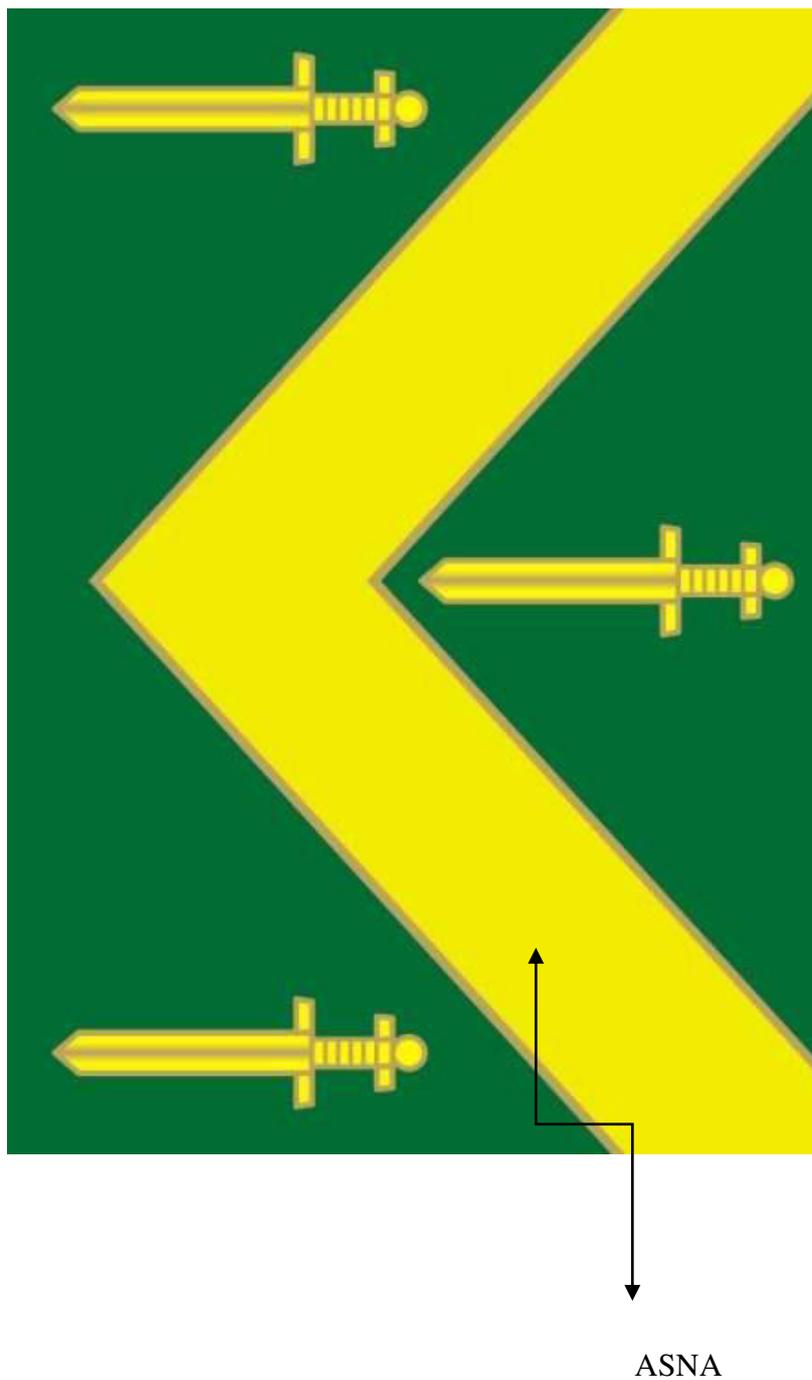
<http://cgretalhos.blogspot.com.br;>

[http://www.wikipedia.org/;](http://www.wikipedia.org/)

[https://archive.org;](https://archive.org/)

<https://www.google.com.br;>

ANEXOS



Anexo 01: A Bandeira do município de Campina Grande. Mede 1,00 x 1,40cm, com as mesmas características das cores do brasão.



Anexo 02: Brasão das armas do município de Campina Grande, Paraíba.